

RTPS

Revista Trabalho, Política e Sociedade

Vol. III, nº 05, julho-dezembro/2018

ISSN: 2526-2319



István Mészáros
(19/12/1930 - 01/10/2017)



EXPEDIENTE



Reitor

Ricardo Luiz Louro Berbara

Vice-reitor

Luiz Carlos de Oliveira Lima

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Alexandre Fortes

Diretor do Instituto Multidisciplinar

Paulo Cosme de Oliveira

Chefe do Departamento de Educação e Sociedade

Carlos Roberto de Carvalho

Coordenadora do PPGEduc

Flávia Miller Naethe Motta

Coordenador Substituto do PPGEduc

Luiz Fernandes de Oliveira

Editor Gerente

José dos Santos Souza

Comitê Editorial

- Bruno de Oliveira Figueiredo, FAETEC, Brasil
- José dos Santos Souza, UFRRJ, Brasil
- Miriam Morelli Lima, UFRRJ, Brasil
- Rodrigo Coutinho Andrade, UFRRJ, Brasil
- Thiago de Jesus Esteves, CEFET/RJ, Brasil

Endereço Postal

UFRRJ/Campus Universitário Nova Iguaçu
Instituto Multidisciplinar
Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS)
Rua Saverio José Bruno, S/N - Mód. Biblioteca, Sala 206
Moquetá – Nova Iguaçu – RJ
CEP: 26285-021

Telefone: (21) 2669-0105

E-mail: rtps@ufrj.br

URL: <http://ufrj.br/SEER/index.php?journal=RTPS&page=index>

CONSELHO EDITORIAL

- Adrián Sotelo Valencia, Universidad Nacional Autónoma de México, México
- Antônio de Pádua Bosi, UNIOESTE, Brasil
- Antonio Thomaz Jr., UNESP, Brasil
- Aparecida Neri de Souza, UNICAMP, Brasil
- Belmiro Gil Cabrito, Universidade de Lisboa, Portugal
- Caio Antunes, UFG, Brasil
- Carlos Frederico Bernardo Loureiro, UFRJ, Brasil
- Célia Regina Otranto, UFRRJ, Brasil
- Claudia M. F. Mazzei Nogueira, UNIFESP, Brasil
- Davisson Cangussu de Souza, UNIFESP, Brasil
- Gaudêncio Frigotto, UERJ, Brasil
- Geórgia S. dos Santos Cêa, UFAL, Brasil
- Gerusa Tavares D'Ávila, UFRRJ, Brasil
- Henrique José D. Amorim, UNIFESP, Brasil
- Hugo Leonardo Fonseca da Silva, UFG, Brasil
- José Barata-Moura, Universidade de Lisboa, Portugal
- José Maria Valcuende Del Rfo, Universidad Pablo de Olavide, Espanha
- Jussara Marques de Macedo, UFRJ, Brasil
- Lia Maria Teixeira Oliveira, UFRRJ, Brasil
- Mara Regina Martins Jacomeli, UNICAMP, Brasil
- Marcelo Badaró Mattos, UFF, Brasil
- Marco Antonio Perruso, UFRRJ, Brasil
- Olgaíses Cabral Maués, UFPA, Brasil
- Patrícia Vieira Trópia, UFU, Brasil
- Paula Regina Pereira Marcelino, USP, Brasil
- Ricardo Luiz Coltro Antunes, UNICAMP, Brasil
- Robson Dias da Silva, UFRRJ, Brasil
- Sonia Maria Rummert, UFF, Brasil
- Vania Motta, UFRJ, Brasil
- Vera Lúcia Jacob Chaves, UFPA, Brasil
- Virginia M^a. Gomes de Mattos Fontes, UFF, Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Trabalho, Política e Sociedade (*On-Line*) / Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Vol. III, n° 05. Nova Iguaçu (RJ): GTPS/UFRRJ, 2018.

V.

Semestral
ISSN: 2526-2319

1. Trabalho - periódicos. 2. Política - periódicos. 3. Sociedade - periódicos. 4. Trabalho e Educação - periódicos. I. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Departamento de Educação e Sociedade.

CDD: 300



SUMÁRIO

Editorial	11
-----------------	----

DOSSIÊ TEMÁTICO

Apresentação do Dossiê em memória de István Mészáros	15
<i>Caio Antunes</i>	
István Mészáros, pensador revolucionário original	23
<i>Jorge Giordani</i>	
István Mészáros e o ideal da emancipação humana: entrevista com Ricardo Antunes	31
<i>Por: Caio Antunes</i>	
Mészáros para além de Lukács: aluno e mestre em confronto	57
<i>Diego Alberto Biancolin</i>	
O debate sobre ideologia e produção de consensos na ordem burguesa em Mészáros	69
<i>Gláucia Lelis Alves</i>	
Igualdade substantiva e a alternativa socialista para a humanidade: a perspectiva de István Mészáros	91
<i>Kaithy das Chagas Oliveira</i>	
A luta revolucionária pela igualdade substantiva para além do capital	105
<i>Lênin Tomazett Garcia</i> <i>Anita C. de Azevedo Resende</i>	
Mészáros, sobre a emancipação das mulheres: um aporte teórico-político para as mulheres da classe trabalhadora no Brasil	121
<i>Lívia de Cássia Godoi Moraes</i>	
Produção destrutiva e agroecologia: contribuições teóricas para a crítica a “revolução verde” na teoria de István Mészáros	141
<i>Henrique Tahan Novaes</i>	



Educação em Mészáros 163
Caio Antunes

Em busca de uma “educação além do capital” e a questão do ensino
formal no Brasil 181
Janaynna de Moura Ferraz
Deise L. S. Ferraz
Bárbara K. F. Biondini

RESENHAS

Para além do capital: rumo a uma teoria da transição 207
Por: Antonino Infranca

Produção destrutiva e Estado capitalista 215
Por: Demetrio Cherobini

ENSAIOS

Trabalho precário e formação do trabalhador: a precariedade como modo
de ser 223
Hugo Leonardo Fonseca da Silva

ARTIGOS

A experiência do primeiro curso técnico integrado em dança no Brasil 251
Amanda Santos Lima
Celia Regina Otranto

O princípio de brevidade e a atuação profissional frente ao tempo de
privação de liberdade 275
Cristiano Rodineli de Almeida
Sidelmar Alves da Silva Kunz



SUMMARY

Editorial11

THEMATIC DOSSIER

Presentation of the Dossier in Memory of István Mézzáros 15
Caio Antunes

István Mézzáros, original revolutionary thinker23
Jorge Giordani

István Mézzáros and the ideal of human emancipation: interview with
Ricardo Antunes31
By: Caio Antunes

Mézzáros beyond Lukács: student and master in confrontation 57
Diego Alberto Biancolin

The Mézzáros' debate on ideology and production of consensus in the
burgues order 69
Gláucia Lelis Alves

Substantive equality and socialist alternative for humanity:
the perspective of István Mézzáros91
Kaithy das Chagas Oliveira

The revolutionary struggle for substantive equality beyond capital 105
Lênin Tomazett Garcia
Anita C. de Azevedo Resende

Mézzáros about women's emancipation: a theoretical and political
contribution for working-class women in Brazil121
Lívia de Cássia Godoi Moraes

Destructive production and agroecology: theoretical contributions to the
critique of the "green revolution" in the theory of István Mézzáros 141
Henrique Tahan Novaes



Education in Mészáros 163
Caio Antunes

In search of "education beyond capital" and the question of formal
education in Brazil181
Janaynna de Moura Ferraz
Deise L. S. Ferraz
Bárbara K. F. Biondini

BOOK REVIEWS

Beyond capital: Towards a Transition Theory207
By: Antonino Infranca

Destructive production and capitalist State 215
By: Demetrio Cherobini

ENSAIOS

Precarious work and the education of workers: the precariousness as way
of being223
Hugo Leonardo Fonseca da Silva

ARTICLES

The experience of the first Technical Course Integrated in Dance in
Brazil251
Amanda Santos Lima
Celia Regina Otranto

The brevity principle and professional acting front the time of
deprivation of liberty275
Cristiano Rodineli de Almeida
Sidelmar Alves da Silva Kunz



ÍNDICE

Editorial11

DOSSIER TEMÁTICO

Presentación del Dossier en memoria de István Mészáros15
Caio Antunes

István Mészáros, pensador revolucionario original23
Jorge Giordani

István Mészáros y el ideal de la emancipación humana: entrevista con
Ricardo Antunes31
Por: Caio Antunes

Mészáros más allá de Lukács: alumno y maestro en confrontación 57
Diego Alberto Biancolin

El debate sobre ideología y producción de consensos en la orden
burguesa en Mészáros69
Gláucia Lelis Alves

Igualdad sustantiva y alternativa socialista para la humanidad: la
perspectiva de István Mészáros 91
Kaithy das Chagas Oliveira

La lucha revolucionaria por la igualdad sustantiva más allá de capital 105
Lênin Tomazett Garcia
Anita C. de Azevedo Resende

Mészáros sobre la emancipación de las mujeres: un aporte teórico-político
para las mujeres de la clase trabajadora en Brasil 121
Lívia de Cássia Godoi Moraes

Producción destructiva y agroecología: contribuciones teóricas para la
crítica a la "revolución verde" en la teoría de István Mészáros 141
Henrique Tahan Novaes



La educación en Mészáros 163
Caio Antunes

En busca de una "educación más allá del capital" y la cuestión de la
enseñanza formal en Brasil 181
Janaynna de Moura Ferraz
Deise L. S. Ferraz
Bárbara K. F. Biondini

RESEÑAS

Para allá del capital: en dirección a una teoría de la transición207
Por: Antonino Infranca

La producción destructiva y el Estado capitalista215
Por: Demetrio Cherobini

ENSAYOS

El trabajo precario y la formación de los trabajadores: la precariedad
como modo de ser223
Hugo Leonardo Fonseca da Silva

ARTÍCULOS

La experiencia del primer curso técnico integrado en danza en Brasil251
Amanda Santos Lima
Celia Regina Otranto

El principio de brevedad y la actuación profesional frente El tiempo de
privación de libertad275
Cristiano Rodineli de Almeida
Sidelmar Alves da Silva Kunz



EDITORIAL

Hoje, dia 1º de outubro de 2018, completa um ano da morte do filósofo húngaro István Mészáros. Em sua homenagem, a RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade dedica este número, o qual traz um dossiê organizado pelo Prof. Dr. Caio Antunes, da Universidade Federal de Goiás (UFG).

István Mészáros nasceu em Budapeste, em 19 de dezembro de 1930, e viveu 87 anos, tendo deixado para a humanidade um vasto e profícuo legado para o pensamento social, político e econômico, fazendo jus ao notório reconhecimento no meio científico como um dos mais importantes marxistas da atualidade. Professor emérito da Universidade de Sussex, na Inglaterra, onde ensinou filosofia por quinze anos, antes atuou também, durante quatro anos, como professor de Filosofia e Ciências Sociais na Universidade de York, neste mesmo país.

Sabe-se que este grandioso intelectual havia nascido em uma família modesta, criado pela mãe, operária. Por necessidade, ainda na adolescência, aos doze anos de idade, também foi operário em uma indústria de aviões de carga, feito possibilitado por uma manobra cartorial em que teve sua idade aumentada em quatro anos em seu registro de nascimento, de modo a alcançar a idade permitida para trabalhar à época. A experiência como operário se deu paralelamente ao acesso aos estudos na Hungria socialista e isto marcou sua compreensão da educação como forma de superar os obstáculos da realidade, o que certamente determinou sua militância em defesa da formação da classe trabalhadora, especificamente da escolarização das maiorias, das populações periféricas, de modo a possibilitar condições concretas de libertação para todos e todas, tendo sempre Donatella Mészáros a seu lado, sua companheira desde 1955.

Após a Segunda Grande Guerra, em 1945, iniciou seus estudos universitários. Em 1951, foi aceito para trabalhar como assistente de György Lukács no Instituto de Estética da Universidade de Budapeste, tendo defendido sua tese de doutorado, em 1954. Mészáros teria sido o sucessor de Lukács nesta Universidade, não fosse o levante húngaro de outubro de 1956 e a conseqüente invasão das tropas soviéticas na Hungria tê-lo obrigado a exilar-se na Itália. Neste país, lecionou na Università di Torino, indo posteriormente trabalhar na University of St. Andrews, na Escócia – onde recebeu o título de Professor Emérito, em 1991 – e na University of Sussex, além da Universidade Nacional Autônoma do México e na University of York, no Canadá. Em 1977, retornou à University of Sussex, tendo lá permanecido até encerrar suas atividades docentes, em 1995, quando recebeu desta universidade o título de Professor Emérito de Filosofia.

No decorrer de sua carreira acadêmica, o filósofo húngaro ganhou prêmios e inúmeras homenagens, tais como: o Attila József, em 1951; o Isaac Deutscher Memorial Prize, em 1970, por *A teoria da alienação em Marx*; a eleição a membro da Academia Húngara de Ciências, em 1995; o título de Pesquisador Emérito da Academia de Ciências Cubana, em 2006; e o Prêmio Libertador al Pensamiento Crítico, em 2008, concedido pelo Ministério da Cultura da Venezuela, por sua obra *O desafio e o fardo do tempo histórico*.

István Mészáros é autor de uma vasta e profunda obra que marcou não só o pensamento marxista, mas desafia de modo contundente todo o pensamento social acerca do sistema social de produção e reprodução da vida material sob a égide do capital. De sua valiosa bibliografia, poderíamos destacar: *Marx's theory of alienation*, publicada em Londres, em 1970; *The work of Sartre: search for freedom*, publicado em Brighton, em 1979; *The power of ideology*, publicado



em Brighton, em 1989; *Beyond capital: towards a theory of transition*, publicado em Londres, em 1995. Nos últimos anos de vida, Mészáros dedicava suas pesquisas e escritos à produção de um livro de crítica radical à natureza, origem e função do Estado sob o capital. Trata-se de um projeto ambicioso de um extenso tratado de mais de mil páginas sobre o Estado, que abrange desde sua formação arcaica no despotismo oriental até a constituição moderna do Estado liberal, cujo título denotava uma reutilização do conceito de Estado de Hobbes: *Para além do Leviatã: crítica do Estado*. Esta obra está prevista para ser publicada no Brasil pela Boitempo, mas sem data precisa ainda.

O *Dossiê em Memória de István Mészáros* é uma singela homenagem a este grandioso intelectual orgânico da classe trabalhadora, em reconhecimento à originalidade de seu legado ao pensamento social, político e econômico. Sob organização cuidadosa de Caio Antunes, os oito artigos que compõem o Dossiê são antecedidos pela tradução de uma homenagem de Jorge Giordani, a qual circulou pelo mundo a partir do dia seguinte a morte de Mészáros, e por uma entrevista de Ricardo Antunes, um dos maiores responsáveis pela introdução do filósofo marxista no Brasil. Também fazem parte do dossiê, duas resenhas de obras importantes de Mészáros: uma do livro *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* e outra do livro *Produção destrutiva e estado capitalista*. Embora estas obras resenhadas não tenham sido publicadas nos últimos dois anos, como é norma da RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade, optamos por abrir-lhes uma exceção em virtude da relevância e pertinência destas resenhas como componentes do dossiê. Entretanto, para seguir a estruturação editorial do número da revista, as resenhas aparecem, em seção destacada, logo em seguida aos artigos.

Além do dossiê, neste número contamos ainda com um ensaio e dois artigos científicos. O Ensaio, de Hugo Leonardo Fonseca da Silva, um dos mais jovens e promissores cientistas sociais da Universidade Federal de Goiás, a questão da precarização do trabalho e do trabalho precário é problematizada à luz da teoria marxista, onde o autor aponta que as teses sobre o trabalho precário mantêm-se, predominantemente, em uma aparência crítica das atuais relações de trabalho e da organização da produção, de modo que acabam por sustentar a hipótese de construção de um novo contrato social capaz de reatar os laços de solidariedade e coesão social nos marcos do capital, tendo como horizonte a perspectiva reformista. Na seção de artigos avulsos, um deles, de Amanda S. Lima e Celia R. Otranto, trata da implantação e desenvolvimento do Curso Técnico Integrado em Dança da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch (ETEAB), primeira experiência de curso técnico integrado em dança no país. O outro, de Cristiano R. Almeida e Sidemar A. S. Kunz, trata da experiência de socioeducadores de um Centro de execução de Medida de Internação localizado na cidade de São Paulo, o qual apresenta a constatação de que o tempo da Medida Socioeducativa de Internação é considerado uma importante variável e utilizado como método de intervenção por supostamente provocar mudanças no adolescente a despeito das demais intervenções técnicas e pedagógicas.

Enfim, são estas as contribuições que o quinto número da RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade traz para a reflexão e o debate. Boa leitura a todas e todos.

István Mészáros, presente!

Nova Iguaçu (RJ), em 01 de outubro de 2018.

O Editor

Dossiê

***Em Memória de István
Mészáros***

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ EM MEMÓRIA DE ISTVÁN MÉSZÁROS

Caio Antunes¹

*O bom educador é alguém que
inspira a autoeducação*

(István Mészáros)

Há exato um ano falecia István Mészáros.

Autor audacioso e potente, legou-nos uma obra vasta e profunda, original e polêmica, composta de mais de duas dezenas de livros traduzidos para diversas línguas, em vários países, e uma imensidão de artigos e capítulos espalhados por incontáveis revistas e coletâneas.² Mais do que um rigoroso estudioso de Marx, Mészáros é um continuador de sua obra – sem jamais abandonar, que fique claro, seus marcos teóricos e políticos. Seu pensamento suscita, ontem como hoje, em muitas partes do globo³, intensos debates.

A entrada de seu pensamento no Brasil dá-se no ano de 1981, com a publicação de *Marx: teoria da alienação*, seguida de outros livros e artigos, publicados ao longo das décadas de 1980 e 1990. Mas, é com a publicação de sua *Opus Magnum*, em 2002, que Mészáros firma seu caminho para tornar-se um autor central no debate crítico e emancipatório brasileiro, nas mais variadas áreas do conhecimento.

O dossiê que aqui se apresenta indica, de certo modo, um pouco desta trajetória e influência, marcando, ainda que brevemente, e em posições/interpretações por

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde também concluiu a Licenciatura em Educação Física e o Mestrado em Educação. Atua como professor da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: antunescs@uol.com.br

² Ao fim desta Apresentação consta uma lista dos livros publicados por István Mészáros. Para maiores informações acerca de sua obra, consultar <<https://marxismo21.org/istvan-meszaros-1930-2017/>>.

³ Basta mencionar, com indício, o fato de que sua obra de maior projeção internacional (*Marx's theory of alienation* (MÉSZÁROS, 1972)), lançada em 1970, chegava à terceira edição apenas 18 meses após sua publicação.



vezes distintas, uma pequena parte da variedade e da importância de temas abordados e suscitados pela obra meszariana.

Este dossiê se abre com uma delicada homenagem de Jorge Giordani⁴ a seu grande professor, amigo e interlocutor. De início mais afetivo, a homenagem traça um rápido painel teórico e biográfico de Mészáros, desde a saída forçada da Hungria, após o levante de 1956, até o final de sua vida em 2017, na Inglaterra.

Esta homenagem é seguida de uma entrevista a mim concedida por Ricardo Antunes, interlocutor e amigo próximo de István Mészáros, com quem durante décadas estabeleceu intenso e profícuo diálogo. Nela, são abordados temas que vão desde a inserção do pensamento de Mészáros no Brasil, até o último grande projeto do filósofo húngaro – deixado inacabado.

Dos artigos seguintes, o primeiro, de autoria do italiano Diego Alberto Biancolin, traduzido para o português por Stefano Mota⁵, no qual o autor aponta aproximações e distanciamentos entre as formulações de István Mészáros e de seu mestre, György Lukács, mais precisamente entre os clássicos *História e Consciência de Classe*, de 1923, e *Para Além do Capital*, de 1995. O segundo artigo, de Gláucia Lelis Alves, perquire a categoria da ideologia, indicando sua fulcral funcionalidade para manutenção da reprodução da ordem burguesa, a partir do deslocamento, operado pelo Estado burguês, do conflito para a conciliação de classes com vistas a justificar a desigualdade socialmente criada pelo sistema, considerada como algo natural.

Na sequência estão dois artigos que abordam de forma complementar a categoria da igualdade substantiva, absolutamente fundamental para o sistema de Mészáros⁶. O primeiro, de Kaithy das Chagas Oliveira, confronta a substância meramente formal do conceito burguês de liberdade, importante elemento do processo de manutenção da subordinação estrutural do trabalho ao capital, com a noção meszariana da igualdade substantiva, elemento central da estratégia socialista na construção de um mundo para além do capital. O segundo, de autoria de Lenin Tomazett Garcia e Anita

⁴ Agradeço as gentilíssimas contribuições de Maria Orlanda Pinassi e Martin Scarpacci para a tradução e de Gláucia Lelis Alves para a revisão da tradução deste artigo.

⁵ Agradeço as gentilíssimas contribuições de Stefano Mota para a tradução deste artigo.

⁶ O filósofo húngaro chega mesmo a afirmar que a igualdade substantiva “não é apenas *um* dos muitos princípios orientadores do empreendimento socialista. Ocupa posição-*chave* no interior da estrutura categorial geral da alternativa hegemônica do trabalho à ordem de reprodução social estabelecida, já que todos os demais princípios orientadores vitais da estratégia socialista podem apenas adquirir seu *sentido pleno* em íntima conjunção com a exigência da igualdade substantiva” (MÉSZÁROS, 2009, p. 272).

Cristina Azevedo Resende, aponta o referido conceito como chave para a apreensão da concreticidade dos desenvolvimentos históricos do sistema do capital, uma vez que, no interior deste, a igualdade substantiva se mostra estruturalmente impossibilitada de existir.

Os artigos subsequentes, primeiro o de Lívia de Cássia Godoi Moraes, aborda o candente tema da emancipação feminina – tema enfrentado por Mészáros já na década de 1990 –, tanto em relação à divisão sociosexual do trabalho, quanto em relação ao interior da vida na família nuclear, sob a ordem sociometabólica do capital. O segundo, de Henrique Tahan Novaes, enfrenta a categoria da “produção destrutiva” – inversão operada por Mészáros da máxima schumpeteriana da “destruição produtiva” –, de modo a articular a ofensiva do agronegócio no Brasil e a necessária e incontornável devastação que ela impõe ao movimento interno da lógica do sistema do capital, apontando como alternativa de enfrentamento ao agronegócio as lutas pela construção da agroecologia, impulsionadas principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a partir da própria discussão meszariana acerca da “revolução verde”.

O último bloco da seção traz mais dois artigos que abordam a temática educacional. No primeiro deles, eu, Caio Antunes, busco compreender a categoria “educação” no interior do sistema teórico-filosófico-político de Mészáros, onde aponto, por um lado, a necessidade de sua apreensão em seu sentido mais amplo e, por outro, seu papel central na luta emancipatória da humanidade. O segundo artigo, de autoria de Janayna de Moura Ferraz, Deise Luiza Ferraz e Bárbara Katherine Faris Biondini, analisa o sistema educacional brasileiro apontando as relações entre a precariedade do trabalho, o nível de escolaridade ou a qualidade da educação e a intensificação da exploração do trabalho e apontam para a necessidade de sua superação.

Fungindo à regra da *RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade* que prioriza publicações dos últimos dois anos, justificadamente a seção final do dossiê traz duas resenhas que, embora refiram-se a livros mais antigos de Mészáros, enfatizam pontos centrais do debate suscitado por sua obra e adentram polêmicas advindas das diferentes apreensões e interpretações de seu sistema. Na primeira resenha, traduzida para o português por Gláucia Lelis Alves⁷, o italiano Antonino Infranca enfrenta a difícil tarefa de resenhar o colossal *Para Além do Capital*, situando rapidamente a obra na trajetória intelectual e política de Mészáros e demarcando

⁷ Agradeço a gentilíssima contribuição de Gláucia Lelis Alves para a tradução deste artigo.

alguns de seus pontos fundamentais. Na segunda, Demétrio Cherobini resenha o texto *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, criticando, de um lado, determinadas interpretações da obra meszariana e, de outro lado, demarcando incisivamente a necessidade de uma retomada deste pequeno texto⁸ para uma adequada apreensão da formulação de Mészáros como um todo.

A humanidade vive tempos sombrios. A irracionalidade da determinação econômica se manifesta nas mais variadas formas: da devastação ambiental desenfreada aos tantos irracionalismos teóricos, passando pela multiplicação, em muitas partes do globo, dos mais grotescos neofascismos.

A obra de Mészáros é colossal porque colossal é o desafio que temos à nossa frente, como humanidade. E nesta imensa tarefa histórica de “transformação socialista plenamente sustentável” (MÉSZÁROS, 2007, p. 293), “o papel dos educadores e sua correspondente responsabilidade não poderiam ser maiores” (MÉSZÁROS, 2005, p. 58).

Mas recordemo-nos aqui da “educação do educador”! Assevera Marx que “a coincidência entre a altera[ção] das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como *prática revolucionária*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 534). Isto implica o amplo e profundo processo de passagem da “classe-em-si” para a “classe-para-si”, conforme Marx, ou da “consciência de classe contingente” para a “consciência de classe necessária”, conforme Mészáros. Em outras palavras, o processo de “automodificação humana” constitui-se, em verdade, em um processo revolucionário de “autoeducação” (MÉSZÁROS, 2006, p. 172).

Eis nossa singela homenagem a este grande intelectual e admirável ser humano que foi István Mészáros.

Referências

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: ensaios de dialética marxista. Trad. Telma Costa. Porto: Elfos, 1974.

⁸ Originalmente publicado no Brasil na década de 1980, foi depois incluído no *Para Além do Capital*.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846). Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. Trad. Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo e Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. Trad. Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Marx**: a teoria da alienação. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Zahar, 1981.

_____. **Marx's theory of alienation**. New York: Harper Torchbooks, 1972.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Trad. Ana Aguiar Cotrim e Vera Aguiar Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. Trad. Georg Toscheff. São Paulo: Ensaio, 1989.

PANIAGO, Cristina; PINASSI, Maria Orlanda; ANTUNES, Caio; CHEROBINI, Demétrio. **Dossiê István Mészáros**: (1930-2017). São Paulo, 04 jan. 2018. Disponível em: <https://marxismo21.org/istvan-meszaros-1930-2017/>. Acesso em 24 ago. 2018.

Lista de Livros de István Mészáros

MÉSZÁROS, István. **Szatira és valóság**. Budapeste: Szépirodahyly Könyvkiadó, 1955.

MÉSZÁROS, István. **La rivolta degli intellettuali in Ungheria**. Turim: Einaudi, 1958. (Edição brasileira: MÉSZÁROS, István. **A revolta dos intelectuais na Hungria**. Trad. João Pedro Alves Bueno. São Paulo: Boitempo, 2018)

MÉSZÁROS, István. **Attila József e l'arte moderna**. Milão: Lerici, 1964.

MÉSZÁROS, István. **Marx's theory of alienation**. London: Merlin Press, 1970. (Edições brasileiras: 1) MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; 2) MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006; 3) MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.)

MÉSZÁROS, István. **Aspects of history and class consciousness**. London: Routledge and Kegan Paul, 1971.

MÉSZÁROS, István. **The necessity of social control**. London: Merlin, 1971. (Edição brasileira: MÉSZÁROS, István. **A necessidade de controle social**. Trad. Mário Duayer. São Paulo: Ensaio, 1987.)

MÉSZÁROS, István. **Lukács' concept of dialectic**. London: Merlin Press, 1972. (Edição brasileira: MÉSZÁROS, István. **O conceito de dialética em Lukács**. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.)

MÉSZÁROS, István. **Neocolonial identity and counter-consciousness: essays on cultural decolonization**. London: Merlin Press, 1978.

MÉSZÁROS, István. **The work of Sartre: search for freedom**. Brighton: Harvester Wheatsheaf, 1979. (Edições brasileiras: 1) MÉSZÁROS, István. **A obra de Sartre: busca da liberdade**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ensaio, 1991; 2) MÉSZÁROS, István. **A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história**. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012).

MÉSZÁROS, István. **Philosophy, ideology and social science: essays in negation and afirmation**. Sussex: Wheatsheaf Books, 1986. (Edições brasileiras: 1) MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. Trad. Laboratório de traduções do CENEX/FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993; 2) MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. Trad. Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008).

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. Trad. Georg Toscheff. São Paulo: Ensaio, 1989.

MÉSZÁROS, István. **The power of ideology**. Brighton: Harvester Wheatsheaf, 1989. (Edições brasileiras: 1) MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996; 2) MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Trad. Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.)

MÉSZÁROS, István. **Beyond capital: towards a theory of transition**. London: Merlin Press, 1995. (Edição brasileira: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.)

MÉSZÁROS, István. **Socialism or barbarism: from the 'American Century' to the crossroads**. New York: Monthly Review, 2001. (Edição brasileira: MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Trad. Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.)

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Trad. Ana Aguiar Cotrim e Vera Aguiar Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. (Edição americana: MÉSZÁROS, István. **The challenge and burden of historical time: socialism in the twenty-first century**. New York: Monthly Review, 2008.)

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo et all. São Paulo: Boitempo, 2009. (Edição americana: MÉSZÁROS, István. **The structural crisis of capital**. New York: Monthly Review, 2010.)

MÉSZÁROS, István. **Estrutural social e formas de consciência: a determinação social do método**. Trad. Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo e Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009. (Edição americana: MÉSZÁROS, István. **Social Structure and Forms of Consciousness I: the social determination of method**. New York: Monthly Review, 2010.)

MÉSZÁROS, István. **A atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. Trad. Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2010.)

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II**: a dialética da estrutura e da história. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012. (Edição americana: **Social Structure and Forms of Consciousness II**: the dialectic of structure and history. New York: Monthly Review, 2011.)

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. Trad. Maria Izabel Lagoa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã**. São Paulo: Boitempo, no prelo.

ISTVÁN MÉSZÁROS, PENSADOR REVOLUCIONARIO ORIGINAL¹

Jorge Giordani²

*In memoriam de
István Mészáros*

Resumo: o texto é uma homenagem à István Mészáros. Nele, Jorge Giordani traça um rápido painel teórico e biográfico do autor de *“Beyond Capital”*, desde a saída forçada da Hungria, após o levante de 1956, até o final de sua vida em 2017, na Inglaterra. Nesta homenagem, fica explícita não só a admirável personalidade de Mészáros, como também a originalidade e o caráter revolucionário de sua teoria.

Palavras-Chave: István Mészáros – Marxismo – Teoria Social.

ISTVÁN MÉSZÁROS, ORIGINAL REVOLUTIONARY THINKER

Abstract: the text is a tribute to István Mészáros. In it, Jorge Giordani traces a rapid theoretical and biographical panel of the author of "Beyond Capital", from the forced exit of Hungary, after the 1956 uprising, to the end of his life in 2017 in England. In this honor, it is explicit not only the admirable personality of Mészáros, but also the originality and the revolutionary character of his theory.

Keywords: István Mészáros – Marxism – Social Theory.

ISTVÁN MÉSZÁROS, PENSADOR REVOLUCIONARIO ORIGINAL

¹ Este artigo foi traduzido por Maria Orlanda Pinassi e Martin Scarpacci e revisado por Glúcia Lelis Alves e Caio Antunes. Originalmente, esta homenagem a István Mészáros foi publicada em espanhol na *Question Digital* em 02/10/2017, disponível em: <http://questiondigital.com/inmemoriam-istvan-meszaros-pensador-revolucionario-original/>; no site *Rebelión*, em 05/10/2017, disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=232393>; e também no site *Aporrea*, em 05/10/2017, disponível em: <https://www.aporrea.org/ideologia/a253188.html>.

² Bacharel em Engenharia Eletrônica. Atua como professor e político de origem dominicana e italiana, nacionalizado venezuelano. Foi Ministro do Poder Popular para a Planificação do governo venezuelano até 17/06/2014. É chamado pelos mais próximos como *“El monje”*. E-mail: jorge.giordani@gmail.com



Resumem: el texto es un homenaje a István Mészáros. En él, Jorge Giordani traza un rápido panel teórico y biográfico del autor de "*Beyond Capital*", desde la salida forzada de Hungría, tras el levante de 1956, hasta el final de su vida en 2017, en Inglaterra. En este homenaje, queda explícita no sólo la admirable personalidad de Mészáros, sino también la originalidad y el carácter revolucionario de su teoría.

Palabras Clave: István Mészáros – Marxismo – Teoría Social

István Mészáros foi um pensador revolucionário original, cujos trabalhos permitem e permitirão, por muito tempo, compreender a crise que sofre a humanidade inteira, a crise estrutural da lógica de metabolismo do capital.

Depois de uma passagem, ainda adolescente, por uma série de ofícios que lhe permitiram, como ajudante de uma padaria, ou o que era uma fábrica produtora de peças para aviões, apreciar o trabalho como meio de vida, ingressou como estudante de filosofia, na Universidade de Budapeste, onde foi assistente de seu professor George Lukács e com quem selou uma amizade que permaneceu por toda a vida.

Ter podido conhecer pessoalmente István Mészáros constituiu para mim um enorme privilégio, uma honra poder aproximar-me de um ser humano extraordinário, comprometido até sua última fibra, com uma mudança social radical da sociedade, a sociedade, em unísono a vida cotidiana que enfrentou com humor e uma fina e profunda ironia.

Sua companheira de vida, Donatella, o acompanhou pelo mundo inteiro, desde que se conheceram na França, e então naquela Itália impregnada dos rastros do pós-guerra, na continuação dos trabalhos iniciados ao lado do Mestre e amigo na Hungria, seu torrão natal. Mészáros não cessou no propósito de alcançar uma elaboração crítica e construtiva da sociedade de seu tempo. Donatella, companheira de vida e com quem construiu sua família – Laura, Susie e George –, ao longo de um périplo desde sua saída da Hungria em tempos difíceis, passando pela Itália, Escócia, Canadá, para terminar fixando-se na Inglaterra de forma definitiva e concluindo na Universidade de Sussex com o reconhecimento de ser Professor Emérito dessa Casa de Estudos.

A perda de Donatella, em junho de 2007, significou para István Mészáros, com a definitiva semeadura que ela deixou em Rochester, a necessidade de concluir uma série de trabalhos os quais levou adiante durante a última década, particularmente aquela imensa tarefa de escrutinar e conhecer o Estado para além do Capital, como promessa que devia cumprir ante à solicitação de sua companheira de vida. Na elaboração desta árdua e complexa tarefa, a sorte terminou por não lhe dar a energia

vital suficiente para concluir uma obra que já tinha programada e que deverá ser continuada si quisermos manter a senda da construção de uma transição a uma sociedade baseada na lógica do metabolismo do trabalho, isto é, ao socialismo. Ficou para a posteridade esse esforço inaudito, que nem o próprio Marx se propôs e que não pode completar há mais de um século e meio.

Durante sua permanência em Turim, Mészáros publicou um desafiante livro acerca da rebelião dos intelectuais na Hungria (MÉSZÁROS, 1958). Mais tarde encontrou uma atmosfera diferente na Universidade de St. Andrews, na Escócia, instituição fundada em 1413, a universidade mais antiga e a terceira em países de língua inglesa. Ali nasce seu terceiro filho, depois de Laura, a primogênita, em Codogno, Itália e Susie, sua segunda filha, em Londres.

O reconhecimento da grandeza de Attila József o levou a traduzir, junto com Donatella, poemas dessa grande revolucionário e poeta húngaro (MÉSZÁROS, 1964). Anos depois, em um de seus primeiros trabalhos publicados, *A teoria da alienação em Marx*, começou a mostrar sua linha de pensamento no campo da filosofia marxista (MÉSZÁROS, 1970). Mészáros realiza ainda uma interpretação profunda da obra de seu Mestre George Lukács em um dos trabalhos posteriormente publicados (MÉSZÁROS, 1972). Em princípios dos anos de 1960 recebeu o Prêmio Isaac Deutscher Memorial Prize por seu trabalho intitulado *A necessidade do controle social* (MÉSZÁROS, 1971b), seguido por uma série de trabalhos relativos à obra de Sartre e ao estudo sobre o Poder da Ideologia (MÉSZÁROS, 1979; 1989).

Depois desses trabalhos, começou a sistematizar o que seria, possivelmente, sua obra magna acerca da compreensão da lógica do metabolismo do capital e da proposta de uma teoria da transição (MÉSZÁROS, 1995). Foi além dos trabalhos que o próprio Marx pode realizar e mais além daqueles trabalhos que tampouco pode realizar em seu plano original, também para além dessa lógica do capital imerso em uma crise estrutural que não é capaz de resolver contradições antagônicas: como a igualdade substantiva, as ambientais, as relativas às unidade de produção transnacionais e os Estados nacionais, tampouco as inerentes ao desemprego estrutural, pelo que Mészáros considera a necessidade de superá-las através de uma transição para outra lógica, a do trabalho, isto é, a sociedade socialista. Esta obra foi publicada em finais do ano de 1995, na qual vinha trabalhando há muitos anos, para não dizer décadas. Tal trabalho, lúcido e seminal, permitiu-lhe, entre outras coisas, dar novo sentido à obra de Karl Marx. Não somente no que o próprio Marx não viveu, mas também pelo significado de se alcançar lutas de novo cunho, superior às

anteriores, no interior do capitalismo cuja crise estrutural dura já décadas, desde o início aproximado dos anos sessenta.

A gigantesca obra de Mészáros continua produzindo resultados, entre outros, sem pretender ser exaustivo nem muito menos neste escrito, em termos dos problemas sociais e ideológicos (MÉSZÁROS, 1986; 2010a; 2011). E entre eles o relativo à atualidade histórica da ofensiva socialista (MÉSZÁROS, 2010b).

A obra de István Mészáros não somente procede como um rigoroso trabalho de investigação da realidade atual, senão também como um compromisso militante pelas causas justas do socialismo. Mészáros nunca deixou de mostrar seu lado ativo em prol das lutas dos povos da Terra, empenho que o levou a percorrer várias partes do mundo, desde seu país natal, onde suas obras nunca foram difundidas com seu devido reconhecimento até o final do sistema soviético em fins dos anos oitenta. Mais tarde, a mesma Academia Húngara não pode deixar de render homenagem a este ilustre intelectual comprometido com as lutas de maneira integral e genuína, em seu país e no resto do mundo pela causa do socialismo.

Uma faceta particular desse imenso e profundo compromisso com a humanidade se viu refletida nas visitas ao México, Brasil, Venezuela e Cuba, em diferentes ocasiões, brindando sua obra aos povos da América Latina e Caribe, ao propor uma teoria da transição superior à lógica do metabolismo do capital, isto é, a do trabalho.

Em sua obra consubstanciada pela perspectiva do socialismo no século XXI, recebeu o Prêmio Libertador ao Pensamento Crítico, concedido pelo Ministério da Cultura da Venezuela (MÉSZÁROS, 2008). Tendo em conta esses trabalhos vinculados ao processo de transição e os desafios que implicam a construção do socialismo no contexto da crise estrutural do capital, Mészáros pode elucidar alguns deles em seu enfrentamento de tamanha tarefa histórica. Um deles tem a ver com a possibilidade de tornar irreversível a construção do novo modelo, particularmente depois do ocorrido na União Soviética, dos enormes esforços e sacrifícios que surgiram depois da Primeira Guerra e o sofrimento do povo soviético ao rechaçar as pretensões da ofensiva nazista a partir de 21 de junho de 1941.

Ao considerar a experiência soviética como um sistema onde prevaleceu igualmente a lógica da extração de mais-trabalho, pela via política, e não como ocorreu no capitalismo nos tempos em que viveu Karl Marx, onde tal extração se dava e se seguia dando pela via econômica. Mészáros qualifica a experiência soviética como pós-capitalista porque priva da mesma lógica de metabolismo do capital.

Quando poderá existir uma sociedade onde a lógica prevalecente seja a do trabalho, é difícil de prever, questão que nem mesmo Marx enfrentou. A teoria da transição de István Mészáros é uma teoria de largo alento, de caráter claramente estrutural, que não deixa de considerar aqueles aspectos específicos que dizem respeito à vida e mesmo à sobrevivência dos quase 8 bilhões de seres humanos que habitamos o Planeta Terra. Nestes tempos corremos até o perigo de desaparecer como espécie humana se a maior sociedade industrial-militar e midiática - ou outro lugar deste arsenal mundial demente - explodir os milhões de ogivas nucleares com seus milionários megatons, ou se não chegam a superar-se, a ponto da desaparecimento humana, por via da destruição massiva de tais contradições antagônicas em que nos encontramos envolvidos.

A história das contínuas agressões do imperialismo norte-americano, já suficientemente conhecidas e sofridas, voltam a assomar-se no horizonte ainda num curto prazo. Sobre isso, Mészáros (2010c) se refere ao lapidar dictum de Rosa Luxemburgo, a heroína revolucionária, do “socialismo ou barbárie”, tais perigos não escapam da visão atenta e diligente de Mészáros.

Mészáros, atendendo a um pedido formulado por sua companheira Donatella, após sua ausência definitiva, se dedicou a trabalhar em uma obra necessária, a compreensão do Estado para além do Capital. Em um de seus primeiros mergulhos nesta descomunal tarefa, ele mesmo se expressa desta maneira:

É essa a magnitude da montanha que devemos ascender e conquistar. Há algum tempo eu falava de um “obstáculo himalaio”. Na verdade, me expressei muito breve. Nossa montanha equivale a muitos Himalaias uns sobre outros. E não existem nativos sherpas a explorar para realizarem o trabalho duro. Temos que fazer isso nós mesmos e só seremos capazes se estivermos dispostos a fazer frente aos riscos reais e aos obstáculos reais (MÉSZÁROS, 2015, p. 297).

Neste esforço que terá de sair à luz proximamente até onde puderam chegar sua energia criadoras e revolucionárias, István Mészáros nos entregou sua tarefa final, inconclusa, acerca da compreensão do papel histórico do Estado para além do Capital.

A vida e a obra de István Mészáros permanecerão ligadas à história dos grandes pensadores e renovadores do pensamento marxista. Como filósofo político soube chegar às causas mais profundas da realidade que nos está tocando viver, da mesma maneira que sua contribuição à transformação de um sistema metabólico que mostra seus limites absolutos e os sinais de esgotamento que lhes são próprios. Toda esta tarefa que, junto com sua companheira de vida e de luta, Donatella, decidiu

empreender se vê refletida e traduzida em muitos idiomas e em múltiplas edições que mostram o necessário reconhecimento em seu compromisso radical com um mundo capaz de superar a crise atual orientada a ser superada por outra ligada ao trabalho, o que significa nada mais nada menos que superar tudo o que temos. Pouca coisa para o tamanho intelectual de uma empresa iniciada por este revolucionário húngaro que segue e seguirá dando mostras, com seu legado, de sua coragem intelectual extraordinária que nos deixa sua semente definitiva como ser humano extraordinário em ciclópico esforço por construir uma sociedade justa e livre do domínio e da exploração.

Caracas, 01 de outubro de 2017

Referências

MÉSZÁROS, István. **Aspects of History and Class Consciousness**. London: Routledge & K. Paul. 1971a.

_____. **Attila József e l'arte moderna**. Milano: Lerici. 1964.

_____. **Beyond capital**. Towards a Theory of Transition. London: Merlin Press. 1995.

_____. **El desafío y la carga del tiempo histórico: el socialismo en el siglo XXI**. Caracas: Vadell Hermanos Editores; CLACSO, 2008.

_____. **Historical Actuality of The Socialist Offensive: Alternative to Parliamentarism**. London: Bookmarks Publications, 2010b.

_____. **La rivolta degli intellettuali in Ungheria**. Torino: Einaudi, 1958.

_____. **Social Structure and Forms of Consciousness – Volumen I: The Social Determination of Method**. New York: Monthly Review Press, 2010a.

_____. **Social Structure and Forms of Consciousness – Volumen II: The Dialectic of Structure and History**. New York: Monthly Review Press, 2011.

_____. **Lukacs' concept of dialectic**. London: Merlin Press, 1972.

_____. **Marx's theory of alienation**. London: Merlin Press, 1970.

_____. **Philosophy, ideology & social science: essays in negation and affirmation**. London: Wheatsheaf Books, 1986.

_____. **The Necessity of Social Control**. London: Merlin Press, 1971b.

_____. **The Necessity of Social Control**. New York: Monthly Review Press, 2015. [Parte 12 – “The mountain we must conquer: reflections on the State”. pp. 231-298.]

_____. **The Power of Ideology**. London: Harvester Wheatsheaf, 1989.

_____. **The Structural Crisis of Capital**. New York: Monthly Review Press, 2010c.

_____. **The Work of Sartre** – Vol. I, Search for Freedom. Brighton: The Harvester Press, 1979.

Recebido em 01/12/2017

Aprovado em 24/07/2018



ISTVÁN MÉSZÁROS E O IDEAL DA EMANCIPAÇÃO HUMANA: entrevista com Ricardo Antunes

Por: Caio Antunes¹

Resumo: Caio Antunes entrevista Ricardo Antunes, importante intelectual brasileiro que estabeleceu um contato bastante intenso com István Mészáros por mais de três décadas. Nela, o professor titular da UNICAMP aborda temas que vão desde a inserção do pensamento de Mészáros no Brasil, passando por aspectos teóricos fundamentais de sua obra, até culminar no último projeto que Mészáros estava desenvolvendo antes de falecer, no dia primeiro de outubro de 2017.

Palavras-chave: István Mészáros – Marxismo – Para Além do Capital.

ISTVÁN MÉSZÁROS AND THE IDEAL OF HUMAN EMANCIPATION: interview with Ricardo Antunes

Abstract: Caio Antunes interviews Ricardo Antunes, an important Brazilian intellectual who established a very intense contact with István Mészáros for more than three decades. In it, the emeritus professor of UNICAMP approaches themes that range from the insertion of Mészáros' thought in Brazil, passing through fundamental theoretical aspects of his work, until culminating in the last project that Mészáros was developing before dying on the first of October of 2017.

Keywords: István Mészáros – Marxism – Beyond Capital.

ISTVÁN MÉSZÁROS Y EL IDEAL DE LA EMANCIPACIÓN HUMANA: entrevista con Ricardo Antunes

Resumen: Caio Antunes entrevista Ricardo Antunes, importante intelectual brasileño que estableció un contacto bastante intenso con István Mészáros por más de tres décadas. En ella, el profesor titular de la Unicamp aborda temas que van desde la inserción del pensamiento de Mészáros en Brasil, pasando por aspectos teóricos fundamentales de su obra, hasta culminar en el último proyecto que Mészáros estaba desarrollando antes de morir, el día primero de octubre de 2017.

Palabras-chave: István Mészáros – Marxismo – Más Allá del Capital.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde também concluiu a Licenciatura em Educação Física e o Mestrado em Educação. Atua como professor da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: antunescs@uol.com.br



Ricardo Antunes é um intelectual e militante nacional e internacionalmente reconhecido. Pesquisador premiado, o autor de clássicos como *Adeus ao Trabalho?*, *Os Sentidos do Trabalho*, *O Continente do Labor*, a trilogia *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* e o recém lançado *O Privilégio da Servidão*, além de uma enormidade de artigos e capítulos de livros publicados em diversos países, foi amigo próximo e interlocutor intelectual de István Mészáros durante mais de três décadas.

Gostaríamos de agradecer imensamente ao Ricardo a generosa e gentil cessão desta entrevista, concedida em uma agradável manhã ensolarada de domingo, em sua casa, em um de seus raros momentos de não-trabalho.

Caio Antunes (CA): *Bom dia professor. Inicialmente, como seu deu a entrada do pensamento István Mészáros no Brasil?*

Ricardo Antunes (RA): Bom dia. A entrada do Mészáros no Brasil se deu, primeiro porque nós, especialmente um grupo de São Paulo, mas também no Rio de Janeiro, que nos denominávamos um grupo de influência lukasciana, conhecíamos aspectos da obra do Lukács – num primeiro momento, especialmente *História e Consciência de Classe* (LUKÁCS, 1974), e, posteriormente, também as obras maduras do Lukács, como a *Ontologia do Ser Social* (LUKÁCS, 2012), *O Jovem Hegel* (LUKÁCS, 1970), entre tantas. Nós também sabíamos que em torno de Lukács, especialmente na Universidade de Budapeste, orbitava um conjunto pequeno de jovens estudantes que trabalhava com os elementos fundamentais de sua perspectiva. Dentro desse grupo de jovens, a mais conhecida no Brasil, naquela época, era Agnes Heller (que tinha livros importantes, como *A teoria das Necessidades em Marx* (HELLER, 1978), *O cotidiano e a História* (HELLER, 2000), *O Homem do Renascimento* (HELLER, 1982) e *A Sociologia da Vida Cotidiana* (HELLER, 1977), para o qual Lukács faz um Prefácio lindíssimo (LUKÁCS, 1977), György Márkus, Ferenc Fehér, István Mészáros e outros.

Nós não tínhamos muita informação, mas já naquela época Mészáros despontava como uma figura diferenciada desse grupo, responsável por uma obra que começava a ganhar muito destaque. Podemos citar, como exemplo, *Marx's Theory of Alienation* (MÉSZÁROS, 1972) – entre outros livros também, mas este, de fato, naquela época, era de longe mais importante –, além de uma série de artigos e textos que abria uma reflexão crítica em relação à experiência do leste europeu, inclusive numa dimensão muito mais aprofundada e diferenciada do que a do próprio Lukács. Muito embora Lukács trouxesse, em sua obra, muitos componentes de crítica ao Stalinismo, para o que bastaria mencionar, na *Ontologia do Ser Social*, os capítulos em que ele trata de

Marx e as pistas que ele dá do socialismo asiático, como uma referência muito crítica à União Soviética, dizendo que a esta foi tomada como modelo de classissidade e de universalidade da Revolução, quando ela não era outra coisa senão uma revolução num país de tipo asiático. Portanto, uma Revolução singular ou particular que se tornou modelo de Revolução, principalmente pela tragédia do assim chamado marxismo-leninismo, que converteu a União Soviética em um modelo de Revolução a ser seguida pelos partidos comunistas.

A crítica de Mészáros a essa concepção – nós já líamos alguns artigos – destoava inclusive do que na época se chamava, aqui no Brasil e em outras partes, de modo indevido, de “Escola de Budapeste”. Nós achávamos que era um grupo mais ou menos integrado, tendo, num primeiro plano, a Agnes Heller, com uma proeminência maior, mas também György Márkus, que tem livros importantes também sobre Marx (MÁRKUS, 1974). Mas todos eles, digamos, inspirados, naquela fase, no que poderia se chamar de uma perspectiva ontológica, que rompia com positivismo, rompia com o estruturalismo dentro do marxismo e desenvolvia uma espécie de uma corrente crítica, repito: dentro do marxismo, aos chamados países do “bloco socialista” – que por si já é uma definição profundamente equívoca, porque ela parte do pressuposto de que aqueles países eram socialistas.

Foi a partir destas informações que nós tínhamos à época que o José Chasin, quando estava organizando, em 1983, na Paraíba – ele era professor da Universidade Federal da Paraíba UFPB –, um Seminário voltado para o centenário da obra de Marx, convidou, para fazer a conferência internacional, a figura do István Mészáros. É a partir daí que Mészáros entra no Brasil e a sua produção começa a ser mais conhecida. Por exemplo, há uma longa e importante entrevista que ele deu para Revista Ensaio, nesta época (MÉSZÁROS, 1984, p. 9-29), falando de suas relações com Lukács, de sua crítica ao socialismo real, da necessidade da ofensiva socialista, do papel fundamental que o trabalho e que a classe trabalhadora desempenham na transformação e na ruptura em relação ao sistema de capital, ideias aliadas à teoria da alienação que Mészáros desenvolve a partir de Marx em *Marx's Theory of Alienation*.

Em relação a este livro, a edição brasileira – *Marx: a teoria da alienação* (MÉSZÁROS, 1981) –, que tem muitos problemas de tradução, é pioneira aqui. Há também um artigo muito importante, chamado *Poder Político e Dissidência nas Sociedades Pós-Revolucionárias* (MÉSZÁROS, 1985), que inclusive, se eu não estou enganado, ele apresentou em um colóquio do *Il Manifesto*, aquele agrupamento à esquerda do Partido Comunista da Itália, e que depois foi incluído também como um

dos apêndices do *Para Além do Capital* (MÉSZÁROS, 2006). Tudo isso foi tornando o Mészáros uma figura importante. Inclusive, num primeiro momento, a Editora Ensaio publicou, além de artigos, alguns livros do Mészáros, como *O Poder da Ideologia* (MÉSZÁROS, 1996), *A Necessidade de Controle Social* (MÉSZÁROS, 1987) – que, se não estou enganado, é uma importante conferência que o Mészáros fez quando ele recebeu o prêmio *Isaac Deutscher Memorial Prize*²) e o *Produção Destrutiva e Estado Capitalista* (MÉSZÁROS, 1989), incluído também como capítulo 16 do *Para Além do Capital*.

Tudo isso fazia com que a obra do Mészáros ganhasse força. Tanto a sua obra passou a ser conhecida cada vez mais intensamente no Brasil, como ele ganhou um número grande de adeptos na medida em que ele abria, entre tantas pistas, aquilo a que eu já me referi anteriormente, que é a ideia de uma leitura da tragédia do socialismo bastante diferente das leituras dominantes.

Depois de ter publicado esses livros pela Editora Ensaio, no ano de 1998, eu estava na casa dele – prestes a voltar para o Brasil, depois de ter ficado um ano realizando uma pesquisa de pós-doutorado na Universidade de Sussex, na Inglaterra – quando ele me disse que queria publicar o *Para Além do Capital* com pouco mais de brevidade e que por isso pedia que eu ajudasse na escolha de uma nova editora. A edição de *O Poder da Ideologia*, publicado pela Ensaio, é uma edição cuidadosa, mas ela demorou muitos anos, segundo Mészáros, para ser publicada. Ele sempre teve, digamos, uma impaciência. Quando livros dele estavam prontos, ele queria vê-los sair com alguma brevidade. Impressionante que, por exemplo, nas publicações dele pela Editora Monthly Review, nos Estados Unidos e pela Editora Merlin Press, na Inglaterra – no tempo em que esta era dirigida por um velho socialista, John Saville, o mesmo que editou as obras do Thompson – ele fazia todo trabalho, no computador dele, não só de escrita do livro, mas toda a diagramação e editoração, de tal modo que o livro chegava na editora e ia direto para a gráfica e, dali há pouco tempo os livros estavam publicados.

Ele me disse então que não gostaria de ver o *Beyond Capital* [*Para Além do Capital*] (MÉSZÁROS, 1995), que foi um livro para o qual ele tinha dedicado pelo menos 25 anos da sua vida, publicado muito tardiamente, tipo 10 anos depois. Ainda mais porque um pouco antes, quando ele estava em uma viagem para uma atividade, não me lembro agora se no País de Gales ou Escócia, ele teve um ataque cardíaco dentro

² Prêmio recebido por Mészáros em 1971, pelo livro *Marx's Theory of Alienation*, no qual ele profere a palestra *A Necessidade de Controle Social*.

do avião. Desceu, foi imediatamente levado para o Hospital e teve a necessidade de fazer uma cirurgia de urgência. Isso tudo criou nele a necessidade de ver a publicação do livro, digamos, o mais rapidamente possível. Foi pensando nisso que ele me pediu para procurar uma nova editora. O contato primeiro, na sala da casa dele, foi em 1998.

Quando eu retornei ao Brasil falei com a Editora Boitempo, que comprou a ideia prontamente – aliás, fui eu que apresentei o Mészáros para a Editora Boitempo. Nós tivemos de fazer, na época, um *tour de force*³, como dizem os franceses, uma jogada intensificada, com auxílio da Editora da Unicamp, para tentar publicar o livro dele não tão tardiamente. Mas tratava-se de uma obra de mais de mil páginas e além disso, a tradução da obra de Mészáros é difícilíssima. Nós tentamos, na época, vários tradutores consagrados. Quando se falava no nome do Mészáros e no tamanho do livro, todos diziam: 'não, já estou comprometido! Isso é trabalho para muito tempo'.

Lembrando que o original tinha sido publicado em 1995 (tanto em Nova York, pela Monthly Review como pela Merlin Press, em Londres) e que o pedido dele foi em 1998, nós iniciamos, com o apoio da Editora Unicamp, toda a preparação e o livro foi publicado em 2002. É um milagre que um livro daquele tenha sido publicado em menos de 4 anos. Foi um empenho muito intenso nosso – da Boitempo, meu, como coordenador da coleção que trouxe o livro⁴, da Maria Orlanda Pinassi, que junto com outros fez a revisão, dos vários tradutores que de um modo ou outro entraram nesta obra e depois com toda a equipe de edição final – para que o livro ficasse com uma tradução ao menos razoável. Na época estava saindo também uma edição na Venezuela (MÉSZÁROS, 2001), com muitas dificuldades. O meu amigo Jorge Giordani, que foi aluno do István, e foi, depois, ministro do governo Chaves, também empenhou-se muito e fez alguma coisa parecida na Venezuela.

Hoje o Mészáros é um autor muito conhecido no Brasil, em várias partes do mundo também, naturalmente, mas no Brasil ele tem uma enorme admiração, e ele tinha uma enorme admiração pelo Brasil. Ele vinha com muita frequência para cá. Passou a ter uma relação preferencial com a Boitempo, a ponto de, especialmente nas obras mais recentes, dar os direitos autorais para a Boitempo – aliás, ele não recebia os direitos autorais das suas obras, ele doava, por contrato junto à Boitempo, integralmente para o MST, que ele admirava muito. Em outro momento, creio que o prêmio que ele recebeu, em dinheiro, na Venezuela pelo livro *O Desafio e o Fardo do*

³ Em tradução livre, algo como uma esforço conjunto para uma grande façanha.

⁴ Trata-se da coleção Mundo do Trabalho.

Tempo Histórico (MÉSZÁROS, 2007), foi doado para os cubanos e cubanas que tinham sofrido a devastação do Furacão Katrina.

A partir daí, com a Boitempo assumindo a produção das obras dele, quase todos os livros expressivos do Mészáros foram, ou estão sendo publicados no Brasil, mesmo aqueles livros mais antigos. Recentemente ele retrabalhou e publicou, ampliadamente, o livro sobre o Sartre (MÉSZÁROS, 2012) e o livro sobre Lukács (MÉSZÁROS, 2013), além das obras consagradas que são, depois do *Para Além do Capital, O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico* e os dois volumes do *Estrutura Social e Formas de Consciência* (MÉSZÁROS, 2011), além das que me referi anteriormente.

CA: *Retomando um ponto que você comentou, qual era a relação de Mészáros com Lukács e com a chamada a "Escola de Budapeste"?*

RA: Olha, muito do que eu sei da relação dele com Lukács e com a "Escola de Budapeste", entre aspas, é muito mais do meu convívio com ele do que pelo que ele deixou escrito – apesar de que naquela entrevista que ele deu para a Revista Ensaio ele fala um pouco disso – e desde que conheci o István, que foi no começo dos anos 1980, até a sua morte em outubro do ano passado, lá se vão pelo menos 35 anos de convívio muito intenso.

A primeira coisa que ele dizia era que a "Escola de Budapeste" era uma ficção, um mito! Nunca existiu a chamada "Escola de Budapeste"! Lukács tinha, sim, um grupo pequeno de pessoas próximas. Mas Mészáros me disse, dezenas de vezes, que ele discutiu muito duramente, no dia do enterro do Lukács, com os membros da chamada "Escola de Budapeste", novamente entre aspas, porque, repito, para ele isso nunca existiu. Na visão do Mészáros, isso foi uma construção; assim como a Escola de Frankfurt tem um peso importante, a Escola de Budapeste dava um lastro para seus membros: Lukács e a Escola de Budapeste. Mas segundo Mészáros, na verdade foi muito mais um lastro criado por alguns de seus seguidores, segundo ele, sempre segundo ele, como a Agnes Heller, Ferenc Fehér e outros, para ficar com a fama do Lukács, mas cada vez mais sem os fundamentos da sua obra. Tanto é que a Agnes Heller, como é possível constatar, abandonou a ontologia materialista lukacsiana, passou a fazer uma revisão muita crítica da obra do Marx e começou a se aproximar muito do Habermas e de uma certa leitura pós-moderna – embora, repito, a Agnes Heller fosse uma pessoa com muita influência no Brasil, em sua da chamada fase ontológica, lukacsiana, com livros muito importantes.

Quando Lukács fez a primeira versão grande da sua *Ontologia* – que é chamada de a Grande Ontologia, depois ele fez os *Prolegômenos* (LUKÁCS, 2010), a chamada Pequena Ontologia – ele mesmo não estava satisfeito com o desenho final da obra. Essa obra foi publicada sem a sua aprovação, porque ele morreu sem dar a chancela final para a publicação, mas tinha sido aberto um debate, publicado em uma revista italiana chamada *Aut-Aut*, onde a crítica da Agnes Heller e de outros à *Ontologia* de Lukács é muito dura. Ainda durante a vida de Lukács, começou a se desenvolver uma fase de revisão crítica profunda e de negação de sua obra. Isso fez com que Mészáros dissesse, e isso ele me disse *textualmente*, que, enquanto aquele grupo estava criando a logomarca Escola de Budapeste, estava desenvolvendo o mito de uma “Escola Budapeste” estava, ao mesmo tempo, no enterro de Lukács, sepultado a sua obra.

Mas veja, mesmo que se possa ver, no *Para Além do Capital*, dos capítulo 6 ao 10, uma crítica aguda ao Lukács em alguns pontos, Mészáros nunca deixou de ter no Lukács e na sua *Ontologia* um dos pilares fundamentais da sua reflexão, mesmo que discordando em muitos pontos de Lukács. Por exemplo: às teses do ‘socialismo possível’, do ‘bloco socialista’, que de certo modo Lukács não questionou com a radicalidade necessária, o Mészáros foi muito crítico. Ele não aceitava – eu vou voltar a isso – tais teses. Ele dizia: essas sociedades não criaram uma sociedade socialista, portanto a ideia de bloco socialista, socialismo real são eufemismos para fetichizar uma sociedade que, em última instância, era ainda prisioneira do sistema de capital.

Nós nunca veremos na obra de Mészáros qualquer referência à “Escola de Budapeste”. E quando ele via algum livro: ‘Mészáros, um dos expoentes da Escola de Budapeste’, ele ficava muito irritado. Eu mesmo, quando fui conversar com ele a primeira vez sobre isso, perguntei ‘como era a Escola de Budapeste’, e ele me respondeu: ‘isso nunca existiu! Isso é uma falsificação!’ Se o Lukács tinha meia dúzia de seguidores, isto é, um grupo pequeno, as diferenças entre eles eram muito grandes, especialmente entre esses dois grandes membros da juventude de alunos do Lukács: Agnes Heller e István Mészáros.

Tanto é que, eu acho que há uns 10 anos, mais ou menos – ele me contou intensamente isso –, ele foi na Academia Húngara de Ciências para fazer um debate sobre o futuro do socialismo. A Agnes Heller foi para dizer que o socialismo não tinha futuro e Mészáros foi para dizer que o socialismo era o único futuro possível para a humanidade. Parece que cumprimentaram-se formalmente e as falas foram ‘A’ e ‘Z’. E ele estava contente com o resultado desse debate, porque, veja bem, é muito difícil chegar na Hungria hoje e defender o socialismo. Mas o socialismo que o Mészáros defende não é o húngaro, pois o húngaro era uma tragédia, enquanto que a crítica da

Agnes Heller sempre foi insuficiente tanto ao socialismo realmente existente, quanto ao Marx e ao Lukács.

CA: *Além então de Lukács, quais outros autores e autoras mais influenciaram István Mészáros?*

RA: Bom, isso é, muito naturalmente, uma interpretação minha. Para mim Mészáros tem – e eu digo isso, inclusive, no *Prefácio* que fiz ao *Para Além do Capital* – três pilares. O primeiro, que é, de longe, o pilar principal, é a obra de Marx. O Mészáros tem uma leitura muito aberta e muito profunda do Marx. Eu cansei de ver, na biblioteca dele, os livros que ele lia, as consultas que ele fazia, e o Marx sempre foi central. Tanto é que o *Para Além do Capital* é uma ideia de Mészáros de tentar atualizar aspectos da obra *O Capital*, de Marx (2013), para o século XX, mas sempre profundamente inspirado na crítica da economia política, na filosofia e na teoria social de Marx.

A segunda principal influência foi Lukács – e eu digo segunda não cronologicamente, pois eu não saberia dizer quem ele leu primeiro, se Lukács ou Marx, eu nunca conversei com ele sobre isto. O Lukács é naturalmente um autor vital. O Mészáros tinha uma ligação muito profunda com o Lukács. Basta mencionar que um dos seus filhos inclusive chama György, ou, em italiano, Giorgio Mészáros. Eu não me lembro se ele me disse isso explicitamente, mas enfim... conversei tantas vezes com ele, nunca gravei nada. Somente uma vez. Ele não gostava de entrevista. Durante o ano em que eu trabalhei na Universidade de Sussex, nós íamos para a casa do István e da Donatella, em Rochester, a cada 15 dias e passávamos o final de semana lá. Nos finais de tarde, depois das refeições, ficávamos no jardim ou na sala conversando por horas. Se eu tivesse gravado as conversas teria provavelmente umas três mil horas de gravação.

Uma dessas coisas que ele disse para mim, uns 8 anos atrás, na casa dele, era que tinha mais de 100 cartas trocada com Lukács ao longo da vida inteira e que, quando ele morresse, essas cartas iriam se tornar públicas – como estão sendo agora preparadas, na Hungria, eu penso que sob os cuidados de Tamás Krausz, aquele autor que escreveu sobre Lênin (KRAUSZ, 2017).

A influência da formulação ontológica lukacsiana para Mészáros é muito importante. A sua crítica ao capital é uma crítica de base ontológica, uma crítica muito inspirada na construção aberta da *Ontologia* do Lukács, que ele admirava e incorporava, mas à qual também tinha críticas. Em relação a estas incorporações e

críticas, há pontos importantes, que merecem mais estudos. Mészáros chega a dizer, por exemplo, que a teoria do valor de Lukács, tal como aparece em suas obras maduras, especialmente a *Ontologia do Ser Social*, traz algumas incompreensões da teoria do valor de Marx. Mas isso dito por um lukacsiano! Assim como alguns lukacsianos partiram de Lukács para entender o Kafka, em relação à qual Lukács tinha muitas reservas, posição que depois acabou revendo. O Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, foi um dos lukacsianos, aqui no Brasil, que mostrou que a teoria do Lukács era imprescindível para entender a obra de Kafka, ainda que Lukács não a tivesse compreendido, ou pelo menos não lhe tivesse dado o devido mérito.

Mas o ponto que eu acho que Mészáros tinha mais distância do Lukács, em relação ao qual eles discutiam muito – ele me contou várias dessas discussões –, mas com muito respeito, eram as opções políticas do Lukács. Lukács entendia que era melhor estar no Partido Comunista do que fora dele. Com isto Mészáros não concordava, e deixava isso bem claro desde logo.

Eu não me recordo ao certo se em 1954, ou 1955, Lukács, como professor na Universidade de Budapeste, indica Mészáros para substituí-lo na cadeira de estética. Quando houve a invasão russa na Hungria, em 1956, foi o Lukács que conseguiu colocar o Mészáros para fora do país, correndo riscos os dois. Lukács enviou cartas para Itália apresentando Mészáros como um jovem professor valoroso, estudioso, marxista, ou seja, recomendando Mészáros para que ele pudesse conseguir trabalho. Lukács o ajudou a sair da Hungria porque sabia o papel que Mészáros teve, como um intelectual marxista rebelde, contestando abertamente o Partido Comunista Húngaro, ao qual, que eu saiba, ele jamais pertenceu, pois Mészáros rechaçava a estrutura stalinista do PCH.

Este rechaço nos leva, para fechar esse ponto, à terceira influência de Mészáros. Esta influência, que na minha opinião é menor do que as duas anteriores, mas maior que a de Lênin, é a da obra de Rosa Luxemburgo.

Na crítica da economia política do século XX da Rosa Luxemburgo, na ideia de imperialismo, na articulação complexa entre áreas avançadas e atrasadas e na concepção político-organizativa da Rosa, Mészáros via uma alternativa àquilo que ele era muito crítico, ao Bolchevismo e seu partido de vanguarda. Mészáros sempre foi contra o partido de vanguarda! Claro, uma coisa são situações excepcionais, de ditadura por exemplo, mas ele sempre foi contra a ideia de um partido no qual uma vanguarda iluminada dirige as massas. A principal influência que ele tem neste caso é da Rosa.

Mészáros tem também influência de Gramsci e de outros autores, que ele conheceu bem. Há um período de sua obra inclusive em que a presença do Gramsci é muito grande, mas eu não diria que Mészáros tem uma obra gramsciana. Ele tem, sim, uma obra marxiana, lukacsiana e uma influência luxemburguista. E ele soube fazer dos três uma coisa especial, porque não são três autores idênticos entre si. E isso fez com que Mészáros fosse um autor também singular. Influências do Marx, do Lukács, da Rosa e a sua própria reflexão, que é autônoma, ainda que influenciada por esses três.

CA: Na vasta produção de István Mészáros, quais você considera as suas principais obras e por quê?

RA: Bom, ele tem algumas dezenas de livros. São três livros os que eu acho que são mais importantes, segundo a minha leitura, principalmente pelo impacto que tiveram. O primeiro é o *A Teoria da Alienação em Marx*, publicado em 1970. Esse livro, de grande profundidade, que traz uma pesquisa muito densa, foi decisivo!

Em um período em que estava muito presente a tese althusseriana da ruptura epistemológica entre o jovem Marx e o velho Marx, Marx ideólogo e Marx científico, ideologia e ciência, Mészáros apresenta um livro que mostra como as concepções desenvolvidas por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (MARX, 2004) ganham densidade ontológica n' *O Capital*, mas não são uma ruptura. Evidentemente que na teoria do fetichismo da mercadoria, presente no primeiro volume de *O Capital*, Marx já tem a solidez da sua crítica da economia política, que é ainda muito embrionária nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, pois 20 anos de estudo fazem uma diferença danada. A teoria do valor não existia ainda, não existiam mais-valor absoluto e relativo, apenas a ideia inicial de uma exploração *lato sensu*. Portanto, entre as teorias da alienação, da reificação, e do fetichismo da mercadoria, o Mészáros via uma continuidade adensada.

Este livro de Mészáros rompia radicalmente com aquelas concepções dualistas, estruturalistas de Marx: o jovem Marx mais próximo de uma construção ideológica e o Marx de maturidade, finalmente, um Marx cientista. Sua crítica é radical a esta concepção ao mostrar como se poderia fazer uma crítica ontológica densa do capital que fosse recuperadora da formulação marxiana da alienação.

Esta obra teve um grande impacto também porque surge em um momento, obviamente posterior às lutas de 1968, em que nós não tínhamos ainda vivido a nova fase contra-revolucionária do capitalismo, que se abre a partir de 1973, com o

sistema financeiro, a reestruturação produtiva permanente do capital, e, poucos anos depois, em 1979, com o neoliberalismo. Este livro é muito importante e foi publicado nos mais distintos países do mundo, na Europa, América do Norte, América Latina, Ásia, Oriente Médio. Este é provavelmente o livro mais publicado em outras línguas do Mészáros – eu digo provavelmente porque eu não tenho acompanhado isso ultimamente, mas eu diria, com muita convicção, esse livro deve ter sido publicado em uns 15, talvez 17 países.

E nesse livro Mészáros já desenhava seu projeto, que pretendia culminar no seu segundo grande livro – não estou comparando um com outro, porque o seu segundo grande livro veio 25 anos depois, publicado em 1995, na Inglaterra. Isso é uma coisa muito impressionante no Mészáros: o fio condutor e a coerência de sua obra. É um traço, assim, muito, muito impressionante. Ele foi preenchendo seu trabalho, ponto a ponto, passo a passo, até chegar no que talvez seja sua obra mais densa, a sua obra, digamos, mais radical, no sentido de ir às raízes do sistema do capital. É também sua obra mais original, porque *A Teoria da Alienação em Marx* é original na recuperação de um autor, mas em *Para Além do Capital* Mészáros está oferecendo, desde logo, um complexo entendimento do sistema capital – e dentro dele de como se compreender a tragédia dos países do leste europeu –, fazendo um percurso que vai desde da reflexão teórica de Hegel, Lukács e Marx, até os aspectos, digamos, da destruição capitalista. Ele cria, recuperando uma ideia que é do Marx, a ideia da taxa decrescente do valor de uso das mercadorias, mostrando que o capitalismo não pode mais se desenvolver senão destruindo. Isto significa que no sistema do capital a mercadoria tem que ter um tempo mínimo, cada vez menor, de duração para que o capital possa se valorizar.

Ao desenvolver a tese, em fins de 1960, começo de 1970, de um sistema de metabolismo social que só pode se reproduzir destruindo a natureza, o ambiente, a força de trabalho e a humanidade, Mészáros anuncia, numa análise marxista – também aí sob influência de Marx –, a tragédia ambiental na qual estávamos entrando.

O John Bellamy Foster, que se tornou um dos mais qualificados analistas de Marx e das questões ambientais dos nossos dias, captou muito bem esta importância da obra do Mészáros, a quem faz referências muito frequentes. John Bellamy Foster talvez seja um dos que melhor conheça a obra de Mészáros hoje. Aliás, na própria Revista Monthly Review, vários dos seus artigos – bem como de outros autores da nova geração que hoje dirige a Revista, como Bret Clark, geração que é conhecedora

da obra de Mészáros e percebeu a sua riqueza – têm mostrado sempre a importância que sua obra teve na renovação do marxismo de esquerda nos Estados Unidos.

Mas se tal formulação de Mészáros já é, por si só, um monumento, o *Para Além do Capital* não se resume a isso. Por exemplo, um dos pontos mais importantes é quando Mészáros diz que não foi por acaso que Marx chamou sua grande obra de *O Capital*, e não de *O Capitalismo*. Para Mészáros, o sistema de metabolismo do capital, conceitualização que ele tira de Marx, é um sistema mais complexo, mais profundo e mais abrangente que o capitalismo. O capitalismo é um momento da história em que o sistema de capital se tornou generalizado. Mészáros diz que há sistemas de capital pré-capitalistas, nas formas de capital comercial, capital mercantil, capital usurário, em fases anteriores, nas quais apareciam sob formas precoces, preliminares. Mas vai dizer que as sociedades do leste europeu, ao tentarem romper com o capitalismo, não o superaram em direção ao socialismo, mas deram origem a um novo tipo de sistema de capital, o de tipo pós-capitalista, justamente porque não demoliram o tripé estruturante do sistema de capital, qual seja: o trabalho assalariado, o Estado e o capital privado. Mészáros afirma que a União Soviética eliminou o capital privado, mas não eliminou o Estado e não eliminou o trabalho assalariado. E mesmo que tivesse eliminado mais um destes polos, trabalho assalariado por exemplo – e em toda a União Soviética trabalho assalariado teve vigência, ainda sob modos um pouco diferentes ou, em alguns momentos, mesmo bastante diferentes do capitalismo – a ideia de superar o Estado nunca pode ser levada à frente com força.

Não é por outro motivo que ele, nos últimos 8 anos de sua vida, estava condensando um conjunto espetacular de leituras para fazer o que ele dizia que seria a sua última obra: uma crítica radical do Estado. Mészáros sempre foi um crítico muito profundo, claro que com todas as mediações, da ideia, presente em muitos setores de esquerda, de fazer a transformação, a revolução, por dentro do Estado. Naturalmente, ele não confluía com os anarquistas, imaginando que você acabaria com o Estado no primeiro momento da revolução. Tampouco defendia o Estado mínimo neoliberal, porque o Estado é ruim. Não! Ele dizia que, dentro do sistema de capital, tem de se eliminar o tripé. Tem de se eliminar o trabalho assalariado, pela contrapartida do trabalho autônomo dos indivíduos livremente associados, de Marx; tem de se eliminar o capital privado, pois a sociedade não pode ser a sociedade da geração do mais-valor, do valor-dinheiro; e é impossível uma sociedade emancipada com o Estado, porque o Estado – e Mészáros também toma esta tese do Marx da juventude – é um ente político que preserva a estrutura desigual de classe. Para Mészáros, uma sociedade emancipada com Estado é uma impossibilidade.

E ele dizia que, e esta afirmação dele era muito dura, neste campo o marxismo havia avançado muito pouco – isso mesmo com conhecida a obra de Lênin (2007), que, segundo ele, era uma boa leitura sobre o que Marx havia dito sobre o Estado. Mas Lenin morre em 1924, enquanto que, para Mészáros, que morre em 2017, quase um século depois, foi possível perceber que o Estado se tornou um ente poderosíssimo.

Nos últimos anos da vida dele, nós conversamos muito sobre esse projeto. Muitas vezes ele me mostrou suas anotações, muito bem organizadas, capítulos, itens, subitens, tudo concebido na cabeça dele. Quando ele se sentava para escrever um trabalho, depois das leituras, já tinha todos os capítulos prontos na cabeça. Aliás, ele ficou anos lendo para este projeto. Ele voltou a ler dos gregos a Norberto Bobbio. Quantas vezes eu o vi em sua casa pegando de novo coisas do Hobbes, lendo Locke, Rousseau. Ele queria fazer uma releitura desde os gregos até hoje para chegar no que ele chamou de “a montanha que devemos conquistar”, mas para superar. Isso é muito importante! A conquista da montanha, do Estado, não é para preservá-lo. Não é isso! E nisso ele recupera outra tese muito importante do Marx, que era a tese da desapareção, ou do fenecimento do Estado. Uma vez ele me disse: “nós não temos uma lei que nos obrigue a almoçar. Nós almoçamos na nossa vida consuetudinária. Por que temos que ter uma lei que nos diga quando tempo temos que trabalhar?”

Outra tese importante do *Para Além do Capital* é que o sistema de capital é um sistema totalitário e totalizante – tese que Marcuse também apresentava. O Mészáros sempre foi muito crítico da Escola de Frankfurt, mas sempre teve muita admiração, apesar das diferenças, pelo Marcuse. É a ideia de um sistema de capital totalizante e totalitário e da necessidade premente do socialismo, frente a destruição global, algo que ele percebeu desde do final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Eu colocaria ainda um terceiro livro, talvez numa dimensão um pouco menor, mas que eu acho muito importante, que é *O Poder da Ideologia*. Nesta obra, Mészáros oferece uma analítica muito poderosa sobre a ideologia, apontando que a ideologia é parte da materialidade do capital, não da superestrutura. Mészáros tinha muita reserva com o uso geralmente mecanicista que se fazia dessas noções marxianas. Ele não compreendia a ideologia como mera parte da esfera da superestrutura. Como ele diz no *Para Além do Capital*, em relação ao Estado, este é parte da materialidade do capital. O Estado não é exclusivamente esfera superestrutural. O Estado é vital para o sistema de capital, que não suportaria uma semana sem o Estado. Ele ria daquelas teses do Negri e Hardt de que o Estado não tinha mais relevância, que o Império representava o fim da sociedade estatal, ele ria...

Tanto é que, pouco tempo depois, os atentados de 11 de setembro de 2001 e a força que os Estados Unidos ganharam levaram com que ele fizesse as digressões sobre o 'socialismo ou barbárie', em que ele mostra a tese do imperialismo global. Não é que não há mais imperialismo porque houve a globalização, é imperialismo global, coisa bastante diferente.

Retomando, n'*O Poder da Ideologia* ele faz um acerto de contas com o positivismo e opera uma demolição da obra habermasiana. Os habermasianos não gostam, mas ele faz uma crítica devastadora do Habermas. Ele faz uma análise muito mais positiva, por exemplo, do Marcuse. Aliás, ele me contou uma vez, não lembro se foi nos anos 1980, que o Habermas foi fazer uma palestra na Universidade de Sussex e que, quando ele terminou, o Mészáros lhe fez uma pergunta. O Habermas não sabia quem era ele e lhe disse que jamais esperaria uma pergunta daquele tipo de um Inglês. E o Mészáros, com aquela sua ironia fina, respondeu: 'acontece que eu não sou inglês'. Alguém deve ter dito ao Habermas, depois, que aquele era o aluno mais qualificado e especial de Lukács e que, diferentemente da Agnes Heller e outros, jamais abandonou a monumental construção da *Ontologia do Ser Social*. Aliás, é assim que o Mészáros se refere à *Ontologia* no livro dele sobre *O Conceito de Dialética em Lukács*: a 'monumental obra lukacsiana' – o que não significa que ela não seja passível de críticas, inclusive como ele fez.

A meu juízo, essas três são as obras as mais importantes do Mészáros.

CA: *Por favor, fale um pouco mais sobre esse projeto no qual Mészáros vinha trabalhando nos últimos anos da sua vida.*

RA: Eu acompanhei bem de perto tudo isso. Antes do ano de 1997 – ano do meu pós-doutorado – eu ia bastante para a Inglaterra e depois, sobretudo quando estreitei meus laços com grupo do *Historical Materialism*, eu passei a ir todos os anos para lá. Além disso, nos encontrávamos quando ele vinha ao Brasil e, às vezes, em outros países, como quando nos encontramos na França, no Seminário do *Actuel Marx* – no qual ele fez uma mesa com o François Chesnais, que ele admirava muito. Aliás, eles se admiravam reciprocamente e fui eu quem apresentou um ao outro.

Especialmente depois que Mészáros terminou os livros *Estrutura Social e Formas de Consciência*, volumes 1 e 2, ele tinha dois projetos em mente. Um era o de aprofundar a discussão sobre a determinação social do método, especialmente no que ele chamava de a questão metodológica. Mas havia um outro projeto, que ele tinha muita vontade de fazer, que era a crítica ao Estado. Ele ficou um bom período

mexendo com ambos. O que foi decisivo para que ele se decidisse, e isso foi ele quem me disse, foi a opinião da Donatella.

Um parêntesis: a Donatella foi uma companheira espetacular do Mészáros. Ela era uma professora primária, italiana, muito culta, que lia muito. Ela lia tudo o que ele escrevia, fazia correções, sugestões, críticas. É possível que aquele capítulo muito bonito do *Para Além do Capital* sobre a emancipação das mulheres tenha uma influência importante da Donatella, que era uma fervorosa defensora da igualdade substantiva das mulheres, para usar uma categoria do Mészáros. Ele me disse, várias vezes, que a Donatella achava que essa crítica ao Estado era, política e socialmente falando, decisiva! E o Mészáros sabia que esse seria seu último livro, que não teria fôlego para fazer outro, e queria ter mais uns quatro, cinco, ou seis anos para terminar isso. E foi a isso que ele se dedicou nesse último período.

Ele começou a trabalhar mais pesadamente nisto depois que publicou o volume 2 do *Estrutura Social e Formas de Consciência*, em 2011, pela Boitempo, e rapidamente em seguida pela Monthly Review. A partir desse período ele estava com cabeça no projeto da crítica ao Estado. Durante anos, a cada vez que eu ia na casa dele, ele me mostrava as anotações que ele tinha. Inclusive na última vez que eu estive com ele, em 2016, ele me mostrou um pequeno caderno, como se fosse uma agenda, no qual ele tinha toda estrutura do livro.

Inicialmente, ele pensava que teria apenas um volume, com algo em torno de seiscentas, setecentas páginas, mas aos poucos o trabalho foi ganhando mais amplitude – e isso sempre foi um traço da obra de Mészáros; digamos, a síntese não é o que predomina em sua obra – e, quando ele percebeu, teve a ideia de publicá-lo em dois volumes. Eu não me lembro de ele ter me falado da ideia de publicar em três volumes, mas enfim... Quando ele terminou uma primeira parte – da qual saiu um fragmento aqui no Brasil, na forma de um pequeno ensaio e depois sob a forma de livro (MÉSZÁROS, 2015), que saiu também nos Estados Unidos, pela Monthly Review – ele estava trabalhando pesadamente neste projeto.

A tese essencial deste projeto é, primeiro, que para ele, a contribuição do marxismo nesse terreno estava muito aquém das pistas deixadas por Marx – e isso incluindo Lukács, e mesmo o Lênin, como já mencionei. Ele entendia que havia, portanto, um problema que o Marx tinha deixado indicado e que era preciso aprofundar, que era a necessidade de enfrentar o problema do fenecimento do Estado. E isto o obrigou, como eu já mencionei, a reler desde os gregos até ciência política atual, por exemplo, Norberto Bobbio – que era um autor que, mesmo com

diferenças profundas, o Mészáros pessoalmente admirava, pois o Norberto Bobbio, junto com outras pessoas, foi muito generoso e o acolheu quando ele e a Donatella chegaram, exilados, na Itália; e ele nunca esqueceu essa generosidade.

Depois de exilarem-se na Itália, foram para a Escócia, passaram um breve período no Canadá, depois no México e por fim se fixaram definitivamente na Inglaterra, onde o Mészáros foi convidado, junto com Tom Bottomore (marxista bastante conhecido no Brasil), para fundar, dentro da jovem Universidade de Sussex, uma escola especial de ciências humanas, que fosse muito crítica e fora do tradicionalismo Inglês. Eles concebem a *Centre of Social and Political Thought* [Centro de Pensamento Social e Político], que congregava filósofos, economistas, sociólogos etc.

A tese central de seu projeto, então, é essa: o Estado é uma construção de classe e a emancipação humana é impossível com qualquer forma de Estado. Retomando aquela ideia do Engels da administração das coisas, Mészáros entendia que nós temos que enfrentar e aprofundar o problema do que seria uma sociedade com o fenecimento do Estado – portanto, algo radicalmente diferentemente dos anarquistas, pois não é uma explosão do Estado, como a de um prédio, é o fenecimento do Estado, que é antes uma instância anti-emancipadora, e que começa a se tornar supérflua, desnecessária e fenece.

Até onde eu sei, quando ele morreu, ele estava redigindo o último capítulo dessa primeira parte. Eu acho que nós não temos ainda o último capítulo dessa primeira parte. Quem deve ter essa parte final, por enquanto, é o pessoal da *Monthly Review*, que pretendia fazer o lançamento do livro Mészáros em uma atividade especial sobre ele. Penso então que ele enviou esse material para o Bret Clark e para o John Bellamy Foster, para que eles pudessem estudar e incorporar essa discussão na Revista.

Esse é o início do projeto inteiro do Mészáros. Ele deixou um pequeno caderno, como já mencionei, com todo escopo e a estrutura do projeto, em capítulos, itens e subitens, tinha até a conclusão, caderno que nós certamente vamos encontrar, no material deixado por ele, com a transferência da biblioteca dele para a Unicamp. Voltaremos a este ponto mais à frente.

De toda essa estrutura, ele acertou com a Boitempo de publicar o volume um, que já está quase pronto para publicação (MÉSZÁROS, S/d. – *no prelo*). Dos volumes dois e do três, eu nunca vi nada pronto, mas eu sei que Mészáros trabalhava da seguinte forma: ele trabalhava em partes separadas e guardava. É possível, portanto, que ele tenha partes dos volumes dois e três, ou pelo menos partes de estudos anteriores

que ele quisesse retomar. Textos já escritos para essa parte nova eu não creio, porque ele trabalhava muito sistematicamente. Ele chegou a me dizer também que a sua última viagem para o exterior seria para o Brasil para lançar esse livro.

Mas tudo isso está no seu acervo. A minha esperança é que esse material possa ser publicado. A minha ideia é que, se a Boitempo tiver já quase todos os capítulos, seja possível incluir essa última parte que ele estava finalizando e, se no seu acervo encontrarmos essa caderneta do projeto integral, possa se publicar de uma forma mais ou menos semelhante ao que se fez com a *Ética* de Lukács.

Lukács tinha rascunhadas várias páginas em que apontava o que pretendia trabalhar, e nunca trabalhou – a *Ontologia* era pensada para ser uma introdução à *Ética*, mas Lukács nunca chegou a concluí-la. E para o Mészáros (numa explicação diferente, por exemplo, da oferecida pelo Nicolas Tertulian e outros), Lukács não chegou a ética porque ele se viu em meio a uma barafunda, que tinha a ver com muitas coisas, inclusive com sua posição sobre o socialismo real, que ele não pôde resolver.

Mas fechando o parêntesis, Mészáros tinha na cabeça tudo organizado. Eu não sou capaz de lembrar ao certo os detalhes dessa última versão toda organizada que ele me mostrou, mas eu acho que ele concebia a ideia do projeto em dois livros, mas percebia que o projeto estava ficando, como sempre nos livros dele, maior do que o plano inicial. Aliás, o plano inicial dele de terminar os livros sempre estourava. Ele era, repito, muito organizado, mas por ter uma obra, digamos assim, muito volumosa, ele sempre ultrapassava os prazos que inicialmente estipulava.

Eu lembro, para dar um traço disso, quando Daniel Singer, aquele importante jornalista norte-americano do jornal *The Nation*, mas que vivia na França, que era muito amigo Mészáros, estava muito doente, ele pediu que o Mészáros fizesse o discurso em seu enterro. Essa é uma tradição ainda forte na Europa – o Engels proferiu esse tipo de discurso diante do túmulo do Marx (ENGELS, 1985).

Nós estávamos na França, em um colóquio sobre o Socialismo na França, o Mészáros, o Chesnais, eu e tanto outros, quando ele me disse que o Daniel Singer estava em seus últimos dias de vida e que ele tinha de voltar rapidamente para casa para preparar o discurso para o seu enterro. Nós voltamos para sua casa, em Rochester, e ele ficou uns dois ou três dias andando de um lado para o outro, subindo e descendo para o escritório. Conversava um pouco e dizia que tinha que ir trabalhar no discurso para o Daniel Singer, e subia novamente para o escritório, ficando lá, às

vezes, por horas. Dois ou três dias depois ele desceu com uma página e meia escrita e me pediu que lesse. Eu fiquei estupefato, porque ele subiu e desceu tantas vezes, que eu imaginei que eu fosse trazer uma coisa de umas trintas, quarenta páginas, para começar. Ele, então, me pediu para ler o perguntou o que eu havia achado. Eu li e disse: 'está ótimo, mas eu pensei que você fosse escrever uma coisa mais longa'. Ao que ele me respondeu: 'não, porque essas coisas são pequenas, você fala apenas alguns minutos, uma homenagem concisa. E, para mim, escrever uma página e meia é muito mais difícil do que escrever cem páginas'. Tanto é que, quando fiz o *Prefácio do Para o Além do Capital* em dez páginas ele falou: 'eu não sei como você conseguiu, dizer em dez páginas o que eu levei mil para falar'. Ele tinha a ciência de que ele era, digamos, prolixo.

Quando eu estive, em 2017, na Itália, a trabalho, de março a maio, ele insistiu muito para que eu fosse para a Inglaterra visitá-lo. Eu não pude ir porque estava trabalhando muito, tive que dar as aulas em italiano, tive muitos debates, enfim, estava muito cansado e não pude ir e lhe disse: 'em novembro nos vemos'. Lamentavelmente, ele falece em outubro e eu não mais o encontrei.

CA: *Você mencionou algo sobre a transferência da biblioteca do Mészáros para a Unicamp. Por favor, fale mais sobre isso.*

RA: Isso se deu a partir de uma dessas vindas dele ao Brasil, para o IFCH⁵, na Unicamp – não consigo me lembrar ao certo o ano, porque ele veio, a meu convite, pelo menos duas ou três vezes algumas vezes na Unicamp. No meio da apresentação dele, ele disse que quando morresse a biblioteca dele seria doada para o IFCH. Depois disso ele voltou a falar muitas vezes que a biblioteca dele viria para a Unicamp, que incluiria isso em seu testamento e me pedia que eu ficasse responsável por isso no Brasil.

Eu penso que isso se deve à acolhida que ele tinha tido no Brasil, à acolhida que sua obra teve na Unicamp, ao carinho com que ele e a Donatella eram recebidos em todas as partes, mas na Unicamp também, principalmente depois que ele começou a publicar os livros pela Boitempo.

E quando ele falava que os livros dele viriam para a biblioteca do IFCH quando ele morresse e que eu ia cuidar da transferência, eu brincava com ele: 'eu vou pegar o avião amanhã de volta para o Brasil, se o avião cair eu morro! A coisa mais

⁵ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

espetacular da história é que ninguém sabe quem vai morrer primeiro’. É que eu não queria falar sobre aquilo...

Quando ele faleceu, dia primeiro de outubro de 2017, eu estava inclusive em viagem, o Giorgio me ligou e me disse que o Mészáros tinha deixado no testamento dele que sua biblioteca seria doada para a Unicamp, sem custo algum – a Unicamp deveria arcar apenas com os custos de transporte. Ele não queria que jamais se cogitasse a ideia de vender sua biblioteca, que tem, aliás, um valor altíssimo. Alguma coisa entre doze e quinze mil livros, certamente a maior parte em inglês, mas também em italiano, francês, espanhol, alemão, russo, grego, latim, húngaro, português, farsi, mandarim. Há muitos livros de economia, sociologia, filosofia, história, literatura, poesia – praticamente só de literatura e poesia clássicas, pois ele me disse que nos últimos anos estava se desfazendo daquela literatura mais do dia-a-dia – e um acervo grande de filmes, ele gostava muito de cinema. Além disso, eu tenho a impressão, pelo que eu conheci do jeito dele, de que todas as cartas que ele enviou para o Lukács ele xerocava. Ele chegou, inclusive, a me mostrar muitos dos originais dos seus livros, que ele guardava em pastas. Enfim, tem muita coisa.

No presente momento nós estamos em conversa intensa com o reitor da Unicamp, que foi muito solícito e percebeu logo a importância desta aquisição – como eu falei, de mais ou menos de doze a quinze mil volumes. Uma coisa que ninguém sabe, só os amigos muito próximos dele, é que ele próprio mudou a biblioteca inteira da casa de Rochester, que era grande, para a casa de Ramsgate, que, embora com 3 andares (aquelas típicas casas inglesas, estreitas, cumpridas e geminadas), era pequena. Ele mudou todos os livros! Ele desfez todas as estantes que ele mesmo havia construído na casa de Rochester, pegava quinhentos livros por semana, colocava no porta-malas do carro, levava para Ramsgate e arrumava. Mas primeiro ele reconstruía as prateleiras – ele era um artesão – depois colocava os livros. Se são quinze mil livros, ele passou cerca de trinta semanas viajando. Imaginando que algumas semanas não foi possível fazer o transporte, ele ficou por volta de um ano para mudar tudo. Um dia eu perguntei por que ele não chamava uma empresa para fazer isso e ele me respondeu: ‘você está louco, Ricardo? Se eu chamar uma empresa eles vão misturar tudo e nunca mais vou achar os livros. Eu sei exatamente onde estão todos os meus livros’.

Então nós estamos trabalhando para que essa biblioteca venha para a Unicamp. Até onde nós sabemos, é o primeiro caso de doação de tão longe. Quando eu trabalhei no Arquivo Edgard Leuenroth nós recebemos acervos da Argentina. Mas,

neste caso, você coloca o acervo em um caminhão e traz – Buenos Aires é mais perto, por exemplo, do que Recife ou Fortaleza.

Isto vai ser um grande tento para a Unicamp, porque ele é um autor com uma importância muito grande não só no pensamento ocidental. Mészáros tem uma obra conhecida na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Itália, um pouco menos na França, seus livros chegaram na China, Índia, Oriente Médio, em vários países da América Latina. Ele tem leitores, digamos assim, fora do norte do mundo. Eu penso que isso se deva ao fato de que ele não é um autor eurocêntrico, ele é, em contrapartida, um autor da emancipação global, o que marca, inclusive, o seu anti-eurocentrismo. Isso é espetacular. Ele podia ter doado essa biblioteca para a Universidade de Sussex, que ele ajudou a criar, mas ele doou para a Unicamp, uma universidade de um país de terceiro mundo, um país dependente, periférico, mas com um movimento operário forte, uma classe trabalhadora forte, com pensamento crítico forte, como ele viu ao longo das últimas décadas. Isso é um gesto simbólico!

CA: *Por fim, o que István Mészáros representa para o Marxismo e qual é a atualidade do seu pensamento?*

RA: Primeiro, que o Marxismo não é responsável pela tragédia soviética e do leste europeu. A sua obra é uma crítica, de dentro e desde muito cedo, a isto. Ele me contou uma vez uma história espetacular. Ele me disse que na Universidade de Budapeste havia o chamado Departamento Lênin, que era o lugar da censura e pelo qual tudo deveria passar. Quando a obra era considerada, digamos, "heterodoxa", o autor tinha de ir no Departamento Lênin e se explicar para o burocrata stalinista de plantão. Mészáros estava apresentando algum estudo monográfico na graduação, um trabalho sobre literatura ou dramaturgia, não me recordo ao certo, quando foi chamado a prestar esclarecimentos no Departamento. Era um texto sobre estética e o burocrata stalinista húngaro olhava, lia, não entendia nada, mas sabia que Mészáros era um marxista anti-Partido Comunista Húngaro e que havia liderado levantes estudantis, de professores e de trabalhadores. Num dado momento, esse burocrata olha para ele e diz: 'mas por que você não faz como o camarada Stalin, que escreve tudo claro, tudo fácil'? E ele, com aquela ironia profunda, falou: 'mas o camarada Stalin não precisa provar nada do que fala! Eu preciso. Então o texto tem que ser um pouco mais complicado'. Aí o burocrata, que não sabia se ele estava provocando ou não, acabou carimbando o trabalho dele.

Então, como eu dizia, como ele veio da Hungria, do “bloco socialista”, entre aspas, ele não é um crítico de fora do “socialismo real”, ele é um crítico de dentro. Na sua juventude ele foi operário, trabalhador assalariado, veio de baixo, se eu bem me lembro do que ele me disse, o seu pai era muito pobre e, mesmo sua mãe sendo um pouco mais bem sucedida, ele teve que trabalhar desde muito cedo. Ele me contou uma vez que discutia com Lukács, falavam do socialismo, e ele perguntou ao Lukács: ‘você fala da miséria do povo, mas você sabe qual é o preço do pão?’ E o Lukács, que tinha aquela visão de que era melhor o pior socialismo do que o melhor capitalismo, não sabia qual era o preço do pão. Essa nunca foi a visão do Mészáros! Até porque ele não considerava aquilo ‘o pior socialismo’; ele dizia que não era nem socialista, nem capitalista, mas um sistema de capital pós-capitalista, um sistema que, embora tivesse uma produção, digamos, não-privada, precisava do Estado e precisava do trabalho assalariado. O ponto aqui é que a União Soviética havia eliminado a burguesia privada, mas pôs no lugar dela o Estado produtor, e isso levou a um processo de monumental hipertrofia do Estado, e isso se reproduzia, em maior ou menor proporção, nos países leste europeu.

A atualidade do seu pensamento neste plano é grande. Vejamos: resumidamente, nós temos, entre outras, a leitura do Trotsky sobre a burocracia e o fracasso soviético e a leitura de Charles Bettelheim sobre o capitalismo de Estado. O Mészáros não concordava com nenhuma dessas duas teses. Ele dizia que a burocracia não era a causa da deformação soviética, mas uma consequência. Por mais que ele reconhecesse a força da crítica do Trotsky ao socialismo em um só país – uma tese, aliás, do Marx – e reconhecesse que o Trotsky foi, naquele momento, a grande exceção, o único que não caiu na tese socialismo em um só país. Um socialismo em um só país era, para Mészáros, uma impossibilidade, ainda mais no sistema global do capital. Mészáros vai dizer que você terá mais chances de mudar o mundo se você tocar o coração do capital e não a periferia. E em relação à tese de Charles Bettelheim, que chamava o socialismo real de capitalismo de Estado, e chegou até a falar em capitalismo de Estado burguês, novamente, para Mészáros, trata-se de um sistema de capital pós-capitalista.

Só é possível compreender isso se eu entender que o capital é mais amplo que o capitalismo, que existe antes do capitalismo e pode existir depois, e este é um exemplo. Por exemplo, não é possível dizer que a China, hoje, é um capitalismo neoliberal *tout court*. Mas ninguém poderia dizer que a China hoje é socialista. Não dá! Na China, a presença do capitalismo é cada vez mais intensa, mas a noção de capitalismo de Estado também não parece ser suficiente. É um sistema complexo. A burocracia chinesa é monumental, mas há um capitalismo privado que se expande

sob o controle do Estado e do Partido Comunista Chinês, sendo que o Estado e o Partido Comunista detêm o controle do exército. É bem complicada a coisa por lá.

Em segundo lugar, um segundo campo de reflexão, que se desdobra do anterior, e que é uma força do pensamento do Mészáros é que temos que encontrar alternativas socialistas para a humanidade. Ou, como naquela síntese espetacular dele: "socialismo ou barbárie, e barbárie se tivermos sorte", pois pode ser pior que a barbárie. Aliás, barbárie nós já vivemos. Pode-se perceber, com isso, que ele não caiu nunca na tese do fim do socialismo.

Além disso, com uma noção ampla de trabalho, ele nunca partilhou da ideia de que a revolução seria feita pelos Partidos Comunistas de vanguarda, mas sim por uma organização de massa, contemplando múltiplos movimentos que dão potência à revolução e à transformação. Ele via, portanto, no final do século XX e no início do século XXI, a possibilidade efetiva de uma nova ofensiva socialista – nos dois últimos capítulos do *Para Além do Capital* ele trabalha pesadamente isso.

Em terceiro lugar, por sua produção, eu considero o Mészáros o melhor herdeiro da *Ontologia* de Lukács e do Marx, pois, ao contrário de Heller, Fehér e outros, que abandonaram o marxismo, a sua reflexão soube ser crítica ao Lukács, polêmica também, aqui e ali, em relação ao Marx, mas profundamente voltada para desmonte e superação do sistema capital. Mészáros mostra, com isso, a força de uma ontologia materialista, na melhor linhagem da dialética.

Em quarto lugar, ele nunca foi um autor eurocêntrico. Talvez por sua origem húngara – e depois pelas passagens pela Itália, Escócia, Canadá, um período curto no México, e, por fim, a Inglaterra – ele sempre conseguiu ter uma visão global. Ele pôde, por exemplo, perceber aquilo que chamou de "taxa diferencial de exploração" e nunca embarcou nas teses frankfurtianas da integração da classe operária, tese, aliás, que ele sempre rechaçou. Daí, por exemplo, a sua discordância profunda com a Escola de Frankfurt, especialmente de Adorno em diante.

Ainda no que concerne a este ponto, Mészáros nunca aceitou a ideia da ruptura simples entre o Lukács de *História e Consciência de Classe* e o Lukács da *Ontologia do Ser Social*. Ele afirmava que há sim uma ontologia em *História e Consciência de Classe*, diferentemente de um certo lukacsianismo mais tradicional – como no caso brasileiro, por exemplo, em que há toda uma linhagem para a qual o Lukács de *História e Consciência de Classe* é um gigante e o Lukács da *Ontologia do Ser Social* é

um demônio, e uma outra leitura que, inversamente, diz que o Lukács da *Ontologia* é um gênio e que *História e Consciência de Classe* não é.

A leitura do Mészáros incorpora criticamente toda a obra lukacsiana – recusando fortemente, portanto, a ideia de uma fase pré-ontológica e de outra fase ontológica. É possível perceber claramente que a influência de *História e Consciência de Classe* é forte no Mészáros, que a influência da *Ontologia* é forte e que a influência da crítica literária e da concepção estética do Lukács também são fortes. Mészáros consegue, portanto, ser um herdeiro do Lukács, mas um herdeiro, por assim dizer, herético. Para ele, Lukács não é um mito intocável, o qual ele reproduz. Ele vê na obra lukacsiana acertos e erros, e vê também muitos méritos, e talvez por isso seja ele um dos lukacsianos mais importantes, que preservou, até sua morte, em outubro do ano passado, a ideia de uma ontologia viva e não dogmática.

E por fim, e eu acho que isso é vital, um pensamento que jamais deixou de ver no mundo real as possibilidades de uma transformação radical. Um pensamento que jamais embarcou na tese da integração da classe trabalhadora, ou na tese de que o capitalismo é o que é possível – aliás, essa era outra grande crítica dele aos Partidos Comunistas, que, pelo seu reformismo, aceitavam sempre o chamado ‘mal menor’. Ele sempre foi um crítico muito áspero dessa postura. Não é por outro motivo que ele sempre discordou radicalmente da tese de Lukács, quando este dizia melhor estar dentro do Partido Comunista, mesmo tendo divergências, do que fora dele. Mészáros entendia que foi um grande equívoco do Lukács não ter saído do Partido Comunista Húngaro e não ter feito uma crítica profunda. O lukacsiano que fez a crítica profunda ao stalinismo húngaro foi o Mészáros, os outros não.

Esses são os principais aspectos, penso eu, da atualidade do pensamento de István Mészáros e sua importância para o marxismo.

CA: *Obrigado professor.*

RA: Imagina.

Referências

ENGELS, Friedrich. Discurso diante do túmulo de Marx. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Trad. José Barata-Moura, Eduardo Chitas, Francisco Melo e Álvaro Pina. Lisboa: Avante, vol. III, 1985.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O homem do renascimento**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença, 1982.

_____. **Sociología de la vida cotidiana**. Trad. José Francisco Yvars e Enric Pérez Nadal. Barcelona: Península, 1977.

_____. **Teoría de las Necesidades en Marx**. Trad. José Francisco Yvars. Barcelona: Península, 1978.

KRAUSZ, Tamás. **Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual**. Trad. Baltazar Pereira, Pedro Davoglio e Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. Trad. Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LUKÁCS, György. **El joven Hegel: y los problemas de la sociedade capitaluista**. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1970.

_____. **História e consciência de classe: ensaios de dialética marxista**. Trad. Telma Costa. Porto: Elfos, 1974.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, vol. I, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, vol. II, 2013.

_____. **Prefacio**. In: HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Trad. José Francisco Yvars e Enric Pérez Nadal. Barcelona: Península, 1977.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. Trad. Lya Luft e Rodnei Antônio do Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÁRKUS, György. **Teoria do conhecimento no jovem Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Reginaldo Di Piero. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, Livro I, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. Trad. Maria Isabel Lagoa. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A necessidade de controle social**. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. **A obra de Sartre**: a busca da liberdade e desafio da história. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Beyond Capital**: towards a theory of transition. Londres: Merlin, 1995.

_____. Entrevista: tempos de Lukács e nossos tempos: socialismo e liberdade. In: **Revista Ensaio**, São Paulo: Ensaio, n. 13, 1984, p. 9-29.

_____. **Estrutura social e formas de consciência I**: a determinação social do método. Trad. Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo e Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009 e MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II**: a dialética da estrutura e da história. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Marx**: a teoria da alienação. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Zahar, 1981.

_____. **Marx's theory of alienation**. New York: Harper Torchbooks, 1972.

_____. **Más allá del capital**: hacia una teoría de la transición. Caracas: Vadell Hermanos, 2001.

_____. **O conceito de dialética em Lukács**. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Trad. Ana Aguiar Cotrim e Vera Aguiar Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O poder da ideologia**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Para além do Leviatã**. São Paulo: Boitempo, no prelo.

_____. Poder político e dissidência nas sociedades pós revolucionárias. In: **Revista Ensaio**, São Paulo, n. 14, 1985, p. 29-47.

_____. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. Trad. Georg Toscheff. São Paulo: Ensaio, 1989.

Recebido em 02/09/2018

Aprovado em 08/09/2018

MÉSZÁROS PARA ALÉM DE LUKÁCS:

aluno e mestre em confronto¹

Diego Alberto Biancolin²

Resumo: embora tenha sido aluno e colaborador de György Lukács, István Mészáros conseguiu elaborar uma opinião original sobre algumas das teorias propostas por seu mestre, por vezes distanciando-se dele de maneira decisiva. O objetivo deste ensaio é justamente mostrar como Mészáros desenvolveu ao longo de sua vida, com inquestionável originalidade, alguns dos temas tratados e discutidos com Lukács. Para este fim, optei por usar apenas dois textos, Para Além do Capital e História e Consciência de Classe, porque na escrita de sua opus magnum, Mészáros continua, idealmente, o diálogo com seu mestre mesmo depois de sua morte, confrontando-se, em primeiro lugar, com aquela que é a mais influente das obras de Lukács. Minha escrita é dividida em três seções. Na primeira, proponho uma apresentação dos temas centrais de História e Consciência de Classe, a saber, a apresentação do marxismo como método de análise da realidade, o tema da reificação e a questão do papel do partido. Desta forma, se pode identificar a impostação, a meu ver, intimamente metafísica do trabalho de Lukács, uma perspectiva que acaba por substituir a estrutura do Partido Comunista e sua organização pelo Espírito hegeliano. Na segunda seção, eu me concentro no conteúdo de Para Além do Capital e tento destacar como o olhar de Mészáros é mais aderente à teoria de Marx, o que também é evidente em sua análise e crítica rigorosa dos promotores e defensores do pensamento e da política liberal e neoliberal. A última parte do texto, finalmente, oferece uma comparação mais pontual acerca das temáticas centrais nos dois autores, e evidencia, além das diferenças que emergem na exposição das seções anteriores, também alguma crítica das impostações teóricas de Lukács e Mészáros, colocada em relação com diferentes contextos histórico-sociais nos quais foram desenvolvidas.

Palavras-chave: István Mészáros – György Lukács – Marxismo.

MÉSZÁROS BEYOND LUKÁCS: student and master in confrontation

Abstract: although a pupil and collaborator of György Lukács, István Mészáros was able to elaborate an original opinion on some of the theories proposed by his master, sometimes deviating from it in a decisive manner. The aim of this essay is precisely to

¹ Este artigo foi traduzido por Stefano Mota e revisado por Caio Antunes.

² Doutor em Filosofia pela Università Ca' Foscari Venezia. Atualmente, desenvolve estudos pós-doutorais em Ciências Filosóficas na Alma Mater Studiorum Università Di Bologna. E-mail: dab95freddie@gmail.com



show how Mészáros has developed in the course of his life, with undoubted originality, some of the topics treated and discussed with Lukács. To this purpose I have chosen to use only two texts, *Beyond Capital* and *History and Class Consciousness*, because in the writing of his opus magnum Mészáros ideally continues the dialogue with his master even after his death, confronting first of all with which has been the most influential of Lukács's works. The writing is divided into three sections. In the first, I propose a presentation of the central themes of *History and Class Consciousness*, namely the presentation of Marxism as a method of analyzing reality, the theme of reification and the question of the party's role. In this way, it is possible to identify the approach, in my opinion, intimately metaphysical of the work of Lukács, a perspective that ends up substituting the structure of the communist party and its organization for the Hegelian Spirit. In the second section, I focus on the contents of *Beyond Capital*, and try to highlight how Mészáros' gaze is more adherent to the Marxian theory, which is also evident in his analysis and rigorous criticism of the promoters and defenders of liberal and neo-liberal thought and politics. Finally, the last part of the text makes a more precise comparison between the central themes in the two authors, and highlights, in addition to the differences that emerged in the previous sections, some critical aspects of Lukács and Mészáros's theoretical approaches related to different historical-social contexts in which they developed.

Key-Words: István Mészáros – György Lukács – Marxism.

MÉSZÁROS MÁS ALLÁ DE LUKÁCS: alumno y maestro en confrontación

Resumen: aunque fue alumno y colaborador de György Lukács, István Mészáros consiguió elaborar una opinión original sobre algunas de las teorías propuestas por su maestro, a veces distanciándose de él de manera decisiva. El objetivo de este ensayo es justamente mostrar como Mészáros desarrolló a lo largo de su vida, con incuestionable originalidad, algunos de los temas tratados y discutidos con Lukács. Para este fin, opté por usar sólo dos textos, más allá del *Capital* e *Historia y Conciencia de Clase*, porque en la escritura de su opus magnum, Mészáros continúa, idealmente, el diálogo con su mestre incluso después de su muerte, confrontándose, en primer lugar, con aquella que es la más influyente de las obras de Lukács. Mi escritura se divide en tres secciones. En la primera, propongo una presentación de los temas centrales de *Historia y Conciencia de Clase*, a saber, la presentación del marxismo como método de análisis de la realidad, el tema de la reificación y la cuestión del papel del partido. De esta forma, se puede identificar la imposición, a mi ver, íntimamente metafísica del trabajo de Lukács, una perspectiva que acaba por sustituir la estructura del Partido Comunista y su organización por el Espíritu hegeliano. En la segunda sección, me concentro en el contenido de más allá del *capital* y intento destacar cómo la mirada de Mészáros es más adherente a la teoría de Marx, lo que también es evidente en su análisis y crítica rigurosa de los promotores y defensores del pensamiento y de la política liberal y neoliberal. La última parte del texto, finalmente, ofrece una comparación más puntual acerca de las temáticas centrales en los dos autores, y evidencia, además de las diferencias que emergen en la exposición de las secciones anteriores, también alguna crítica de las imposiciones teóricas de Lukács y Mészáros, planteada en relación con diferentes contextos histórico-sociales en los que se desarrollaron.

Palabras clave: István Mészáros – Gyorgy Lukács – Marxismo.

Introdução

Aluno e colaborador de Lukács desde os anos em que frequentava a universidade de Budapeste, István Mészáros foi fortemente influenciado pelas concepções políticas do próprio mestre, de quem foi também íntimo amigo ao longo de sua vida. Apesar deste afeto e da comum convicção entorno da necessidade de superação do sistema capitalista, ele não foi um acrítico discípulo de Lukács. Ele forneceu uma inteligente e cuidadosa crítica ao pensamento de Lukács num de seus textos mais influentes, *Para além do capital*. Neste texto Mészáros confronta-se diretamente com as ideias do próprio mestre, especialmente com aquelas expressas em *História e consciência de classe*. Utilizando justamente estes dois textos procurarei mostrar a influência de Lukács na obra de Mészáros, os pontos de contato e as diferenças entre as posições dos dois autores, continuidades e descontinuidades entre suas elaborações teóricas.

História e consciência de classe

Os diferentes ensaios que compõem *História e consciência de classe* podem ser agrupados a partir de três temáticas principais: a questão do materialismo histórico dialético como método, o tema da reificação (estritamente relacionado com aquele das classes sociais) e a análise do partido e seu papel no interior do Estado.

A questão do método percorre o texto de Lukács na sua totalidade, encontrando espaço, nas suas múltiplas facetas, em cada um dos escritos que compõem a obra. Assim como mostra em *O que é o marxismo ortodoxo?*, o filósofo húngaro considera que a essência da doutrina marxiana está no fato que ela é capaz de abraçar com seu olhar a totalidade dos acontecimentos, de se tornar razão a partir da perspectiva da *totalidade*, se opondo a “tudo aquilo que tem de parcial” e permitindo apreender “a realidade como um acontecer social” (LUKÁCS, 1991, p. 2).

A abstração de cada um dos elementos da realidade histórica que a compõem constitui, por outro lado, o ponto de partida da ciência burguesa³, que por consequência se rebaixa a uma mera catalogação de acontecimentos, limitando-se a fornecer uma imagem instantânea do estado das coisas, sem encontrar as causas.

³ Uma tendência que Lukács coloca em evidência citando *L'accumulazione del capitale*, de Rosa Luxemburgo, segundo a qual a acumulação capitalística funda-se justamente na tomada em consideração de cada capital em sua individualidade para poder funcionar melhor (LUXEMBURG, 1960).

Essa perspectiva de tipo naturalístico não consegue aprender ou entender a sociedade como uma “totalidade concreta” (LUKÁCS, 1991, p. 64) e, portanto, não é capaz de explicar os acontecimentos sociais.

Em sua ideia de saber totalizante, Lukács não esconde a influência que o pensamento de Hegel teve em sua elaboração (ênfatizando a capacidade do filósofo de Jena de aprender com sua própria lógica a realidade como um ato); ainda assim, submete uma consistente parcela das teorias hegelianas a uma sapiente crítica. Em sua avaliação, o limite fundamental da análise histórica hegeliana encontra-se na tentativa de “dominar o processo histórico com o pensamento” (LUKÁCS, 1991, p. 62), e na incapacidade de se dar conta do fato que “as relações sociais [...] são produtos dos homens” (LUKÁCS, 1991, p. 63). Introduzir o Espírito do Mundo na cena como guia da ação humana contribui a desnudar definitivamente o homem de qualquer papel ativo no devir do processo histórico. A crítica de Marx a essa perspectiva consegue recuperar o sistema dialético hegeliano, abandonando sua matriz conservadora, e conferindo novamente ao homem o papel de ator em primeiro plano na história, entendida como “história da reversão interrompida das formas de objetivação que plasma a existência do homem” (LUKÁCS, 1991, p. 245). A burguesia não é capaz de aprender a essência do processo histórico na sua forma de “base real e última” (LUKÁCS, 1991, p. 201) daquilo que acontece; o proletariado, ao contrário, é capaz de superar a dimensão empírica e particular de cada acontecimento, conseguindo apreender estes na sua autêntica natureza de “momentos da totalidade” (LUKÁCS, 1991, p. 214).

A concepção de proletariado como classe – aquela classe particular que tem como objetivo histórico sua *autossupressão*, que “*se realiza ao mesmo tempo em que se autossuprime*” (LUKÁCS, 1991, p. 94 e 105) – é uma temática que se entrelaça estritamente com a temática da consciência de classes e com o conceito de reificação que esta tem como objetivo de superação. De acordo com Lukács, a reificação (a mercantilização) dos indivíduos, naturalizada através do papel sempre mais preeminente da troca no interior da sociedade, levou a uma verdadeira desintegração das relações humanas. Esta foi crescendo junto com a atomização do processo produtivo que substituiu as tradicionais práticas ligadas ao artesanato, com a conseqüente alienação do homem com relação às suas próprias obras e seu próprio trabalho. A mercadoria, elevada a seu máximo valor, supera então o mero âmbito da materialidade, chegando a plasmar a consciência humana a tal ponto que, em sua produção, o proletariado produz “os valores que servirão novamente a comandar seu trabalho, a criar através dele, novos valores” (LUKÁCS, 1991, p. 238). A única

forma para se emancipar de tal condição é que o próprio proletariado adquira a consciência de sua própria condição.

Nesse sentido Lukács reconhece um elevado potencial revolucionário à teoria marxiana em si. Mas afirma que as ideias do filósofo de Tréveris são capazes de produzir um resultado real só no momento em que, através da atividade das massas, se produz um conúbio entre o elemento teórico e o prático. A questão chave, nesse momento, se torna compreender em que medida as ações realizadas sob tais auspícios sejam ou não conscientes, haja vista a desomogeneidade das condições nas quais a fragmentação da sociedade capitalista acontece, algo que impede de distinguir com precisão as estratificações internas à população. Só através de tal forma de consciência é de fato possível a ação do proletariado finalizada a “*romper praticamente a estrutura reificada da existência*” (LUKÁCS, 1991, p. 260), permitindo a passagem da teoria à práxis.

É preciso portanto romper qualquer vínculo com o passado através daquilo que Marx definia como “reforma da consciência” (LUKÁCS, 1991, p. 321). Um passo a ser cumprido, de acordo com Lukács, no contexto em que o Estado burguês já é deixado para trás: caso não se aja dessa forma, de fato, a estrutura estatal provocaria um freio e um atraso das perspectivas do movimento socialista. Nesse sentido o autor não exclui o emprego da violência, já que esta constitui a essência do Estado mesmo – “violência concentrada e organizada” (LUKÁCS, 1991, p. 306) –, desde que esse instrumento não se transforme em fúria iconoclasta que acaba em si mesma, mas que saiba ser dosada e utilizada de acordo com os contextos e as circunstâncias. A violência do proletariado tem suas raízes na violência do aparelho estatal na qual está preso, e justamente para quebrar as grades de tal prisão é precisa uma ação que consiga ser decidida e irreversível.

Nesse sentido, papel chave precisa cumprir o partido, assumindo a tarefa de “portador da consciência de classe do proletariado, consciência da sua missão histórica” e se tornando “veículo da ética do proletariado em luta” onde por “ética” se entende “a consciência de classe [...] do proletariado” (LUKÁCS, 1991, p. 54 e 55). O partido tem portanto a função de organizar e direcionar a potência da classe proletária, papel que nenhuma outra organização pode assumir. Em pouquíssimas palavras o papel último do partido, no qual se refletem os interesses “da classe operária na sua totalidade” (LUKÁCS, 1991, p. 402), é aquele de se tornar um acelerador na tomada da consciência de classe, de tal maneira que apesar das evidentes diferenças entre os indivíduos singulares, nunca se perca de vista o objetivo final.

Para além do capital

Os temas que estão no centro da elaboração teórica de Mészáros são em parte diferentes, antes de tudo porque diferente é o período histórico ao longo do qual essa obra foi escrita (estamos na metade dos anos 90 do século XX). Uma questão de especial importância é aquela sobre a incontornabilidade do capital, que está relacionada com aquela de uma presumida naturalidade de tal ordem.

Mészáros dedica um amplo espaço à refutação da concepção hegeliana da história entendida como o terreno onde se realiza o inalterável, e intrinsecamente justo, projeto da Razão. Uma concepção da qual deriva a eternidade da ordem capitalista, de acordo com uma concepção justificacionista, metafísica da própria história, ou para dizer isso com uma expressão que ganhou grande (e terrível) repercussão nos anos 80 do século passado: não há alternativa ao capital. Ao proclamar na época burguesa o ápice do processo histórico, Hegel eterniza um determinado modelo de sociedade e suas formas de produção, justificando também as relações de desigualdades que “naturalmente” se produzem. O conjunto dos elementos destrutivos a partir do qual o capital se fundamenta não é reconhecido como produto de um determinado processo histórico e a sua universalização é pensada para desencorajar qualquer possível intenção de rebelião a este domínio.

Hegel não é o único pensador com quem Mészáros acerta as contas. Pelo contrário, ele mostra com grande eficácia como o elemento da incontornabilidade se expressa nas elaborações de outros apologetas do capital, evidenciando ao mesmo tempo como estes, ainda que conscientes disso, procuram atenuar os efeitos propondo soluções que, na prática, se resolvem em uma série de círculos viciosos. Pensadores como Adam Smith e Hayek, Shumpeter e os marginalistas não são capazes de fornecer respostas ao problema da incontornabilidade (algo em relação a que eles estão conscientes) que vão além do âmbito metafísico (o melhor exemplo de todos é a *mão invisível* smithiana), e nunca colocam em discussão o sistema de relações sociais vigente, sem compreender como os sinais de crises por eles mesmos indetectados são alertas da insustentabilidade do sistema no longo prazo. Empréstimo das palavras do próprio Mészáros, o capital é um sistema caracterizado (assim como sustentado pelos seus paladinos) pela incapacidade de enfrentar “as causas como tais” (MÉSZÁROS, 2016, p. 117), e pela tendência à “*absolutização* das condições *relativas* [e a] *relativização* das limitações *absolutas*” (MÉSZÁROS, 2016, p. 118).

A presumida imutabilidade da ordem capitalista não impediu que este soubesse se adaptar aos diferentes períodos históricos que atravessou (é mais uma confutação da visão hegeliana), sem contudo alterar a sua própria natureza fundamental. Mas as soluções momentâneas adotadas pelo capital para enfrentar os períodos de crises acabaram por ir acumulando contradições explosivas para a sobrevivência do próprio sistema. Sua tendência expansiva não resultou freada. Segundo Mészáros, essa tendência apresenta três diretrizes: o papel atribuído à mulher na sociedade capitalista (a partir do momento em que o ingresso no mercado de trabalho garantiu uma relativa igualdade de possibilidades na entrada no mercado de trabalho, enquanto a igualdade efetiva é um objetivo distante e de fato "destinado a permanecer *não compatível*" (MÉSZÁROS, 2016, p. 196) com as exigências do sistema); a superpopulação (o incremento da população desempregada, a despeito da retórica capitalista do pleno emprego); e sobretudo o antagonismo entre Estado e capital.

O Estado, para Mészáros, se constituiu sempre como meio de legitimação do capital, contribuindo ao seu desenvolvimento e fornecendo um amplo apoio, sobretudo no âmbito internacional. Mas essa relação, que o capital precisa para a sua afirmação⁴, constitui ao mesmo tempo um problema, a partir do momento em que sua tendência a uma expansão ilimitada (e ao monopólio) tem que ser resolvida em um conflito que coloca em discussão a existência do Estado mesmo.

É justamente sua força destrutiva um outro elemento que caracterizou o capital, desde seus momentos iniciais, em que se afirmou como método dominante para a produção e reprodução das relações sociais, sobretudo pelo que diz respeito a destruição de qualquer forma de regulamentação. O capital assumiu essa tarefa impondo o predomínio do valor de troca sobre o valor de uso, colocando ao avesso a relação entre sujeito e objeto, transformando o trabalho de instrumento para a sobrevivência dos seres humanos no meio através do qual perseguir a acumulação capitalista.

Assim, paradoxalmente, um sistema que apresentava essa forma de estruturação como o melhor método para a explorar de forma racional os recursos humanos e materiais à sua disposição, virou-se no seu contrário: o desperdício é, de fato, para Mészáros, o elemento básico que permite a acumulação sem limites. A exaltação do desperdício fica evidente tanto na reabilitação do conceito de luxo, assim como na

⁴ É oportuno sinalizar como neste ponto Mészáros se contradiz ao longo de *Para além do capital*, algo sobre o que falarei melhor mais a frente.

explosão da produção de mercadorias descartáveis, e é o único elemento capaz de garantir a expansão – “cujo único limite é o céu” (MÉSZÁROS, 2016, p. 533) – necessária para que o já precário equilíbrio do capital não vacile. Ela se manifesta de forma tão evidente quanto trágica na corrida armamentista⁵, melhor exemplo de um tipo de mercadoria cujo uso coincide inevitavelmente com seu instantâneo desperdício, mas também da necessidade do capital de utilizar um adequado suporte do Estado, a fim de exercitar da melhor forma o processo de acumulação.

De especial agudez são as apreciações de Mészáros sobre a experiência sobre o assim chamado “socialismo real” na União Soviética, onde o autor evidencia como, desde o começo, a Revolução de Outubro não conseguiu tomar distância com firmeza das limitações impostas pela ordem capitalista. Os bolcheviques, de fato, limitaram-se a tentar manter em vida o sistema de produção pré-existente, realizando algumas correções que pudessem torná-lo em favor dos produtores, empreendimento que se tornou desde logo falimentar, desde o momento que teria sido necessário, de acordo com ele, proceder em direção à superação de todas as mediações de tipo capitalista, sem se limitar apenas à mera “expropriação dos expropriadores” de um ponto de vista jurídico. Nesse sentido, Mészáros mostra com o rigor de argumentações históricas como a política de Stalin, remodelando a categoria de “capital” na de “capitalismo”, manteve inalterado, para a além da mudança de nome, o domínio da mercadoria sobre o trabalho. E como essa tendência continuou nas décadas sucessivas até a tentativa de Gorbaciov de reintroduzir no interior da URSS um sistema de mercado capitalista pleno como “*garantia de renovação do socialismo*” (MÉSZÁROS, 2016, p. 619). Uma série de operações que, certamente muito distantes da crítica marxiana direcionada não tanto contra o capitalismo, mas “[contra] o *capital*” (MÉSZÁROS, 2016, p. 583), indicam a necessidade de revolucionar a estrutura do sistema em si mesma e não apenas suas formas transitórias.

Mészáros para além de Lukács: aluno e mestre em confronto

O papel do Estado e do partido e o entendimento do marxismo em uma perspectiva principalmente metodológica são dois temas que ocupam a sessão central de *Para Além do Capital*. E justamente as considerações que Mészáros faz sobre esses temas permitem definir pontos de contato e de descontinuidade entre seu pensamento e o do seu mestre.

⁵ Um elemento já bem presente na reflexão de Luxemburgo.

É oportuno lembrar que *História e Consciência de Classe* foi o fruto de uma amadurecida reflexão de Lukács entre 1818 e 1823, na onda da Revolução de Outubro, com a intenção de reconhecer uma continuidade entre o pensamento marxiano e aquele hegeliano – um movimento que conduziu uma série de contradições não pouco relevantes na elaboração teórica do autor. De fato, associando estritamente a teoria de Hegel com aquela de Marx, Lukács não foi capaz de de fato se dar conta que a dialética hegeliana, longe de ser (como aquela marxiana) um instrumento para um projeto de radical mudança nas relações sociais, se limita a preservar as contradições que estão no fundamento da sociedade burguesa através do uso da categoria do *aufhebung*, que é reduzida a uma simples entidade do pensamento, extrapolando-a do contexto do real. Perde-se assim aquela união entre teoria e práxis que constitui a base da reflexão marxiana. Deslocando a questão sobre um plano exclusivamente teórico, não é mais possível identificar os instrumentos adequados a produzir uma autêntica mudança das condições de vida da humanidade; assim, pelas palavras do próprio Mészáros, “[Lukács] se torna incapaz de definir em termos materiais concretos as condições em que pode se dar a desejada totalização coletiva consciente entre consciência e experiência. Ele se torna obrigado, portanto, a procurar respostas a um nível puramente ideológico, e portanto abstratamente metodológico” (MÉSZÁROS, 2016, p. 583).

Nessa configuração se coloca também a concepção lukacsiana de partido, entendido como guia moral (mais do que político) do proletariado, a quem compete a tarefa de preencher o divarico entre a consciência entendida num sentido psicológico e a consciência de classe propriamente dita. Lukács, em realidade, propõe uma solução ao tema da ativação do potencial revolucionário ínsito no proletariado através do trabalho de uma “consciência sobre a consciência”. Ele repropõe assim, sobre um diferente nível, a separação entre ação e elaboração teórica, a partir do momento em que a atividade do partido se restringiria a essa segunda tipologia. Ao partido, único guia do sucesso do movimento socialista, Lukács atribui um poder de decisão ilimitado, já que esse, ao se constituir como órgão de mediação entre a História (em sentido hegeliano) e o gênero humano, é capaz, por sua própria natureza, de ativar uma mudança tangível também no plano prático a partir de um plano exclusivamente teórico. Em realidade, é evidente que não é possível encontrar uma solução às problemáticas que se apresentam no plano material através de uma instalação de caráter meramente metodológico, a partir do momento em que o raciocínio de Lukács não fornece indicações precisas sobre como provocar uma real mudança das relações sociais. Prisioneiro à sua fé inquebrantável no partido (proveniente da investidura metafísica que ele tinha conferido a este), Lukács não foi capaz de entender que o PCUS ia se constituindo não apenas como

uma entidade bem distinta do proletariado, mas também hostil ao próprio proletariado, sobretudo pela sua distância a posições internacionalistas e por sua estruturação hierárquica. Nesse sentido, ainda que não tivesse nunca justificado as ações da direção stalinista por fins pessoais, Lukács nunca se declarou hostil com as epurações (ao contrário de Luxemburgo), e estava de fato convencido que alguma forma de hierarquia (ainda que fundamentada sobre bases qualitativas) teria que se manter também no estado socialista; uma posição certamente não em linha com o pensamento de Marx.

É compreensível (e ainda assim não justificável) que a intenção de Lukács fosse, num período em que qualquer iniciativa de estampo socialista parecia destinada à mais miserável derrota (se não na repressão, no sangue), justificar teoricamente a necessidade do sucesso final dos projetos de matriz marxiana. Não obstante, um tal movimento pode encontrar justificação só dentro de um marco substancialmente metafísico, que tem em seu fundamento uma concepção finalística da história, que não pode de forma alguma se conciliar com a ideia marxiana “desenvolvimento histórico real como *radicalmente aberto*” (MÉSZÁROS, 2016, p. 429).

Mészáros consegue, pelo contrário, se distanciar claramente de uma impostação metafísica, que atravessa todo o *História e Consciência de Classe*, e fornece uma análise das políticas neoliberais operadas nos anos 80 no Reino Unido e Estados Unidos, cuja amplitude é superada só pelo rigor como esse estudo é conduzido. Indo além⁶ de uma reverência sempre mostrada por Lukács com relação ao partido comunista soviético, Mészáros mostra como as políticas socioeconômicas adotadas na URSS se moveram desde os anos 20 em diretrizes de matriz capitalista, ao invés de marcar uma ruptura decisiva com os traços fundamentais dessa ordem. Consciente do fato que não é suficiente a mera “expropriação dos expropriadores” no plano jurídico, o pensador húngaro é capaz de mostrar como cada tentativa de instaurar um sistema produtivo de matriz socialista não tem que se reduzir de forma alguma a uma simples reestruturação dos processos produtivos capitalistas ou ao seu aperfeiçoamento. A partir do momento em que se estes se mantêm de pé junto com as “mediações de segunda ordem”, acabarão inevitavelmente reconduzindo a sociedade sob o pleno domínio do capital.⁷

É importante também sublinhar como seja correto falar em *Sociedade socialista*, e não em *Estado socialista*, a partir do momento que, como já defendia Marx, a abolição

⁶ Muito provavelmente por ter experimentado em primeira pessoa o caráter repressivo da revolta húngara ao longo de 1956.

⁷ Come de fato a história mostrou no caso Gorbatchov.

do Estado enquanto máquina de opressão é um dos principais objetivos (não imediatos) do programa da revolução proletária. Justamente nesse âmbito, sublinha Mészáros, Lukács cometeu importantes erros em sua elaboração, a partir do momento que considerava que o simples controle da produção sob base estatal contribuiria a eliminar o domínio do capital, enquanto apenas desloca o sistema de extração de mais valia sob nível diferente, sem que esse fosse abandonado. O Estado cumpriu e cumpre um papel de fundamental importância para os objetivos do desenvolvimento capitalista; Mészáros é consciente disso, mas comete uma grave imprecisão na exposição desse ponto. Ao introduzir a questão, de fato ele afirma que o Estado e o capital se desenvolveram ao longo de dois percursos independentes, e por isso é “bastante incorreto definir o Estado como superestrutura” (MÉSZÁROS, 2016, p. 75), mas esse dado é desmentido pelos próprios acontecimentos históricos. Através da instável argumentação de acordo com a qual o capital teria permitido ao Estado sobreviver à sua própria tendência totalizante como instituição capaz de garantir a imperturbável extração de mais trabalho, Mészáros tenta corrigir o alvo. Citando Marx, afirma que o Estado representa “tanto o *pré-requisito* necessário para a transformação das unidades inicialmente isoladas e laceradas do capital em um sistema *praticável*, como o *marco geral* no interior do qual este pode se articular e sustentar como *sistema global*” (MÉSZÁROS, 2016, p. 80). Essa posição, certamente mais próxima à realidade dos fatos (pensemos nas análises de Marx sobre a situação da Inglaterra, a partir de Henrique VIII, no que diz respeito à acumulação primitiva), permite que a argumentação sobre o tema da relação Estado e capital continue de forma correta, mas apresenta uma importante contradição na formulação do autor.

Um outro elemento de debilidade é o pouco espaço dedicado ao longo de *Para Além do Capital* à análise da situação sociopolítica a um nível internacional: Mészáros se concentra essencialmente no estudo dos países que então operavam políticas neoliberais, mas dessa forma transcura pelo menos em partes a dimensão internacional dos processos sociais e políticos, sobre a qual teria que ser posta atenção tanto no plano analítico, quanto na projeção da destruição do domínio do capital. Ainda que em múltiplas passagens evidencie a necessidade de um compromisso que possa superar os limites estatais, o pensador húngaro (assim como Lukács, ainda que por razões totalmente diferentes) se limita a citar poucos exemplos de países que não pertencem ao assim chamado norte do mundo, impedindo assim uma adequada compreensão de como tais realidades são um elemento essencial para a reprodução do domínio capitalista. Um exemplo claro desse limite é a abordagem exclusivamente quantitativa com que Mészáros se aproxima à questão da superpopulação, que não permite a ele entender como esse problema é em realidade essencial para o capital que, longe de considerar isso uma

“ameaça”, usando o termo do autor, utiliza-o para desvalorizar ainda mais o trabalho daqueles que são explorados. O exército de reserva, portanto, está já entregue à lógica capitalista como um recurso, e não como um período. A questão da divisão internacional do trabalho, portanto, é um tema ao qual poderia ter se dedicado mais espaço, de modo a colocar em evidência, assim como fizeram Marx e Engels já no fechamento do *Manifesto do Partido Comunista*, e como aconteceu no segundo congresso da Terceira Internacional com a cunhagem da nova fórmula “proletários de todos os países e povos oprimidos, uni-os!”, que a luta proletária não tem que contemplar apenas aquele “pequeno canto do mundo”, mas precisa envolver o conjunto dos oprimidos em sua totalidade.

Considerações finais

Em suma, é evidente como Mészáros soube se distanciar das posições de Lukács, conseguindo atingir uma visão teórica mais articulada e vasta, mas, na minha opinião, ele fica perto demais do próprio mestre em alguns aspectos negativos, por exemplo na forte limitação das próprias reflexões sobre o capital nos países ocidentais, condicionado por um conhecimento incompleto das posições marxianas⁸. Apesar desses defeitos, pode-se sustentar que Mészáros, se distanciando da procura daquele marxismo *ortodoxo* que tanto preocupava Lukács, conseguiu, em seu monumental estudo, se aproximar de posições que mais se aproximavam de um marxismo autenticamente *radical*.

Referências

LUKÁCS, György. **Storia e coscienza di classe**. Milano: Sugar Co, 1991.

LUXEMBURG, Rosa. **L'accumulazione del capitale**. Torino: Giulio Einaudi, 1960.

MÉSZÁROS, István. **Oltre il capitale**. Milano: Edizioni Punto Rosso, 2016.

Recebido em 17/08/2018

Aprovado em 27/08/2018

⁸ Vejam-se, além da questão já assinalada sobre a relação entre Estado e capital, algumas considerações presentes na introdução de *Para Além do Capital*, que mostram como Mészáros não entendeu as razões daquilo que ele considera uma certa “imprecisão” das teorias de Marx.

O DEBATE SOBRE IDEOLOGIA E PRODUÇÃO DE CONSENSOS NA ORDEM BURGUESA EM MÉSZÁROS

Gláucia Lelis Alves¹

Resumo: este artigo tem por objetivo refletir acerca da ideologia dominante e sua funcionalidade à reprodução da ordem burguesa, mediada pelo papel do Estado de produzir consensos falseados em torno da necessidade da conciliação como escamoteamento da luta de classes. A análise aqui apresentada resgata as categorias Estado e ideologia à luz do pensador húngaro marxista István Mészáros. O sistema do capital assume uma função totalizadora no controle das instituições e de todas as esferas da vida social. Nesse sentido, a apologia apregoada pelo sistema é a de que ele comporta estratégias altamente democráticas, tanto do ponto de vista econômico, quanto político. Nesse processo, o Estado constitui-se como esfera de comando e dominação, daí a necessidade de desvelar suas contradições e as estratégias ideo-políticas de sua legitimação.

Palavras-Chave: Estado – Ideologia – Consensos – Alienação

THE MÉSZÁROS' DEBATE ON IDEOLOGY AND PRODUCTION OF CONSENSUS IN THE BURGUES ORDER

Abstract: this article aims to reflect on the dominant ideology and its functionality to the reproduction of the bourgeois order, mediated by the role of the State to produce distorted consensus around the need for conciliation as a concealing of the class struggle. The analysis here presented rescues the categories of State and ideology in the thought of the Hungarian Marxist thinker István Mészáros. The capital system assumes a totalizing function in the control of institutions and of all spheres of social life. In this sense, the apology proclaimed by the system is that it involves highly democratic strategies, both economically and politically. In this process, State is constituted as a sphere of command and domination, hence the need to unveil its contradictions and the political-ideological strategies of legitimation.

Keywords: State – Ideology – Consensus – Alienation

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atua como Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: glaciallelisalves@gmail.com



EL DEBATE SOBRE IDEOLOGÍA Y PRODUCCIÓN DE CONSENSOS EN LA ORDEN BURGUESA EN MÉSZÁROS

Resumen: el presente artículo tiene por objetivo reflexionar acerca de la ideología dominante y su funcionalidad con la reproducción del orden burgués, mediado por el papel del Estado al producir consensos falseados en torno a la necesidad de conciliación como ocultamiento de la lucha de clases. El análisis aquí presentado rescata las categorías de Estado e ideología a la luz del pensamiento del húngaro István Mészáros. El sistema de capital asume una función totalizadora en el control de las instituciones y de todas las esferas de la vida social. En ese sentido, la apología pregonada por el sistema señala que él mismo funciona mediante estrategias altamente democráticas, tanto desde el punto de vista económico, como político. En este proceso el Estado se constituye como esfera de comando y dominación, de ahí la necesidad de revelar sus contradicción y las estrategias ideo-políticas de su legitimación.

Palabras Clave: Estado – Ideologías – Consensos – Alienación

Introdução

Na monumental obra de István Mészáros, um dos mais importantes pensadores marxistas dos séculos XX-XXI, podem ser destacadas diferenciadas dimensões indispensáveis ao entendimento do contexto contemporâneo de desenvolvimento do capitalismo. Dentre elas a discussão acerca da incontrolabilidade do sistema sociometabólico capitalista, que se orienta pela expansão e se estrutura pela acumulação; o Estado como estrutura totalizadora de comando político do capital e os mecanismos de controle social; a atualidade e a necessidade de fortalecimento do projeto socialista como único caminho a ser trilhado ao rompimento dessa ordem societária, no sentido de vislumbrar um modo diferente de intercâmbio social em uma perspectiva histórica e totalizante.

Uma de suas maiores contribuições, no entanto, refere-se ao debate – tão propício e elucidativo do processo de decadência político-ideológica em curso na quadra histórica que se desenrola a partir do século XXI – acerca do estratégico deslocamento político-ideológico do conflito de classes para a conciliação operado pelo Estado burguês e sua função de corrigir os limites relativos e absolutos produzidos pelo capital, tais corretivos de pouco efeito, situam-se no campo do reformismo e da força repressiva estatal. Tais elementos serão discutidos no texto que se apresenta, com o objetivo de evidenciar a questão do Estado e da ideologia como estratégias para pensar as relações sociais em tempos de extrema decadência ideológica operada pelo projeto conservador.

A questão do Estado e a estratégia corretiva aos defeitos estruturais do sistema sociometabólico do capital

O processo de reprodução sociometabólica do capital assume uma dimensão totalizadora na vida social que se complexifica, cada vez mais, por meio do movimento do capital e de seu caráter destrutivo. O capital revela-se não só como entidade material, mas como forma incontrolável do controle sociometabólico.

Segundo Mészáros (2002),

a razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer caso não consiga se adaptar (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Nesse sentido, a apologia apregoada pelo sistema é a de que ele comporta estratégias altamente democráticas tanto do ponto de vista econômico, quanto político. Paradoxalmente, as estratégias de tomada de decisão e o controle da vida social perdem-se, em razão da capacidade de complexificação do sistema do capital. Outro ponto relevante para o fortalecimento das estratégias de controle e consolidação do projeto totalizador do sistema do capital é o próprio Estado como esfera de comando e dominação. O Estado complementa o potencial totalizador do capital, e ambos são componentes do controle sociometabólico do capital. Uma das estratégias para consolidar esse controle, considerando a dualidade entre divisão da sociedade em classes e controle político, ocorreu por meio da divisão social hierárquica do trabalho, e separação das funções de produção e de controle do processo de trabalho.

Por outro lado, para além dessa estratégia, fez-se necessário o controle ideológico para a manutenção do poder, como por exemplo, para justificar a desigualdade socialmente criada pelo sistema, considerada como algo natural. Esse processo, em virtude da determinação do sistema do capital, que deve se orientar para a expansão e se mover pela acumulação, gerou outro, que é permeado pela incontrolabilidade dessa mesma expansão. De acordo com Mészáros (2002, p. 101), “graças a sua incontrolabilidade, o capital conseguiu superar todas as desvantagens que se opuseram a ele [...] elevando seu modo de controle metabólico ao poder de dominância absoluta como sistema global plenamente estendido”. Alteraram-se assim, as formas de controle sociometabólico que, nas sociedades antigas e medievais, se moviam pela autossuficiência no relacionamento entre produção

material e seu controle, para consolidar a difusão universal da alienação e da reificação.

Na sociedade burguesa, o trabalhador não é entendido como homem em seu tempo livre de trabalho, ele somente se constitui como homem, como trabalhador proletário, em seu tempo de trabalho. O trabalhador, nesse contexto, é reduzido às suas estritas necessidades corporais, o que representa uma concepção restrita da condição do humano. Concepção que se constrói e se legitima em decorrência da lógica burguesa que permeia as relações sociais, a produção e reprodução social pela dinâmica perversa estabelecida entre mercado, mercadoria, lei da oferta e da procura e livre concorrência, que perpassam a relação entre trabalhadores e a própria concepção de trabalho da sociedade burguesa.

Na análise da mercadoria e do papel central que exerce no sistema do capital, articulam-se alienação, fetichismo e reificação, pois a mercadoria constitui elemento fundamental da estrutura do capitalismo moderno, em todas as suas manifestações vitais. Nesse sentido, efetiva-se uma objetividade fantasmagórica em que as relações entre pessoas tomam o caráter da relação entre coisas, ocultando a essência fundamental da sociabilidade humana, ou seja, a própria relação que se estabelece entre os homens.

Para que a forma mercantil seja exercida no interior da estrutura social, é preciso, além de torná-la forma constitutiva dessa sociedade, “penetrar [...] no conjunto das manifestações vitais da sociedade e remodelar tais manifestações à sua própria imagem” (LUKÁCS, 2003, p. 196), ir além das relações entre valor de uso e valor de troca. Com o capitalismo moderno, instituiu-se a mercantil como forma de dominação efetiva, pela reificação, que então surge, no que se refere à submissão da consciência do homem à mistificação produzida no conjunto das relações mercantis. Para Lukács (2003, p. 199), “o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhes são estranhas. E isso ocorre tanto sob o aspecto objetivo, quanto sob o subjetivo”.

Nessa equação, a força de trabalho assume também a forma de mercadoria, objetivada nessa dinâmica. Essa forma reificada, extrema, constitui-se no fetichismo da mercadoria, no contexto próprio do capitalismo. Como assinala o autor,

é como categoria universal de todo ser social que a mercadoria pode ser compreendida em sua essência autêntica. Apenas nesse contexto a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, tanto para o

desenvolvimento objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para a submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime. (LUKÁCS, 2003, p. 198)

As formas de reificação e a objetivação fantasmagórica da mercadoria expressam-se na fragmentação do processo de trabalho, pela redução do trabalho a funções mecânicas, repetitivas, reiterativas, em operações parciais, bem como, pelo processo de racionalização do tempo de trabalho necessário, quebrando a unidade do produto como valor de uso. A outra dimensão desse processo refere-se ao sujeito, ou seja, o homem passa a constituir-se como parte mecanizada, e o processo de trabalho aparece, de forma mistificadora, apartado do ser social. Nessa dimensão, efetiva-se efetiva sua fragmentação. A redução do espaço e tempo a um mesmo denominador em virtude da racionalização e mecanização do processo de trabalho, em que o tempo é tudo quanto possa ser mensurado, calculado, pela especialização das funções e, ao mesmo tempo em que se fragmenta o objeto e os sujeitos do trabalho.

Somente no âmbito do capitalismo, constitui-se o processo de racionalização e mercantilização do trabalho, e essa característica distingue-o das outras formas de sociabilidade, pela universalização da esfera mercantil. Na universalidade das relações mercantis, a satisfação das necessidades humanas torna-se circunscrita à troca de mercadorias, separando o produtor dos seus meios de produção, substituindo as relações humanas por relações reificadas, e a base da reificação é o caráter desumanizado e desumanizante da relação mercantil. Como um processo que se institui pela capitalização radical de toda a sociedade, pela extração da mais-valia, pelo capital financeiro, mercantil, o capital constituiu-se como formas autênticas representantes da vida social dos homens, pela sua consciência reificada.

Nessa dimensão, situa-se a lógica fetichizadora do capital, que se complementa como relação social entre coisas, e o exemplo claro dessa dinâmica expressa-se na relação dinheiro-lucro-juro. Mészáros (2002, p. 102) analisa que “o capital como produtor potencial de valor historicamente específico só pode ser consumado e ‘realizado’ [...] se penetrar no domínio da circulação”, redefinindo a relação entre produção e consumo. Essa dinâmica de liberação da autossuficiência na relação produção-consumo modificada pela circulação no sistema do capital potencializa-se com a mistificação produzida com base no trabalho livre contratual.

Essa mistificação refere-se à relação entre alienação e fetichismo intensificada no sistema do capital. O problema do fetichismo – expressão mais complexa dos processos de alienação – apresenta-se se na confluência entre trabalho e valor, o que redundando na materialização da mercadoria, ou seja, na contradição própria do sistema

capitalista contemporâneo, e, ao mesmo tempo em que se explicita o caráter social do trabalho, ele é escamoteado por um caráter associal. Trata-se a fantasmagoria consolidada pela equação entre relações sociais no processo de produção-relações entre coisas, apreendida na sua factualidade/naturalização.

O fetichismo é parte constitutiva da função totalizadora do capital, pois ele se afirma e se desenvolve cristalizando-se em coisas, escamoteando as relações sociais com base em coisas, mercadorias, no contexto próprio de consolidação extrema do capitalismo, potencializando-se na financeirização do capital, sua dimensão atual. Na análise de Mészáros (2002), o fetichismo manifesta-se porque o próprio sistema do capital é um sistema de controle "sem sujeito", em decorrência dos processos reificantes que se instauram nos processos de trabalho, na conversão da satisfação das necessidades humanas, por meio de mercadorias e do fetiche que exerce. Nesse sentido, imperam as determinações e os imperativos objetivos do capital em detrimento das necessidades humanas. Os representantes desse sistema não são mais do que personificações do capital. Além disso, a base da alienação permeia o controle dos produtores, e

o sistema do capital se baseia na alienação do controle dos produtores. Neste processo de alienação, o capital degrada o trabalho, sujeito real da reprodução social, à condição de objetividade reificada – mero "fator material de produção" – e com isso derruba, não somente na teoria, mas na prática social palpável, o verdadeiro relacionamento entre sujeito e objeto (MÉSZÁROS, 2002, p. 127)

Assim, a dimensão totalizadora do capital que vem se plasmando historicamente, em suas condições de reprodução, revela que os processos alienantes expressos na reificação e no fetichismo penetram na totalidade das relações de produção social e nas relações que viabilizam a sua reprodução. Universaliza-se a factualidade resultante da mistificação realizada pela mercadoria nas relações sociais. Em nome da função totalizadora, constitui-se o Estado moderno, complementando o que Mészáros (2002) chama de metabolismo socioeconômico do capital. Há que se destacar a incontornabilidade desse processo global de expansão, pois, nele, o capital constrói formas variadas de controle no campo da produção, da ideologia, da cultura, da educação, e assim por diante.

Os processos alienantes também passam por uma expansão mundial, pois é preciso assegurar a manutenção desse sistema, função exercida também pelo Estado capitalista que, para Mészáros (2002), constitui-se na estrutura totalizadora do comando político do capital. Indaga-se então nessa análise se mesmo diante das contradições e da incontornabilidade do capital (seu caráter destrutivo), como o

sistema do capital reconstrói suas bases de sustentação, ou seja, quais as estratégias atuais para sua reprodução ideológica, econômica e social. Há que se considerar que o sistema ainda não esgotou sua capacidade de exploração e, conseqüentemente, de manipulação construída pelos processos alienantes. Evidencia-se ainda que já se alcança um processo de maximização da produção e ampliação do trabalho morto. Esse processo gera também conseqüências em termos econômicos e político-ideológicos, pois há exploração do trabalhador de forma ampliada tanto na esfera da produção, como na esfera do consumo.

Dentre os problemas gerados pela incontrolabilidade do sistema do capital, ressaltam-se questões no campo da separação e antagonismo entre produção e controle, ruptura entre produção e consumo e a ausência de unidade entre produção e circulação, e, para dar “certa” unidade, é fundamental o poder exercido pelo Estado moderno. De acordo com Mészáros (2002 p. 107), “o Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar”. No processo de expansão global do capital, da sua capacidade de dominação, e instaura-se o papel do Estado.

Ao mesmo tempo em que o sistema do capital se expande em todos os níveis, tanto no que se refere às estratégias de extração do trabalho vivo quanto ao controle ideológico das relações sociais, seu processo de expansão produz uma perda de controle no que se refere à reprodução social, em virtude da incontrolabilidade dessa expansão. O sistema por si só constitui-se em uma forma incontrolável de controle sociometabólico.

Mészáros (2002) define controle sociometabólico como defeitos estruturais de controle do capital. Para o autor, o defeito estrutural do controle profundamente enraizado está localizado na ausência de unidade. Essa ausência assume a forma de antagonismos sociais expressos com maior ou menor intensidade, em razão das circunstâncias históricas em que foram produzidas.

Esses defeitos manifestam-se com base em elementos tais como: a) necessidade de estruturação da sociedade com base em antagonismos, considerando a separação entre produção e controle do processo de trabalho; b) característica da incontrolabilidade inerente ao sistema, o que faz prever o potencial de sua autodestruição; c) extrema separação entre produção e consumo, produzindo desumanização exacerbada; d) ampliação da necessidade de controle – nos planos locais, regionais e nacionais – para a sujeição da força de trabalho total da humanidade aos imperativos alienantes do sistema do capital global.

Consolida-se uma estrutura corretiva para tais defeitos estruturais. Esta estrutura refere-se ao Estado moderno, como já dito anteriormente, instância que, de certa forma, complementa a estrutura totalizadora do capital. Dessa forma,

no que se refere à possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de produção e controle, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isso se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção [...] e suas personificações, os controladores individuais [...] do processo de reprodução econômica (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

Para garantir o processo de mudanças foram introduzidas estratégias no controle da burguesia sobre as crises cíclicas do capitalismo, e a maioria delas assumiu um caráter reformista, a exemplo da implantação do keynesianismo (que tinha por objetivo conter as crises por meio de ações governamentais). Destaca-se a funcionalidade dessas mudanças por ocasião da alteração do padrão produtivo fordista-keynesiano para o toyotista, com o intuito de maximizar a exploração da força de trabalho, bem como flexibilizar o processo de acumulação.

Assim, todas as relações são permeadas pela determinação das condições de funcionamento do mercado capitalista, ou seja, há uma busca incessante pela produtividade em todos os campos, e, tendo em vista aperfeiçoar o gerenciamento das crises, o princípio da empregabilidade reproduz a desvalorização do direito ao trabalho, a lógica competitiva é revalorizada, e o ser social passa a ser visto como um indivíduo consumidor. Desse modo, há uma mercadorização dos direitos, com a estreita relação entre mercado e Estado:

o papel diversificado do mercado nas diferentes fases de desenvolvimento do sistema do capital, desde os intercâmbios limitados até o mercado mundial completamente realizado, é totalmente incompreensível sem relacioná-lo ao outro lado da mesma equação: a dinâmica igualmente variável do Estado como estrutura de comando político totalizadora (MÉSZÁROS, 2002, p. 120).

Da mesma forma, as inovações tecnológicas são consolidadas para servirem aos interesses do capital, como estratégia para a ampliação do Estado burguês (controle da informação) e sofisticação da política armamentista, bem como o estímulo à subordinação do homem em relação à máquina. Nessa perspectiva de análise, o Estado tem como papel primordial, em sua corporificação coesiva, garantir a expansão e a extração de trabalho excedente e, dessa forma, a extração da mais-valia. Ao efetivar esse papel, "reforça a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquico/estrutural do trabalho de que ele próprio é uma clara manifestação". (MÉSZÁROS, 2002, p. 120). Há uma recusa em desvelar a

realidade social, e regimes sociais transformam desemprego em lazer e produtividade em meios de fazer viver, sem revelar os perigos e responsabilidades das mudanças empreendidas pelo capital, nesse contexto, também não se evidencia o conflito.

No entanto, as estratégias de correção dos defeitos estruturais produzidos pelo sistema, sobretudo no que se refere às tendências de equalização do índice diferencial de exploração e do crescente autoritarismo nos Estados, antes liberais, e, conseqüentemente, pelo desencantamento geral com a política democrática, não dão conta de eliminar os antagonismos do capital social total. Qualquer forma de harmonização ou equilíbrio nos conflitos é temporária, e a concepção burguesa defende o equilíbrio de forças, considerando que esses antagonismos situam-se nas condições estruturais do próprio sistema. Há uma determinação recíproca entre as dimensões econômicas e políticas, escamoteada pelos processos alienantes em uma reciprocidade dialética. Mészáros (2002) esclarece:

O que está em questão aqui é o fato de que o capital é seu próprio sistema de comando, de que é parte integrante a dimensão política, ainda que de modo algum parte subordinada. [...] vemos aqui a manifestação prática de uma reciprocidade dialética. [...] O Estado [...] deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto. [...] o Estado moderno em si é totalmente inconcebível sem o capital como função sociometabólica. (MÉSZÁROS, 2002, p. 124-125)

Ainda a respeito dessa reciprocidade, o autor destaca que há uma correspondência estreita entre, “[de] um lado, a base sociometabólica do sistema do capital e, [de] outro, o Estado moderno como estrutura totalizadora de comando político da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida”. (idem)

Nessa dinâmica, escamoteia-se ainda uma das principais contradições inerentes ao funcionamento do sistema do capital, ou seja, ele se constitui como um sistema de controle sem sujeito, como já dito anteriormente, e necessita ainda de exercer o domínio/controlar dos produtores, reificando-os. Porém, como reduzir e anular o sujeito real da produção? O capital faz por meio de mediações, e, nesse campo efetiva-se o papel do Estado:

é ele quem oferece a garantia fundamental de que a recalcitrância e a rebeldia potenciais não escapem ao controle. Enquanto esta garantia for eficaz (parte na forma de meios políticos e legais de dissuasão e parte como paliativo para as piores conseqüências do mecanismo socioeconômico produtor de pobreza, por meio dos recursos do sistema de seguridade social), o Estado moderno e a ordem reprodutiva

sociometabólica do capital são mutuamente correspondentes. (MÉSZÁROS, 2002, p. 127)

No bojo dessas contradições, situa-se a necessidade, cada vez maior, de controle do processo de produção, porque há uma tendência de crescimento da socialização da produção, que confere maior capacidade de controle aos produtores. É o que autor denomina dissonância estrutural entre o sistema e a formação do Estado. Outra contradição refere-se à capacidade totalizadora desse Estado que – com o intuito de garantir a irrestringibilidade global do capital – não consegue abranger a totalidade das unidades socioeconômicas reprodutivas existentes no capital ao considerar que há particularidades e especificidades no processo de formação dos estados nacionais e na interação entre eles. Dessa forma as contradições produzidas na base do sistema e os seus defeitos estruturais não serão superados unicamente por meio da intervenção política, nem tampouco pela economia de mercado sem que haja mudanças fundamentais na ordem sociometabólica das sociedades pós-revolucionárias (MÉSZÁROS, 2002).

No que se refere à configuração atual do processo de controle sociometabólico do capital, o sistema passa das pequenas unidades produtivas fragmentadas para gigantescas corporações transnacionais de sua plena articulação global, o que, de certa maneira, desafia a garantia de seu domínio ideo-político. Assiste-se a um processo de financeirização da economia, expressa pela consolidação, a partir da década de 1960, de um mercado mundial do dinheiro. Há uma mercadorização desenfreada das relações sociais. Em sua nova fase, esse processo tem como características principais a ampliação das funções financeiras das corporações, transnacionalização dos bancos e empresas, dentre outras. Essa expressão do capital financeiro efetiva-se com a fusão de grandes bancos e empresas industriais e comerciais, bem como com agentes governamentais.

Com base no modelo neoliberal, a reforma do Estado deve orientar-se para o mercado, abandonando instrumentos de controle político, restringindo a alocação dos recursos públicos, diminuindo as funções do Estado e fortalecendo as ações de natureza privada. O mercado passa a ser o espaço da garantia da eficiência e eficácia não obtidas no espaço público. Essa dinâmica envolve também a efetivação da política social que passa a se organizar pelos princípios da focalização (voltada para setores de extrema pobreza), pela descentralização (instituem-se formas de gestão locais) e pela privatização. E, ainda, sua efetivação é permeada pelo princípio da menor elegibilidade (ligado a mecanismos de seletividade) e pela incerteza do não direito.

Dessa forma, é equivocado afirmar que o processo de mundialização suprime ou anula a importância do Estado como esfera reguladora das relações sociais; ao contrário, a função de comando político estatal intensifica-se, modificando-se para acompanhar a plasticidade da ordem do capital, estendendo seu poder às instituições financeiras. Essa dinâmica expressa uma contradição do sistema, pois o processo de financeirização do capital exige, cada vez mais, a intervenção estatal, com o objetivo de administrar as crises do sistema financeiro. Nessa mudança na direção do Estado, ampliam-se e intensificam-se também a transferência de riquezas e a precariedade do trabalho, agravam-se os processos de extração da mais-valia, da reificação, da flexibilização do trabalho, em decorrência da ampliação das dívidas públicas para conter as crises das empresas e finanças. Para resolver essa equação, são absolutamente funcionais os mecanismos ideológicos.

Processos alienantes e produção de consensos na racionalidade burguesa

em nossas sociedades tudo está "impregnado de ideologia", quer a percebamos, quer não. [...] em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como "normalidade", "objetividade" e "imparcialidade científica". (MÉSZÁROS, 2004, p. 57)

Na histórica estratégia ideo-política de escamoteamento da luta de classes, evidencia-se a produção e a legitimação de um discurso de naturalização da desigualdade social, bem como a tese do fim dos antagonismos entre capital e trabalho, em que o trabalhador passa a ter o controle do processo de trabalho. O escamoteamento referido diz respeito à banalização do humano pelo predomínio do capital fetiche, expressa na subversão do humano e no desenvolvimento de uma barbárie social.

Mészáros (2004) define esse processo como camuflagem ideológica enganadora, em que o Estado incontestavelmente se constitui como força inexorável por meio da conformidade política e ideológica, disseminando, estrategicamente, como ideologia única, a perpetuação do capital. A questão de impor uma uniformidade ideológica para esse fim estende-se também à democracia e à liberdade ocidentais.

Esse processo compõe a programática da ideologia dominante para afirmar-se em todos os níveis, porque esta tem o controle das instituições políticas e culturais da sociedade. Uma das estratégias é a negação da luta/conflito de classes, a busca da

reconciliação, e um exemplo dela é a afirmação de que os problemas de necessidade econômica são técnicos, e sua solução depende da gerência de especialistas capacitados para tal. É importante não ignorar o poder da ideologia para a (re)produção do sistema. Desse modo, não se deve conceber a ideologia como superstição, como mito, mas como consciência social materialmente ancorada e sustentada. No bojo dos processos ideológicos, de construção da consciência social, do processo de tomada de consciência dos conflitos sociais é que são definidos e problematizados os interesses sociais, os projetos societários. Segundo Mészáros (2004, p. 65),

os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos [...] que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

A construção e a predominância de um discurso ideológico em relação ao outro dependem da sua capacidade de difusão e de legitimação totalizadora, sobretudo no espaço em que se instaura o conflito, o âmbito da própria estrutura social. O conflito explicitado refere-se ao potencial de controle regulador das práticas produtivas e distributivas da sociedade e a pretensa solução do conflito refere-se ao potencial de controle na disputa entre forças antagônicas.

No conjunto das práticas sociais, na equação entre os processos de luta e as formas ideológicas orientadas para a prática, provavelmente, encontram-se as bases para a solução ou não dos conflitos. Assim, “o que determina a natureza da ideologia, acima de tudo, é o imperativo de se tornar praticamente consciente do conflito social fundamental [...] com o propósito de resolvê-lo pela luta” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65). Com base nessa análise, apreende-se que os discursos ideológicos não constituem meras abstrações, não são tipos ideais, mas manifestam-se, materializam-se nas práticas sociais, na mobilização e nas ações dos sujeitos coletivos. Há, portanto, a necessidade de identificá-los, no bojo da luta de classes, nos projetos societários em disputa.

Para Mészáros (2004, p.65), “trata-se de compreender como as características estruturais fundamentais de uma ordem social se afirmam na escala pertinente e circunscrevem os modos alternativos de conceituação de todos os problemas práticos mais importantes”.

Além disso, devem-se identificar, no campo das determinações estruturais, os instrumentos de controle social e como são apropriados pelos sujeitos sociais rivais,

na equação entre crítica/negação e/ou afirmação/sustentação, conforme os interesses que as forças sociais em disputa sustentam. As ideologias são construídas e determinadas historicamente, dependendo de dois elementos fundamentais. Um refere-se ao caráter antagônico das estruturas sociais que demarcam as construções ideológicas, ou seja, a consciência social prática das sociedades de classes é ideológica; o outro, corresponde ao modo como, historicamente, são consolidadas as práticas produtivas e distributivas da sociedade que produzem a necessidade de imposição ou não de determinadas relações socioeconômicas e político-culturais.

Uma época histórica determina os limites do questionamento acerca da continuidade ou não de determinadas relações socioeconômicas e político-culturais. Nesse aspecto, situam-se o desafio ideológico e o próprio exercício do controle social. Assim, as concepções ideológicas são compatíveis com as épocas históricas às quais pertencem, com a consciência social da prática das sociedades de classe e com o tipo de conhecimento com o qual se vinculam.

Mészáros (2004) destaca nesse processo três posições ideológicas: a) a forma de organização societal vigente como horizonte absoluto da própria vida social; b) a forma da sociedade de classes como anacrônica, revelando ser irracional, análise de Rousseau; c) a posição ideológica que questiona a viabilidade da sociedade de classes propondo a sua superação, logo a superação desses antagonismos.

Nesse sentido, a conformação dos processos ideológicos é permeada pelos limites impostos pela perspectiva de classe, o que é inevitável. E ainda cabe um esclarecimento: do ponto de vista da práxis, deve-se intentar a superação das estratégias de uniformização e a negação do conflito social, disseminadas pela ideologia dominante. Para consolidar as bases da terceira concepção, é preciso repensar a prática social, por meio da articulação da consciência social como uma ideologia coerente e vigorosa.

Essa concepção de construção ideológica está presente no texto de Marx e Engels, *A ideologia alemã*. Segundo Konder (1981, p. 66-67), nessa obra, Marx e Engels destacam que o indivíduo não pode ser concebido fora do quadro da vida social, e o processo do conhecimento só pode ser devidamente entendido [...] quando relacionado com esta contínua intervenção ativa dos homens no mundo. Não é verdade que exista de um lado o mundo e de outro a consciência [...]. A tarefa de interpretar o mundo faz parte da tarefa maior de modificá-lo.

Marx e Engels, conforme Konder (1981), situam nesse texto uma ciência histórico-materialista em oposição à filosofia, uma perspectiva mais ampla e amadurecida em relação aos *Manuscritos econômico-filosóficos*. Essa concepção é mediada pela noção da práxis, – expressão do ser humano humanizado e sua capacidade transformadora – que se realiza pelo trabalho, pela ação produtora.

Na exposição da Ideologia Alemã, os outros constroem uma crítica aos jovens hegelianos, com o intuito de questionar o papel da filosofia e da economia política no que se refere à ordem burguesa. A construção teórica explícita é que há vinculação entre os pressupostos reais e as próprias condições materiais de vida dadas pela realidade produzidas pela ação dos indivíduos, ou seja, não se trata de abstrações nem de dogmas. Na análise de Ranière (2000, p. 156), *A Ideologia alemã* preconiza como condição ontológica a necessidade de compreensão e acompanhamento do desenvolvimento histórico concreto, desde o momento em que se articula o material, o concreto e o intelectual, tendo em vista produzir as bases para o devir humano. Nesse sentido, há uma exposição analítica da composição das estruturas sociais, em uma tentativa de extrair o significado teórico da dialética, o que justifica o combate com os filósofos hegelianos de esquerda e a ruptura com a leitura hegeliana da realidade, bem como uma continuidade à teoria da alienação, em outra perspectiva.

Marx e Engels (2007) expõem seu método de investigação, ao estabelecerem a unidade entre matéria e pensamento, bem como suas contradições. Nas palavras dos autores,

totalmente ao contrário da filosofia alemã que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu; quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercambio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos do seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Por outro lado, os autores explicitam seu conteúdo ontológico no processo de leitura histórica do complexo societário, ao mesmo tempo em que se opõem ao idealismo, com uma concepção coerente e vigorosa de perspectiva ideológica. Com base na crítica ao idealismo e na ruptura com o materialismo antropológico de Feuerbach, Marx e Engels (2007) constituem as bases do materialismo histórico-dialético, bem como elementos importantes ao desvelamento da perspectiva totalizadora do capital e as condições necessárias ao seu enfrentamento pela dimensão da emancipação humana.

Dessa forma, retomam a questão fundamental no que se refere ao processo de consolidação das diferentes concepções ideológicas e a predominância de uma ou outra na sociedade de classes e as bases para a superação de seus antagonismos. Mészáros (2004, p.68) reafirma o principal dilema que atravessa, historicamente, essa necessidade. Para o autor "a questão prática [...] permanece a mesma, ou seja, 'resolver pela luta' o conflito fundamental relativo ao direito estrutural de controlar o metabolismo social como um todo".

Na contramão dessa perspectiva, evidencia-se que a ideologia dominante vem consolidando uma tendência à atenuação *anistórica* do conflito, sobretudo no que se refere à questão da modernidade e ao uso problemático do termo moderno, desprezando a dimensão sócio-histórica. Como exemplo, Mészáros (2004) destaca que Hegel, paradoxalmente, explicitou bem essa perspectiva ao preservar, pela exaltação idealista da atualidade racional do existente – a ordem capitalista moderna –, pela eternização ideológica dessa ordem e pregando a permanência atemporal de uma entidade a serviço da atenuação dos conflitos – o Estado alemão moderno.

Outro exemplo refere-se à influência metodológica e ideológica da teoria weberiana, que se fortaleceu após a Segunda Guerra Mundial, com base no princípio da racionalidade. Nessa dimensão de análise, a modernidade é definida em oposição à sociedade tradicional. A teoria weberiana estabelece, como princípio básico da oposição entre moderno e tradicional e de organização da sociedade pelo capital, a possibilidade do cálculo racional, anulando as ambiguidades e os antagonismos, incluindo o principal deles, a determinação estrutural da exploração de classe, com uma análise tipologicamente científica.

Para Mészáros (2004), o quadro conceitual típico-ideal definido por Weber apresenta-se falsamente como o paradigma da racionalidade. "Weber trata todos os sintomas de crise da ordem socioeconômica capitalista eternizada como meros 'desvios' em relação a sua racionalidade intrínseca como sistema total", diz o autor (p. 74).

O pensamento social construído por Max Weber foi profundamente difundido e, ao mesmo tempo, era funcional à legitimidade da estratégia ideológica do capitalismo na Segunda Guerra Mundial, constituindo-se como um dos principais representantes da democracia liberal, por causa de sua construção teórica sobre a racionalização, do cálculo e da eficiência burocrático-administrativa. Dessa forma, associaram-se eficazmente lucro e cálculo racional, bem como autonomização dos valores, ou seja, a sua definição destes dava-se divorciada dos grupos sociais e

indivíduos. Sua funcionalidade vinculava-se ainda ao fortalecimento da luta aberta contra o socialismo de orientação marxista, com base no princípio da não superabilidade do capitalismo e do fracasso das experiências socialistas.

Para Mészáros (2004, p. 211),

Weber tornou-se o 'homem para todas as estações' do capitalismo do século XX porque traçou linhas de demarcação engenhosas, que se harmonizavam com as necessidades intelectuais da época, à medida que elas surgiam de acordo com as novas circunstâncias [...] [e] tentou alcançar isso com duas estratégias intelectuais complementares. A primeira consistia em uma extrema relativização dos valores [...] [e a segunda referia-se à articulação de] uma metodologia para opor radicalmente a constituição de 'visões de mundo' ao reino do conhecimento factual.

Segundo Mészáros (2004) alguns cruzamentos teóricos e adaptações foram estrategicamente articulados, para difundir uma visão de mundo referente à nova potência mundial, os Estados Unidos da América e propagar uma ordem social tranquila, dando fim à luta de classes. Alguns intelectuais assumiram esse papel, entre eles, Aron (conservadorismo liberal); Parsons; Merleau-Ponty. Para o autor (2004, p. 219), "havia uma base comum mais do que suficiente entre as novas necessidades ideológicas e a teoria weberiana original para tornar seu renascimento no pós-guerra viável e eficaz em sua orientação atlanticista específica". Esses cruzamentos, porém, não se deram de forma homogênea e devem ser resguardadas as diferenças de seus objetivos sociopolíticos.

Assim, o princípio dominante do capital no Estado ocidental moderno efetiva-se por um processo cultural de investimento no capital privado. Nessa perspectiva ideológica, de tipo weberiano, são desistoricizadas as contradições sócio-históricas e transformadas em características estruturais da relação entre modernidade e racionalização que, por sua vez, ocupa lugar central nessa análise.

E, ainda, com a perspectiva ideológica quase unilateral e reducionista da influência weberiana, que, pela equação irracionalidade-racionalidade, justifica os problemas e contradições da sociedade industrial moderna, renovadas pela Escola de Frankfurt, na leitura habermasiana e duramente criticada por Mészáros, no seguinte trecho:

a natureza da ordem socioeconômica do capital só é inteligível em termos globais, não se pode dar muito crédito à conceitualização do 'mundo capitalista avançado' a partir de uma perspectiva que ignora sistematicamente a esmagadora maioria da humanidade e opera com categorias que não dão atenção às suas condições de existência (MÉSZÁROS, 2004, p. 79)

Outro aspecto relevante refere-se ao falseamento do consenso expresso, segundo o autor, na teoria da ação comunicativa de Habermas. Assim, difundem-se a possibilidade e a pretensa concretização de um diálogo espontâneo e não condicionado. Em outras palavras cria-se uma ilusão da possibilidade de um diálogo entre iguais, em uma mesma condição, o que na verdade escamoteia o jogo instituído nas relações de poder. Em vez do possível consenso há a imposição unilateral das relações de poder dominante "que assume muitas vezes a enganosamente não-problemática forma de um intercâmbio comunicativo 'produtor de concordância'" (MÉSZÁROS, 2004, p. 79). A dinâmica da capacidade de produção de concordâncias e consensos depende de como o sistema a incorpora ou lhe concede espaço e como essa concessão produz dividendos no processo produtivo.

Há que se considerar ainda a controvérsia entre modernidade e pós-modernidade, ou seja, desloca-se o debate para questões meramente metodológicas, anulando-se as questões sociais e políticas relativas ao processo organizativo da sociedade capitalista. Retoma-se a questão do consenso e de suas possibilidades de efetivação, desde o final da Segunda Grande Guerra. Tanto as chamadas teorias modernas quanto pós-modernas não foram capazes de indicar, segundo Mészáros (2004), forças possíveis de emancipação individual e social, por negarem a via da emancipação pelo caminho do trabalho, e, ainda, pelos problemas referentes à temporalidade histórica dos acontecimentos. Explicitam então tendências no campo das estratégias ídeo-políticas de dominação, fatores de manipulação institucionalizada, provocando reducionismos, tendo em vista a atenuação de conflitos.

Para garantir a atenuação dos conflitos mudam-se as estratégias, materializam-se uma multiplicidade e variedade de um novo discurso ideológico, do fim da ideologia, do fim da sociedade do trabalho, dentre outros. Mészáros (2004, p. 105) assinala:

Dessa maneira as ideologias adaptadas às novas circunstâncias podiam assumir uma postura levemente crítica com relação às manifestações superficiais do sistema em crise, sem sujeitar à crítica real os antagonismos internos fundamentalmente explosivos da ordem estabelecida.

A razão é que ainda escamoteia a relação dialética entre o complexo de produção das necessidades sociais e as manifestações cultural-ideológicas dele extraídas historicamente. Esse escamoteamento foi intensificado com a hegemonia norte-americana após 1945, e também com a perspectiva ideológica e cultural que reduz ainda mais o raio de atuação da teoria crítica. Esse processo expressa que as manifestações ideológicas, quase sempre, obedecem a interesses sociais

dominantes, porque dominam espaços estratégicos de difusão de ideologias que restringem a leitura da realidade a uma perspectiva idealista que anula as implicações práticas dos conflitos sociais.

Também as demandas dos movimentos sociais mobilizam discursos ideológicos, ou seja,

o discurso ideológico orientado para si mesmo e predominantemente abstrato de um período histórico específico [...] não aparece simplesmente da própria ideologia. Tem sua origem nas contradições e crises historicamente específicas dos movimentos sociais potencialmente emancipatórios e no relacionamento problemático entre estes movimentos sociais e as ações cultural-ideológicas atuantes na sociedade (MÉSZÁROS, 2004, p. 115).

Há, portanto, a necessidade de ampliar a perspectiva de análise, segundo a qual a ideologia resulta da consciência prática das sociedades, e somente na perspectiva prática e material é que se pode identificar a construção dos discursos ideológicos, sua legitimidade e suas crises. Historicamente, a questão do consenso vem permeando o processo de consolidação das relações de poder e se configurou como estratégia significativa no capitalismo monopolista, a partir do final da Segunda Grande Guerra. Nesse período, houve uma transição estratégica "da dividida arena socioeconômica das relações de classe [...] para a pseudoconcreticidade da esfera política em si" (MÉSZÁROS, 2004, p. 145) Essa dinâmica foi construída pela necessidade premente do Estado de administrar os conflitos e as "disfunções", e nesse espaço instituiu-se uma perspectiva conservadora de controle social

Nesse caso, o consenso constituído refere-se à legitimidade da utopia administrativa, da administração científica do Estado neocapitalista-intervencionista como a única alternativa, período denominado por Mészáros (2004) de consenso político posterior à guerra, pois era necessário instituir o capitalismo "organizado e livre de conflitos". Uma das estratégias consolidadas refere-se à difusão de um discurso do fim da ideologia, por associar as opiniões relacionadas às modificações socioeconômicas e políticas a manifestações ideológicas. Associada a essa outra, configurou-se a justificativa da necessidade de renovar a alienação como algo necessário e natural ao sistema, sendo o Estado o responsável pela função de controle das relações sociais.

Outras tendências foram demarcadas no processo de articulação das estratégias ideológicas e político-econômicas para a produção de consensos tendo por fundamento a base conceitual weberiana. Polêmicas e junções acerca da ideologia e das necessidades consensuais constituíram-se historicamente, com relação à prática

política e intelectual, ao papel do Estado e ao processo organizativo da sociedade civil, bem como às estratégias ideológicas produzidas nesse campo de disputas.

Na contracorrente das ideologias dominantes da ordem social estabelecida, há ideologias críticas, produzidas por intelectuais que se situam no campo da contraconsciência, porém, estão em condições desiguais no processo de difusão de suas estratégias e discursos ideológicos, porque as ideologias dominantes detêm uma posição privilegiada, por terem o controle e o apoio das principais instituições econômicas, políticas e culturais do sistema. Essa desigualdade leva a desvantagens, pois faz com que a posição dos intelectuais, expressa nas suas construções teóricas e em sua praticabilidade, seja percebida como completamente negativa, com um ataque excessivo às instituições.

De acordo com Mészáros (2004, p. 234),

a negatividade de sua resposta [...] resulta de uma debilidade interna da posição crítica assumida. Primeiro, porque a dialética da negação e da afirmação é rompida em favor de uma negação unilateral que necessariamente permanece dependente do objeto negado para poder se definir. E, segundo, porque o desafio de articular de modo abrangente a teoria alternativa – tanto no plano da ação individual quanto no da ação coletiva juntamente com todos os complexos instrumentais e institucionais requeridos para sua implementação prática – não pode ser evitado.

Por outro lado, essa negatividade não depende somente de uma escolha teórico-metodológica, ela está dada historicamente e só pode ser convertida em uma base de referência positiva a partir do momento em que indiquem, identifiquem e legitimem uma força hegemônica potencial. Dessa forma,

as ideologias críticas e as formas de 'contraconsciência' não podem deixar de ser parciais e unilateralmente negativas em sua autodefinição, a menos que possam oferecer uma alternativa hegemônica viável às práticas predominantes nessa formação estatal, em todos os planos da vida social. (MÉSZÁROS, 2004, p. 234))

Os apontamentos acima evidenciados demonstram, cada vez mais, a necessidade de retomar a questão da alienação e sua funcionalidade ao processo de expansão e reprodução do sistema do capital. Destaca-se que a sociabilidade burguesa produz estranhamento e alienação; nela se comprometem todas as possibilidades de construção de uma nova sociabilidade humana, em razão da alienação do trabalho, da dissociação entre trabalhador e os meios de produção, entre produção e consumo. Dessa forma, o trabalho e a vida tornam-se alienados, a sociedade burguesa, em vez de formar, deforma, desumaniza, por meio do trabalho alienado, descaracterizando o ser humano.

Há que se construir uma organização societal para além do capital com base no processo mesmo de apreensão desse sistema por dentro dele, com suas contradições e limitações/fragilidades, de modo a desvendar os limites da ação política e o processo organizativo da classe trabalhadora. A perspectiva marxiana, com base na teoria social crítica, reafirma a tese de que é preciso superar a ordem societal burguesa, ainda com novas formas de consenso no campo das lutas sociais.

Na análise marxiana, a ação política é restrita e restritiva e não consegue abarcar todos os elementos essenciais para a construção da nova ordem societal, sobretudo quando permanece centrada somente na questão da esfera do poder em espaços societais delimitados, ou em momentos conjunturais específicos, e, assim, ocorrem a unilateralidade e os limites à legitimação de uma nova força hegemônica. Para a construção da nova ordem societal, é necessária uma revolução social e não apenas política.

A organização da ação política da classe trabalhadora mostra-se insuficiente para a construção da nova ordem societal, ou seja, nos processos revolucionários e nas tentativas de organizações já apontadas historicamente há uma cisão entre o político e o social. É preciso expandir a atuação do movimento socialista e da classe trabalhadora para além da dimensão parlamentar, que restringe seu campo de lutas à conquista do poder pelo Estado. Torna-se necessário instituir formas de resistência e rebeldia, formas de luta e enfrentamento em escala mundial. No rastro da tradição marxiana, Mészáros (2005, p. 60) aponta a necessidade de superação da sociedade do capital, e, para o autor, “é possível superar a alienação com uma reestruturação radical das nossas condições de existência há muito estabelecidas e, por conseguinte, de toda a nossa maneira de ser”.

Em virtude do caráter incontrolável e destrutivo da expansão capitalista apontado, Mészáros (1995) destaca a atualidade da ofensiva socialista, ou seja, não é pela solução reformista e pela ampliação democrática mediante mecanismos de participação e controle social, nos moldes em que ela é implementada, que serão operadas mudanças significativas tanto na conformação de uma sociedade civil autônoma, com potencial crítico e argumentativo, como na conformação de um projeto emancipador de sociedade, em decorrência da crise estrutural vigente. No entanto, essa transição dependerá de ações dos homens, do processo organizativo da classe trabalhadora. Para Mészáros (2002), “a passagem do capitalismo para uma sociedade emancipada é caracterizada [...] como a passagem de uma forma de controle sociometabólico regida pelo capital à outra, controlada pelas necessidades humanas” (p. 792). Por isso, a revolução socialista não pode ser concebida como um

ato singular, não importa quão seja radical na sua intenção. Ela deve ser descrita, como uma revolução social que se desdobra consistentemente autocrítica, isto é, como uma revolução permanente, capaz de prover e fazer o modo de controle autodeterminado da ordem socialista.

Faz-se necessário romper a atitude defensiva em que a classe trabalhadora se encontra, na perspectiva sindical e dos demais espaços de controle social operário; e, ainda, desenvolver a capacidade de autogestão da sociedade, com plena distribuição de poder, consolidando outro processo de democratização. O processo de formação da classe trabalhadora e dos demais segmentos sociais, nos moldes em que Mészáros (2002) caracteriza como a produção de uma contraconsciência, perpassa estratégias de rearticulação do projeto que apresenta como premissa uma sociedade sem classes, ou seja, aquela em que o sujeito deve eliminar-se como classe para realizar a nova ordem, isto é, deixar de ser classe e se constituir como livre produtor autônomo. E certamente nós não podemos nos dar ao luxo de vagar por outro século e meio no beco sem saída de tentar produzir mudanças estruturais no interior dos confins paralisantes do sistema do capital" (MÉZÁROS, 2002, p. 793).

Referências

ALVES, Gláucia Lelis. **Controle social:** expressão do reformismo conservador ou da luta pelo fortalecimento da democracia? São Paulo: 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

KONDER, Leandro. **Marx. Vida e obra.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe.** Estudos sobre a dialética marxista. Trad. Rodnei Nascimento. Rev. da trad. Karinna Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã.** Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 1845-1846. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira/Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. **O poder da ideologia**. Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social**. Tradução Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

RANIÉRE, Jesus José. **Alienação e estranhamento em Marx**: dos manuscritos econômico-filosóficos de 1844 à ideologia alemã. Campinas (SP): 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Recebido em 06/12/2017

Aprovado em 24/07/2018

IGUALDADE SUBSTANTIVA E ALTERNATIVA SOCIALISTA PARA A HUMANIDADE: a perspectiva de István Mészáros

Kaithy das Chagas Oliveira¹

Resumo: Esta exposição busca discutir um conceito fundamental trabalhado pelo filósofo István Mészáros, o conceito de igualdade substantiva. Tal noção parte da problematização de alguns princípios que formaram o alicerce ideológico, político e econômico da modernidade, como são a liberdade e a igualdade. A noção de igualdade substantiva é tomada pelo seu potencial articulador da vida social, na construção de um mundo em que prevaleça os laços propriamente socialistas, a partir da cooperação irrestrita de “sujeitos livremente associados”. A igualdade substantiva aparece como aspecto imprescindível ao qual um outro modo de vida deverá ser construído. O estudo aqui realizado é produto da análise conceitual de alguns textos fundamentais do autor, nos quais ele trata do conceito de igualdade substantiva de modo aprofundamento e articulado com outros temas. Como síntese deste estudo, a perspectiva socialista revolucionária é discutida a partir da proposição de Mészáros, como alternativa mais viável para o não extermínio da humanidade do planeta, em um plano sustentável efetivo, para além dos reformismos típicos do mundo capitalista.

Palavras-chave: Igualdade Substantiva – Associação – Sujeitos Livres – Socialismo.

SUBSTANTIVE EQUALITY AND SOCIALIST ALTERNATIVE FOR HUMANITY: the perspective of István Mészáros

Abstract: This exhibition seeks to discuss a fundamental concept worked out by the philosopher István Mészáros, the concept of substantive equality. This notion is part of the problematization of some principles that formed the ideological, political and economic foundation of modernity, such as freedom and equality. The notion of substantive equality is taken by its potential articulator of social life, in building a world in which prevails the proper socialist bonds, from the unrestricted cooperation "freely associated individuals." Substantive equality appears as an essential aspect to which

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília (UnB). Atua como docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Formosa (IFGO/Formosa). E-mail: kaithyoliveira@gmail.com



another way of life must be constructed. The study carried out here is a product of the conceptual analysis of some of the author's fundamental texts, in which he deals with the concept of substantive equality in a deeper way and articulated with other themes. As a summary of this study, the revolutionary socialist perspective is discussed from Mészáros proposition, as most viable alternative for non-extirmination of humanity on the planet, in an effective sustainable plan in addition to the typical reformisms the capitalist world.

Keywords: Substantive Equality – Association – Free Subjects – Socialism.

IGUALDAD SUSTANTIVA Y ALTERNATIVA SOCIALISTA PARA LA HUMANIDAD: la perspectiva de István Mészáros

Resumen: Esta exposición busca discutir un concepto fundamental trabajado por el filósofo István Mészáros, el concepto de igualdad sustantiva. Tal noción parte de la problematización de algunos principios que formaron el cimiento ideológico, político y económico de la modernidad, como son la libertad y la igualdad. La noción de igualdad sustantiva es tomada por su potencial articulador de la vida social, en la construcción de un mundo en que prevalezcan los lazos propiamente socialistas, a partir de la cooperación irrestricta de "sujetos libremente asociados". La igualdad sustantiva aparece como aspecto imprescindible por el cual otro modo de vida deberá ser construido. El estudio aquí realizado es producto del análisis conceptual de algunos textos fundamentales del autor, en los que trata del concepto de igualdad sustantiva de modo profundizado y articulado con otros temas. Como síntesis de este estudio, la perspectiva socialista revolucionaria es discutida a partir de la proposición de Mészáros, como alternativa más viable para el no exterminio de la humanidad del planeta, en un plano sustentable, además de los reformismos típicos del mundo capitalista.

Palabras clave: Igualdad Sustantiva – Asociación – Sujetos Libres – Socialismo.

Frente à numerosa quantidade de informações, muitas vezes desconexas e pouco críticas, acerca dos desenvolvimentos do mundo atual, o trato de conceitos fundamentais torna-se uma tarefa complexa e imprescindível, haja vista a necessidade de se ocupar da elucidação dessa realidade que não se dá a conhecer em sua aparência imediata, e exatamente por isso torna-se cada vez mais carente de desvendamento e explicitações. Para tanto, é preciso ir além das falsas panacéias divulgadas ao longo da história e constituintes do arcabouço ideológico que sustenta a retórica em torno das realizações contemporâneas. Apontando para este caminho, o presente estudo visa tratar de um conceito importante na obra de István Mészáros, o conceito de igualdade substantiva, que ocupou significativo destaque em muitas de suas obras e discussões.

István Mészáros² possui uma considerável produção teórica, muitas obras já traduzidas para o português, mas se sobressai com a publicação do livro *Para além do capital*, no qual apresenta a ideia de igualdade substantiva como possibilidade de construção de outra forma de conduzir a vida em âmbito global, pautando-se por relações sociais que se baseiam em alternativas cooperativas entre os seres humanos. É, nesse sentido, que Mészáros aposta em uma teoria que elucida o caminho para uma transição socioeconômica, política e cultural. Tal compreensão é articulada dentro de parâmetros densos de análises, que retomam muitos elementos apresentados no *Capital*³ de Karl Marx, com vistas na "atualização" desta importante obra, segundo as palavras do próprio autor. Sendo assim, construir a compreensão acerca da igualdade substantiva é, antes de qualquer coisa, retomar alguns aspectos importantes dessa discussão.

Tomando como marco fundamental de desenvolvimento moderno o período revolucionário burguês, emblematicamente situado nos finais do século XVIII, articulando-se com os desenvolvimentos modernos, alavancados em grande medida pelo colonialismo, se constitui como um movimento "desigual e combinado" (LINDEN, 2007) em escala global, baseando-se em promessas importantes que subsidiariam a concepção sociopolítica dos séculos subsequentes. Nesse contexto, os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade tornaram-se a mais elevada aspiração das nações que se constituiriam e a "propaganda" reiterada dos governos que perseguiram o alcance inexorável de modernização. Todavia, a concretude histórica demonstrou que tais princípios somente permaneceriam ao longo desse período no plano formal, esvaindo-se de sua essência fundamental e convertendo-se em frágil esperança irrealizável. Sobre a efetividade desses princípios Mészáros (2002, p. 224) afirma:

[...] liberdade, igualdade e fraternidade em outros tempos não foram palavras vazias ou alguma espécie de embuste cínico usados para desviar a atenção do adversário real. Ao contrário, essas palavras foram objetivos perseguidos com a paixão de uma classe (a burguesia progressista que ainda partilhava uma significativa causa comum com o trabalho, como componentes do "Terceiro Estado") que mais tarde teve de esvaziar e, mais tarde ainda, descartar com desprezo (como "palavras vazias") suas

² Nasceu em Budapeste em 1930, formando-se em Filosofia pelo Eötvös Collégium, a Escola Normal Superior húngara". Tornara-se um pensador importante da teoria marxista e suas implicações históricas, obtendo premiações importantes em diversas obras produzidas, dentre as quais se inclui o prêmio "Memorial Isaac Deutscher" pelo estudo sobre *"Marx: a teoria da alienação"* (JINKINGS, 2006; ANTUNES, 2006), publicado no Brasil em 2006, com o título *"A teoria da alienação em Marx"*. Nos últimos anos, dedicou-se ao estudo e debate acerca do Estado, apresentando principalmente em sua obra *"Para além do Leviatã: crítica do Estado"*, publicada em três volumes no Brasil. Faleceu em outubro de 2017, prestes a completar 87 anos de idade.

³ Assim como em outras obras fundamentais, como o caso dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844.

convicções e aspirações para justificar até mesmo as mais gritantes iniquidades e desumanidades do domínio do capital na ordem social.

A frágil efetividade desses princípios se deu especialmente em função de obstáculos criados pelo "antagonismo estrutural inconciliável" da forma societária capitalista, que implicaram explicações ideologicamente concebidas, a partir das quais a ideia de liberdade, igualdade e fraternidade tornaram-se promessas irrealizáveis em sua base que, contraditoriamente, sustentam a retórica da concepção aparenial desse mundo. Tomando esse processo de paulatino esvaziamento dos conceitos é possível por em evidência a noção de igualdade que então se estabelece nas últimas décadas, destacando-se como elemento central do enfraquecimento das possibilidades de intervenção social, bem como da naturalização da desigualdade que se define cada vez mais no mundo capitalista como única possibilidade histórica e elemento estrutural intransponível, uma vez que compõe o arcabouço ideológico que fomenta a noção de "ausência de saída".

Trata-se, portanto, da estrutura edificada pelo mundo moderno que constitui um todo articulado que exige formas cada vez mais sofisticadas de dominação e alienação, baseado em um "sistema de controle sociometabólico" que é "estruturado de maneira mutuamente antagônico", abarcando os espaços mais recônditos da vida e enquadrando quase todas as realizações do universo social, em sua proximidade com os campos da economia e política, em uma forma peculiar de existência que se pauta pela seguinte perspectiva: as "verdadeiras premissas de seu modo de funcionamento contínuo devem ser organizadas de modo que garantam a subordinação permanente do trabalho ao capital" (MÉSZÁROS, 2002, p. 217).

A existência desse antagonismo une-se e determina a intrínseca formalização da idéia de igualdade, bem como o acirramento histórico da desigualdade social que determina a lógica de funcionamento desse mundo que não se restringe ao "chão da fábrica", mas, ao contrário, alcança espaços cada vez mais sofisticados da realização da vida social, implicando a manutenção do *status quo* em um sentido cada vez mais ampliado. Sendo assim, "[...] a instituição e o aperfeiçoamento da igualdade formal e da desigualdade substantiva pertencem ao modo normal de funcionamento do sistema do capital, o que está plenamente sintonizado com a tendência de homogeneização do princípio econômico dominante [...]" (MÉSZÁROS, 2002, p. 209).

O reconhecimento desses elementos constitutivos do sistema sociometabólico contemporâneo oferece os subsídios fundamentais para identificar limites históricos inerentes a essa forma societária. Mézáros (2002) reconhece aí algumas contradições que indicam possibilidades de crítica frente a esse processo. Tomando

a precariedade de realização da igualdade, concebida apenas como fração que compõe a legislatura dos Estados-nação, evidencia-se o inevitável esvaziamento de seu sentido mais amplo alardeado pelo plano emancipatório iluminista, vai assumindo um feitio que opera com força reduzida, por converter-se em "direito" inacessível a grande parte dos sujeitos contemporâneos. Trata-se, portanto, do processo de formalização da igualdade que acaba por se colocar efetivamente como desigualdade substantiva.

A permanência da noção de igualdade, ainda que em seu aspecto formal, constitui uma contradição historicamente importante, pois se mantém como uma "promessa a todos e todas", que de maneira nenhuma se realizará tendo em vista a desigualdade presente na base de concretização desse mundo, no entanto, permanece com reivindicação histórica, que deixa margem para a cobrança daqueles que não se beneficiam dessa "igualdade", mais especificamente a classe que vive trabalhado (ANTUNES, 2002). Tal premissa tornou-se uma fissura permanente no desenvolvimento sociometabólico do capitalismo, por se tratar de uma promessa que é reiteradamente afirmada e negada, ao mesmo tempo, por sua inerente impossibilidade dentro dessa particularidade histórica. Assim, o que se afirma nesse processo com força cada vez maior é o próprio horizonte de "impossibilidade" de uma igualdade plena. Relegada a plano nenhum, a igualdade cede lugar a desigualdade maximizada, que nas palavras de Mészáros (2002) se substantiva.

Essa potencialização da desigualdade tomada já em seu sentido ampliado, como único possível a se realizar historicamente, torna-se a sua própria naturalização. Uma noção constituída mediante o encobrimento da real noção de tempo histórico, o que minimiza o confronto dos limites dessa compreensão hegemônica, concebida desde então como forma imutável, cristalizada e atemporal. Colocando-se em causa a desarticulação do tempo, que não mais opera no sentido ligar de maneira intrínseca as suas três dimensões inseparáveis, a saber, passado, presente e futuro. Ocorre aí o alargamento do presente, concebido como encerramento do processo histórico, justificado pela sua repetição alucinada e, também, pela sofisticação das formas de desenvolvimento e dominação, implicando o suposto de que tornou-se uma particularidade histórica insuperável. Segundo afirmação de Mészáros (2007, p. 23):

Os defensores da ordem vigente jamais poderiam entender o significado de suas palavras. Para eles, o tempo só pode ter uma dimensão: a *do eterno presente*. O passado para eles não é nada mais do que a projeção pregressa e a cega justificação do presente estabelecido; e o futuro é apenas a extensão autocontraditória atemporal da "ordem natural" do aqui e agora – por mais destrutiva, e, por conseguinte, também autodestrutiva – encapsulada no ditado reacionário e

negligente, constantemente repetido, segundo o *qual não há alternativa*. Perversamente, supõe-se que isso deva resumir o futuro. ()

A noção de tempo previsto nessa premissa é complementemente conveniente aos desdobramentos do capital, uma vez “eternizado” qualquer reivindicação de mudança no curso histórico de seu desenvolvimento soa anacrônico e inoportuno, já que não cabe nenhuma ruptura nesse sistema que se automeia como “ápice de realização da humanidade”. Assim, o antagonismo estrutural do mundo capitalista consegue se manter, se reestabelecendo das várias crises que lhe são inerentes. E é nesse cenário que a ideia de igualdade se torna incômoda e deve ser substituída por outras proposições que sejam menos ambiciosas, mas também igualmente inexequíveis para a totalidade dos sujeitos.

Essa temporalidade peculiar ao sistema sociometabólico do capital potencializa o declínio da dignidade humana, corroborando àquela compreensão de Marx (1964) em que a “vida revela-se simplesmente como meio de vida” (p. 164) tendo em vista o avassalador processo de alienação que confisca e mutila a vida humana que deveria se constituir a partir dos interesses “genéricos”, em níveis cada vez mais sofisticados. Segundo Mészáros (2007, p. 33),

O modo historicamente único de reprodução sociometabólica do capital degrada o tempo porque a determinação objetiva mais fundamental de sua forma própria de intercâmbio humano é a condução irremediável à contínua auto-expansão, definida pelas características intrínsecas a esse modo de intercâmbio societário como necessária expansão do capital, alcançada na sociedade de troca apenas por meio da exploração do tempo de trabalho. O capital, portanto, deve tornar-se cego com relação a todas as dimensões do tempo diversas da dimensão relativa ao trabalho excedente explorando ao máximo e o correspondente tempo de trabalho.

Sendo assim, o processo de desenvolvimento capitalista implica a ampliação da expropriação da própria vida dos trabalhadores, que possui como única mercadoria vendável a sua experiência vital, seja ela no espaço do “trabalho” ou mesmo quando se ocupa de atividades que lhe entretém, disponibilizados em seu “tempo livre”. Considerando o nível de complexificação das formas de alienação, haja vista a sustentabilidade desse modelo social, torna-se evidente que esse processo se baseia na:

[...] conversão das várias áreas da experiência humana em “mercadorias vendáveis”, e só poderia seguir, relativamente impermutável, o seu curso de desenvolvimento enquanto essa mercantilização universal de todas as facetas da vida humana, inclusive as mais privadas, não alcançasse seu ponto de saturação (MÉSZÁROS, 2006, p. 39).

Frente a essa realidade Mészáros problematiza a questão da insustentabilidade da ordem socioeconômica constituída pelo mundo capitalista, que precisa ser combatida a partir do seu interior, no momento imediato. O autor demonstra uma postura propositiva ao apontar a necessidade urgente de ruptura desde o interior do sistema atual e juntamente com tal rompimento a construção de outro caminho que tenha como finalidade a criação de alternativas a serem viabilizadas pela concretude histórica. Esse é o plano da superação dos limites impostos pela complexidade adquirida pela alienação humana, bem como a fundação de outra proposta de reprodução sociometabólica pautada por outro tipo humano que se imbui, a partir desta perspectiva, de uma consciência diferenciada desse processo, reivindicando uma igualdade substantiva que possa constituir as possibilidades de construção de outra realidade, que nasce e se impõe como única alternativa de permanência dos seres humanos neste planeta.

Essa ideia recupera um princípio importante presente nos textos mais elaborados de Marx, especialmente na obra *O Capital*, quando atribui relevância ao desvendamento dessa realidade que se faz falsa, mas apresenta-se como única possibilidade a ser concebida. Trata-se, portanto, da forma ideológica a qual se explicita essa realidade, que compõe a naturalização do processo que, no limite, se faz mediante os desenvolvimentos históricos. Em torno dessa perspectiva esclarece os limites que devem ser demarcados por uma compreensão “sagrada” da realidade de modo a transcendê-los. Assim,

O reflexo religioso do mundo real pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto dos homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa (MARX, 1988, p. 76).

A contradição inconciliável na qual Mészáros trata refere-se à manutenção dessa ordem social obstaculizada de uma compreensão complexa de seu funcionamento desde sua base, o que implica, na atualidade, não apenas o alheamento quase total dos indivíduos dos processos que os constituem humanos, mas, para além disso, coloca em risco a própria existência da humanidade. Sendo assim, a proposição categórica é de um responsável e inadiável enfrentamento lógico e histórico que deverá modificar o curso dos desenvolvimentos ora concretizados, tal premissa revela-se como único caminho a seguir, “a menos que estejamos dispostos a nos

resignar ao *status quo* e, com isso, aceitar a perspectiva de paralisia social contínua e a conseqüente [sic!] autodestruição humana" (MÉSZÁROS, 2007, p. 188).

Problematizando esse processo lógico e histórico que vem colocando em risco a vida (não só humana) na terra, Mézáros expõe duas proposições fundamentais que se constituem mutuamente como imperativos para a manutenção da própria humanidade. O primeiro sentido dessa dupla proposição é a necessidade de se constituir um desenvolvimento realmente sustentável, sem o qual qualquer tentativa de alteração desta realidade se manterá inócua e superficial, que apenas reproduzirá a forma objetiva modernamente concebida.⁴ De outra parte, mas inseparável dessa premissa, situa-se a "realização progressiva da igualdade substantiva" que se contrapõe à mera formalidade de igualdade divulgada ao longo da história moderna e visa, portanto, a derrocada da desigualdade substantiva que se coloca como "obstáculos a serem transpostos dificilmente" (MÉSZÁROS, 2007, p. 186).

O que Mézáros (2002, p. 222) propõe é o redirecionamento do avanço produtivo existente, substituindo premissas quantitativas que apenas encobrem os reais desenvolvimentos deste mundo e favor de uma mudança qualitativa dessa realidade. Sugere, portanto, uma redefinição qualitativa que abarque "toda a humanidade em termos de substantiva igualdade, em vez de continuar excluindo a avassaladora maioria dos seres humanos dos frutos do avanço produtivo, como aconteceu durante o longo período de ascendência histórica do capital".

Nessa perspectiva, trata-se da construção de uma alternativa social, que se realize mediante a ruptura com o atual sistema, que produzirá uma modificação radical na base de realização socioeconômica, e a concepção de uma sustentabilidade real é que oferecem o subsídio para tal mudança. Uma noção imbricada no suposto de intervenção social constituída mediante o processo de universalização gradativa da igualdade substantiva. Esclarecendo essa ideia, Mézáros (2007, p. 190, grifos do autor) afirma:

Pois sustentabilidade significa estar realmente *no controle* dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e

⁴ Exemplificando as proposições superficiais de "sustentabilidade" situa-se os reclames emergentes do discurso ecológico, no qual propõe paliativos que pouco contribuem para uma real manutenção dos recursos naturais existentes, implicando apenas novas formas de consumo que não alcança a real causa do problema, perpetuando mais uma vez o hábil processo de *desenvolvimento sociometabólico* do capital.

determinações socioeconômicas *quase* naturais. Nossa ordem social existente se constrói no antagonismo estrutural entre capital e trabalho e, portanto, requer o exercício do controle externo sobre todas as forças recalcitrantes.

Esse "controle externo" visa a manutenção da ordem social vigente apoiando-se na ideia da naturalização dos processos que são, objetivamente, processos sociais. Romper com esse aparato de controle é o primeiro passo em direção a outra forma de realização da vida. Daí a necessidade de apoiar exatamente aquilo que o controle autoritário do capital aniquila reiteradamente ao longo da história, que são as formas de resistência e insurreição ainda possíveis. Romper com a naturalização dos processos sociais e marcar um posicionamento de crítica frente a isso, bem como a luta contra a continuidade desse sistema é condição *sine qua non* para construção da igualdade substantiva.

Para tanto é preciso se pautar por outra forma de controle, que segundo Mészáros (2007, p. 191) deve romper com a noção de externalidade de controle dos processos sociais que se fazem "de cima para baixo", uma imposição permitida ao longo da história e que consolida as práticas constitutivas do sistema sociometabólico do capital. Em contrapartida a essa realidade se apresenta uma outra perspectiva, uma proposta de superação deste modelo, que se esboça a partir da noção de "interno/autodirigido", na qual os sujeitos sociais tomam a noção de controle como algo necessário, tendo em vista a exigência histórica de constituição de práticas de sustentabilidade que apontem para a manutenção da vida humana no planeta, no entanto, tal controle não será imposto de forma externa, ao contrário, será conscientemente realizado, com base na noção de cooperação, subsidiado pelo plano da igualdade substantiva.

Na busca por esse alcance é indispensável a concreta dissolução das "condições de reprodução sociometabólica" do capital. Para Mészáros (2002) o primeiro movimento desse alcance é a clara compreensão de que embora o sistema capitalista busque reiteradamente superar os seus limites, algo que lhe é inerente, possui o limite intransponível da objetividade. Sendo assim, tanto o campo de exploração do trabalho, como dos recursos naturais existentes demonstram tal contradição por não serem fontes de proveito ilimitadas e por isso mesmo tendem a uma inevitável exaustão. No caso de não se abdicar desta exploração, o que se anuncia é o extermínio da própria humanidade do planeta (MÉSZÁROS, 2002, pp. 252-256).

Por mais que esse limite seja explícito e amplamente denunciado por estudiosos de vários campos do saber, bem como por vários movimentos sociais, faz-se necessária a compreensão da fundamental articulação das esferas da produção com

a reprodução da vida, dimensões estas inseparáveis na constituição de qualquer realidade sócio histórica. É preciso considerar, portanto, a sofisticação dos processos de reprodução sociometabólica que operam de maneira eficiente na sustentação desse sistema. Trata-se de uma ideologia entranhada na realidade objetiva, que obscurece o próprio desvendamento das vicissitudes que compõem o seu real funcionamento. É preciso, portanto, alcançar a potencialidade dos limites objetivos que se esboçam historicamente, como, também, alcançar a amplitude dessa reprodução que abarca as mais variadas esferas da vida, em processos cada vez mais complexos e sutis. A dissolução da reprodução sociometabólica é, paralelamente, o acirramento dos limites da produção capitalista.

Com vistas na determinação destes limites que a concepção de igualdade substantiva ganha força na discussão de Mészáros (2002; 2007). As contradições insuperáveis do capital abrem o precedente para a cobrança de uma outra forma de se realizar a vida sem que para a isso a própria humanidade esteja em risco constante e inevitável. Essa cobrança coloca em causa o resgate do princípio de igualdade em sua forma mais vigorosa, como substrato de uma outra era para o gênero humano.

Neste sentido, a condição necessária para uma verdadeira solução (e não manipulações e postergações temporárias) dos conflitos, por meio do internacionalismo socialista, é a adoção de um princípio estruturador realmente democrático e cooperativo nos próprios microcosmos da reprodução social, fundamentando a possibilidade inicial da auto-administração positiva e a “coordenação lateral” dos produtores associados em escala global (em oposição à, no momento, subordinação vertical prevalecte a um poder controlador estrangeiro) (MÉSZÁROS, 2002, p. 247-248).

O imperativo da igualdade substantiva se coloca como alternativa ativa para a edificação de outra forma societária, mediante a constituição do alicerce que ela própria será o principal substrato. Uma base pautada pelo princípio dessa igualdade produzirá uma outra estrutura social, constituída não mais por antagonismos de classe⁵ e sim a igual associação, tanto no campo “microcosmo”, no qual se refere os espaços de reprodução social em suas mais sutis realizações, como é o caso da instituição familiar, incluindo aí a importante demanda da emancipação feminina, ou no “macrocosmo” social em que se articula na globalidade do sistema

⁵ Mészáros (2002) trata a questão dos antagonismos de classe como algo constitutivo e determinante do sistema capitalista, resultado pelo qual o sistema permanece em uma matriz “conflitual/adversa”, traço este que lhe é inerente. Ele afirma que contraditoriamente tal característica essencial do sistema capitalista é, também, o cerne da sua própria destruição.

sociometabólico do capital em sua objetividade abrangente que desenvolve-se, “desigual e combinadamente”, em todo o planeta.

Trata-se, portanto, da edificação de outra estrutura social que se pauta pela noção de “produtores associados”. Este será o espaço da plena realização da igualdade, tornando-se “substantiva” por nomear uma forma social em que todos possam de fato participar tanto do processo de produção, como do usufruto dessa produção, implicando participação coletiva em todos os processos concernentes desta outra realidade. Essa dupla participação dos sujeitos no processo produtivo refere-se, ao mesmo tempo, ao fim do sistema capitalista que se baseia no antagonismo de classe e, simultaneamente, ao momento de elevação das relações sociais ao plano da igualdade substantiva. Sendo assim,

[...] a solução dos antagonismos explosivos, que não se podem reprimir indefinidamente, só é plausível em uma sociedade em que, por um lado, o próprio trabalho seja *universalizado*, envolvendo de forma consciente cada indivíduo singular, e, por outro lado, que os frutos potencialmente mais generosos da dedicação positiva dos indivíduos aos seus objetivos produtivos sejam *igualmente repartidos* entre todos eles (MÉSZÁROS, 2007, p. 236 – grifos do autor).

A proposta socialista se evidencia na perspectiva de Mézáros como a opção mais viável, como “o necessário modo alternativo de reprodução das nossas condições neste planeta finito” (MÉSZÁROS, 2007, p. 237). No caminho para esta realização ele atenta não só para a necessidade de se superar os antagonismos existentes, mas simultaneamente a isso, a “adoção de uma forma de controle sociometabólico racional e humanamente recompensadora”. O autor refere-se ao imperativo do “planejamento” como forma norteadora dos processos que eclodirão em outra forma de realização da vida, tornando-se um elemento essencial no processo de consolidação socialista, bem como de sua permanência histórica. Assim,

O planejamento, no sentido mais pleno do termo, é um traço essencial do modo socialista de controle sociometabólico. Pois o nosso modo de controle deve ser viável não apenas no que se refere ao impacto imediato da atividade produtiva sobre as condições de reprodução individual e societária, mas também *indefinidamente*, tão distante no tempo quanto se pode e se deve entrever no interesse de instituir e manter vivas as salvaguardas apropriadas (MÉSZÁROS, 2007, p. 237).

Essa prerrogativa põe em causa a necessidade do contínuo vigor das finalidades imbuídas nesta proposta, ou seja, aponta para uma fidelidade ao que é projetado para a humanidade, abarcando desde o seu intento inicial – criação de uma outra realidade – até a perpetuação desse movimento. Caso contrário, a criação de outra realidade esbarraria em uma contradição recorrente dentro das propostas “inovadoras” do mundo burguês, na qual a aspiração revolucionária finda com a

ascensão de um grupo ao poder, apelando imediatamente para um conservadorismo que nega os próprios princípios que motivaram todo o processo revolucionário.

Tal premissa aponta, também, para uma reflexão importante realizada por Mészáros (2007) na discussão acerca da improbidade e inocuidade das propostas reformistas. Segundo o filósofo os rearranjos que são propostos ao longo da história do capital mapeiam paliativos que visam à manutenção do mesmo processo de acumulação do capital em sua concomitante exploração do trabalho, em um ambiente de mudança superficial que se assemelha a diversidade de indumentárias apresentadas a cada estação nos eventos de moda.

Contrariamente ao tom paliativo das ditas "reformas", Mészáros é radical em sua proposição. Ele situa o cerne da questão no urgente e necessário rompimento com a naturalização do conceito de igualdade e assim conclama a construção de outro mundo, que emerge do posicionamento cooperativo dos indivíduos e da luta contra a continuidade desse sistema, elementos estes a serem constituídos pela efetivação da igualdade substantiva. Esta vigorosa abordagem conceitual se constitui, principalmente, como proposição socialista revolucionária, que não se exime de identificar as experiências malogradas ao longo da história, mas focaliza esperanças fundamentais que colocam como horizonte, ainda que utópico, além do convívio da vida no planeta de modo efetivamente sustentável, a própria permanência da humanidade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Apresentação da capa. In: MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

LINDEN, Marcel van der. The "law" of uneven and combined development: some underdeveloped thoughts. **Historical Materialism**, v. 15, n. 1, p. 145-166, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1964.

_____. **O Capital**: crítica de economia política. Volume I, Livro primeiro. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Entrevista: István Mészáros** – Avanço da esquerda na AL pode barrar semicolonialismo dos EUA. Entrevistadora: Ivana Jinkings. Fortaleza (BRASIL): Rede Voltaire, em 10 de maio de 2006. Disponível em <http://www.voltairenet.org/article138830.html>, consulta em 15/11/2017.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: O socialismo no século XXI. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

Recebido em 19/11/2017

Aprovado em 03/08/2018



A LUTA REVOLUCIONÁRIA PELA IGUALDADE SUBSTANTIVA PARA ALÉM DO CAPITAL

*Lênin Tomazett Garcia¹
Anita C. de Azevedo Resende²*

Resumo: este artigo versa sobre a produção de um dos filósofos mais importantes no âmbito do marxismo, o pensador húngaro István Mészáros. O objeto de estudo deste trabalho foi o conceito de igualdade em Mészáros. Enfatiza-se como o conceito de igualdade, tal qual Mészáros desenvolve, tanto no conjunto de sua obra, como em textos mais específicos, ilumina a lógica interna de seu pensamento, tributário ao próprio Karl Marx, e por isso mesmo, de forma revolucionária, arquiteta internamente à sua elaboração, a tensão entre o lógico e o histórico no curso do método materialista-dialético, na perspectiva de uma sociedade para além do capital.

Palavras-chave: Igualdade – Igualdade Formal – Igualdade Substantiva.

THE REVOLUTIONARY STRUGGLE FOR SUBSTANTIVE EQUALITY BEYOND CAPITAL

Abstract: this article is about the production of one of the most important philosophers in the scope of Marxism, the Hungarian thinker István Mészáros. The object of study of this work was the concept of equality in Mészáros. It is emphasized that the concept of equality, as Mészáros develops, both in his work as a whole, and in more specific texts, illuminates the internal logic of his thought, tributary to Karl Marx himself, and for this very reason, to a revolutionary way, it architects internally to its elaboration the

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atua como professor na Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD) da UFG. Trabalha com pesquisas em Ciências Sociais e Humanas, com ênfase em Sociologia da Educação e Educação de Jovens e Adultos, Ensino de Educação Física e Estágio Escolar. É membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Psicologia e Cultura (NEPPEC) da Faculdade de Educação da UFG e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Teoria Social e Educação (Grupo Práxis) da FEFD/UFG. E-mail: lenintomazettgarcia@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio de pós-doutoramento em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Atua como professora titular da Universidade Federal de Goiás (UFG), integrando o quadro docente do Curso de Graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação. É líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Psicologia e Cultura (NEPPEC) da Faculdade de Educação da UFG. E-mail: aazeres@gmail.com



tension between the logical and the historical in the course of the materialistic-dialectic method, so as to contemplate a society beyond the capital.

Key-words: Equality – Formal equality – Substantive Equality

LA LUCHA REVOLUCIONARIA POR LA IGUALDAD SUSTANTIVA MÁS ALLÁ DE CAPITAL

Resumen: este artículo trata de la producción de uno de los filósofos más importantes en el ámbito del marxismo, el pensador húngaro István Mészáros. El objeto de estudio de este trabajo fue el concepto de igualdad en Mészáros. Se enfatiza que el concepto de igualdad, tal como lo desarrolla Mészáros, tanto en el conjunto de su obra, quanto en textos más específicos, ilumina la lógica interna de su pensamiento, tributario por el propio Karl Marx, y por esta misma razón, de manera revolucionaria, arquitecta internamente a su elaboración la tensión entre lo lógico y lo histórico en el curso del método materialista-dialéctico, para contemplar una sociedad más allá del capital.

Palabras clave: Igualdad – Igualdad formal – Igualdad Sustantiva.

Introdução

Quem quer que se ocupe honestamente do curso dos processos sociais e políticos contemporâneos irá se deparar com a destrutividade e o aprofundamento da desigualdade desenvolvidos sob a batuta do capital e enquanto sua base mais sólida. Para além das investidas do capital na esfera produtiva estão em questão as derivações processadas em todas as esferas da vida humana que atingem, para além da destruição das bases materiais, a organização política e a identificação dos interesses de classe. Dessa perspectiva, o horizonte para as lutas em direção à emancipação humana parece estar comprometido pela falência de um projeto civilizatório que faça frente à barbárie cada vez mais legitimada. Os limites da igualdade substantiva se ocultam na forma mercantil das relações sociais desiguais e aparecem como equidade e justiça social formal. A classe trabalhadora enfrenta tempos de restrição e ativação dos limites históricos da sociabilidade do capital. Estão em pauta ataques perversos à sobrevivência humana ocultando a desigualdade estrutural do capital sob o véu místico de ilusões jurídicas e formais.

Uma contribuição fundamental ao descortino dos processos e estruturas que estão em causa nos desenvolvimentos do capital, no estabelecimento da mediação entre essa particularidade histórica e a totalidade social e no enfrentamento das contradições sociais para a emancipação humana é a elaboração magistral de István Mészáros (2006a); (2009), acerca o conceito de *igualdade substantiva*. Enquanto

elaboração sintética de uma realidade histórica, o conceito elucida e sintetiza a concreticidade dos desenvolvimentos do capital, revela aí a desigualdade como limite estrutural e postula as condições da emancipação humana.

A partir de Mészáros, o conceito de *igualdade substantiva* põe o debate da justiça e das relações sociais num patamar de radicalidade imbricado à condição universal e revolucionária da classe trabalhadora. Ou seja, a classe trabalhadora é a única que pode pôr em pauta, na sociedade capitalista, com radicalidade e universalidade, a questão da *verdadeira igualdade social* que será construída sob a base de uma sociedade regida por produtores livremente associados. A radicalidade e importância dessa elaboração implicará o enfrentamento teórico e prático de concepções diversas acerca dos sujeitos históricos que remeterão tanto aos pensadores clássicos como Hegel ou Kant quanto com representantes das ilusões erigidas por apologistas do capital como Hayek e seus seguidores. Uma sociedade livre, constituída por produtores livremente associados é uma realidade que só pode ser posta em ação pela superação dos limites auto-impostos e destrutivos do próprio capital pela via revolucionária dos trabalhadores, ou seja, da *classe que vive do trabalho* (ANTUNES, 2001).

Ao tempo que exige por em ação a classe, a "igualdade substantiva" põe em curso a dimensão perversa da produção material da existência que se manifesta à razão comum sob formas ilusórias de existência de produtores iguais e justapostos no âmbito das relações materiais de produção capitalista. Esta ilusão necessária e materialmente sustentada sob a ocultação da expropriação do trabalho, é mediação fundamental das lutas de classes na particularidade histórica do sociometabolismo do capital.

A julgar pela maneira como poderiam ser caracterizadas as formas conhecidas do relacionamento interpessoal socialmente estabelecido entre mulheres e homens – utilizando o critério da livre determinação humanamente realizadora de suas vidas por pessoas autônomas interagindo sobre a base da verdadeira igualdade -, "todo nível de desenvolvimento" realizado no decorrer da história não é hoje muito mais alto do que alguns milhares de anos atrás, apesar de todo o avanço na produtividade (MÉSZÁROS, 2006a, p. 268).

Essa tese fundamental já ressoava em Marx e Engels desde o *Manifesto do Partido Comunista*. Os desenvolvimentos históricos precedentes fizeram agudizar na ordem capitalista a sua base constitutiva: a luta de classes. A contradição entre forças produtivas e relações de produção, se expressa nesta ordem sociometabólica, cobrando o custo de milhares de vidas em troca da concentração de riqueza e poder

a ainda acompanhada da perversidade de manifestar-se a todo tempo como uma organização jurídico-política estabelecida com base na igualdade.

Está em curso a mistificação que inverte a questão da igualdade e a apresenta como algo a ser buscado/conquistado no âmbito jurídico e/ou político enquanto fundamento individual. Para que houvesse *igualdade substantiva*, uma das premissas fundamentais desta ordem sociometabólica haveria de ser superada, qual seja: a hierarquização das relações sociais.

A estrutura de comando do capital, sempre muito hierárquica (ainda que historicamente mutável em sua forma), é a consequência inevitável da determinação incorrigível do sistema do capital como um sistema de relações de poder antagônicas, em que o poder de controle está inteiramente separado dos produtores e cruelmente imposto sobre eles (MÉSZÁROS, 2006a, p. 269).

Os limites para a realização da igualdade substantiva se acentuam quanto mais o capitalismo busca saídas para sua crise que, estrutural e longe de ser superada, deve ser compreendida enquanto um processo contínuo que se aprofunda a partir da contradição entre a necessária expansão da produção e a diminuição do consumo e da circulação. A expansão destrutiva, realizada na esteira da acumulação e do lucro, não poupa as formas diversas da sociabilidade e atinge objetiva e subjetivamente a classe trabalhadora impondo-lhe desde a privação, o pauperismo, a alienação, a perda de direitos conquistados, entre mais. E mesmo por isso, os desenvolvimentos do capitalismo deixam a claro os limites da igualdade formal e a urgência de sua superação.

Esta condição histórica do capital aponta a necessidade de sua superação, ou seja, mobilizar forças em direção da *igualdade substantiva*, tal como o pensador húngaro nos convida. Eis um enfrentamento prático e teórico, histórico e lógico, que pressupõe e determina uma consciência de classe revolucionária frente às formas mistificadoras de desenvolvimento e produção da história.

Fundamentos da igualdade e da desigualdade na obra de Istvan Mészáros

Ao refletir sobre a igualdade na sua expressão universal e substancial à sociabilidade humana, Mészáros (2006a) toma como emblema as relações internas à constituição da família. Para tal, retoma especialmente o itinerário da incorporação da força de trabalho feminina no complexo arranjo industrial da produção capitalista na configuração da família tradicional.

Não por acaso, a constituição das mulheres enquanto força de trabalho é uma questão relevante. Primeiro, porque este é um dos limites no âmbito de vertentes do pensamento marxista que desconsiderou a questão das mulheres e seu protagonismo enquanto classe trabalhadora. Em que pese o fato dessa desconsideração ser engendrada na própria história, se relacionar com momentos do desenvolvimento do capitalismo e se saber que nenhuma teoria tem por si mesma força para instituir a realidade; o fato é que a questão da mulher foi relegada a um segundo plano. Quando a realidade exigiu a incorporação da força de trabalho feminino na produção, a questão das mulheres trabalhadoras exige compreender essa no coletivo da classe trabalhadora em suas diferentes frações.

Segundo, porque o próprio sociometabolismo do capital incorpora e converte a mulher como uma força de trabalho da qual pode extrair um *quantum* a mais de valor na medida em que: i) força a entrada das mulheres, como uma fração inferior aos homens, no mercado de trabalho devido aos imperativos de reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora; ii) intensifica a exploração na força de trabalho masculina, aproveitando do discurso de justiça e igualdade; reduz os salários dos homens para aproximá-los aos salários das mulheres (ao invés de elevar os salários das mulheres), para com isso apresentar números mais aceitáveis de equivalência entre os salários de homens e de mulheres e; reforça e aprofunda as relações hierarquizantes e autoritárias no interior da classe trabalhadora e na sociedade como um todo.

A entrada em massa das mulheres na força de trabalho durante o século XX, em extensão tão significativa que até hoje elas chegam a constituir maioria nos países de capitalismo avançado, não resultou em sua emancipação. Em vez disso, apareceu a tendência de generalizar para toda a força de trabalho a imposição dos salários mais baixos a que as mulheres sempre tiveram de se submeter (MÉSZÁROS, 2006a, p. 272).

A incorporação da força de trabalho das mulheres não significa nenhum avanço nas suas condições de vida ou na sua emancipação. Ao contrário, significa a submissão de novos agentes aos mesmos procedimentos de exploração e imposição aos quais está submetida a classe. A mulher é incorporada como classe a ser explorada, a par de que essa aprofundamento da exploração e a extensão da desigualdade lhe seja apresentada como promessa de condições de igualdade e emancipação. A desigualdade se apresenta aí como igualdade de oportunidades individuais e revela o fetiche necessário à ocultação da condição coletiva de classe a ser explorada.

Destarte, o segredo desse processo não se aloja na consciência individual. Sua origem pode ser retomada, desde Marx, na afirmação da produção como fundamento do processo de desenvolvimento do capital. Em seus escritos fundamentais, e principalmente nos *Grundrisse*, Marx já indica que é no momento da produção que se definem as determinações fundamentais do desenvolvimento capitalista. Essa tese, retomada por Mészáros (2006a), permite compreender as bases sobre quais se assentam a questão da desigualdade.

Produção, distribuição e consumo à sombra da incontrolabilidade

A questão da *produção*, tal qual Marx a desenvolveu em seus escritos, é melhor apreendida quando observa-se o itinerário do trabalho como forma de assalariamento. O ponto de partida para compreender esse processo deve ser ele mesmo: produção, desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção:

Hay que hacerse cargo de que las nuevas fuerzas productivas e relaciones de producción no se desarrollaron a partir de la nada, ni del aire, ni de las entrañas de la idea que pose a sí misma; sino en el interior de desarrollo existente de la producción y de las relaciones de propiedad tradicionales y contraponiéndose a ese desarrollo y esas relaciones (MARX, 1986, p. 219).

A relação social de produção sob a forma de renda, que faz da terra instrumento de gerar capital, seja pela especulação fundiária, ou seja pelo emprego direto de força de trabalho, representa uma diferença qualitativa no sentido social atribuído ao meio de produção. O que o trabalhador busca na terra não é o elemento que nela se objetiva diretamente e sim o equivalente geral de todas as mercadorias. “Lo que vende es la disposición de su trabajo, el cual es un trabajo determinado, determinada pericia, etcétera” Marx (1986, p. 224).

A moderna propriedade da terra a configura enquanto instrumento produtivo. Ora, produtivo na medida em que seja instrumento capaz de extrair mais-valia, de desenvolver o assalariamento do trabalho:

Si es rico, el antiguo propietario de la tierra no necesita de capitalista alguno para convertirse en terrateniente moderno. Le basta con transformar a sus trabajadores en asalariados y con producir con vistas al beneficio, en lugar de hacerlo con vistas al rédito. En su persona están presupuestos el arrendatario y el terrateniente modernos (MARX, 1986, p. 218).

E ainda:

No cabe duda alguna, pues, de que el *trabajo asalariado* en su forma *clásica*, como aquello que impregna a la sociedad en toda su amplitud y se convierte en base de la

misma, en lugar de la tierra, no es creado sino por la moderna propiedad de la tierra, esto es, por la propiedad de la tierra en cuanto valor creado por el capital mismo. De ahí que la propiedad de la tierra nos vuelva llevar al trabajo asalariado (MARX, 1986 p. 218).

O trabalho assalariado assume um sentido diferenciado: como base do capital enquanto organização societal e também como um trabalho no qual o trabalhador se põe no objeto e nele se perde; "para el trabajador el trabajo nunca tiene valor de uso *directo*. La base entera de aquélla es el trabajo como valor de cambio y como creador de valor de cambio" Marx (1986, p. 373).

Ao trabalho assalariado está determinada a participação na distribuição da produção e, nesse sentido, o conjunto das relações sociais determinam materialmente a produção e reprodução contraditória que se desenvolve o trabalho:

Que el obrero pueda pasar a la transformación de la moneda en dinero, al ahorro, demuestra tan sólo que su relación es la de la circulación simple; puede ahorrar más o menos, pero no puede pasar de esto; únicamente puede realizar lo ahorrado si amplía momentáneamente el círculo de sus disfrutes. Pero lo importante – y lo que influye en la determinación de la relación misma – intercambio. La riqueza universal, en cuanto ilusión, lo estimula, lo hace laborioso (MARX, 1986, p. 232).

Aparentemente pode aparecer ao trabalhador que, ao receber o salário, ele está sendo pago por todo o trabalho realizado num determinado tempo (um mês de trabalho, por exemplo). Quando recebe esta quantia, parece que lhe é dado um pagamento referente a todo um ciclo toda produção. É como se, ao final de um mês, a quantia de dinheiro que o trabalhador recebe fosse equivalente ao pagamento de um mês de trabalho. Na realidade, o que lhe é dado é somente uma parte, a outra Marx chama de lucro³.

Acontece que isso não é transparente, é oculto. É negativo à aparência, pois os valores que são acrescidos à mercadoria no processo produtivo não são transparentes, a esta é plasmado (agregado) um *quantum de trabalho*, de *valor* que não é "visível" no intercâmbio entre trabalhador e capitalista; ou ao menos não entra nos cálculos do salário.

³ Este lucro pode ser repartido entre os capitalistas, seja como for, não diz nada acerca de como se gera este lucro: "De todos los beneficios que obtiene el capital, es decir la masa total de los capitalistas, hay que deducir: 1) La parte constante del capital; 2) el salario, o el tiempo de trabajo objetivado que se requiere para reproducir la capacidad viva de trabajo. Los capitalistas, pues, no pueden repartirse nada entre si a excepción del plusvalor. Las proporciones – justas o injustas – en las cuales se distribuyen entre si ese plusvalor, no modifican absolutamente nada en el intercambio entre el capital y el trabajo." (MARX, 1986, p. 378)

Quando as mercadorias chegam na esfera da *circulação*, estas são vendidas pelo seu próprio valor. Não é na circulação que se criará o valor das mercadorias, visto que este o fora agregado no ato da produção. Na *circulação*, o valor se realiza negativamente, enquanto na *produção* ocorre a tensão entre valorização da mercadoria cristalizada e desvalorização do trabalho como mercadoria. É na produção, enquanto processo produtivo que não se esgota num momento restrito, que se produz a ocultação.

Se o capitalista pagasse ao trabalhador o equivalente total pela sua atividade produtiva, de onde sairia o lucro? Da venda da mercadoria, claro. Nada mais falso e aparente. Afinal, se o lucro se produzisse no momento da troca, todas as mercadorias estariam obrigadas a serem, neste momento, fonte de rendimentos. E resultaria que qualquer vendedor de mercadorias gastaria todo seu lucro ao comprar mercadorias dos outros vendedores. De outra parte, se poderia objetar que o lucro adviria da expansão dos pontos de consumo. O capitalista vende mais do que compra e daí obtém seu lucro. Neste caso, o rendimento seria obtido pela expansão do sistema, pela criação de novos mercados, pela difusão de novos valores de uso e etc. Isso poderia ser considerado mas restaria arguir a origem da taxa média de lucro do capitalista superior à correspondente expansão do capital. O limite desses argumentos parece estar neles mesmos. Já nos Grundrisse, Marx questiona acerca da possibilidade da valorização da mercadoria ocorrer na circulação. Entretanto, as pesquisas de Marx encontraram na produção, as mediações constitutivas do valor, quais sejam: o trabalho social e seus engendramentos (mais-valia absoluta, relativa, lucro, salário).

Assim, não é a vontade ou a idéia que constituem o real. É a própria materialidade, o próprio objeto que responde por si mesmo às perguntas problemáticas geradas na materialidade mesma. O fato de que os seres humanos se relacionem como coisas e as coisas carreguem atributos humanos, não é algo que se produza no momento do consumo das mercadorias, nem no momento de distribuição e isto está definido no momento mesmo da produção. Ainda que na fantasmagoria da realidade aparente, possa parecer o contrário.

O sistema do capital não é apenas "aparentemente irracional", mas completa e irremediavelmente *irracional*; além disso não é "impessoal" em sua natureza real, mas apenas *aparentemente* impessoal. Ou seja, ele é impessoal apenas devido ao *fetichismo da mercadoria* historicamente prevalente, que faz com que um tipo de relação entre os homens – sob o modo de controle sociometabólico do capital – assumam diante de seus olhos "a forma fantástica de um relacionamento entre coisas", para que sua própria ação social assumam a forma de ação de objetos que dominam os produtores em vez de serem por eles dominados (MÉSZÁROS, 2006a, p. 281).

Tal amálgama de relações fetichizadas são o mote de um sistema de sociometabolismo incontrolável. Os “resultados” do conjunto da produção social interdita e impedem aos sujeitos da produção a identificação, o reconhecimento e o desenvolvimento de suas potencialidades genéricas. Ao contrário, o trabalhador se sente impotente frente a um sistema que parece ter vida própria e incontrolável.

Nos Grundrisse (1857-1858) Marx debate com Proudhon e desmonta o pensamento afirmativo de que as causas das crises do capital se originem na incapacidade da massa consumir, de adquirir o produto que produz:

Proudhon, que por cierto oye repicar las campanas, pero nunca sabe donde, deriva la superproducción de “que el obrero no puede volver a comprar su producto.” Con eso quiere decir que al producto se le caga interés y el beneficio, o que el precio del producto está recargado respecto de su valor real. Esto demuestra, d’abord que no entiende nada de la determinación del valor, la cual habla en general (MARX, 1986, p. 378).

A questão não pode ser “resolvida” no valor-de-uso, muito menos no campo da distribuição ou do consumo das mercadorias. O valor pelo qual as mercadorias são trocadas corresponde ao seu valor real. Acontece que o *quantum* de trabalho objetivado na mercadoria é negativo à aparência e acrescido no próprio processo produtivo. Aí, nesta tensão, dá-se a criação de riqueza e a desvalorização do trabalho.

A crise de superprodução do capital que aparece como causa pressuposta de um mercado consumidor incapaz de absorver a quantidade de produção é, na verdade, o complexo processo de desenvolvimento dos fundamentos de expansão – qualitativa e quantitativa – do capital. As bases da crise não estão somente no intercâmbio ou na distribuição; elas são de outra ordem.

El intercambio no modifica das condiciones internas de la valorización, pero las proyecta hacia el exterior; les da su forma recíprocamente autónoma y deja así existir a la unidad interna solamente como necesidad interna que, por tanto, se manifiesta exteriormente y de manera violenta en las crisis (MARX, 1986, p. 407).

A crise se desenvolve mediada pelo processo de valorização e desvalorização das mercadorias. O intercâmbio realiza a produção do capital pois, sem esse, a valorização “no existiria em quanto tal. Sin intercambio se trataría solamente de la medida del *valor de uso* producido, y en general sólo del valor de uso.” Marx (1986, p. 407)

A esfera da circulação das mercadorias realiza o valor, projeta-o. E isso se dá na materialidade, no momento da produção do lucro. Portanto, esta mesma esfera se projeta exteriormente, na superficialidade, como causa das crises. No entanto, ela é

uma das mediações do processo pois existe uma ordem dessas determinações que é estabelecida na realidade tais como: a ocultação do trabalho plasmado na mercadoria, a geração de riqueza, a expansão e concentração do capital e a permanente tensão gerada pelo desenvolvimento das forças produtivas:

Un crecimiento general y repentino de las fuerzas productivas desvalorizaría relativamente todos los *valores existentes*, objetivados por el trabajo en un estadio inferior de las fuerzas productivas, y por consiguiente destruiría capital existente, así como capacidad de trabajo existente (MARX, 1986, p. 406).

A 'depressão' econômica levada em sua essência, sintetiza a relação entre a baixa dos preços, a ocultação do valor – e mais ainda, do trabalho –, e traz à tona a ocultação do capital sob a forma dinheiro, a confusão entre preço e capital, e por fim impele violentamente, a destruição do capital e do trabalho vivo⁴:

En una crisis – en una depreciación general de los precios – hasta cierto punto se produce, al mismo tiempo, una *desvalorización o destrucción general de capital*. La desvalorización puede ser *general*, absoluta, no sólo relativa, como la *depreciación*, porque el valor no sólo expresa, como el precio, una relación de una mercancía con otra, sino la proporción entre el precio de la mercancía y el trabajo objetivado en ella, o entre una cantidad de trabajo objetivado de la misma calidad y otra cantidad (MARX, 1986, p. 406).

O engendramento da crise está pois na radicalidade posta na origem da produção do capital, ou seja, nos processos contraditórios de sua manutenção enquanto ordem sociometabólica. Afirmar que esses processos se alojam na entre capital e trabalho é necessário, mas não suficiente. Para além, é necessário abarcar a totalidade aberta na qual a materialidade se constitui e a contradição se desenvolve. Essa contradição fundamental abarca também o segredo do funcionamento de um sistema que opera ocultando seu próprio funcionamento. É necessário portanto apreender as mediações constitutivas deste processo de produção que se desenvolve arrastando os limites e as misérias de seu próprio funcionamento para garantir sua continuidade.

A produção e reprodução desse sistema é carregada de mediações que lhe dão concreticidade e amadurecimento. A produção de riqueza que não se destina às necessidades do gênero humano e tampouco à sua emancipação e realização. A

⁴ Em Marx, acompanhamos o autor quando investiga o dinheiro. Este aparece como a primeira determinação de riqueza. Como o equivalente geral das demais mercadorias colecionadas pelos burgueses ricos. Entretanto, levadas em sua essência, as categorias: trabalho, valor e capital permitem revelar processos ocultos sob a forma dinheiro na sociedade das mercadorias. O desvelar deste processo de ocultação é complexo e Marx o fizera em *O Capital*, no *Grundrisse*, em *A Miséria da Filosofia*, em *Para a Crítica da Economia Política*, para citar alguns textos fundamentais, há outros momentos em que este processo é analisado.

riqueza e o chamado progresso da civilização se tecem numa totalidade que envolve o lucro, a renda da terra, a apropriação do *sobretabalho*, a ocultação da valorização da mercadoria no processo produtivo e a venda de seu valor real no mercado como se não houvesse já contido na mercadoria o *qüiproquó* complexo e negativo à aparência

Radicalidade e insurgência: a crítica ao fetiche da igualdade.

Segundo Mészáros (2006a, p. 190-198) os apologetas da classe burguesa encontram a saída para a igualdade apostando no mercado. Exemplar nisso é Hayek que, muito inteligente e impessoal, prefere a frieza de um poder aparentemente instituído sem a participação dos homens. Ilusoriamente, a aposta no mercado se aponta como uma saída pois a i) *tendência geral ao formalismo* e a ii) *exteriorização do poder* e sua conseqüente anteposição ao homem fortalece, produz e reproduz a lógica sociometabólica do capital em sua estrutura alienante do ser ante a si mesmo, ante os produtos de seu trabalho e diante do conjunto da humanidade. Mészáros (2009, p. 27-46); (2006b, p.135-138). Neste sentido, é coerente com as formas do capital de produção metabólica a escolha e adesão a um poder que esteja localizado (ainda que aparentemente), fora da dimensão humana, por assim investir-se de uma áurea rósea e justa. A mistificação se radica na produção da própria materialidade.

A impressão de independência e neutralidade para definir e encaminhar o poder político retoma uma pureza e uma imparcialidade que somente sendo reais na aparência, dariam a este ente externo a autoridade de decisão. Este ente puro seria o mercado, que apostando em sua aparente impessoalidade poderia, ele sim, regular de forma justa as relações sociais.

A aposta na racionalidade do mercado revela em si mesma tanto a preferência pela impessoalidade, pela frieza, pela irracionalidade, pelo poder instituído na exterioridade, tal qual a áurea pentecostal que tanto idealiza um juiz "imparcial" de fora, como também defende um tipo de sujeito submisso à verticalidade do mercado, um sujeito incapaz e limitado frente ao poder com o qual se defronta como negativo. O estranhamento frente ao mercado e à sua mão invisível, aparentemente independente da vontade dos próprios sujeitos, a definir a forma e substância da produção material da existência provém da forma mesma da mercadoria. A fetichização das relações sociais se engendra no processo mesmo da produção e constitui internamente todo itinerário contraditório do metabolismo social.

Toda a conversa sobre "imparcialidade" e "justiça" como base da "igualdade" coloca o carro na frente dos bois mesmo quando seja sincera, e não uma camuflagem cínica para a negação das mais elementares condições de igualdade. A definição das questões em jogo em termos de "igualdade de oportunidades" está nas mãos dos que anseiam por evitar qualquer mudança nas relações de poder prevaletentes e nas correspondentes hierarquias estruturalmente impostas, oferecendo a promessa irrealizável de "oportunidade igual" diante dos críticos da desigualdade social como a cenoura inalcançável na frente do burro. A promessa de "imparcialidade" e "justiça" em um mundo dominado pelo capital só pode ser o álibi mistificador para a permanência da *desigualdade substantiva* (MÉSZÁROS, 2006a, p. 305).

Todas as justificativas que se embasem no mercado ou na lógica do mercado será expressão mais ou menos avançada das ilusões históricas que o próprio mercado erige como instância "pura" e justa para estabelecer as relações sociais de produção material de existência. A ativação dos limites históricos do capital revela e repõe a necessidade histórica da transformação e superação deste sistema metabólico que possui a desigualdade substantiva como corolário de sua expansão e continuidade.

O sistema do capital, para se manter vivo e se expandir, exige expandir suas misérias por toda a sociedade e concentrar suas riquezas nas mãos de muito poucos, dos representantes exclusivos da burguesia. Assim, o sistema do capital só se expande na medida em que expanda também a *desigualdade substantiva* como fundamento do funcionamento social. Como lei geral, essa tendência da acumulação capitalista se recria de forma ainda mais perversa nos países de capitalismo dependente.

A desigualdade substantiva toma a sua forma mais perversa nas economias nacionais aonde o capital se desenvolveu com base nos laços de dependência e num amálgama de tendência ao imperialismo e autocracia, se fez história sob o véu místico da extensão da igualdade e do progresso. Fernandes (2006).

O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue *administrar* medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue *superar* definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de *subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital*, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la (MÉSZÁROS, 2006a, p. 19).

A subordinação da ontologia humana à particularidade histórica do capitalismo é em si um constante devir de limitações auto-impostas que, em sua aparência, não resultam da ação dos indivíduos e se lhe defrontam como um ente estranho correspondente ao mesmo outro ente estranho convocado da quimera restante,

chamado mercado, para *arrumar* e regular toda essa contradição irradiada em todas as dimensões da vida.

A instituição da igualdade formal é irradiação desta contradição insolúvel que convoca em sua guarda o Estado sob o constante espectro da luta de classes. Em síntese, Mészáros (2009, p. 43) esclarece que a tendência geral ao formalismo é um corolário da irracionalidade substantiva tributária à subordinação do trabalho ao processo de criação do capital. Mészáros (2006a, p. 281). Além disso: “o que gera essa tendência ao formalismo estipulador é a necessidade de extinguir os conflitos no plano da teoria, deixando seus elementos materiais intocados no mundo prático” Mészáros (2009, p. 43).

Para que a igualdade possa existir no plano da razão formalizada, enquanto expressão da irracionalidade constitutiva de todo complexo arranjo produtivo gerador de lucros e originada na *própria produção* sociometabólica, é necessário que questões fundamentais da produção material da existência humana sejam deixadas “de fora”. Aí é que se faz urgente apreender as inversões e ocultações produtoras e produzidas na própria materialidade social para captar os desenvolvimentos da história para superar o plano das leis gerais do contrato formal. Mészáros (2006a, p. 278). Somente assim se poderá pretender a realização da igualdade substantiva.

Não poderia haver violação mais absurda da lógica do que a inversão das relações causais existentes, para se visualizar a capacidade do sistema de introduzir todos os aperfeiçoamentos desejáveis nesse “macrocosmo” com a premissa inalterável da manutenção das relações de poder material da *subordinação estrutural* do trabalho ao capital, sempre reforçadas pela estrutura de comando inevitavelmente hierárquica (e, portanto, impossível de ser reformada em qualquer sentido). Mas é precisamente isso que encontramos em todas as reivindicações de igualdade, tanto nas já estabelecidas como nas que estão a ponto de ser instituídas – inclusive o apelo ritual à ideia de “igualdade de oportunidades” – e postuladas pelos defensores do sistema do capital em suas idealizações da “sociedade industrial moderna” e da “sociedade de mercado” com preocupações sociais (MÉSZÁROS, 2006a, p. 269).

Há que se distinguir que posta essa radicalidade, não pode-se confundir as falsas possibilidades de se atingir igualdade. Igualdade tal qual Mészáros postula está radicalmente ancorada na noção de superação do capital como forma de metabolismo social. A superação do Estado do capital e do trabalho assalariado não de serem superados historicamente para que a igualdade real, ou a igualdade substantiva possa emergir no âmbito das relações entre os produtores livremente associados.

Desde a tendência geral ao formalismo, à instituição do poder impessoal e estranho aos sujeitos (que ao ser produzido pelo conjunto da humanidade se volta contra ela mesma e aparentemente como um ente destituído de humanidade) tal como acontece com a promessa do mercado de ser regulador justo das relações sociais; as irradiações mistificadoras da igualdade se frutificam arraigadas a palavras de ordem dos sicofantas da burguesia, tais como, democracia direta, igualdade substancial e igualdade de oportunidades.

Todas podem angariar adesão de considerável alcance, mas jamais a história deixará de revelar seus limites à sombra da incontrollabilidade das contradições do capital. Serão necessárias outras operações malabaristas de prolongar o ocultamento dos limites de um sistema que já anuncia internamente à sua marcha histórica a necessidade da própria superação, ou a barbárie como forma permanente e sempre reiterada de vida, que implica numa monumental ofensiva às possibilidades históricas de uma vida humana livremente associada.

Considerações Finais

Necessariamente, como um dos maiores representantes do materialismo histórico-dialético no mundo todo, István Mészáros elabora toda sua obra e internamente ao seu pensamento está a histórica necessidade de superação do sistema do capital enquanto ordem sociometabólica.

A condição preliminar do movimento na direção de uma ordem social justificável é mudar a ordem invertida que hoje predomina entre justiça e igualdade. A única maneira possível de realmente dar uma base à própria justiça, retirando-a do reino da mistificação ideológica e da manipulação cínica, é fazer com que a igualdade substantiva se torne o princípio eficaz de regulamentação de todas as relações humanas. Não há outra maneira, ainda que os “legisladores ideais” – que tentariam instituir a “imparcialidade” da “oportunidade igual” – enrubescessem diante da pressão de suas boas intenções acumuladas. Em outras palavras, somente a igualdade substantiva pode ser a base de uma justiça significativa, mas nenhuma justiça legalmente decretada criaria uma igualdade legítima – ainda que isso pudesse acontecer, e este naturalmente não é o caso (MÉSZÁROS, 2006a, p. 306).

Essa contribuição relega a toda a classe trabalhadora grande contribuição histórica enquanto a única classe capaz de revolucionar radicalmente e emancipar-se e a todas as demais classes existentes do sociometabolismo do capital, seja qual sua forma histórica numa determinada práxis social. Para o Brasil e demais países de capitalismo periférico esta premissa histórica tece universalidade e articula em sua estrutura lógica, passado, presente e o futuro da luta de classes.

Enquanto na luta de classes a classe trabalhadora não produzir historicamente a *igualdade substantiva* como forma de intercâmbio entre os produtores livremente associados, a sua luta será sempre pela sua efetivação histórica. Nos ciclos incontrolláveis de crise do capital, e em suas depressões clássicas sob a forma militar e de avanço da barbárie, a *igualdade substantiva* emerge como no seio das relações sociais como uma complexa “resposta” aos problemas e contradições que a humanidade vem se defrontando como resultantes da ação da própria humanidade no metabolismo social, compreendidas como o conjunto das mediações de primeira e de segunda ordem. Mészáros (2006a, p. 179).

O pensamento marxista, em sua produção, é uma teoria da história que reivindica para si fazer história da teoria. Submete ao tribunal da razão os próprios fundamentos de sua produção, e radica na história o crivo de radicalidade e validade da própria lógica interna. A teoria de Mészáros não é algo que fica para a humanidade, relegada aos livros, possíveis de serem corroídos pelo tempo, mas sim, tecem no fio da história o tempo dela mesma e se faz assim constitutiva no itinerário histórico da luta de classes.

Além de revelar os limites da sociedade colecionadora de mercadorias, ao revelar os limites dessa sociedade, anuncia a necessidade histórica de sua superação dialética, e neste sentido se faz presente em todo curso da história da luta de classes rumo à superação do capital como princípio organizador das relações materiais de produção. Os títulos dos seus escritos são emblemáticos e já sintetizam por si próprios o itinerário da humanidade para além do capital.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5ª edição. São Paulo, Boitempo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª edição. Ed.: Globo, São Paulo, 2005.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. (Grundrisse)1857-1858. Vol. I. 14ª Edição. Tradução: José Aricó, Miguel Murmis e Pedro Scaron. Ed.: Siglo XXI, San Ángel, 1986.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Ed.: Boitempo, São Paulo, 2006a. Total de páginas: 1102.

____. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. Ed. Boitempo, São Paulo, 2006b. Total de páginas: 293.

____. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. Tradução de Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo, Paulo Cezar Castanheira. Ed. Boitempo, São Paulo, 2009. Total de páginas: 309.

Recebido em 18/04/2018

Aprovado em 03/08/2018

MÉSZÁROS, SOBRE A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES: um aporte teórico-político para as mulheres da classe trabalhadora no Brasil

Lívia de Cássia Godoi Moraes¹

Resumo: o artigo tem por objetivo retomar a análise de István Mészáros sobre a emancipação das mulheres, no sentido de compreender as suas particularidades dentro da classe trabalhadora, bem como suas estratégias de luta política. O materialismo histórico dialético é a base teórico-metodológica que conduz a análise de Mészáros, sobre a qual também nos alicerçamos. A análise aborda as particularidades das mulheres tanto no que diz respeito à divisão social do trabalho quanto no cotidiano das famílias nucleares no sociometabolismo do capital. Busca-se apontar os limites das lutas das mulheres pela igualdade formal e a necessidade de se ter como horizonte das estratégias políticas a igualdade substantiva. Por fim, o entendimento da realidade recente das mulheres da classe trabalhadora no Brasil sob a crise estrutural do capital e conjuntura de ajustes econômicos e reformas sociais é apresentado como ponto de partida para se estruturarem estratégias de luta com vistas à emancipação.

Palavras-chave: Mészáros – Mulheres – Emancipação – Igualdade Formal – Igualdade Substantiva.

MÉSZÁROS ABOUT WOMEN'S EMANCIPATION: a theoretical and political contribution for working-class women in Brazil

Abstract: the article aims to retake István Mészáros' analysis on the women's emancipation, in order to understand their particularities within the working class, as well as their strategies of political struggle. Dialectical historical materialism is the theoretical-methodological framework that leads to the analysis of Mészáros, on which we also base ourselves. The analysis addresses on women's particularities in the social division of labour and the daily life of nuclear families in the sociometabolism of capital. It seeks to point the limits of the women's struggles for formal equality, and the need to have substantive equality as the horizon of political strategies. Finally, as a starting point

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio de pós-doutoramento em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua como docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social, coordena o Subprojeto de Ciências Sociais do PIBID/UFES e lidera o Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis. E-mail: liviamoraes@outlook.com



for structuring strategies to fight for emancipation, we presented the understanding of the current working-class women’s reality in Brazil under the capital’s structural crisis, and the conjuncture of economic adjustments and social reforms.

Keywords: Mészáros – Women – Emancipation – Formal Equality – Substantive Equality

MÉSZÁROS SOBRE LA EMANCIPACIÓN DE LAS MUJERES: un aporte teórico-político para las mujeres de la clase trabajadora en Brasil

Resumen: El artículo tiene por objetivo retomar el análisis de István Mészáros sobre la emancipación de las mujeres, en el sentido de comprender sus particularidades dentro de la clase trabajadora, así como sus estrategias de lucha política. El materialismo histórico dialéctico es la base teórico-metodológica que conduce el análisis de Mészáros, sobre la cual también nos basamos. El análisis aborda las particularidades de las mujeres tanto en lo que se refiere a la división social del trabajo como en el cotidiano de las familias nucleares en el sociometabolismo del capital. Se busca apuntar los límites de las luchas de las mujeres por la igualdad formal y la necesidad de tener como horizonte de las estrategias políticas la igualdad sustantiva. Por último, el entendimiento de la realidad reciente de las mujeres de la clase trabajadora en Brasil bajo la crisis estructural del capital y la coyuntura de ajustes económicos y reformas sociales es presentado como punto de partida para estructurar estrategias de lucha con vistas a la emancipación.

Palabras clave: Mészáros – Las Mujeres – La Emancipación – Igualdad Formal – Igualdad Sustantiva

Introdução

Vivemos, no Brasil, as especificidades da crise estrutural do capital, em seu aprofundamento contemporâneo. Observamos a face da barbárie na forma de “ajuste fiscal” e de reformas que retiram direitos trabalhistas, direito à saúde e à educação tanto na sua forma mais universal e plena, quanto com cortes de políticas mais focalizadas. Tais mudanças afetam fortemente – mais que o usual – as mulheres da classe trabalhadora. O objetivo do artigo é tomar a análise de Mészáros (2002) sobre a emancipação das mulheres como alicerce para compreensão das condições estruturais e conjunturais a que estão submetidas, com vistas a servir de aporte para a prática política das mulheres brasileiras.

A extensa obra de Mészáros toma por perspectiva a *totalidade*, conforme método de Karl Marx, esmiuçado por Lukács (2012, p. 297), o qual aponta para o fato de que Marx “parte da totalidade do ser na investigação das próprias conexões, e busca apreendê-las em todas as suas intrincadas e múltiplas relações, no grau máximo de

aproximação possível”. Ainda, segundo Lukács (2012, p. 304), “o jovem Marx já havia reconhecido e dito expressamente que toda sociedade constitui uma totalidade”.

Não à toa, a mais completa obra de Mészáros publicada até hoje, “Para além do capital” (2002), na edição da editora Boitempo, no Brasil, tem mais de mil e cem páginas. No esforço metodológico de apreender o concreto em suas múltiplas determinações, Mészáros abordou desde debates teóricos em torno de Hegel, Lukács, Kant e economistas políticos liberais ao mais concreto do sociometabolismo do capital, em relação à produção da riqueza, ao Estado capitalista, à ofensiva socialista, e até ao meio ambiente. Contudo, o exercício que propomos aqui é dar uma atenção especial à análise que Mészáros faz das mulheres, ou melhor, da emancipação das mulheres. Para tanto, é importante realizar alguns apontamentos metodológicos.

Uma leitura superficial de Marx faz parecer que o central em sua obra é apenas a produção, quando Lukács (2012, p. 285, grifo nosso) nos alerta para o fato de que “Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central”.

Ao se tomar ciência de que a reprodução é tão relevante para Marx quanto a produção no entendimento da realidade concreta, não há possibilidade alguma de se ignorar a análise das particularidades das mulheres nas relações sociais de produção e reprodução no sistema sociometabólico do capital.

As categorias econômicas são as categorias da produção e da reprodução da vida humana. Marx toma o econômico como momento predominante *em uma análise ontológica do ser social*. As bases materialistas, de que Marx parte, sofrem dupla determinação, natural e social.

Apesar de ter uma base natural, o desenvolvimento do ser social implica o afastamento das barreiras naturais. Contudo, sem nunca as suprimir. Essa relação teleológica do homem e da mulher com a natureza, de transformação desta e de si mesmo/a, é caracterizada como trabalho, no sentido ontológico. A categoria central, portanto, para análise dessas determinações, é o trabalho (LUKÁCS, 2012).

Ao falar sobre trabalho, temos que a relação entre ser social e natureza é um processo dialético: “as formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais” (LUKÁCS, 2012, p. 287). O momento predominante que nos permite entender o salto ontológico, bem como toda a práxis social, se assenta no trabalho e no econômico, mas nunca deterministicamente, e sim dialeticamente.

A teoria marxista do valor responde abstratamente à concretude da forma histórica e social do processo de trabalho que, no modo de produção capitalista, não produz só valor de uso, produz também valor. A produção de valor é social, em uma sociedade de classes, e “a reprodução bem-sucedida das condições de dominação não poderia ocorrer sem a participação ativa de poderosos fatores ideológicos para a manutenção da ordem existente” (MÉSZÁROS, 2004, p. 327).

Diante do exposto, cabe destacar que a unidade familiar capitalista é de fundamental relevância para a reprodução de valores e ideias que reforcem o *status quo*. A família nuclear capitalista tem a mulher, na sua condição desigual e hierarquizada, com papel central nessa reprodução.

Apresentamos, muito brevemente, esses elementos introdutórios sobre o método de análise marxiano e os esforços lukacsianos de compreensão do caráter ontológico do trabalho enquanto processo de autoformação do gênero humano (LARA, 2017, p. 81). Mészáros compõe sua análise do sociometabolismo do capital a partir dessa dupla referência. É desse solo teórico-metodológico que desenvolveremos o artigo.

A explanação argumentativa será apresentada da seguinte forma: em um primeiro momento exporemos a respeito da condição da mulher na sociedade capitalista, tanto na estrutura social da divisão sexual do trabalho quanto no microcosmo da família nuclear característica do sociometabolismo do capital; na segunda seção, abordaremos as lutas das mulheres no século XX e os limites das concessões legalistas formais a essas mulheres; para enfim explanarmos a respeito das mulheres da classe trabalhadora no Brasil mediante a crise estrutural do capital e a conjuntura de reformas e ajustes da segunda metade dos anos 2010. Todo esse desenvolvimento tem por finalidade servir de aporte teórico-político às mulheres da classe trabalhadora brasileira com vistas à emancipação, portanto, à igualdade substantiva.

Do trabalho assalariado à família: controle hierarquizado e discriminatório

Temos feito o exercício de defender o materialismo histórico dialético como método de análise primordial para lutas feministas anticapitalistas e antipatriarcais (MORAES, 2017b). Nesse esforço, observamos que a obra de Mészáros é um importante alicerce na crítica ao determinismo economicista e ao politicismo voluntarista para tais análises.

Nos termos dessa metodologia, embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os “determinantes fundamentais” do ser social de suas classes, eles são também, ao mesmo tempo, “determinantes determinados”. Em outras palavras, as afirmações de Marx sobre o significado ontológico de economia só fazem sentido se formos capazes de apreender sua ideia de “interações complexas”, nos mais variados campos da atividade humana. Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente “construídas sobre” uma base econômica, mas também estruturam ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente autônoma (MÉSZÁROS, 2008, p. 57).

Assim, as manifestações do campo das ideias não aparecem como mero reflexo, mas são *determinantes determinadas*, e atuam sobre a produção e a reprodução social. Para Mészáros (2002, p. 267), a regulação econômica da reprodução biológica dos seres humanos tem função mediadora primária para o processo sociometabólico. Sendo assim, “a articulação historicamente mutável dos relacionamentos humanos é da maior importância”. Tais desenvolvimentos nos permitem observar que a mulher atua na sociedade de diferentes formas ao longo do tempo, e que diversas de suas determinações são sociais, portanto, capazes de transformarem-se. Mas como? Não se trata apenas de uma vontade individual subjetiva.

Conforme explanado anteriormente, para desenvolver tal análise não cabe se limitar ao empiricismo nem mesmo à especulação abstrata de viés metafísico, mas “apreender a realidade sócio-histórica e a práxis social em seus movimentos dialéticos, dinâmicos e processuais” (LARA, 2017, p. 83).

A forma histórica específica do modo de produção capitalista organiza o intercâmbio humano através de instituições que reforçam os imperativos alienantes do sistema de reprodução econômica que estrutura a sociedade em classes e que tem a burguesia como classe dominante. Exigem, portanto, “um controle social discriminatório e hierárquico” (MÉSZÁROS, 2002, p. 268). Esta forma de ser encontra correspondência no processo de trabalho assalariado, também discriminatório e hierárquico. Mészáros (2002) faz referência à família e ao trabalho enquanto “microcosmo” e “macrocosmo”, respectivamente.

Aqui podemos fazer um paralelo com a análise de Cisne (2014, p. 61-2) no que diz respeito a relações sociais de sexo (*rappports sociaux de sexe*), a partir da base teórica do feminismo materialista francês. Cisne nos explica que, no francês, há duas palavras para uma única tradução em português, no que tange a “relações”. “*Rapport* designa relações mais amplas, estruturais, enquanto *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas”. O conceito de relações (*rappports*)

sociais de sexo nasce, segundo Cisne, no início dos anos 1980, em estreita relação com os estudos da divisão sexual do trabalho. A pesquisadora utiliza tal conceito para explicar que mudanças no âmbito do cotidiano são relativamente mais fáceis de se alterar, mas têm limites, porque as questões estruturais, ou do macrocosmo, como se refere Mészáros, exigem um processo revolucionário e coletivo de transformação.

Pares isolados podem ser capazes de ordenar (o que certamente fazem) seus relacionamentos pessoais em verdadeira igualdade. Na sociedade contemporânea existem até mesmo enclaves utópicos de grupos de pessoas que interagem comunitariamente e podem se afirmar engajados em relações interpessoais não hierárquicas humanamente satisfatórias e em formas de criar os filhos muito diferentes da família nuclear e suas fragmentações. Não obstante, nenhum desses dois tipos de relação pessoal pode se tornar historicamente dominante no quadro do controle sociometabólico capitalista (MÉSZÁROS, 2002, p. 269-270).

Essas relações entre cotidiano e relações sociais mais estruturais estão dialeticamente relacionadas. O capital não se reproduziria numa sociedade de *igualdade real*, ele pressupõe a desigualdade e relações de poder e controle, em reciprocidades dialéticas, que têm por momento predominante o econômico.

[...] enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu “microcosmo” autônomo (mas de maneira alguma independente da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa igualdade significativa entre as pessoas envolvidas – ou seja, sem a imposição dos ditames socioeconômicos da ordem sociometabólica sobre eles – não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a auto-realização dos indivíduos como seres sociais particulares (MÉSZÁROS, 2002, p. 268).

O sistema do capital é, portanto, um sistema de relações de poder antagonicas. O poder de controle da produção está inteiramente separado dos produtores efetivos, os trabalhadores e trabalhadoras, e se impõe sobre eles/as.

O tema do controle da produção é primordial nos estudos de Mészáros. Sobre a análise dos limites das sociedades pós-capitalistas, Mészáros (2004) indica que o controle dos processos socioeconômicos fundamentais permaneceu radicalmente separado dos produtores e oposto a eles nas experiências históricas analisadas. A transferência do controle teria gerado, se houvesse ocorrido, uma genuína socialização do processo de produção em todas as suas características essenciais.

Mészáros (2002, p. 269) assinala, entretanto, que a hierarquia discriminatória não é a “causa original” do funcionamento do sistema do capital. Se assim o fosse, os antagonismos estruturais poderiam ser resolvidos com uma alteração no campo da

política, ou ideológico. Para o filósofo, “não poderia haver violação mais absurda da lógica do que a inversão das relações causais existentes”.

Sob o modo de produção capitalista, o momento predominante não permite que um conjunto abrangente de seres sociais possam organizar sua reprodução sob base de uma verdadeira igualdade, porque, conforme já afirmado anteriormente, a reprodução não é somente biológica, mas de transmissão de propriedade e de um *sistema de valores* de uma geração a outra. Tais valores vigentes na sociedade capitalista reforçam o total oposto da verdadeira igualdade (MÉSZÁROS, 2002, p. 270).

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a internalização – do sistema de valores profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um rumo aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como normais, em vez de desqualificados por “comportamentos não conformistas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 271).

Mészáros (2002) chama tal conformação subjetiva de “síndrome da subserviência internalizada”, ao se referir à subjetivação da ideologia dominante e sua expressão no cotidiano – não mecanicamente, mas contraditoriamente expressa. A ideologia dominante sempre tem interesse em preservar o *status quo*. Dado que a consciência se conforma nessa sociedade de classes e no conflito entre essas classes, a reprodução bem-sucedida das condições de dominação depende da prática cotidiana que a reforça nos microcosmos da vida.

O mito da “unidade orgânica” domina o discurso ideológico e, no nível aparential, apresenta a sociedade como harmônica e consensual, ou seja, interesses particulares como se gerais fossem, quando, pelo contrário, a sociedade que a ideologia dominante defende é dilacerada por contradições e antagonismos internos (MÉSZÁROS, 2004).

A família nuclear hierarquizada, com a mulher em condição de submissão, na maioria dos casos, faz com que esse sistema de valores seja internalizado e prevaleça nas condições do presente, em total sintonia com o sistema do capital. “A família está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores, ocupando uma posição essencial em relação a elas, entre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal da sociedade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 272).

Apesar desse caráter reprodutor de valores desiguais das famílias nucleares, por não considerar o econômico como determinante mecânico dos desenvolvimentos

ideológicos da sociedade, Mészáros (2002) aponta para diversos desenvolvimentos de lutas e resistências das mulheres na política. Ao fazê-lo, Mészáros (2002) também discorre sobre os limites dessas lutas e sobre os fundamentos de tais limites, para que se possa superá-los em condições de luta futuras.

A luta política das mulheres por igualdade. Qual igualdade?

As mulheres adentraram o mercado de trabalho massivamente no século XX para vender sua força de trabalho. Isso não resultou em igualdade entre homens e mulheres. Pelo contrário, houve a tendência de rebaixamento salarial para toda a força de trabalho, na medida em que o salário que antes deveria garantir a reprodução do homem e de sua família, agora tem essa relação dividida entre ambos. Ademais, o acesso ao mercado de trabalho pelas mulheres burguesas é bastante diferente das mulheres proletárias: “enquanto a mulher burguesa passa orgulhosa e de cabeça erguida pela porta das profissões intelectuais que se abre diante dela, a mulher proletária se curva ao destino e entra na linha de produção industrial” (KOLLONTAI, 2017, p. 151).

E, aqui, não estamos abordando a questão do trabalho gratuito executado pelas mulheres no espaço doméstico, tão primordial para pensar a desigualdade na família nuclear. Segundo Itaboraí (2016) as transformações do trabalho feminino, com o aumento das mulheres no trabalho profissional é bastante expressiva, sem, entretanto, passar pela transformação das desigualdades de gênero na vida doméstica².

Mészáros (2002) adverte que mesmo as relativas conquistas do passado, em tempos de ascensão histórica de expansão do capital, tendem a sofrer recuos significativos em tempos de dificuldades de acumulação. “Portanto, é inevitável que também a esperada melhoria na condição das mulheres dentro das margens da ordem estabelecida se torne irrealizável com o encolhimento da margem de manobra do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 273).

Ideologicamente se reforça, na ordem da reprodução sociometabólica do capital, que há sim igualdade nessa sociedade. A questão é: qual igualdade? Segundo

² Mészáros (2002) não desenvolve uma análise da questão do trabalho doméstico realizado gratuitamente. Sua análise da família se refere mais à reprodução de valores.

Mészáros (2002), se trata da “igualdade de oportunidades”, própria do pensamento liberal.

Marx, em suas análises teóricas, se debruçou ao desvendamento da igualdade formal, com sua base jurídica estabelecida, sob o véu da neutralidade política, que gera o “mito da igualdade” que, na verdade, reproduz a sociedade desigual. Para explanar sobre tal temática, recorreremos às análises de Marx em “O Capital” (2013) e em “Sobre a questão judaica” (2010).

No capítulo dois do Livro I de “O Capital” (2013), ao discorrer sobre o processo de troca, Marx inicia a análise destacando o fetiche da mercadoria, como se as mercadorias pudessem, por si mesmas, irem ao mercado e se trocarem umas pelas outras. Na verdade, o fetichismo encobre o fato de que, por trás das mercadorias, há seus guardiões, os possuidores das mercadorias. Essas mercadorias, por serem coisas, não oferecem resistência aos homens e mulheres. Na verdade, são homens e mulheres que estabelecem relações de troca entre si, reconhecendo-se mutuamente como proprietários privados. Trata-se de uma relação jurídica, que se estabelece via contratos.

A forma é jurídica, entretanto, seu conteúdo é dado pela relação econômica. É essa relação jurídica que coloca as pessoas numa *igualdade formal* no mercado, quando, na realidade material-concreta, há uma condição bastante desigual entre aquele que detém apenas a mercadoria força de trabalho e aquele que detém a mercadoria meios de produção. São “máscaras econômicas” com as quais as pessoas se relacionam umas com as outras em condição de igualdade – formal.

O sistema do capital não é apenas “aparentemente irracional”, mas completa e irremediavelmente irracional; além disso, não é “impessoal” em sua natureza real, mas apenas aparentemente impessoal. Ou seja, ele é impessoal apenas devido ao fetichismo da mercadoria historicamente prevalecente, que faz com que um tipo de relação entre os homens – sob o modo de controle sociometabólico do capital – assumam a seus olhos “a forma fantástica de um relacionamento entre coisas”, para que “sua própria ação social assumam a forma de ação de objetos que dominam os produtores em vez de serem por eles dominados” (MESZÁROS, 2002, p. 281).

Ao escrever sobre o fetichismo da forma jurídica, Mészáros (2002) aponta para as igualdades formais conquistadas pelas mulheres, tais como o direito de vender a sua força de trabalho e o direito de votar. Para ele, tais concessões legalistas formais não garantem a emancipação da mulher.

Outro exemplo que podemos citar de conquista de igualdade na forma jurídica foi a introdução de uma lei, em 1963, na Itália, que proibia a demissão de mulheres

trabalhadoras quando se casavam, referidas às chamadas “cláusulas de solteirice”. A conquista desse direito formal foi resultado da pressão da associação de mulheres, sindicatos e membros femininos do parlamento italiano à época (BETTI, 2017, p. 73), mas não alterou a condição precária da mulher no trabalho assalariado (macrocosmo) e nem na relação subordinada no interior da família nuclear (microcosmo).

A defesa da liberdade individual e da igualdade formal são pressupostos do pensamento liberal. A negação do Estado acompanha o arcabouço ideológico liberal, o qual afirma que qualquer tipo de planejamento leva à ditadura e se sobrepõe às liberdades individuais. Mészáros (2002, p. 280), contudo, aponta para a contradição: em nome da liberdade, a maior virtude para os liberais é “a submissão inquestionada de todos os indivíduos à tirania do mercado”. A igualdade de oportunidades, que fez e faz parte da luta das mulheres – direito ao voto e direito ao trabalho assalariado, por exemplo – esbarra nos limites de que, se nenhuma mudança for efetivada na base estrutural da sociedade, no que diz respeito ao controle do trabalho e ao quadro estrutural de dominação e hierarquia de classes, não há de haver emancipação das mulheres e/ou avanço no sentido da igualdade substantiva.

Em “Sobre a questão judaica” (2010), Marx analisa a diferença entre emancipação política e emancipação humana. Assinala que a emancipação política, que passa pelo marco do acesso a direitos, não vai além de reduzir homens e mulheres a membros da sociedade burguesa, a indivíduos egoístas independentes. Já a emancipação humana é alcançada quando o homem e a mulher individuais tiverem se tornado entes genéricos “na qualidade de homem [mulher] individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais [...] não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política” (MARX, 2010, p. 54).

Há que se destacar a particularidade da luta da emancipação das mulheres que, por princípio, não pode ser uma luta pela mera emancipação política. Por essência, a luta das mulheres é uma luta pela emancipação humana, portanto, anticapitalista. Mészáros (2002) destaca o fato de que a exigência da emancipação das mulheres traz uma nova dimensão aos enfrentamentos históricos pela igualdade substantiva. As mulheres estão em todas as classes sociais e ocupam, sem exceção, posição subordinada em todas elas. Portanto, é muito limitada a luta pela emancipação política que as insira como cidadãs na sociedade burguesa, porque, ainda assim, continuarão na sua condição subordinada. Kollontai (2017, p. 156) já assinalava tal limitação: “[...] a proletária sofre não apenas como aquela que vende a sua força de trabalho, dirão as burguesas defensoras da igualdade de direitos da mulher, mas

sofre também como mãe e esposa: subjugam-na a falta de direitos na sociedade e a submissão ao homem”.

A mera representação política, com mulheres no poder da empresa ou do Estado, também é uma vitória limitada, dado que em nada modifica a relação estrutural de dominação e hierarquizada da sociedade capitalista, e nem mesmo na relação de dominação e hierarquizada das famílias “tradicionais”.

Por isso, o “poder nas mãos das mulheres” teria de significar poder nas mãos de todos os seres humanos ou nada, exigindo o estabelecimento de uma ordem de produção e reprodução sociometabólica alternativa radicalmente diferente, que abrangesse todo o quadro de referências e as “microestruturas” que constituem a sociedade (MÉSZÁROS, 2002, p. 287).

Mas Mészáros (2002) não se restringe à crítica ao pensamento liberal e a sua “igualdade de oportunidades”, descreve que também a luta no espectro da classe trabalhadora pode ter seus limites, como é o caso da socialdemocracia, que, ao aceitar melhorias parciais, permanece bastante distante da igualdade substantiva. O projeto de igualdade da socialdemocracia se basta em um discurso vazio ao não tocar no edifício estrutural da sociedade de classes sustentada na exploração. Isso quando o próprio discurso socialdemocrata não abandona as reformas e sucumbe a uma versão do liberalismo burguês.

Mészáros (2002) vai além, e analisa as falhas com relação à emancipação das mulheres nas sociedades pós-capitalistas. Havia a promessa de mudanças substanciais nessas sociedades, que alavancariam a emancipação das mulheres, mas as relações de poder foram em quase nada alteradas nessas sociedades, em especial na União Soviética. Segundo informações do filósofo, o registro de mulheres em postos de poder em sociedades pós-capitalistas é menor que em países capitalistas.

A política tem um poder transformador importante nessas sociedades, porque pode, através de intervenção política direta, iniciar grandes mudanças no processo de reprodução, criando espaço, para elementos de projetos feministas (creches, lavanderias e restaurantes coletivos, por exemplo). Mas sociedades pós-capitalista que ainda se mantenham sob o domínio do capital impedem tais avanços, porque, no limite, “a administração hierarquizada da extração do trabalho excedente reafirma-se como característica determinante decisiva do sociometabolismo também sob as circunstâncias alteradas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 293). Nesse caso, a questão da igualdade não pode extrapolar a divisão hierárquica do trabalho social prevalente.

Voltamos à centralidade do debate em torno do controle sobre o processo de trabalho:

Na ausência de uma forma alternativa de controle social baseada em um envolvimento de massa sempre crescente e verdadeiramente ativo, o exercício continuado dessas funções estrategicamente privilegiadas por um órgão separado, por sua vez, acaba encontrando seu equivalente subjetivo no escalão de “funcionários do Estado burocratizado” (MÉSZÁROS, 2004, p. 355).

Assim, mesmo na sociedade pós-capitalista não se alcançou a igualdade substantiva, mas se ratificou o papel subordinado das mulheres na força de trabalho estruturalmente hierarquizada, ainda que no microcosmo de suas famílias, algumas mulheres tenham conseguido estabelecer alguns espaços de liberdade.

Plenos direitos políticos? Sim, a trabalhadora precisa deles ainda mais do que a burguesa. Direitos políticos para a trabalhadora: essa é uma arma poderosa na luta pela libertação. Mas será que essa reforma, ainda que tão radical, será que esse ponto culminante dos ardentes desejos feministas libertará a proletária do abismo de sofrimentos e males que a perseguem tanto como mulher como vendedora da própria força de trabalho? Não! Enquanto a mulher for obrigada a vender a sua força de trabalho e a suportar o jugo do capitalismo, enquanto os meios atuais de exploração destinados à produção de novos valores seguirem vivos, enquanto houver tudo isso, a mulher que escolhe o próprio marido apenas pelas inclinações de seu coração ou a mãe que olha sem medo para o futuro de seus filhos não serão nem livres nem independentes (KOLLONTAI, 2017, p. 156).

Ao apresentar os limites da luta pela emancipação das mulheres a partir de Mészáros (2002), em conexão com outros autores e autoras, temos por objetivo alicerçar as mulheres da classe trabalhadora no Brasil, tanto nas análises não haverá libertação ou emancipação no horizonte. quanto nas estratégias de luta política na atual conjuntura.

Crise estrutural do capital e mulheres da classe trabalhadora brasileira: alguma igualdade?

O Brasil vem sofrendo de forma intensificada os impactos da crise estrutural do capital há algumas décadas, mas a sua expressão mais perversa e bárbara atinge a classe trabalhadora brasileira mais fortemente desde o ano passado, 2016.

Desde que Michel Temer assumiu a presidência do país através de golpe³, uma série de reformas têm sido implementadas, as quais afetam diretamente a classe

³ Bianchi (2016) propõe repensar o conceito de golpe para pensar as especificidades recentes de golpes que ocorrem via legislativo ou judiciário ou por uma combinação de grupos e facções.

trabalhadora, a se iniciar pela Proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC 241), a qual se efetivou via Emenda Constitucional 95/2016 (BRASIL, 2016). Tal emenda estipulou um teto de gastos para investimento público em educação, saúde e uma série de direitos sociais, frutos de lutas de gerações de trabalhadores e trabalhadoras. No que diz respeito à amortização e pagamento de juros da dívida pública, nenhum limite foi estipulado.

Tais cortes e expropriações de direitos atingem toda a classe trabalhadora, mas afetam particularmente às mulheres, dada a desigualdade no interior tanto do microcosmo quanto do macrocosmo da sociedade sob sociometabolismo do capital.

Mészáros (2002) afirmou claramente em sua explanação que, em momentos de crise, os pouco avanços obtidos no sentido de uma emancipação – ao menos política – das mulheres, tende a retroceder. Pois as crises que afetam diretamente o âmbito da produção, inevitavelmente afetam também a reprodução. As mulheres sofrem as consequências dessa crise em ambas as dimensões.

Na divisão sexual do trabalho, as mulheres ocupam postos mais precários. Segundo Lavinias (1999), “existe uma *trade-off* entre elevação da taxa de emprego feminina, ou feminização do emprego, e precarização das relações de trabalho, que explicaria vantagens comparativas da mão-de-obra feminina sobre a masculina”. É em nome da conciliação entre vida familiar e vida profissional que os empregos precários, parciais, sem carteira assinada etc. são oferecidos às mulheres (HIRATA, 2007).

Betti (2017, p. 85) reafirma o exposto, ao analisar a realidade italiana e tomar como pilar “o gênero como uma característica constante do trabalho precário dentro da história do capitalismo”. Tal condição histórica tem impactos diretos sobre o espaço da reprodução, quando a falta de estabilidade no emprego tem impactos diretos na reprodução familiar. A Unione Donne in Italia (UDI, União Mulheres em Itália) chegou a lançar a campanha “A precariedade nos esteriliza”.

A precariedade do emprego nos últimos 60 anos na Itália tem sido uma fonte de desequilíbrios entre trabalho-vida para as mulheres, prejudicando suas chances de autodeterminação tanto no trabalho quanto na esfera privada. O trabalho precário, tal como contratos temporários, tem sido uma forma de privar as mulheres de seus direitos de maternidade para cortar custos trabalhistas. Formas específicas de discriminação tais como “demissões pontuais” com as quais se lidou fortemente durante o período fordista, reapareceram nos pós-fordistas, mostrando claramente o modelo de dominância masculina no mercado de trabalho italiano e na cultura empreendedora. Na verdade, as mulheres em ambos os períodos são as

trabalhadoras que mais vivenciaram a precariedade do emprego (BETTI, 2017, p. 84).

Mais uma vez, trata-se de uma luta nos limites do âmbito formal jurídico e também das liberdades individuais, sobre a escolha de ser ou não mãe. Com isso, não se quer minorar tais lutas das mulheres, apenas indicar que não alcançam igualdade substantiva. Corre-se o risco de se bastar a uma luta pela família reproduzida no sistema sociometabólico do capital. Ou apenas de solicitar níveis de exploração da força de trabalho igualitárias aos dos homens, ou de parcela desses, sem questionar a estrutura de classes.

Os abalos que as crises ocasionam em todos os âmbitos e instituições que regulamentam a sociedade, com o aumento do número de crimes, por exemplo, também leva à responsabilização das famílias e, mais precisamente, das mulheres das famílias.

[...] os porta-vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e “disfunções” cada vez mais frequentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos “valores básicos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 272).

A conformação da educação como mercadoria e da internalização da ideologia dominante expressas na Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017a), na formação de uma Base Nacional Comum Curricular e na nova Política de Formação de Professores decretadas pelo atual governo brasileiro tem sofrido resistência por parte de professores (Movimento pela Escola Democrática) (Cf.: GOETTEN, 2017) e por estudantes (com mais de mil escolas ocupadas no final do ano de 2016) (Cf.: TOKARNIA, 2016). Por outro lado, a defesa da família tradicional se expressa no movimento Escola Sem Partido (Cf.: MESP, 2017), que ataca fortemente o pensamento crítico e o debate de gênero na Escola Básica. Todo esse movimento, no plano do discurso, recorre à defesa da “liberdade individual” e da “igualdade de oportunidades”, ao mesmo tempo em que responsabiliza as mulheres no interior da família nuclear pela educação das crianças.⁴

Assim como a família, a escola também deve ser uma instituição que reforce a ideologia dominante e, portanto, as condições de dominação e hierarquização da ordem burguesa na sociedade de classes.

⁴ Segundo o movimento “Escola Sem Partido”, a escola é o lugar da instrução, a educação é de responsabilidade familiar.

[...] assegurar a manutenção da gritante desigualdade e dos privilégios da educação, por exemplo, é algo que “se deve buscar indiretamente, garantindo amplos recursos para a subsistência da parte do sistema que atende à oligarquia, deixando, ao mesmo tempo, faminta a parte que atende às classes baixas e aos trabalhadores. Isto garante a desigualdade na educação tão vitalmente necessária para apoiar a desigualdade geral que é o coração e a essência de todo o sistema (MÉSZÁROS, 2002, p. 274).

A educação escolar e a educação no interior da família nuclear devem servir à reprodução dos valores da ordem social estabelecida, reforçando e perpetuando a subordinação da classe e a subordinação da mulher, sem questionar a divisão social e a divisão sexual do trabalho.

A Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017b) aparece como mais um enorme obstáculo à luta da emancipação das mulheres no Brasil. Ao alterar mais de duzentos dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), modificou modelos de contrato, jornadas de trabalho e formas de remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras. A reforma amplia a liberdade das empresas em manejar a força de trabalho conforme suas necessidades, e elimina eventuais entraves que possam ser postos pelas instituições públicas (KREIN *et alli*, 2017).

Moraes (2017a) alerta para o fato de que a classe trabalhadora brasileira é bastante heterogênea, composta por mulheres, homens, LGBT⁵, migrantes, brancos, negros e outras etnias. As reformas em curso recaem de forma diferenciada sobre essa classe: mulheres negras, por exemplo, tendem a sofrer mais fortemente os impactos das reformas que homens brancos. Por um lado, isso se dá devido ao fato de que aquelas já ocupam os postos mais precários do mercado de trabalho, inclusive na informalidade, e, por outro lado, porque os cortes em investimento em educação, saúde e assistência social públicas vão sobrecarregar ainda mais as mulheres no espaço doméstico, especialmente as negras, que geralmente ocupam a estratificação mais empobrecida. Elas costumam ser as responsáveis pelos cuidados tanto de crianças e idosos, bem como dos homens saudáveis.

A expropriação de direitos de acesso a políticas sociais coloca empecilhos, inclusive, para ter tempo disponível para organizar a luta necessária pela igualdade substantiva. Outro obstáculo é a força da ideologia dominante que, apesar de, no cotidiano, as mulheres conseguirem sentir a sobrecarga de trabalho, lhes é apresentada como possibilidade, ou oportunidade, a saída individual como solução, via “empoderamento”, “empregabilidade” e “empreendedorismo”.

⁵ Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

“O obscurecimento do que realmente está em jogo é a arma proeminente no arsenal dos apologistas da desigualdade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 295). A promessa de igualdade de oportunidades é o “mantra” da ideologia dominante que invade o cotidiano de homens e mulheres da classe trabalhadora, e promete uma mudança nas condições de existência que nada condizem com os limites da condição de homens e mulheres em posição subordinada na estrutura social: “ao se eliminar a verdadeira igualdade do rol das aspirações legítimas, as hierarquias estruturais do sistema do capital são reforçadas e se tornam provedoras indispensáveis das vazias ‘oportunidades’” (MÉSZÁROS, 2002, p. 295).

Outro elemento que aparece no desenvolvimento de Mészáros (2002), e que é explorado de forma mais concreta por Tenorio (2017), é o fato de que não basta ter uma mulher como forma de representatividade em postos de poder. Tal pressuposto caracterizaria uma análise essencialista. Tenorio (2017) demonstra que as políticas sociais no Governo Dilma (2011-2016), anterior ao Governo Temer, se caracterizavam por terem, como eixo condutores, o “empoderamento” e a “autonomia” feminina, em detrimento de mudanças estruturais que as beneficiassem. Tais políticas sociais fortaleceram a individualização e o familismo, não contemplando as pautas feministas anticapitalistas.

São necessárias mudanças fundamentais no que diz respeito ao controle do processo de trabalho, no sentido de uma verdadeira e substantiva igualdade, que alcance a produção e a reprodução social, rumo à superação das estruturas hierárquicas discriminatórias, no “macrocosmo”, mas também nas relações interpessoais, dentre elas no âmbito familiar, no microcosmo, para que possamos enfim falar em emancipação real das mulheres. Somente “a natureza humana (‘socialidade’) liberada do egoísmo institucionalizado (a negação da socialidade) superará a ‘reificação’, o ‘trabalho abstrato’ e os ‘apetites imaginários’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 138).

Considerações finais

Como este artigo, buscou-se destacar a atenção de Mészáros para a heterogeneidade da classe trabalhadora, algo que ele aponta como uma lacuna nas obras de Karl Marx. Mészáros não esperava que Marx tivesse dado todas as respostas para a complexa sociedade que se desenvolveu sob o modo de produção capitalista, mas é de nossa responsabilidade, enquanto estudiosos e estudiosas marxistas, avançar nas análises. Segundo Mészáros (2004, p. 347), “não há a menor indicação

em Marx de que, além da fragmentação entre ‘capital e trabalho’, etc. deve-se também enfrentar a fragmentação dentro do próprio trabalho [...]”.

Ao estar atento à heterogeneidade no interior da classe trabalhadora, falar sobre as mulheres aparece como uma temática imprescindível. Para tanto, um dos elementos centrais apontados por Mészáros (2002, p. 305) é a inversão da ordem que está colocada hoje nas lutas pela emancipação das mulheres entre justiça e igualdade, para quem a única maneira de dar base à justiça é “retirando-a do reino da mistificação ideológica e da manipulação cínica, é fazer com que a igualdade substantiva se torne o princípio eficaz da regulamentação de todas as relações humanas”.

Nesse sentido foi que desenvolvemos o artigo, na tentativa de apontar para a importância das análises materialistas histórico-dialéticas com relação à interação complexa entre base estrutural econômica e desenvolvimento do arcabouço ideológico, que atua como determinante determinado nas relações sociais do sociometabolismo do capital. A condição da mulher, em suas particularidades, está assentada nesse desenvolvimento sócio-histórico, com especificidades tanto com relação à divisão sexual do trabalho quanto no interior do cotidiano das famílias nucleares, que reproduzem valores que perpetuam a desigualdade nos âmbitos do macrocosmo e do microcosmo sociais.

A segunda seção abordou os limites das lutas políticas das mulheres que atuam no sentido de uma igualdade formal-jurídica. Para tanto, apresentamos, a partir de Mészáros (2002), a aproximação dessas lutas com o ideário liberal da “igualdade de oportunidades”, bem como com as conquistas parciais das lutas no interior da socialdemocracia, observando, inclusive, os limites das conquistas das mulheres em sociedades pós-capitalistas.

Por fim, a última parte do artigo descreveu elementos da conjuntura política brasileira, em plena crise estrutural do capital, como crescentes obstáculos às lutas das mulheres da classe trabalhadora. Entretanto, o desenvolvimento das seções anteriores aparecem como alicerces para que os percalços históricos não venham a se repetir, para que a luta das mulheres da classe trabalhadora não seja seduzida pela “igualdade de oportunidades” liberal, nem se baste em conquistas parciais do reformismo, de modo que compreendam que a luta pela igualdade substantiva ou é anticapitalista, inclusive entendendo os enormes desafios já dados em sociedades pós-capitalistas, ou não haverá emancipação no horizonte.

Referências

BETTI, Eloisa. Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica. **Revista Outubro**, nº 29, novembro de 2017.

BIANCHI, Álvaro. O que é um golpe de estado? **Blog Junho**, 26 de março de 2016. Disponível em: < <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>>. Acesso em 06 nov., 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95**, de 15 de dezembro de 2016. Dispõe sobre alterações do regime fiscal federal. Brasília (DF): 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em 21 set, 2017.

_____. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre alterações nas Diretrizes e Bases da Educação. Brasília (DF): 2017a. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em 22 set., 2017.

_____. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. **Presidência da República**. Dispõe sobre alterações na CLT. Brasília (DF): 2017a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em 22 set., 2017.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

MESP – MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola Sem Partido**. S./l.: 2017. Disponível em <www.programaescolasempartido.org>. Acesso em 12 de novembro de 2017.

GOETTEN, Carolina. Movimento Educação Democrática é lançado para se contrapor à 'Escola sem Partido'. **Brasil de Fato**, Curitiba, 28 de setembro de 2017. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2017/09/28/pr-movimento-educacao-democratica-e-lancado-para-se-contrapor-a-escola-sem-partido/>>. Acesso em 12 nov., 2017.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Orgs.) **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

KOLLONTAI, Aleksandra Mikháilovna. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea. In: SCHNEIDER, Graziela (Org.). **Emancipação feminina na Rússia Soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017.

KREIN, Dari *et alli*. **Subsídios para a discussão sobre a reforma trabalhista no Brasil**. Texto de discussão nº 4: Relações de trabalho. Unicamp: Cesis, 2017.

LARA, Ricardo. **História e práxis social**: introdução aos complexos categoriais do ser social. Bauru: Canal 6, 2017.

LAVINAS, Lena. Empregabilidade: uma noção conjugada no feminino. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). **O trabalho das mulheres**. São Paulo: SOF, 1999.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. A liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva. In: **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente. In: **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. Um debate em torno da Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55): Governo Temer, capital fictício e as mulheres da classe trabalhadora brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2017a, p. 1-12. Disponível em <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497797185_ARQUIVO_ArtiAr_FazendoGenero2017.pdf>. Acesso em 01 de novembro de 2017.

_____. Pressupostos teórico-metodológicos para uma análise feminista: da relevância do materialismo histórico dialético. In: JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA, 10, 2017, Los Polvorines. **Anais da X Jornadas de Economía Crítica, Los Polvorines**: Universidade General Sarmiento; Sociedad de Economía Crítica, 2017b, p 01-16. Disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/0B9Ou85DoiqU_NjNhVGIPNkttcGs>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

TENORIO, Emilly Marques. O “protagonismo” das mulheres nas políticas e programas sociais do Governo Dilma. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, jan/abr. 2017.

TOKARNIA, Mariana. Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento. **Agência Brasil**, 25 de outubro de 2016. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>>. Acesso em 12 nov., 2017.

Recebido em 14/11/2017

Aprovado em 24/07/2018

PRODUÇÃO DESTRUTIVA E AGROECOLOGIA: contribuições teóricas de István Mészáros para a crítica à “revolução verde”

Henrique Tahan Novaes¹

Resumo: este artigo pretende refletir sobre: a) o papel das corporações transnacionais, especialmente aquelas que fazem parte do chamado agronegócio; b) as lutas pela construção da agroecologia, especialmente impulsionadas pelo Movimento Sem Terra a partir das críticas de István Mészáros à “revolução verde”. Nele são apresentados resultados de pesquisa concluída sobre a ofensiva do agronegócio, a revolução verde, as lutas dos movimentos sociais para a formação de um sistema de produção, consumo, comercialização e educação baseado na agroecologia. Estes resultados foram analisados à luz de conceitos de István Mészáros, tais como: produção destrutiva, corporações monstro, revolução verde e educação para além do capital.

Palavras-chave: Produção Destrutiva – Revolução Verde – Agroecologia – István Mészáros.

DESTRUCTIVE PRODUCTION AND AGROECOLOGY: theoretical contributions to the critique of the "green revolution" in the theory of István Mészáros

Abstract: this paper intends to reflect on: a) the role of transnational corporations, especially those that are part of the so-called agribusiness, b) the struggles for the construction of agroecology, especially driven by the Landless Rural Workers Movement based on István Mészáros's criticisms of the "green revolution". In it are presented results of completed research on the agribusiness offensive, the green revolution, the struggles of social movements for the formation of a system of production, consumption, marketing and education based on agroecology. These results were

¹ Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Iniversidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como docente da Faculdade de Filosofia e Ciências, do Campus Marília da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e coordena o Curso de Aperfeiçoamento em Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do Materialismo Crítico. É membro do Grupo de Pesquisa Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC/São Paulo), do Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI/Unicamp) e Organizações e Democracia (UNESP/Marília). É Autor do livro “*O fetiche da tecnologia - a experiência das fábricas recuperadas*”, publicado pela Expressão Popular, em 2007. E-mail: hctanov@gmail.com



analyzed based on István Mészáros' concepts, such as: destructive production, monster corporations, green revolution and education beyond the capital.

Keywords: Destructive Production – Green Revolution – Agroecology – István Mészáros.

PRODUCCIÓN DESTRUCTIVA Y AGROECOLOGÍA: contribuciones teóricas para la crítica a la "revolución verde" en la teoría de István Mészáros

Resumen: este artículo pretende reflexionar sobre: a) el papel de las corporaciones transnacionales, especialmente aquellas que forman parte del llamado agronegocio; b) las luchas por la construcción de la agroecología, especialmente impulsadas por el Movimiento Sin Tierra a partir de las críticas de István Mészáros a la "revolución verde". En él se presentan resultados de investigación completada sobre la ofensiva del agronegocio, la revolución verde, las luchas de los movimientos sociales para la formación de un sistema de producción, consumo, comercialización y educación. Estos resultados se analizaron a partir de conceptos de István Mészáros, tales como: producción destructiva, corporaciones monstruo, revolución verde y educación más allá del capital.

Palabras clave: Producción Destructiva – Revolución Verde – Agroecología – István Mészáros.

A "revolução verde" na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo. Contudo, a ideologia das soluções estritamente tecnológicas continua a ser propagandeada até hoje, apesar de todos os fracassos (István Mészáros, O poder da ideologia)

Introdução

Quando começamos a escrever este artigo fomos "surpreendidos" por duas notícias: a) a fusão da Bayer com a Monsanto, duas "corporações-monstro" agora como uma corporação muito maior; b) a ONU anunciou que o Sudão do Sul entrou no mapa da insegurança alimentar.

Segundo outro relatório da ONU, 5 bilionários detêm a riqueza equivalente a metade da população mundial e cerca de 1 bilhão de pessoas passam fome diariamente (Ziegler, 2013). Ao que tudo indica, não há nenhuma perspectiva de melhoria, ao contrário, os estudos da área apontam para o aumento da pobreza, a concentração da renda e a intensificação de catástrofes em níveis jamais vistos.

As “corporações-monstro” estão cada vez mais livres para avançar na mercantilização da vida, no domínio de territórios e na livre circulação das suas ações nas bolsas de valores. Nos relatórios da ONU se fala em “administração da pobreza” e não mais “superação da pobreza” ou em “estratégias de desenvolvimento”. Com o avanço das políticas neoliberais baseadas na privatização direta e indireta de serviços públicos, isto é, o Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro, a barbárie só ganhará mais combustível: teremos o surgimento de mais e mais favelas, o aumento das taxas de desemprego e subemprego, destruição da vida dos servidores públicos, guerras de baixa intensidade, ressurgimento do fascismo, dentre outros (Cf.: ZIEGLER, 2013; MIKE; DAVIS, 2007; NETTO, 2008; LIMA FILHO; NOVAES; MACEDO, 2017).

No Brasil, tivemos um golpe parlamentar, mais complexo e difícil de ser compreendido que os golpes anteriores. Em 2 anos queimamos mais de 2 milhões de empregos, inundando as taxas de desemprego, que hoje somam cerca de 14 milhões de desempregados, de acordo com as estatísticas oficiais². No meio rural, voltam a aparecer acampamentos à beira das estradas e na cidade as lutas dos sem-teto crescem a cada dia. Estas são manifestações de um povo que realiza lutas seculares para ter direito a terra, ao trabalho, à educação, à saúde e à vida.

Este artigo pretende refletir sobre a) o papel das corporações transnacionais, especialmente aquelas que fazem parte do chamado agronegócio, b) as lutas pela construção da agroecologia, especialmente impulsionadas pelo Movimento Sem Terra a partir das críticas de István Mészáros à “revolução verde”.

As Corporações-monstro e o fetichismo da “revolução verde”

Em outros textos já nos pronunciamos sobre a ofensiva das corporações transnacionais desde os anos 1960 (Cf.: NOVAES, 2017; NOVAES *et alli*, 2015). Vimos que Jean Ziegler (2013) – no livro “Destruição em massa - geopolítica da fome” – chama as corporações capitalistas de “Tubarões-Tigre”. Trata-se de um nome bastante sugestivo para representar a ofensiva das corporações em todas as esferas da nossa vida. Como vimos, Mészáros (2004) as denomina de “corporações-monstro”. Outros preferem denominá-las de “Polvos”, cheios de tentáculos agarrando territórios e pessoas. Atuando como verdadeiros Estados Nacionais,

² Evidentemente que estas estatísticas estatais tendem a subestimar o avanço do desemprego e subemprego (Cf.: MÉSZÁROS, 2011).

sendo muitas delas mais fortes que muitos países, as corporações transnacionais jogam seus tentáculos ou seus dentes vorazes e afiados em tudo e em todos.

Na virada do século XIX para o século XX, como nos mostrou Lenin (2003) em “Imperialismo – fase superior do capitalismo” – há o surgimento das grandes corporações capitalistas. Já não estamos mais diante do capitalismo concorrencial registrado por Karl Marx em “O Capital”, quando este descreveu e analisou o capitalismo da primeira revolução industrial.

No século XX as gigantes corporações capitalistas monopolistas e oligopolistas lançaram novos produtos no mercado, novas formas de gerir a força de trabalho, criaram novas tecnologias, promoveram guerras, derrubaram governos, assassinaram lideranças de movimentos sociais, roubaram terras, provocaram inúmeros desastres socioambientais, dentre outros.

No filme “A corporação” (The Corporation), é possível ver a ascensão das corporações e seus tentáculos em todas as dimensões da vida. Juridicamente são impessoais, mas têm por trás bilionários, fundos de pensão, gestores que buscam a incessante autovalorização do capital.

A partir dos anos 1960, dentro do projeto de expansão rumo à América Latina, à China, e de destruição do Estado de Bem Estar Social na Europa, há uma nova investida das corporações capitalistas. Através do desenvolvimento tecnológico que gerou novos produtos e novos processos de trabalho, com pesquisas científicas para manipular a mente humana para o consumo, e aumentar o engajamento dos trabalhadores no chão de fábrica, os “tubarões tigre” passam a ter um verdadeiro sistema de controle social, uma espécie de “Big Brother Corporativo” em paralelo aos sistemas de informação dos Estados Nacionais.

Nos dias de hoje, o controle realizado pelas corporações capitalistas em nossas vidas é estarrecedor. Elas controlam tudo que fazemos no trabalho, nosso e-mail, descobrem hábitos de consumo com sites espiões, usam drones para matar e fazer entregas. No *Facebook* acompanham a sua “imagem” e atuam rapidamente se algum problema vier a acontecer.³

³ Para maior aprofundamento sobre as corporações transnacionais, ver: Petersen (2013), Sevá Filho (2013), Campos (2009), Bruno (1999), Bernardo (2002), Sebastião Pinheiro (2005), Fontes (2010), Ploeg (2008), Pinheiro Machado e Pinheiro Machado Filho (2014) e Panitch (2014).

Um dos autores deste artigo esteve em algumas obras do “Plano de Aceleração do Crescimento – PAC” e nelas é possível perceber o enorme poder das grandes corporações no campo da produção e da vida social em geral. Visitamos as Usinas de Santo Antônio e Jirau (Rondônia). As empreiteiras exploram trabalhadores, confinam os mesmos em alojamentos de péssima qualidade, roubam a vida de ribeirinhos, promovem deslocamentos em massa de trabalhadores para as obras. As obras trazem inúmeros impactos na fauna e na flora, surgem centros de prostituição, mulheres grávidas abandonadas, há o deslocamento de atingidos por barragens, dentre inúmeros aspectos que não poderemos desenvolver neste artigo. Como braços do capital, surgem nas regiões ONGs, Institutos e Fundações para abrandar os impactos das obras.⁴

Em nome do “progresso” da região, de fazer “nascer uma nova Amazônia”, do “emprego para o desenvolvimento da região e do país”, “de atração de indústrias” os tubarões-tigre tem como objetivo a “auto-valorização do capital” - cada vez mais financeirizado⁵. Com a mão direita ganham lucros exorbitantes e roubam o território, com a mão esquerda – “devolvendo” um bilionésimo do que roubam da região, geram “empregos locais”, aquecem a economia, levantam hospitais, creches, escolas, dentro do discurso da “responsabilidade social empresarial”.

Da mesma forma, muitas corporações capitalistas de altíssimo calibre das indústrias de agrotóxicos, transgênicos, tratores e implementos agrícolas e na comercialização de commodities, produzem inúmeros danos para a classe trabalhadora, como roubo de terras, envenenamento dos produtores e consumidores, aumento das alergias, endividamento de pequenos e médios produtores, etc. No site de uma dessas corporações aparece que ela é produtora de “defensivos agrícolas” e que contribui para “matar a fome da humanidade”.

⁴ Michel Torres (2017) nos mostra como o braço das corporações, isto é, Fundações, Institutos e ONGs a) produzem relatórios nada ingênuos de como “resolver” a questão social; b) realizam seminários, fóruns, encontros, para construir e delinear a estratégia de intervenção social, c) formulam políticas de privatização da assistência social, de concessões, de criação de escolas charter, parcerias público-privadas, etc.; d) formulam estratégias para aumento do desempenho dos servidores públicos; e) formam ou reúnem mensalmente os gestores, secretários, supervisores dos sistemas de ensino e gestores da assistência social para pensar estratégias educacionais, de “desenvolvimento solidário” e “desenvolvimento local”.

⁵ Para maior aprofundamento sobre a financeirização da economia, ver: Delgado (1984), Villaça (1986), Coutrot (2005), Godoi (2006), Fattoreli (2007), Campos (2009), Brunhoff (2009), Chesnais (2010; 2011), Lapyda (2011), Fix (2011), Arantes (2012) e Galzerano (2016).

Em Minas Gerais, a Vale coproprietária da Samarco, gerou uma verdadeira irresponsabilidade social empresarial em 2015⁶. Ainda em 2015, as corporações promoveram outra “irresponsabilidade” no Brasil, jogando 2 milhões de trabalhadores/as no desemprego.

Segundo Bhagavan (1987), que faz uma análise da chamada revolução verde e seu fetichismo:

A irrigação, os fertilizantes, os pesticidas, a mecanização agrícola e as instalações para o bom armazenamento dos grãos são os ingredientes tecnológicos essenciais na estratégia da alta-variedade-de-produção (high-yieldind-variety, HYV) da revolução verde. Os ingredientes econômicos essenciais são a disponibilidade de crédito e bons preços de insumos para os fazendeiros. A disponibilidade desigual desses ingredientes tecnológicos e econômicos produziu um grande aumento nas disparidades existentes entre os estados e entre as diferentes classes de fazendeiros nos estados. Os estados com boa irrigação, em que os fazendeiros de nível médio constituem a maioria dos agricultores... mostraram índices de crescimento anual na produção de cereais... A maior parte da revolução verde ocorreu nesses três estados. Os estados com pouca irrigação, com pequenos e marginais camponeses e trabalhadores sem terra compondo a maioria rural... registraram índices muito baixos de crescimento da produção de cereais... Falando de modo geral, não mais de meia dúzia dos 22 estados da Índia (excluindo-se os nove territórios federados) têm se beneficiado da estratégia da HYV, e neles os benefícios atingiram principalmente os médios e grandes fazendeiros (Bhagavan, 1987, p. 63-64 apud Mészáros, 2004, p.140).⁷

As consequências da “revolução verde” foram narradas por pesquisadores, documentaristas, cientistas, intelectuais orgânicos de movimentos sociais, dentre outros⁸. Ziegler (2013), no livro “*Destruição em massa – a nova geopolítica da fome*” se pronuncia sobre a “revolução verde” e nos mostra o irracionalismo da produção

⁶ Lira Itabirana: “O Rio? É doce. A Vale? Amarga. Ai, antes fosse. Mais leve a carga. Entre estatais. E multinacionais, Quantos ais! A dívida interna. A dívida externa. A dívida eterna. Quantas toneladas exportamos. De ferro? Quantas lágrimas disfarçamos. Sem berro?” Carlos Drummond de Andrade.

⁷ Acerca da crítica de Mészáros à produção destrutiva, ver: Mészáros (2002), Mazalla Neto (2014), Rego (2016) e Novaes (2010). Para os limites do “desenvolvimento sustentável”, ver: Foladori (2001) e Foster (2005).

⁸ Acerca da contribuição marxista à questão socioambiental, ver Duarte (1986), Foster (2005), Frederico (2007), Lowy (2003), Kovel e Lowy (2003), Altvater (2007), Sevá Filho (2013) e Sevilá Guzmán (2013), Rego (2016). Acerca da contribuição marxista ao debate da agroecologia, ver: Rego (2016), Guhur (2015), Novaes, Mazin e Santos (2015), Guzman e Molina (2011) e Rego (2016). Acerca das contribuições da esquerda ao debate da agroecologia e da questão ambiental, ver: Sachs (1986), Primavesi (1986), Petersen (2013), Ploeg (2008) e Marques (2015).

de commodities, isto é, a produção voltada para acumulação de capital e todas as consequências que o modo de produção capitalista traz para a humanidade⁹.

Rogério Macedo (2015), dialogando com Ziegler, observa que está havendo a “destruição da força de trabalho” e isso tem nome: catástrofe humanitária. Para ele,

O fenômeno possui duas dimensões: uma sistêmica e uma específica. A primeira diz respeito à conversão de todo o sistema do capital em máquina de destruição em massa, pela subtração das condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora global, processo regido pela clássica lei absoluta geral da acumulação capitalista. A essa dimensão, denomina-se complexo sistêmico destrutivo dos trabalhadores: em tudo agravado pela presença determinante da crise estrutural. A segunda dimensão consiste em parcela pontual do supracitado complexo (igualmente regida pela lei geral da acumulação) que é a responsável imediata pelo bloqueio das positivities envolvidas com o crescimento da produção e comercialização de alimentos. A ela, dar-se-á a denominação complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares. Portanto, são duas dimensões mutuamente determinadas, uma contida dentro da outra: todas profundamente destrutivas, determinadas pela crise estrutural, levada a tal pela mundialização do capital.

Esquemáticamente, pode-se dizer: a destruição em massa da força de trabalho é a consequência; o referido complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares é parcela do sistema do capital; seus mecanismos são as epidemias da fome e a degradação dos hábitos alimentares (MACEDO, 2015, p. 311-312).

Não bastasse a produção “tradicional” de mercadorias, agora as corporações transnacionais do agronegócio têm um setor “verde”, que poderíamos chamar de “mercadorias verdes”. As corporações capitalistas perceberam este novo mercado e se adequaram as bandeiras “ambientalmente sustentáveis”. Como tudo na sociedade se transforma em mercadoria, a agenda “verde” atraiu as classes médias e uma parcela da população, em alguma medida consciente dos riscos do pacote da revolução verde¹⁰.

⁹ Ziegler é suíço e foi secretário da ONU. Seu livro vem sendo muito utilizado por todos aqueles interessados em compreender o papel das corporações na fase atual do capitalismo e para a compreensão do aumento da fome mundial. Para os limites e a potencialidade da teoria de Ziegler, ver o prefácio do livro feito por José Paulo Netto (2013).

¹⁰ Acerca dos limites da bandeira do “consumo responsável”, ver o livro organizado por Mazin, Novaes e Santos (2015). Cabe lembrar também que as teorias dominantes sobre a questão ambiental têm colocado a “culpa” da destruição ambiental nos indivíduos, sem colocar evidentemente o holofote no principal determinante da produção destrutiva: as corporações capitalistas.

Lutas pela agroecologia e a agenda agroecológica do MST

Os movimentos sociais dos anos 1930-60 foram destroçados pela ditadura de 1964-1985. Na segunda metade dos anos 1970 surgiram inúmeras lutas puxadas pelos trabalhadores. Lutas contra a fome, por habitação, emprego, melhores salários, melhores condições de trabalho para o funcionalismo público, lutas dos bancários, lutas por terra e teto, creches, saneamento básico, lutas por educação e democratização da escola pública, lutas dos atingidos por barragens, etc. eclodiram em todos os cantos do país (Cf.: SADER, 1988; e DAL RI; VIEITEZ, 2008).

No fim das contas, o capital saiu vitorioso com a sua "transição gradual, lenta e segura". Não conseguimos as diretas já. O capital esteve no controle desta transição, a ponto de Florestan Fernandes (1986) se perguntar se estávamos mesmo entrando na fase da "Nova República" (Cf.: NETTO, 2010; SAMPAIO JR., 2013); MINTO, 2015; DEO, 2014).

No que se refere às lutas contra a revolução verde, para Mészáros esta "criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo" (Mészáros, 2004). Para nós, o MST é um dos movimentos sociais que está promovendo a denúncia do pacote da "revolução verde".

Já mostramos em outros textos que o MST incorporou a agenda agroecológica nos anos 2000. Para nós, a agenda agroecológica do MST é composta de algumas dimensões, das quais destacamos: a) a soberania alimentar; b) a reforma agrária popular, c) a denúncia do pacote da "revolução verde"; d) questões de gênero, e) o trabalho associado, f) a comercialização popular; g) a modificação da agenda de pesquisa, ensino e extensão das instituições públicas (Cf.: DAGNINO, 2010; MOURA, 2014; OLIVEIRA, 2014, dentre outros).

Já analisamos muitas dessas dimensões em outros textos (Cf.: NOVAES, 2012; PIRES, 2014; NOVAES *et alli*, 2015), por isso não iremos retomar neste momento. Teceremos apenas alguns comentários sobre as dimensões de Gênero e a Reforma Agrária Popular.

Questão de classe e gênero nas lutas agroecológicas

Em março de 2017, mulheres vinculadas a vários movimentos sociais do campo saíram às ruas contra a temerosa reforma da previdência, contra o machismo, o capital e o agronegócio.

Tudo leva a crer que estamos vivendo tempos de luta, que as trabalhadoras e trabalhadores, do campo e da cidade irão se levantar e combater essa nova ofensiva do capital.

Em março de 2006, depois de muito planejamento organizativo, as mulheres do sul resolveram destruir os viveiros de transgênicos da Aracruz. Foram tachadas de "anti-progresso", "ludditas", "vândalas" e "baderneiras" pela mídia do capital (NOVAES, 2012).

Tentamos mostrar que elas lutavam pela soberania alimentar, pela desmercantilização das sementes, e inconscientemente por uma Ciência & Tecnologia a favor da vida, dos movimentos sociais.

De lá para muitas ações foram realizadas contra inúmeras corporações, contra o Estado capitalista e contra a atual divisão de trabalho nos assentamentos e no lar.

Pesquisadoras como Pinassi e Mafort (2012), Vasconcellos (2014), Siliprandi (2009) e Tait (2013) têm nos mostrado que nestes tempos de luta a agroecologia surge vinculada à autonomia econômica das mulheres, a demandas por participação política nos assentamentos, contra a transgenia e as corporações e por uma nova divisão do trabalho entre mulheres e homens¹¹. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Rede Xique-xique, são expressões desses novos tempos de luta.

O MST, que surgiu em 1984, tem desde 1995 um setor de gênero, configurando uma espécie de luta dentro da luta. Na luta por terra surgem inúmeras lutas na terra, como a ambiental, a de gênero, por cooperação e estímulo ao cooperativismo, contra a transgenia, pela soberania alimentar, etc. Hoje todas as instâncias do movimento são compostas por homens e mulheres¹².

¹¹ Acerca do debate da transgenia, ver também: Benthien (2010) e Moura (2014).

¹² Acerca do surgimento do MST, ver Rodrigues (2012).

Os desafios das mulheres camponesas e trabalhadoras do campo ainda são imensos, mas já percorreram um longo caminho. Nos tempos de luta recentes, elas lutaram contra a ditadura, mas isso foi esquecido. Lutaram pela “visibilização” do trabalho doméstico, pela igualdade substantiva entre homens e mulheres, lutaram pelos direitos sociais no meio rural e contra a opressão de gênero. Como nos mostra Bruna Vasconcellos (2015), num texto que mostrou a relação entre Trabalho Associado e Agroecologia:

A aproximação entre Trabalho Associado e Agroecologia, desde uma perspectiva feminista, são potenciais espaços à transformação das relações de gênero, não apenas porque questionam as formas capitalistas de produção, mas também porque representam a possibilidade de repensar a reprodução da vida, o lugar do trabalho, do saber tradicionalmente constituído como feminino, e das mulheres na sociedade capitalista. A partir da aproximação às críticas da Economia Feminista, a Agroecologia e Trabalho Associado são vistos como potenciais espaços de ressignificação do trabalho reprodutivo, são a possibilidade de rearticular produção e reprodução da vida. E no entanto, é justamente na ruptura dessa divisão onde é mais difícil perceber as mudanças acontecendo”.

Mafort e Pinassi (2012) observam que:

Vivemos, assim, um tempo histórico no qual o sistema sócio-metabólico do capital só pode afirmar-se na completa desefetivação do ser humano. E a questão dos agrotóxicos e da transgenia, como incremento indispensável à lógica deste sistema, está perfeitamente inserida num complexo que só se importa com o aumento da produtividade e, conseqüentemente, com sua autorreprodução. Neste contexto, a necessidade humana por alimentos é absolutamente secundária, tanto quanto o combate à fome e à pobreza não passa de uma apologética comprometida com a valorização do capital envolvido no agronegócio (Pinassi e Mafort, 2012, p. 82).

E completam, trazendo a relação entre classe e gênero na perspectiva da Via Campesina:

a perspectiva feminista da Via Campesina traz um componente inovador no cenário da luta de classes. As ações que realizam contra os agrotóxicos, a transgenia e o agronegócio vão muito além da crítica ou da mera proposição reivindicativa; são formas político-ofensivas de enfrentamento do Estado e do grande capital, porque expõem os limites absolutos do sistema, o caráter mais nefasto da crise estrutural: sua total incompatibilidade com a vida em amplo espectro.

Além disso, na medida em que essas manifestações costumam sofrer toda sorte de acusações no interior de suas próprias organizações, a ousadia dessas mulheres trabalhadoras expõe, ainda, a sociabilidade deformada da própria classe a qual pertencem, classe que, negando-se à autocrítica, se põe, infelizmente, a negociar, por intermédio do Estado, com o algoz de si e de toda a humanidade. Essas mulheres impõem, enfim, que pensemos urgentemente numa alternativa radical ao sistema,

uma alternativa que se constitua no reino da liberdade e da igualdade substantiva (PINASSI; MAFORT, 2012, p. 88)¹³.

Vimos em Novaes e outros (2015) que - se o capital promove a igualdade formal - os movimentos sociais anticapital tendem a lutar pela construção da igualdade substantiva de gênero em alguma medida combinando com a luta para a superação do Estado capitalista e da exploração do trabalho. Não é por mero acaso que as mulheres do MST organizam lutas pela independência econômica, não subordinação ao marido, se envolveram ao mesmo tempo questões de classe, de gênero, de etnia e ambientais, numa interessante imbricação, que merece mais pesquisas (Cf.: DAVIS, 2014; GALVÃO, 2011).

A Reforma Agrária Popular e a construção da Revolução na América Latina

Certamente a agroecologia não irá avançar sem a conquista da terra. Sem uma ampla reforma agrária, infelizmente não há agroecologia. Sem a superação do trabalho explorado-alienado, não há agroecologia. Como vimos nas páginas anteriores, sem o avanço do feminismo, não há agroecologia. Seguindo nessa linha, sem uma completa desmercantilização da sociedade e sem soberania alimentar, não há agroecologia.

A conquista dos meios de produção tornou-se tarefa vital no século XXI. Mais que isso, a conquista e o controle dos meios de produção pelos trabalhadores tendo em vista a construção de uma sociedade governada pelos produtores livremente associados, totalmente desmercantilizada, tornou-se tarefa vital no século XXI.

O MST tem defendido uma Reforma Agrária Popular. Tudo leva a crer que as classes proprietárias brasileiras não aceitarão uma reforma agrária, muito menos uma reforma agrária de caráter popular.

Como grande produtor de riqueza e de miséria, o Brasil tornou-se um dos maiores celeiros da humanidade, mas também um dos maiores celeiros de miséria. O Brasil

¹³ “Quando comemos comida envenenada e damos o peito aos nossos filhos, ao invés de alimentarmos a vida transmitimos a morte. No entanto, o mesmo governo que faz campanhas para incentivar as mulheres a amamentar, financia o agronegócio que produz a comida envenenada para o povo pobre, contaminando o leite da maioria das mães brasileiras”. (MST, 2010, *apud* PINASSI; MAFORT, 2012).

produz milho para porcos e frangos, mas não tem milho para alimentar os filhos da classe trabalhadora¹⁴.

Segundo Harvey (2004) e Gonçalves *et alli* (2016), o Brasil é um dos palcos centrais da “acumulação por espoliação”. Roubo de terras públicas, cercamento ilegal de terras, roubo de terras de posseiros, pequenos produtores, faxinalenses, etc. tornaram-se mais comuns do que imaginamos.

Nesse sentido, a soberania alimentar, isto é, a luta contra a produção e a exportação de commodities ganha um papel primordial na medida em que o que está em questão é a alimentação adequada dos seres humanos, e não a “alimentação dos lucros do capital”.

Ao que tudo indica, nesta nova fase do capitalismo surgirão inúmeras lutas contra o fechamento de escolas, lutas por terra e teto, por habitação, transporte público barato e de qualidade, acesso a universidade pública, saúde pública. As parcas conquistas republicanas duramente arrancadas pelos trabalhadores estão sendo destruídas, numa espécie de “desproclamação da república”.

Diante deste contexto de ofensiva do capital e destruição de tudo o que é público, qual é então o desafio para os movimentos sociais anticapital?

O primeiro de todos – no caso brasileiro - é reestabelecer a nossa democracia e acabar que este golpe institucional o mais rápido possível. Além disso, fazer avançar as lutas anticapital. Aparentemente lutar contra o fechamento de escolas, contra a destruição da saúde pública, lutar por terra, moradia e melhores salários/direitos trabalhistas são lutas reformistas. Mas no contexto de ofensiva do capital elas ganham um caráter radical, por mais difícil que isso possa parecer. No entanto, acreditamos que nossas lutas precisarão avançar rumo a bandeiras anticapital mais precisas: a autogestão, a cooperação, a desmercantilização, o ecossocialismo, terra de trabalho (e não terra de negócios), a soberania alimentar, a igualdade substantiva, a educação para além do capital. Lutas pelo definhamento do Estado capitalista e sua burocracia, a unificação das lutas da classe trabalhadora e a propriedade comunal, a construção da nossa revolução, são bons exemplos do que estamos teorizando. Sem elas dificilmente caminharemos rumo a uma revolução na América Latina.

¹⁴ As marcas da nossa matriz colonial baseada no latifúndio, produção voltada para o exterior e trabalho escravo estão “gravadas” no país até hoje. Acerca deste debate, ver: Prado Jr. (2002), Sampaio Jr. (2013), Ziegler (2012), Macedo (2015), MST (2014) e Deo (2017).

Na falta dessas bandeiras, as classes proprietárias poderão até ceder aqui ou ali, mas a essência do sociometabolismo do capital estará preservada. Na falta dessas bandeiras, a luta pela terra irá se tornar agricultura familiar, a luta por teto irá se tornar no máximo um puxadinho de Minha Casa Minha Vida, sob o comando das corporações. A luta pela agroecologia permanecerá no terreno do “consumo responsável” e assim por diante.

Nossas lutas também não poderão ficar no terreno eleitoral. Como nos alerta Mészáros (2008), as lutas do século XXI devem ter como base as lutas extraparlamentares:

[...] a força extraparlamentar original e potencialmente alternativa do trabalho transformou-se, na organização parlamentar, permanentemente desfavorecida. Embora esse curso de desenvolvimento pudesse ser explicado pelas fraquezas óbvias do trabalho organizado em seu início, argumentar e justificar desse modo o que havia realmente acontecido, nas atuais circunstâncias, é apenas mais um argumento a favor do beco sem saída da social-democracia parlamentar. Pois a alternativa radical de fortalecimento da classe trabalhadora para se organizar e se afirmar fora do Parlamento – por oposição à estratégia derrotista seguida ao longo de muitas décadas até a perda completa de direitos da classe trabalhadora em nome do “ganhar força” – não pode ser abandonada tão facilmente, como se uma alternativa de fato radical fosse a priori uma impossibilidade (MÉSZÁROS, 2008, p. 18).

Para nós, a luta no século XXI deve estar centrada nas ruas, no trabalho de base, na música crítica, no cordel, na unidade dos movimentos sociais, nas festas populares, etc. sempre tendo em vista a superação do trabalho alienado e sua forma de política correspondente, igualmente alienada.

A história nos mostra também a necessidade de uma revolução. As lutas na América Latina não comportam o gradualismo e o reformismo típicos dos partidos de esquerda das últimas décadas. Não é possível se aliar conciliar as classes, se aliar ao capital. Vimos o desfecho do lulismo: com o aprofundamento da crise econômica a aristocracia operária foi “ejetada” do Governo, num perfeito golpe parlamentar-jurídico. Evidentemente que uma revolução necessita de uma teoria revolucionária adequada para o século XXI e adequada para as especificidades da América Latina.

Sendo assim, a conquista da terra na América Latina pelos camponeses, indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais somente se dará dentro de um quadro revolucionário. Na falta dela, como vimos, a agenda agroecológica dos movimentos sociais irá avançar a passos lentos, muito provavelmente na forma de um

ecocapitalismo tolerável pelas classes dominantes, ou na forma de um agronegócio “verde”¹⁵.

O avanço da agroecologia dentro de uma estratégia ecocomunista e autogestionária depende da luta política, ou melhor, do avanço das lutas anticapital dos movimentos sociais e da formação da consciência revolucionária. Na América Latina, o sujeito revolucionário é múltiplo e mais complexo do que os operários e camponeses do século XX. A construção da unidade das lutas dos indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas, trabalhadores rurais, da classe trabalhadora urbana assalariada, formal e informal, e da nova classe trabalhadora terceirizada, não será nada fácil, mas é imprescindível.

Com a degradação dos serviços públicos nos últimos anos na América Latina, “novos personagens entraram na cena” das lutas urbanas: trabalhadores docentes do ensino médio, do ensino superior e fundamental reagiram a precarização do trabalho docente, servidores da saúde, assistência social, dentre inúmeros outros que passaram a entrar na lista dos lutadores do século XXI e portanto fazem parte da nova classe trabalhadora.

A ascensão do movimento indígena na Bolívia, no Equador e no México também não pode ser desprezada. No Brasil, o processo de avanço da nova fronteira agrícola pelo agronegócio está levando ao surgimento de novas lutas dos índios, quilombolas, posseiros, etc.¹⁶.

Considerações finais

A Era da Barbárie está trazendo problemas mais complexos para a humanidade do que “A Era dos Extremos”. No Brasil, poderíamos destacar a nova fase da acumulação primitiva, que tem resultado na escalada dos assassinatos. Chico Mendes, trabalhadores do massacre de Corumbiara, Eldorado dos Carajás, Doroty Stang, dentre inúmeros outros que não poderemos citar nesse espaço são vítimas da

¹⁵ Na América Latina como um todo, eclodiram inúmeras lutas por terra, habitação, água, saneamento básico, saúde, educação, controle dos recursos naturais, dentre outras. Em geral, elas lutas “estacionaram” em demandas pontuais, especialmente porque a ofensiva do capital não permitiu aos trabalhadores a sua ultrapassagem, ao contrário, tendeu a jogar os trabalhadores como um todo na miséria ou na defensiva. Mas também é preciso destacar que nos falta uma teoria adequada da transição ao comunismo na região.

¹⁶ Segundo o Relatório da CPT (2017), de 2010 a 2016, o avanço do agronegócio fez dobrar o número de assassinatos no campo. Saltamos de cerca de 30 para 61. Se incluirmos as tentativas de assassinato, os números são estarrecedores. Isso para não falar do trabalho análogo ao escravo em pleno século XXI.

Era da Barbárie. No mês de maio de 2017, quando encerrávamos este artigo, vieram à tona os incidentes do Vale do Rio Doce (assassinato de uma liderança do MST), de Colniza, dos índios maranhenses e a chacina de 10 sem terra em Redenção no Pará.

Enquanto isso, as corporações transnacionais do agronegócio jogam os seus tentáculos em todas as dimensões da nossa vida e cinicamente intensificam a propaganda das soluções estritamente tecnológicas.

Referências

ALTIERI, Miguel. **As bases científicas da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: BORÓN, A. (org.) **A teoria marxista hoje**. São Paulo: Expressão Popular-Clacso, 2007.

ARANTES, Pedro. **Arquitetura na era digital-financeira**. São Paulo: Editora 34, 2012.

BRUNHOFF, Suzane *et alli*. **Las finanzas capitalistas**: para comprender la crisis mundial. Buenos Aires: Herramienta, 2009.

COUTROT, Thomas. **Organização do trabalho e financeirização das empresas**: a experiência europeia. Outubro, Campinas, n.12, 2005.

BENTHIEN, Patrícia Faraco. **Transgenia agrícola e modernidade**: um estudo sobre o processo de inserção comercial de sementes transgênicas nas sociedades brasileira e argentina a partir dos anos 1990. 272f. Tese [doutorado em Ambiente e Sociedade] – Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BESANCENOT, Olivier; LOWY, Michel. **Afinidades revolucionárias**. São Paulo: UNESP, 2017.

BRUNO, Lucia. **Estudos sobre poder político, ideologia, trabalho e educação**. São Paulo: 2004. Tese [Livre Docência], Universidade de São Paulo (USP).

CALDART, R. S. Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, XXXVI, Goiânia, 29/09/2013 a 02/10/2013. **Anais...** Goiânia: ANPED, 2013.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento e Complexos de Estudos. In: SAPELLI, M., FREITAS, L. C. e CALDART, R. S. (orgs). **Caminhos para transformação da escola** 3. Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 19-66.

CAMPOS, Fabio. **A arte da conquista: capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**. 300f. Tese de Doutorado, Campinas, Instituto de Economia, 2009.

CHESNAIS, François (org.). **Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2010.

CHESNAIS, François. **As dívidas ilegítimas – quando os bancos se apoderam das políticas públicas**. 2011.
http://www.ocomuneiro.com/nr13_03_francoischesnais.html.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DAGNINO, Renato. **Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

DEO, Anderson. Uma transição à long term: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: Milton Pinheiro. (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, v. 1, p. 303-330.

DEO, Anderson. Autocracia burguesa e questão agrária no Brasil. In: PIRES, J. H. *et alli* (orgs.). **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**. Uberlândia: Navegando, 2017, volume 3.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira**. São Paulo: 1984. Tese [Doutorado em Economia] – Instituto de Economia, UNICAMP, 1984.

DUARTE, Rodrigo. **Marx e a natureza em O capital**. Rio de Janeiro: Loyola, 1986.

FATTORELLI, Maria. O manejo da dívida pública. In: SICSÚ, J. (org.) (2007). **Arrecadação: de onde vem? E gastos públicos: para onde vão?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** São Paulo: Zahar, 1986.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Campinas (SP): 2011. Tese [Doutorado em Economia] – Instituto de Economia.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GALVÃO, Andreia. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**, 2011, p. 107-126.

GODOI, Livia M. **O capital ganha asas: reestruturação produtiva no setor aeroespacial – o caso da EMBRAER**. Marília (SP): 2006. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais] – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Marília.

FOSTER, John Belamy. **A ecologia em Marx**. Rio de Janeiro: 2005.

GALZERANO, Luciana. **Grupos empresariais e educação básica: estudo sobre a Somos Educação**. Campinas (SP): 2006. Dissertação [Mestrado em Educação] – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

GUHUR, Dominique. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular**. Maringá (PR): 2010. Dissertação [Mestrado em Educação] – Universidade Estadual de Maringá.

GUHUR, Dominique. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, vol I.

GRUPO DE MULHERES do MST invade fábrica e destrói pesquisas genéticas. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/grupo-de-mulheres-do-mst-invade-fabrica-e-destroi-pesquisas-geneticas.html>. Retirado em 10/03/2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

KOVEL, Joel; LOWY, Michel. Manifesto ecossocialista internacional. **Revista “Capitalism, Nature, Socialism - A Journal of Socialist Ecology”**, 2003.

LAPYDA, Ives. **A “financeirização” no capitalismo contemporâneo – uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey**. São Paulo: 2011. Dissertação [Mestrado em...] – Universidade de São Paulo.

LIMA, A. C. **Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana.** Maringá (PR): 2011. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

LIMA, A. GUHUR, D. TONÁ, N.; NOMA, A. Reflexões sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios dos cursos técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo** – fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2003.

LIMA, Aparecida C. *et alli.* Reflexão sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios nos cursos técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, Fabiana C; NOVAES, Henrique T; BATISTA, Eraldo L. (orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

LIMA, Aparecida C. **Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana.** Maringá (PR): 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.

LIMA FILHO, Paula A. Sobre as revoluções burguesas radicais. In: NOVAES, H. T.; DAL RI, N. (orgs.) **Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico.** Uberlândia: Navegando, 2017.

LOUREIRO, Carlos. (org.) **A questão ambiental no pensamento crítico.** Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

LOWY, Michel. **Ecologia e Socialismo.** São Paulo: Cortez, 2003.

LOWY, Michel. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, n. 28, p. 35-50, 2009.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.** 2007. Rio de Janeiro(RJ): 2007. Tese [Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade] – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MACEDO, Rogério Fernandes. A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares. In: In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Orgs.) **Questão agrária, cooperação e agroecologia**, vol. I. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

MACHADO, FILHO, Luiz P.; MACHADO FILHO, Luiz P. **A Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental.** Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

MAZALLA NETTO, Wilson. **Agroecologia e Movimentos Sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses.** Campinas (SP): 2014. 280 f. Tese [Doutorado em Engenharia Agrícola], Universidade Estadual de Campinas.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Atualidade histórica da ofensiva socialista** – uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MINTO, Lalo W. **A Educação da "miséria": particularidade capitalista e educação superior no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOURA, Luiz H. **Ciência e Agronegócio: controle capitalista da pesquisa agropecuária nacional.** In: ALENTEJANO, P.; CALDART, R. (orgs.) **MST: Universidade e Pesquisa.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MST. **Construindo o Caminho.** São Paulo: MST, 2001.

MST. **Método de Trabalho e Organização Popular.** São Paulo: Setor de Formação, 2005.

NETTO, José Paulo. Prefácio. In: ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome.** São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da Barbárie.** Rio de Janeiro, 2008.

NOVAES, Henrique Tahan. **Reatando um fio interrompido: a relação universidade movimentos sociais na América Latina.** São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

NOVAES, H.; MAZIN, A.D.; SANTOS, Lais (orgs.) **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

NOVAES, Henrique T.; SANTOS, Lais; PIRES, João; FUZER, Antônio. **A economia política da "Revolução Verde", a Agroecologia e as Escolas de agroecologia do MST.**

In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, vol I.

NOVAES, Henrique Tahan. Prefácio. In: **Cidadania do capital?** A estratégia da intervenção social das corporações empresariais. São Paulo: Sundermann, 2017.

NOVAES, Henrique Tahan. **Tempos de luta**. Marília (SP): 2016, Mimeo.

O VENENO ESTÁ NA MESA. Rio de Janeiro: Caliban, 2010 (Diretor Silvio Tendler).

O VENENO ESTÁ NA MESA II. Rio de Janeiro: Caliban, 2014 (Diretor Silvio Tendler).

PANITCH, Leo. **Repensando o marxismo e o imperialismo para o século XXI**. Fortaleza: Tensões Mundiais, 2014.

PETERSEN, Paulo. Apresentação. **Dossiê Abrasco**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PETERSEN, Paulo; TARDIN, José Maria; MAROCHI, Francisco M. **Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica: facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região centro-sul do Paraná**. AS-PTA e Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná, 2002.

PINASSI, Maria O; MAFORT, K. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

PINHEIRO, Sebastião. **A máfia dos alimentos no Brasil**. Porto Alegre: CREA, 2005.

PINHEIRO MACHADO, Luiz C.; PINHEIRO MACHADO FILHO, L. C. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PIRES, João H. S. **Uma análise da proposta de formação técnica para o processo de transição agroecológica na Escola "José Gomes da Silva"**. Marília (SP): 2015. Dissertação [Mestrado em Educação] – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita".

PIRES, João Henrique Souza.; NOVAES, Henrique Tahan. Estudo, Trabalho e Agroecologia: A Proposta Política Pedagógica dos Cursos de Agroecologia do MST no Paraná. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 110-124, dez. 2016.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da escola do Trabalho**. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PLOEG, Jan. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Walter *et alli*. Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. **Conflitos no campo – Brasil 2015** – CPT, Goiânia, p. 86-98, 2015, abril/2016.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

PRIMAVESI, Ana. **Agricultura sustentável**. São Paulo: Nobel, 1986.

REGO, Thelmely Torres. **Formação em agroecologia**. Programa do Contestado da AS-PTA. Florianópolis (SC): 2016. 313 f. Tese [Doutorado em Educação] – Universidade Federal de Santa Catarina.

RODRIGUES, Fabiana. **MST - Formação Política e Reforma Agrária nos anos de 1980**. Campinas (SP): 2013. Tese [Doutorado em Educação] – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO JR., P. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, J. P. (org.) **Debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

SANTOS, L. **Gestão democrática e participação na educação profissional agroecológica do MST (PR): limites e possibilidades de uma educação emancipatória**. Marília (SP): 2015. 150 f. Dissertação [Mestrado em Educação], Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1987.

SEVÁ FILHO, A. Populações e Territórios espoliados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista: focos de luta política e ideológica na América do Sul. In: RODRIGUES, F.C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) **Movimentos sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, vol. 2.

SEVILLA GUZMAN, Eduardo; MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SHULGIN, Viktor. N. **Rumo ao Politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Brasília (DF): 2009. 292f. Tese [Doutorado em Desenvolvimento Sustentável] – Universidade de Brasília.

TAIT, Marcia. Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência ao cultivo de transgênicos no Brasil e Argentina. Campinas (SP): 2014. 220 f. Tese [Doutorado em Política Científica e Tecnológica] – Universidade Estadual de Campinas.

TORRES, Michelangelo. **Cidadania do capital?** A estratégia da intervenção social das corporações empresariais. São Paulo: Sundermann, 2017.

VILLAÇA, Flavio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Ed. Global, 1986.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa** – geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

Recebido em 07/08/2018

Aprovado em 08/09/2018

EDUCAÇÃO EM MÉSZÁROS¹

Caio Antunes²

Resumo: O presente artigo adentra a densa obra do filósofo húngaro István Mészáros, tratando algumas das principais categorias de seu sistema filosófico e situando a educação no interior deste sistema. Em meio a sua vasta obra, a educação ocupa lugar de destaque, em virtude de seu papel central tanto no processo de manutenção do sistema sociometabólico do capital, como no processo de sua possível – e necessária – superação. Se as determinações gerais da reprodução da vida afetam profundamente cada esfera da existência humana, uma transformação social radical só pode de fato acontecer com uma efetiva contribuição da educação, entendida em seu sentido mais amplo, pois uma contestação à educação, por afetar diretamente os próprios processos de internalização ideológica, representa uma profunda contestação à estrutura social vigente.

Palavras-chave: István Mészáros; Trabalho; Alienação; Educação; Emancipação.

EDUCATION IN MÉSZÁROS

Abstract: This article addresses the dense work of the Hungarian philosopher István Mészáros, approaching some of the main categories of his philosophical system and placing education within this system. In the midst of his vast work, education occupies a prominent place, by virtue of its central role both in the process of maintaining the sociometabolic system of capital and in the process of its possible overcoming. If the general determinations of the reproduction of life profoundly affect every sphere of human existence, a radical social transformation can indeed only happen with an effective contribution of education, understood in its broadest sense, since a challenge to education, as it directly affects one's own processes of ideological internalization, represents a deep challenge to the existing social structure.

Key-Words: István Mészáros; Work; Alienation; Education; Emancipation.

LA EDUCACIÓN EN MÉSZÁROS

Resumen: El presente artículo adentra la densa obra del filósofo húngaro István Mészáros, tratando algunas de las principales categorías de su sistema filosófico y situando la educación en el interior de este sistema. En medio de su vasta obra, la

¹ Este artigo é uma versão modificada de um texto anteriormente publicado em uma coletânea de menor circulação (ANTUNES, 2013) e apresenta, em linhas gerais, a concepção de educação desenvolvida por István Mészáros. Uma discussão mais permenorizada pode ser encontrada em Antunes (2012).

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atua como professor da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás. E-mail: antunescs@uol.com.br



educación ocupa un lugar destacado, en virtud de su papel central tanto en el proceso de mantenimiento del sistema sociometabólico del capital, como en el proceso de su posible - y necesaria - superación. Si las determinaciones generales de la reproducción de la vida afectan profundamente a cada esfera de la existencia humana, una transformación social radical sólo puede ocurrir con una efectiva contribución de la educación, entendida en su sentido más amplio, pues una contestación a la educación, por afectar directamente a los propios procesos de internalización ideológica, representa una profunda contestación a la estructura social vigente

Palabras-Chave: István Mészáros; Trabajo; Alienación; Educación; Emancipación.

O papel da educação não poderia ser maior na tarefa de assegurar uma transformação socialista plenamente sustentável

Mészáros

Introdução

A epígrafe escolhida para abrir este artigo é um bom ponto de partida para se discutir a concepção de educação desenvolvida por István Mészáros ao longo de sua obra justamente porque situa a educação no centro daquilo que o filósofo húngaro chama de “transformação socialista”.

Entretanto, a educação pode estar no centro do processo de “transformação socialista” tão somente se ela ocupar lugar central no próprio processo de produção e reprodução da vida social dos seres humanos³. Caso contrário – isto é, se se conceber as esferas da educação e da produção e reprodução da vida social separadamente –, acaba-se por “dividir a sociedade em duas partes – [sendo que] a primeira das quais está colocada acima da sociedade” (MARX; ENGELS, 2007, p. 533) e tanto a “educação do educador” quanto a própria “transformação das circunstâncias” perdem sua concretude revolucionária⁴.

É justamente a apreensão da educação como componente central do processo de produção e reprodução social da vida humana que permite que Mészáros afirme que “nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema próprio de educação”

³ Desnecessário dizer que a noção de “reprodução” deve ser tomada em seu sentido *amplo*, isto é, como processo social que garante a continuidade da existência humana, e não somente como perpetuação das relações capitalistas de produção.

⁴ Segue, na íntegra, a IIIª Tese sobre Feuerbach, de Marx: “a doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade” (MARX; ENGELS, 2007, p. 533).

(MÉSZÁROS, 2006, p. 263). Aqui já é possível vislumbrar as principais bases materiais da epígrafe (de Paracelso) que o filósofo húngaro utiliza em seu *A Educação Para Além do Capital*: “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender” (PARACELSO *apud* MÉSZÁROS, 2005, p. 23).

Deve se ter clareza, todavia, de que trata-se aqui da *exposição*⁵ de Mészáros acerca da educação, pois a concepção de educação que *estrutura* sua formulação teórica é a seguinte:

o significado real de educação, digno de seu preceito, é fazer os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais historicamente em transformação – das quais são também os produtores mesmo sob as circunstâncias mais difíceis (MÉSZÁROS, 2007, p. 295)⁶.

Inicialmente, esta concepção estruturante de educação parte, obviamente, da noção marxiana de educação contida na celebre afirmação de que os seres humanos “fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011b, p. 25).

Isto implica que tal concepção se assenta, de um lado, no fato de que os seres humanos *herdam* condições materiais e simbólicas, que lhes são transmitidas pelas gerações precedentes, e as *desenvolvem* de acordo com suas possibilidades históricas concretas e, de outro lado, que estes “desenvolvimentos” serão *transmitidos* às gerações seguintes, que por sua vez darão prosseguimento a este processo social. Vale deixar claro que, segundo Marx, é exatamente este processo que possibilita uma *história da humanidade*⁷.

⁵ Segundo Mészáros, é necessário “distinguir entre *concepção* e *apresentação*” (MÉSZÁROS, 2006, p. 219), afirmação que obviamente parte da formulação marxiana segundo a qual, “sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori” (MARX, 2013p, 90).

⁶ É possível perceber que a definição de Mészáros possui grande proximidade com a de Lukács: “o essencial da educação dos homens, (...) consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida” LUKÁCS, 2013, p. 176).

⁷ Ver O 18 de brumário de Luís Bonaparte (MARX, 2011b), Contribuição à crítica da economia política (MARX, 2008) e Miséria da filosofia (MARX, 2009).

Entretanto, uma adequada apreensão da concepção de *educação* desenvolvida por Mészáros impõe sua articulação com outras categorias centrais de seu sistema filosófico, pois são tais articulações que permitem a compreensão das articulações da *educação* com o processo de produção e reprodução da vida social, e daí ao papel central da educação no processo de "transformação socialista" – que, para Mészáros, significa a *emancipação* da humanidade.

Trabalho, educação e humanidade

Marx certa vez afirmou que "o primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos" (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Se o truísmo aparente dessa afirmação remete, em primeiro lugar, ao fato de que, "tal como nos primeiros dias de sua aparição sobre o palco da Terra, o homem tem de consumir a cada dia, tanto antes como no decorrer de seu ato de produção" (MARX, 2013, p. 243), ele implica que a *geração* dos objetos a serem consumidos pelos seres humanos é *imprescindível* à manutenção da *vida* humana mesma. Ou, para dizer o mesmo em palavras distintas: a atividade produtiva é o *fator absoluto* de todo o processo de produção e reprodução da humanidade, e "absoluto porque o modo de existência humano é inconcebível sem as transformações da natureza realizadas pela atividade produtiva" (MÉSZÁROS, 2006, p. 79).

Mas Marx também afirma que "o homem *vive* da natureza" (MARX, 2004, p. 84), o que significa que: "a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza" (MARX, 2004, p. 84).

Isto – ser "uma parte da natureza" – significa, para Mészáros, que o ser humano é "um ser com necessidades *físicas* historicamente anteriores a todas as outras" (MÉSZÁROS, 2006, p. 79) e que, exatamente por conta disto, "precisa *produzir* a fim de manter-se, a fim de satisfazer essas necessidades" (MÉSZÁROS, 2006, p. 79). Mas Marx afirma, ao mesmo tempo, que o ser humano "não é apenas um ser natural, mas ser natural *humano*" (MARX, 2004, p. 128), deste forma que "a natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser *humano* de modo adequado" (MARX, 2004, p. 128).

Por conseguinte, este "ser natural *humano*" tem de transformar a natureza com sua atividade produtiva a fim de adequar seus objetos às suas necessidades *humanas*; o ser *humano* tem, portanto, de *humanizar* a natureza por meio de seu

trabalho, e, assim, acaba por se afastar de sua condição imediatamente animal e faz da natureza uma extensão de seu corpo, tornando-a assim cada vez mais *humana*, cada vez mais *social*.

Mas esta relação entre ser humano e natureza, tornada possível pelo trabalho, configura um processo muito mais amplo e complexo do que pode à primeira vista parecer. Vejamos as palavras de Marx.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. *Agindo assim sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza* (MARX, 2013, p.255, os grifos são meus).

Desta passagem depreende-se que “o próprio ser humano que trabalha é transformado pelo seu trabalho” (LUKÁCS, 2012, p. 220), ou que “com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo, no plano ontológico, a possibilidade do desenvolvimento superior dos homens que trabalham” (LUKÁCS, 2007, p. 230), e isto na medida em que

a produção [a atividade produtiva] é também uma forma de *consumo social* no curso da qual o homem é “consumido” como simples indivíduo (os poderes dados a ele pela natureza⁸) e reproduzido como *indivíduo social*, com todos os poderes que lhe permitem empenhar-se numa forma *humana* de produção e consumo (MÉSZÁROS, 2006, p. 87).

Ao fim de cada processo de trabalho, o ser humano se depara não mais com o objeto natural, mas a natureza *transformada*. Findo o processo de trabalho o trabalhador se defronta com o *resultado* de sua ação; com a natureza feita *humana*; *consigo* próprio na forma de objeto; com sua *subjetividade objetivada*.

São possivelmente estas as bases da afirmação marxiana segundo a qual “tão logo eu tenha um objeto, este objeto tem a mim como objeto” (MARX, 2004, p. 128), o que,

⁸ Para Mészáros, é exatamente o *trabalho* este poder humano por excelência: “poderes essenciais do homem são as características e poderes especificamente humanos, isto é, aqueles que distinguem o homem das outras partes da natureza (...) [e] o denominador comum de todos esses poderes humanos é a *socialidade*. Mesmo os nossos cinco sentidos não são simplesmente parte de nossa herança animal. São desenvolvidos e refinados humanamente como resultado de processos e atividades sociais” (MÉSZÁROS, 2006, p. 145). O termo “socialidade” possui, para Mészáros, o mesmo sentido da “essência humana” marxiana, ou seja: “não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado (...) [mas sim] *o conjunto das relações sociais*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 534, grifos meus).

para Mészáros, significa que “eu sou afetado por esse objeto, ou, em outras palavras, estou de alguma maneira específica sujeito a ele” (MÉSZÁROS, 2006, p. 155).

Mas – conforme indicado acima – o trabalho se realiza a partir de “necessidades humanas”, a fim de adequar a natureza à estas necessidades, logo, “toda atividade laborativa surge como *resposta*” (LUKÁCS, 2007, p. 229), no sentido de satisfazer estas necessidades. Desta forma, como no diz Marx, se “no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p.255-6), ser, segundo Mészáros, “afetado por esse objeto” significa para o ser humano que trabalha a possibilidade de formulação de uma série de novas necessidades, ou novas “*perguntas*”, a partir das quais novas “*respostas*” podem ser idealmente concebidas, o que gera a possibilidade de novos e cada vez mais complexos processos de trabalho.

Parece ser esta ordem profunda de relações que leva Marx afirmar que “*toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem*” (MARX, 2004, p. 114). Isto implica que uma parte da natureza supera a sua própria condição imediatamente natural por meio do trabalho, realização que Marx chama – de modo bastante complexo – de “ato de gênese que se supra-sume (*sich aufhebender Entstehungsakt*)” (Marx, 2004, p. 128), ou “movimento *concebido e sabido* do seu *vir a ser*” (Marx, 2004, p. 105), e que Mészáros chama – de modo não menos complexo – de “‘autoconstituição automediadoramente natural’ ou ‘naturalmente automediadora’ do homem”⁹ (MÉSZÁROS, 2006, p. 175).

No interior deste processo, o primeiro ato genuinamente *humano* seria precisamente a criação da primeira necessidade de fato humana, ou, conforme as palavras de Marx e Engels,

o primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Uma apreensão ampla da categoria *trabalho* torna possível compreender as razões pelas quais este configura tanto a *causa*, quanto o *meio* e o *fim* do processo

⁹ No original o trecho aparece da seguinte maneira: “‘a self-mediatingly natural’ or ‘naturallyself-mediating self-constitution of man’” (MÉSZÁROS, 1972, p. 193).

histórico-social de constituição dos seres humanos: *causa*, ou base da diferenciação entre ser humano e natureza; *meio*, ou forma de constante humanização do ser humano; e *fim*, ou finalidade em si do próprio processo *humano*, pois a partir do momento de seu surgimento, o ser humano não mais produz para assegurar sua condição meramente animal, mas sim para desenvolver-se humanamente¹⁰.

Em virtude disso, é precisamente o acúmulo sócio-histórico dos avanços dos processos de trabalho, em suas formas mais imediatamente materiais e nas mais complexas e abstratas manifestações espirituais, que constitui o cerne de todo o processo formativo, educacional da humanidade; só é possível que haja humanidade¹¹ por intermédio de um processo de abstração social a partir dos resultados dos trabalhos historicamente acumulados e relacionados¹².

A partir destas características do complexo do trabalho – tanto como surgimento, quanto complexificação, ou processo de humanização dos seres humanos, por intermédio do acúmulo e da transmissão sucessiva destas aquisições históricas – é que se torna possível apreender a relação ineliminável, *ontológica*, entre as esferas do *trabalho* e da *educação*. E tal inseparabilidade deve-se, de um lado, ao fato de que o trabalho cria, imediata e mediadamente, a humanidade o ser humano deve transmitir, mas, de outro lado, a própria humanidade advinda do trabalho tem de ser transmitida para que o ser se torne *humano*.¹³

O trabalho alienado, educação e desumanização

Mas o que acontece se o ser humano for separado, *alienado* de seu trabalho? A resposta oferecida por Marx que “a energia espiritual e física *própria* do (...) [ser humano], a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – [se manifestaria] como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele (MARX, 2004, p. 83).

¹⁰ Basta recordar a relação que Marx estabelece entre *reino da necessidade* e *reino da liberdade* (MARX, 2017, p. 882-3).

¹¹ “Humanidade” tanto do ponto de vista da totalidade dos seres humanos vivendo conjuntamente, quanto das características humanas de cada um destes seres humanos tomados individualmente.

¹² Este processo tem obviamente seu início em processos de generalização individuais, sem o quê todos os avanços e aquisições individuais se perderiam ao final da vida daquele ser humano singular que os elaborou. Ver, sobre isso Marx (2009).

¹³ O que não impede que haja, nesta relação de reciprocidade dialética, o “momento predominante” (MARX, 2011a, p.49) da categoria trabalho.

As bases materiais desta manifestação, para Marx, residem no fato de que, sob a alienação do trabalho,

o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*) (MARX, 2004, p. 80).

Note-se que a "perda do objeto e servidão ao objeto" é o elemento imediatamente perceptível do processo de alienação do trabalho, manifesto na constatação *imediata* de que o produto do trabalho *não pertence* ao ser humano que o produziu. Ou seja, ao trabalhar para satisfazer sua necessidade por meio do trabalho alienado, o trabalhador não se depara com a natureza por ele humanizada, ao contrário, ao objetivar sua subjetividade numa coisa que não lhe pertence, o ser humano que trabalha é confrontado, como coisa, inclusive numa relação de inferioridade, por uma outra coisa, e "a vida que ele [o trabalhador] concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha" (MARX, 2004, p. 80).

Se o resultado de tal processo é que o trabalhador acaba por não se reconhecer naquilo que é o produto de seu trabalho, isto decorre do fato de o ser humano já não se reconhecer no ato mesmo da produção, pois

o produto é, sim, somente o resumo (*Resumé*) da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho, resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo (MARX, 2004, p. 82).

Estes dois momentos do complexo da alienação – em relação ao objeto do trabalho (que é simultaneamente a alienação em relação a todo o mundo humanizado) e já no ato da produção (que é simultaneamente a alienação em relação àquilo que confere humanidade ao ser humano) – desdobram-se ainda em dois outros importantes momentos.

O ser humano aliena-se de seu *ser genérico*¹⁴ – o que significa que não se reconhece como membro de uma espécie, uma vez que ele não se reconhece em seu trabalho,

¹⁴ Um ser genérico (*Gattungswesen*) é "um ser que tem consciência da espécie a que pertence, ou, dito de outro modo, um ser cuja essência não coincide diretamente com sua individualidade" (MÉSZÁROS, 2006, p. 80). Ou,

exatamente naquilo que faz dele um ser *humano* e, portanto, o distingue das outras espécies de animais. E, por fim, o ser humano aliena-se dos outros seres humanos, pois ao relacionar-se de forma alienada com o resultado do seu trabalho (ou seja, consigo próprio na forma de um objeto) ele relaciona-se como com um outro ser humano diferente dele, hostil a ele. Ou, conforme as palavras de Marx: “quando o homem está frente a si mesmo [frente a um objeto por ele produzido], defronta-se com ele o *outro* homem” (MARX, 2004, p. 84-5).

Pode-se agora apreender mais mediadamente que a noção de “perda do objeto e servidão ao objeto” resulta do fato de que “o trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto” (MARX, 2004, p. 81), ou ainda, em uma formulação mais abrangente, resulta de que “o trabalhador produz não para si, mas para o capital (...) [e] serve à autovalorização do capital” (MARX, 2013, p. 578).

Algumas das formas de manifestação, tanto de ordem objetiva quanto subjetiva, do processo de alienação do trabalho ficam evidentes nas duras palavras de Marx:

chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são funções [animais] (MARX, 2004, p. 83).

A consequência prática imediata desta ordem de inversões é que “o trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto se si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa” (MARX, 2004, p. 83).

Deste modo, em linhas bastante gerais, a alienação pode ser compreendida como aquilo que *historicamente* obstaculiza a relação de *mediação direta* entre ser humano e natureza, como aquilo que se *interpõe* nesta relação, como aquilo que passa a mediar esta relação de mediação direta; a alienação caracteriza-se por ser uma

segundo as palavras de Marx: “o homem é um ser genérico (*Gattungswesen*), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser universal, [e] por isso livre” (MARX, 2004, p. 83-4).

"mediação da mediação", isto é, uma mediação *historicamente específica* da automediação *ontologicamente fundamental* do homem com a natureza. Essa "mediação de segunda ordem" só pode nascer com base na ontologicamente necessária "mediação de primeira ordem" – como a *forma específica, alienada*, desta última (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

Com a subordinação da relação de mediação direta entre ser humano e natureza ao capital, "os meios se tornam os fins últimos, enquanto os fins humanos são transformados em simples meios subordinados aos fins reificados desse sistema institucionalizado de mediações de segunda ordem" (MÉSZÁROS, 2006, p. 82), e "a inter-relação original do homem com a natureza é transformada na relação entre *trabalho assalariado e capital*" (MÉSZÁROS, 2006, p. 82).

Deste modo, a atividade produtiva do ser humano "não pode lhe trazer realização porque as mediações de segunda ordem institucionalizadas se interpõem entre o homem e sua atividade, entre o homem e a natureza, e entre o homem e o homem" (MÉSZÁROS, 2006, p. 81).

Posto isso, o complexo da alienação pode ser definido de modo um pouco mais preciso:

a atividade produtiva é, então, *atividade alienada* quando se afasta de sua função apropriada de *mediar* humanamente a relação sujeito-objeto entre homem e natureza, e tende, em vez disso, a levar o indivíduo isolado e reificado a ser reabsorvido pela "natureza" (MÉSZÁROS, 2006, p. 81).

Ao invés então de contemplar a si próprio em um objeto por ele próprio criado (e, no fim das contas, no mundo criado pelo trabalho), o ser humano reduz-se cada vez mais a algo inferior àquilo que ele próprio produziu, a ponto de Marx afirmar, duramente, que "o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador" (MARX, 2004, p. 82).

Tais formas perversas e complexas de manifestação devem-se ao fato de que

o que o operário produz para si próprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. *O que ele produz para si próprio é o salário; e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se, para ele, a uma determinada quantidade de meios de subsistência, talvez a uma roupa de algodão, a umas moedas, a um quarto num porão* (MARX, 2006b, p. 36, grifos meus).

Sob o trabalho alienado, o ser humano "nada mais é que o *trabalhador* e, como trabalhador, suas propriedades humanas o são apenas na medida em que são para o capital, que lhe é *estranho*" (MARX, 2004, p. 91) e o ser humano tem sua existência

mantida apenas na estrita medida do necessário para que continue vivo para trabalhar no dia seguinte, pois “as carências do trabalhador são (...) apenas a *necessidade (Bedürfnis)* de conservá-lo *durante o trabalho*, a fim de que a *raça dos trabalhadores não desapareça*” (MARX, 2004, p. 92). Ou, segundo a ácida ironia marxiana: “se o bicho-da-seda fiasse para manter a sua existência de lagarta, seria então um autêntico operário assalariado” (MARX, 2006b, p. 37).

Tal processo traz consigo que o *ser humano* deve ser *educado*, formado como ser humano, no máximo, até os estreitos limites de sua condição de *trabalhador*. Em outras palavras, de um ponto de vista amplo, o máximo de humanidade a que o trabalhador pode e deve ter acesso é tão somente aquilo que lhe permita, do ponto de vista estrito, atingir aquilo que Marx chamou de “padrão médio de habilidade, eficiência e celeridade” (MARX, 2013, p.271-2) a que seu trabalho se aplica.

São possivelmente estas as razões de Mészáros afirmar que “o ponto de convergência dos aspectos heterogêneos da alienação é a noção de trabalho (*Arbeit*)” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78). Ou que, dito de modo inverso, a alienação do trabalho é “a raiz causal de todo o complexo de alienações” (MÉSZÁROS, 2006, p. 21), “a causa última de todas as formas de alienação” (MÉSZÁROS, 2006, p. 215).

Isto porque, se de um lado o *trabalho* é o elemento estruturante de todo o processo de produção e reprodução da vida social – ou, conforme a feliz síntese lukacsiana, a “base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser” (LUKÁCS, 2007, p. 228) –, e, de outro, tal processo só se pode realizar por intermédio da transmissão de geração em geração das realizações e aquisições dos processos de trabalho acumulados ao longo da história da humanidade, ao organizar-se e realizar-se historicamente sob o capital, o *trabalho alienado* engendra um processo educativo e, por consequência, um processo de reprodução social, necessariamente permeado de alienação¹⁵ – daqui tem-se que a alienação do trabalho afeta, em maior ou menor grau, todas as esferas da vida cotidiana dos seres humanos, desde seus aspectos mais coletivos até os mais privados.

Por conta disso, o conceito de *alienação* é absolutamente crucial para a compreensão da concepção de *educação* de Mészáros, tanto porque circunscreve o processo de humanização advindo do trabalho quanto porque sua superação seja em

¹⁵ Sobre formas de manifestação da alienação na esfera da vida privada (aspecto tão importante quanto negligenciado pelo próprio marxismo, aliás) sugere-se a leitura das inquietantes anotações marxianas acerca do *suicídio* (MARX, 2006a).

sua obra caracterizada como “uma tarefa inevitavelmente educacional” (MÉSZÁROS, 2005, p. 65).

Mas o que torna possível esta sujeição *histórica* do trabalho à condição de *atividade alienada*, uma vez que, de acordo com Marx, “a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, mas simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro” (MARX, 2013, p. 244)?

Educação e mediação política

Marx afirmou que, em determinado momento do processo de desenvolvimento social, “as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua *expressão jurídica*, com as *relações de propriedade* no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então” (MARX, 2008, p. 47, grifos meus) e que, a partir desta “contradição” no interior do desenvolvimento material da sociedade, “de formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações [de produção] convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social” (MARX, 2008, p. 47).

Esta passagem indica, dentre muitas outras coisas, o papel crucial que possui a esfera da política em um processo de transformação, uma vez que é capaz de garantir, inclusive *institucionalmente*, possibilidades de embate material entre relações de produção – ou “relações de propriedade” – conflitantes. Entretanto, a partir das contradições que se estabelecem entre as “forças produtivas” e as “relações de produção”, é tão somente uma alteração substancial no próprio *modo de produção* (que conforma tanto as forças produtivas quanto as relações de produção) que configura um processo qualitativo de transformação social. Assim, o que configura uma “época de revolução social” é algo tanto de ordem econômica, quanto algo em si político.

Contudo, se um novo *modo de produção*, a fim de se estabelecer, requer necessariamente todo um aparato político que lhe abra caminho e assegure consolidação, com seu desenvolvimento histórico esta estrutura acaba por adquirir relativa autonomia em relação à esfera política que lhe serviu de sustentação inicial.

Seria possível conceber, então, a superação da alienação como algo restrito à esfera da ação política, ou conforme a interrogação colocada por Mészáros, a “destruição do Estado capitalista e a eliminação das restrições jurídicas impostas por

ele resolveriam o problema [da superação da alienação]?" (MÉSZÁROS, 2006, p. 147).

Eis sua resposta: "é claro que não, pois de acordo com Marx mesmo a *anulação do Estado* (de qualquer Estado) ainda deixará partes da tarefa sem solução" (MÉSZÁROS, 2006, p. 147).

Esta resposta, que remonta ao próprio Marx, baseia-se no fato de que são as estruturas jurídico-políticas que salvaguardam a propriedade privada dos meios de produção mantêm o trabalho na condição de alienação e, assim, asseguram a autoreprodução do capital. Mas a propriedade privada é, ela própria, uma *decorrência* do trabalho alienado, e não o inverso, como costumeira e equivocadamente se entende¹⁶.

Um processo unicamente político de derrubada da propriedade privada seria capaz apenas de mover-se, na melhor das hipóteses, contra aquilo que Marx chamou de "subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual" (MARX, 2012, p. 31), pela imposição de leis ou sanções punitivas com o intuito de refrear possíveis reparações, mas não seria capaz, por si só, de desenvolvimentos positivos, no sentido de fazer do trabalho "a primeira necessidade vital" (MARX, 2012, p. 31) dos seres humanos.

A política deve ser concebida, a partir destas indicações, como uma *mediação* e não como *finalidade em si* – o que não significa, em absoluto, abdicar da política, mas sim apontar para seu caráter *limitado* – pois

naturalmente, a ordem alternativa da sociedade não pode ser instituída sem a negação bem-sucedida no mundo real do modo de reprodução sociometabólica do capital consolidado. Nesse sentido, a *negação* é uma parte essencial do empreendimento socialista sob as circunstâncias históricas prevaletentes (...). Entretanto, tal definição negativa do desafio socialista está muito distante de ser capaz de cumprir o mandato histórico em questão [a instauração de uma ordem sociometabólica radicalmente distinta], porque permanece na dependência daquilo que tenta negar. Para ser bem-sucedida no sentido histórico vislumbrado, a abordagem socialista deve definir-se em termos *inerentemente positivos* (MÉSZÁROS, 2009, p. 275).

Para Mészáros, portanto, a única instância mediadora inerentemente *positiva* da humanidade, capaz de abarcar "todas as atividades que podem se tornar uma necessidade interna para o homem, desde as funções humanas mais naturais até as

¹⁶ A este respeito ver os *Manuscritos econômico-filosóficos* (MARX, 2004).

mais sofisticadas funções intelectuais" (MÉSZÁROS, 2006, p. 172), é a *educação* – compreendida em seu sentido amplo, tal como apontado no início deste artigo.

A partir destes encaminhamentos se pode melhor compreender algumas das razões pelas quais a educação ocupa lugar central no processo de produção e reprodução da vida social dos seres humanos e, por consequência, também no sistema de Mészáros.

Se concordarmos com a máxima paracelsiana segundo a qual "a aprendizagem é a nossa própria vida", cabe, então, a interrogação: "o que é que aprendemos [ao longo da vida] de uma forma ou de outra" (MÉSZÁROS, 2005, p. 47)? Isto é, "será que a aprendizagem conduz à auto-realização dos indivíduos (...), ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital" (MÉSZÁROS, 2005, p. 47)?

A educação para além do capital

O fato inicialmente apontado de que "nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema próprio de educação" significa que "as relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo não se perpetuam *automaticamente*" (MÉSZÁROS, 2006, p. 263). Mas significa, mais precisamente, que tais relações somente se perpetuam "porque os indivíduos particulares *interiorizam* as pressões externas: eles adotam as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações" (MÉSZÁROS, 2006, p. 263-4). Desta forma, "a questão crucial, para qualquer sociedade estabelecida, é a reprodução bem-sucedida de tais indivíduos, cujos 'fins próprios' não negam as potencialidades do sistema de produção dominante" (MÉSZÁROS, 2006, p. 263).

Aqui já se torna claro que a educação, para Mészáros, não pode ser reduzida àquilo que ocorre no interior de uma instituição formal de ensino, pois "embora o período de educação institucionalizada seja limitado sob o capitalismo a relativamente poucos anos da vida dos indivíduos, a dominação ideológica da sociedade prevalece por toda a sua vida" (MÉSZÁROS, 2007, p. 294). Ou seja, as próprias instituições formais de educação "são uma parte importante do sistema global de internalização [do capital]. *Mas apenas uma parte*" (MÉSZÁROS, 2005, p. 44, grifos meus).

A partir desta apreensão ampla da educação torna-se possível compreender, de modo *concreto*, a afirmação de Mészáros – que foi bastante mal interpretada – segundo a qual "a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos,

serviu – no seu todo – ao propósito do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2005, p. 35). Obviamente, esta afirmação de Mészáros não deve conduzir ao *disparate* de negar a educação formal, a escola, ou toda e qualquer forma de institucionalização da educação, mesmo que estas tenham servido, “especialmente nos últimos 150 anos”, à perpetuação das estruturas sociais reificadas do capital.

Faz-se necessário enxergar “o *fundamento* não-alienado daquilo que se reflete de uma *forma* alienada” (MÉSZÁROS, 2006, p. 86, grifos meus), o que em Mészáros significa “reivindicar uma educação *plena* para *toda a vida*, para que seja possível colocar em *perspectiva* a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma *reforma radical*¹⁷” (MÉSZÁROS, 2005, p. 55, grifos meus). É, portanto, exatamente no espírito de uma concepção de educação plena para toda a vida, isto é, refeita “do começo até um fim sempre em aberto” (MÉSZÁROS, 2005, p. 58),

que todas as dimensões da educação podem ser reunidas. Dessa forma, os princípios orientadores da educação formal devem ser desatados do seu tegumento da lógica do capital, de imposição de conformidade, e em vez disso mover-se em direção a um intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes (...). Sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como “a nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias *aspirações emancipadoras*. Se, entretanto, os elementos progressistas da educação formal forem bem-sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para romper a lógica do capital, não só no seu próprio e mais limitado domínio como também na sociedade como um todo (MÉSZÁROS, 2005, p. 58-9).

E se nenhuma estrutura social pode se reproduzir sem um complexo sistema de internalização, o que, obviamente, inclui a sociedade do capital, “é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2005, p. 27). Obviamente, uma ruptura de tal magnitude só se pode materializar por meio de um amplo processo *revolucionário*, uma vez que uma *revolução*

é necessária não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com uma revolução a classe *que derruba* detém o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

¹⁷ Não há espaço para desenvolver esta complexa problemática neste capítulo, mas isso que Mészáros chama aqui de “*reforma radical*” nada tem que ver com aquilo que noutros momentos chama (e *severamente critica*) de “estratégia reformista” – ou seja, aquela que dos *pequenos* ajustes *tópicos*, que deixam intocadas as estruturas fundamentais subjacentes.

Se, de um lado, tem-se que “a revolução é o acto supremo da política” (ENGELS, 1985, p. 267), é preciso ter clareza, por outro, que “*revoluções não se fazem por meio de leis*” (MARX, 2013, p.820, os grifos são meus), e é justamente por esta razão que “o papel da educação não poderia ser maior na tarefa de assegurar uma transformação socialista plenamente sustentável” (MÉSZÁROS, 2007, p. 293), pois é por meio de um amplo processo *educacional* que os seres humanos podem tomar consciência das características *históricas* – e por isso, *em princípio*, superáveis – do atual estado de alienação e reificação a que a humanidade está sujeita, e tomar o rumo da única alternativa humanamente viável: *o socialismo*.

São possivelmente estas as razões de Marx a afirmar que a passagem dos meios de produção à propriedade coletiva é “uma questão de tempo, de *educação* e do desenvolvimento de formas sociais superiores” (MARX, 1987, p. 59, grifo meu), pois “é certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, [e] que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material” (MARX, 2005, p. 151).

Referências

ANTUNES, Caio. A Concepção de Educação na Obra de István Mészáros, In: BATISTA, Eraldo; NOVAES, Henrique (orgs.). **Trabalho, Educação e Reprodução Social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru, Canal 6, 2. ed. 2013, p.51-67.

_____. **A Educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação**. Campinas, Autores Associados, 2012.

ENGELS, Friedrich. Discurso sobre a acção política da classe operária. In: MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Trad. José Barata-Moura. vol. II. Lisboa: Avante, 1985, págs. 267-268.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, págs. 225-245.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. vol. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. Trad. Nélio Schneider. vol. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. Karl Marx: entrevista com o fundador do socialismo moderno. In: Chasin, José (Org). **Marx hoje**. Trad. W. M. David. São Paulo: Ensaio, 1987, págs. 53-70.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Rubens Enderle. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Rubens Enderle. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **Sobre o suicídio**. Trad. Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006a.

_____. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. Trad. José Barata-Moura e Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2006b.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846). Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. Trad. Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo e Paulo Cesar Castanheira. Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Marx's theory of alienation**. New York: Harper Torchbooks, 1972.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Trad. Ana Aguiar Cotrim e Vera Aguiar Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em 23/08/2018

Aprovado em 08/09/2018

EM BUSCA DE UMA “EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL” E A QUESTÃO DO ENSINO FORMAL NO BRASIL¹

Janaynna de Moura Ferraz²

Deise L. S. Ferraz³

Bárbara K. F. Biondini⁴

Resumo: o artigo propõe reflexões iniciais acerca da questão ontológica da educação, no contexto da relação entre o capital e a educação a partir da singularidade do caso brasileiro, e a educação enquanto parte de um processo revolucionário. Partimos das discussões de Mészáros e entendemos a educação no sentido da própria formação

¹ Este texto é uma versão revista do trabalho intitulado “Busca de um devir para a “educação além do capital”: o problema ontológico da educação no Brasil”, originalmente publicado nos Anais do XXXI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia, ocorrido em 03/08/12/2017, em Montevidéu, Uruguai (Cf.: FERRAZ; FERRAZ; BIONDINI, 2017).

² Mestre em Administração pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), doutoranda em administração pelo Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/UFMG). Atua como Professora Assistente no Centro Multidisciplinar Bom Jesus da Lapa da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). É membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Críticos Trabalho e Marxologia (NEC-TraMa/UFRS), é suplente do conselho fiscal gestão 2016-2018 da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO). E-mail: jannaferraz@me.com

³ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), com um período de estágio-doutoral no Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações (SOCIUS) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Atua como Professora Adjunta no Departamento de Ciências Administrativas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, onde integra o quadro docente do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (CEPEAD/UFMG). É Coordenadora do Núcleo de Estudos Críticos Trabalho e Marxologia (NEC-TraMa/UFRS) e membro dos seguintes grupos de pesquisa: SOCIUS (ISEG/UTL), Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais (EPPEO/UFPR) e Trama: Trabalho e Marxismo (TRAMA/UFJF). E-mail: deiseluiza@face.ufmg.br

⁴ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutoranda pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD/UFMG). Vinculada aos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos Críticos Trabalho e Marxologia (NEC-TraMa/UFRS), Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais (EPPEO/UFPR), Trabalho e Marxismo (TRAMA/UFJF) e ao Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Sociabilidade e Saúde (LETSS/UFMG). E-mail: barbarakfbiondini@gmail.com



humana. Compreendemos a escolarização, na sociedade de classes, condicionada pelo capital e, neste sentido, a educação da classe trabalhadora acompanha as demandas do processo de produção. A análise do sistema educacional brasileiro mostra que quanto mais precário o trabalho, menor a escolaridade ou a qualidade da educação adquirida e maior a exploração, entretanto, paradoxalmente, a permanência alongada nos bancos escolares não garante trabalho. Concluimos que a busca por uma educação para além do capital passa pela recusa à escolarização e pela defesa de uma educação transformadora vinculada a transmutação das relações produtivas.

Palavras-Chave: Educação Escolar – Ensino Formal – Educação Capitalista – Educação Revolucionária.

IN SEARCH OF "EDUCATION BEYOND CAPITAL" AND THE QUESTION OF FORMAL EDUCATION IN BRAZIL

Abstract: the article proposes initial reflections on the ontological question of education, in the context of the relationship between capital and education from the singularity of the Brazilian case, and education as part of a revolutionary process. We start from the discussions of Mészáros and understand education in the sense of human formation itself. We understand schooling, in class society, conditioned by capital and, in this sense, the education of the working-class accompanies the demands of the production process. The analysis of the Brazilian educational system shows that the more precarious the work, the lower the schooling or the quality of the education acquired and the greater the exploitation, however, paradoxically, the extended stay in the school banks does not guarantee work. We conclude that the search for an education beyond capital passes through the refusal to school and the defense of a transformative education linked to the transmutation of productive relations.

Keywords: School Education – Formal Education – Capitalist Education – Revolutionary Education.

EN BUSCA DE UNA "EDUCACIÓN MÁS DEL CAPITAL" Y LA CUESTIÓN DE LA ENSEÑANZA FORMAL EN BRASIL

Resumen: el artículo propone reflexiones iniciales sobre la cuestión ontológica de la educación, en el contexto de la relación entre el capital y la educación a partir de la singularidad del caso brasileño, y la educación como parte de un proceso revolucionario. Partimos de las discusiones de Mészáros y entendemos la educación en el sentido de la propia formación humana. Comprendemos la escolarización, en la sociedad de clases, condicionada por el capital y, en este sentido, la educación de la clase trabajadora acompaña las demandas del proceso de producción. El análisis del sistema educativo brasileño muestra que cuanto más precario el trabajo, menor la escolaridad o la calidad de la educación adquirida y mayor la explotación, sin embargo, paradójicamente, la permanencia alargada en los bancos escolares no garantiza trabajo. Concluimos que la búsqueda por una educación más allá del capital pasa por el rechazo a la escolarización y por la defensa de una educación transformadora vinculada a la transmutación de las relaciones productivas.

Palabras Clave: Educación Escolar – Enseñanza Formal – Educación Capitalista – Educación Revolucionaria.

Introdução

A análise histórica nos mostra que a educação – e suas possibilidades determinadas – são situadas socialmente, cindidas em classes (PONCE, 1988) e atendem as condições demandadas pelos meios de produção (MÉSZÁROS, 2008). Após a Revolução Burguesa, o estabelecimento da indústria, a expansão da produção e a sofisticação das técnicas de controle de produção e produtividade, fizeram com que a educação e a escolarização sofressem mudanças para acompanhar a materialidade posta. Desconfiamos, contudo, que o está sendo aceito como educação atualmente prejudica a humanização dos resultados do que vem sendo produzido e reproduzido, noutras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capital produz matizes de conhecimento estranhados, fetichizados, e, justamente por isso, o processo educacional, que deveria ser um ato contributivo para a formação humana se converte em uma ideologia do capital.

"O que se pode perceber historicamente é um duplo processo de expropriação - material e intelectual. O capital sempre tem lutado, tanto no sentido de obstaculizar quanto no de negar o conhecimento, o saber das classes subalternas", resume Frigotto (1995, p.20). É fato que o capital sempre se valeu do conhecimento dos trabalhadores, a subsunção real é um exemplo concreto disto (GOMEZ, 1995), contudo se no século XIX Marx não vislumbrava que o papel da escola pudesse superar a mera determinidade de educação para o trabalho, no século XX houve uma inesperada expansão da escola exatamente pelo fato desta se relacionar com aspectos relativamente autonomizados na esfera do ser social (NOSELLA, 1995). Manacorda (2007, p.109) amplia o que foi exposto por Nosella, afirmando que "não seria concebível, hoje, uma escola que se limitasse ao ensino entendido como instrumento, como aquisição de técnicas e renunciasse aos objetivos da educação e da formação dos sentimentos". Eis aqui um ponto de tensão. Pois, obviamente, só perdura na sociedade das mercadorias aquilo que pode ser convertido ou pode gerar valor de troca, então se a educação reproduzida nas escolas (e também fora delas) não aponta imediatamente para o trabalho aponta para o quê? Suspeitamos que aponte para a manutenção das relações sociais sob jugo do capital cada vez mais alienadas e passíveis da extração de mais-valor.

Partimos do pressuposto que a educação definitivamente não se dirige ao trabalhador, mas ao capital, afinal, se não fosse assim, o capital estaria cavando a sua

própria cova. Desta forma, qual o papel da escolarização na manutenção da reprodução da relação capital-trabalho? Marx (2013, p. 246-247) nos dá uma dica, quando trata da quantidade de meios de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho:

Para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinados, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias. Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho. Assim, os custos dessa educação, que são extremamente pequenos no caso da força de trabalho comum, são incluídos no valor total gasto em sua produção.

Diante de tal contexto, considerando que o acesso à educação se dá sobre situações particulares que determinam possibilidades condizentes com o indivíduo em formação, objetivamos com este trabalho propor reflexões iniciais sobre a questão ontológica da educação, tendo como contexto a relação entre o capital e a educação a partir da singularidade do caso brasileiro, e a necessidade de uma educação enquanto parte de um processo revolucionário.

As contradições entre a educação, o capital e a escolarização nos impelem a cumprir a tarefa de compreender como essa relação foi desenvolvida, e para essa difícil missão a apreensão da obra de István Mészáros é basilar, seja pela sua exposição em *A Teoria da Alienação*, pela crítica ativa em *O Poder da Ideologia* e especialmente no belo registro de *A Educação Para Além do Capital*, uma palestra proferida no Brasil que fez-se livro. Essas referidas obras compõem a espinha dorsal de nossa análise que muito além da eloquência do pensador, materializam a crítica necessária para uma práxis emancipatória, ou em seus termos, para uma vida (real) além do capital.

Educação e a autonomização da esfera do trabalho

Iniciamos afirmando que, no desenvolvimento da humanidade, o ato da formação humana presente enquanto um momento do trabalho, autonomiza-se deste configurando uma esfera complexa da práxis humana da educação. E, lado a lado a complexificação da esfera do trabalho, tem-se a complexificação da esfera da educação humana. Assim, partiremos da educação no sentido da própria formação humana, isto é, como momento necessário a constituição do ser humano. Esta tese que se encontra pouco desenvolvida em Lukács (2013), mais claramente em Mészáros (2008), em Saviani (2012) e em Antunes (2016), tem em Marx sua base.

Vejamos o que nos diz o próprio Marx (2013, p.255) acerca do fato ontológico:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo esse em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza [*naturamacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

Mediado pelo trabalho, o ser humano transforma a natureza e ao fazê-la modifica a si próprio num processo histórico, embora isto não signifique linear. Lukács (2013) salienta que é por meio do trabalho que há o salto qualitativo entre natureza e humanidade, em uma reciprocidade dialética que faz com que ao mesmo tempo, os indivíduos mantenham-se dependentes da natureza e, igualmente, descubram maneiras de dominá-la e modificá-la conforme suas necessidades, estas cada vez mais socializadas.

E, se por meio do trabalho humanizamos a natureza, isto quer dizer que, a partir do conhecimento das causalidades naturais das coisas as moldamos conforme nossa necessidade (que, se por um lado são naturais, por outro também são sociais: comer, mas comer sushi com hashi na companhia de pessoas amadas) e criamos também a possibilidade de novas necessidades, transformando, inclusive, num longo desenvolvimento histórico, nossos sentidos. Assim, no ato do trabalho, a intervenção não se dá sem um ato de ideação, sem um processo de apreender as qualidades do objeto a ser trabalhado e idear o resultado do trabalho: no processo de objetivação da ideação encontra-se o momento apriori de interiorização do objeto.

Somente é possível transformar aquilo que se conhece, ainda que não se conheça a totalidade daquilo que se está transformando. A nova objetivação torna-se agora também objeto para o conhecer: nova internalização do objeto que provoca novas ideações e novas objetivações. Lukács (2013) coloca que conhecer as relações causais da natureza permite intervirnos com maior exatidão no objeto. A intencionalidade posta no objeto, porém, o transforma, sem nele inserir a capacidade da teleologia: conhecer as qualidades físicas e químicas da árvore, permite torná-la uma mesa, porém, isso não permite que árvores se desloquem, por vontade própria, até nossas salas de jantar. Ao ato de transformar a natureza, Lukács chama de pores teleológicos de primeira ordem, pois, para o autor os pores teleológicos necessários assumem duas formas:

Pores que buscam realizar uma transformação de objetos da natureza (no sentido mais amplo possível da palavra, incluindo, portanto, também a força da natureza), visando realizar fins humanos, e pores que se propõem a exercer influência sobre a consciência dos outros homens, visando levá-los a executar os pores desejados. Quanto mais se desenvolve o trabalho, e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomas são as formas dos pores do segundo tipo, tanto mais eles conseguem se desenvolver como complexo próprio da divisão do trabalho. Essa tendência do desenvolvimento da divisão do trabalho cruza, no plano social, necessariamente com o surgimento das classes; pores teleológicos dessa espécie podem ser colocados espontânea ou institucionalmente a serviço de uma dominação sobre aqueles que por ela são oprimidos, do que porém a tão frequente ligação entre o trabalho intelectual autonomizado e os sistemas de dominação de classe (LUKÁCS, 2013, p. 180).

A educação é um complexo de atividades que, por excelência, visam constituir e influenciar a consciência. Quando nascemos encontramos um mundo já existente com suas formas específicas do ser humano se relacionar com a natureza e outros seres humanos. Apreendemos essas formas por meio de outros seres que, por suas ações com ou sem intencionalidade imediata, influenciam sobre nossa consciência. “[...] o essencial da educação dos homens, [...] consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida” (LUKÁCS, 2013, p. 176). Interessante, portanto, observar que capacitar os indivíduos envolve o estabelecimento de relações objetivas a partir de determinada materialidade que permite ao indivíduo subjetivar uma certa herança humana. E as escolhas e reações que temos (a objetivação individual daquilo que foi subjetivado a partir de uma objetividade social) constituem o ser único que somos em meio a todos os demais exemplares de nossa espécie, porém, não nos retira das cadeias limitadas de ações que foram ensinadas como adequadas para nossa socialização em determinado grupo.

No que tange à educação, portanto, e considerando o que já foi discutido sobre o trabalho, acreditamos não ser necessário longas explicações para afirmarmos que o momento da formação humana no trabalho autonomiza-se frente a essa esfera. Em outras palavras, reconhecemos o trabalho como uma categoria ontológica, que possui uma dimensão afirmativa. Ocorre que os desdobramentos dos complexos sociais tendem a afastar-se da imediatividade do trabalho, motivo pelo qual surgem novos complexos sociais com certa autonomia relativa e em todo esse complexo de complexos sociais, a educação tende a ganhar um papel central na reprodução do ser social (LUKÁCS, 2013). Antes de seguirmos, é necessário realizar considerações sobre o que estamos denominando herança humana.

A existência de uma herança humana - que é passada entre as gerações -, é o que faz não precisarmos, a cada nova geração, começar novamente, mas partir do ponto em que as forças produtivas já se desenvolveram, ajustando-as, modificando-as, revolucionando-as. Marx (2011), nos *Grundrisse*, pontua que uma nova estrutura social nasce ali sobre os escombros da anterior. Tal herança, contudo, não implica numa linearidade histórica, implica tanto na existência de condições sociais de reprodução da vida que nos oferecem possibilidades e limitações, quanto no fato de que cada um, em sua individualidade, tem o potencial de decidir entre as possibilidades postas, estas, universais.

Analisando a questão a partir de outra passagem do autor:

O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pelas gerações precedentes, que lhes servem de matéria-prima para novas produções, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto mais as forças produtivas dos homens, e, por conseguinte, as suas relações sociais, adquiriram maior desenvolvimento. Consequência necessária: a história social dos homens é sempre a história do seu desenvolvimento individual, tenha ou não consciência deste fato. As suas relações materiais formam a base de todas as suas relações. Estas relações materiais nada mais são que as formas necessárias nas quais se realiza a sua atividade material e individual (MARX, 1985, p.207).

Marx mais uma vez alerta para o fato de uma geração transmitir a outra objetos objetivos e subjetivos, o que ele chama de "matéria-prima para novas produções", asseverando que é exatamente este ato humano que cria a história em conexão e não como entendia Proudhon, ser os seres humanos apenas instrumentos da realização de uma Ideia. O excerto ainda menciona outro aspecto dessa transmissão, quando salienta que a história social é igualmente a história individual. Pois se socialmente as criações de uma geração podem ser passadas para a seguinte, cabe a segunda decidir o que fazer com ela, a partir das limitações postas por tal herança. Pois, como coloca Marx (2017, s./p.): *¿Qué es la sociedad, cualquiera sea su forma? El producto de la actividad recíproca de los hombres. ¿Los hombres son libres de elegir por sí mismos esta o aquella forma de la sociedad? De ninguna manera*⁵.

A particularidade da ação congrega a singularidade do indivíduo, em sua individualidade, e também a universalidade, o que foi criado pelas mulheres e pelos

⁵ Que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. São os homens livres de escolher esta ou aquela forma social? De modo algum.

homens que já passaram pelo mundo, por isso a transmissão é essencial. Em síntese, de acordo com Antunes (2016, p. 38)

É, portanto, no interior deste acúmulo articulado ao longo das gerações passadas que as “forças essenciais” dos seres humanos podem confirmar-se, no presente, em ordens novas e cada vez mais complexas de objetos e que necessidades cada vez mais humanas podem ser efetiva e historicamente engendradas e transmitidas, por profundos processos formativos, para as gerações futuras.

E se aqui ainda está evidente que trabalho e educação estariam associados, dialeticamente eles representam dois momentos da mesma totalidade (SAVIANI, 2012; ANTUNES, 2016), pois esse “engendramento” pontuado, corresponde à toda formação, criação, produção, geração humana que por meio do trabalho, se forma e gera, assim, o próprio gênero. Porém, retornando a Lukács (2013) e ao salto de autonomização do momento da formação humana no trabalho em educação, podemos dizer que esse complexo de pores teleológicos de segunda ordem são institucionalizados à serviço de uma dominação de classe: dominação que limita a esfera da educação enquanto uma esfera de formação humana humanizadora, posto que está condicionada a educar para o capital, conforme veremos a seguir.

Educação e sua particularidade no capital: a crítica de Mészáros

Mészáros (2008) assevera que educar é o processo contínuo de internalização (subjetivação), é, assim, um processo contínuo de aprendizagem, está além dos muros das escolas. Esse processo vincula-se à conscientização que o indivíduo atribui à própria existência em suas práticas cotidianas: no encontro com a arte, nos trabalhos desenvolvidos e mesmo das disputas políticas e sociais ao longo da vida, e apenas uma parte disso está na educação formal. “Nesse sentido, a crise atual da educação formal é apenas a ‘ponta do iceberg’” (MÉSZÁROS, 2016, p. 277).

Ao analisar a crise das instituições formais de educação, Mészáros (2016, p. 277) explica que a educação na sociedade capitalista tem duas funções básicas: “(1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e (2) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle político”.

A educação da classe trabalhadora deve acompanhar as demandas do processo de produção (embora alterações na última esfera nem sempre correspondam imediatamente em alterações na primeira), o que está em pauta é que os trabalhadores aprendam aquilo que devem interiorizar de acordo com as necessidades que tem a classe burguesa na efetivação do processo de valorização do

valor, ou seja, os trabalhadores devem aprender aquilo que é necessário ao processo produtivo que permita otimizar o processo de produção e de criação de valor, porém, como destaca Mészáros (2006, p. 278) “as necessidades econômicas da produção têm uma relação muito mais direta com os interesses dos capitalistas individuais”, enquanto os interesses da burguesia como um todo estão expressos em suas necessidades políticas e apresentadas enquanto um “interesse nacional”. Isso posto, a crise na educação é, também, um desdobramento dos conflitos entre os setores da classe burguesa no que tange às necessidades particulares de cada processo de produção privado.

O avanço das forças produtivas e uma divisão social do trabalho cada vez mais especializada repercutem no processo de ensino formal que produz uma força de trabalho que, embora seja especializada, possui hiatos de habilidades que necessitam ser preenchidos com os saberes técnicos dos programas de desenvolvimento e treinamento nas empresas privadas, demonstrando que as especificidades de cada processo privado de produção não é atendido em sua plenitude pelo ensino formal, cabendo então aos capitalistas vociferarem pelo que lhes falta de modo privado, não estando atentos, portanto, para o interesse geral da classe. Porém, cabe lembrar que o interesse particular dos capitalistas privados não entra em contradição com o interesse necessário da classe capitalista: que o ensino formal forneça força de trabalho para o capital. Uma força de trabalho que, preferencialmente, demande cada vez menos que o capitalista privado invista em sua educação para o trabalho. Assim, como destaca Mészáros (2008, p.44), a questão crucial do capital é “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis pelo sistema”. Ou, como coloca Marx (2013): “no evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas” (MARX, 2013, p. 808).

E para isso, não apenas, mas principalmente, as instituições formais de educação atuam, fazendo com que os indivíduos se adequem às condições de vida vigente, que assumam as tarefas reprodutivas que lhes foram confiadas. Não dizemos com isso que é a educação formal que sustenta o sistema do capital, não o é, grosso modo, são as mediações de segunda ordem (Estado capitalista, propriedade privada, trabalho alienado), contudo, a educação formal deve atuar para produzir tanta conformação e consenso o quanto for possível.

E, se é na esfera da política que os interesses privados dos capitalistas particulares se sintetizam enquanto interesse geral sob o manto do “interesse nacional”, dando

respostas temporárias e parciais aos conflitos intra-classe burguesa e entre classes, não se pode esquecer que, conforme menciona Mészáros (2016, p. 278):

As assim chamadas "metas nacionais" - os interesses globais da classe dominante como um todo, elaboradas por meio do mecanismo político bastante idealizado dos "acordos" - são determinados em concordância com os interesses imediatos da maioria dos capitalistas individuais. (O termo "maioria" evidentemente não se refere a uma maioria numérica simples de acionistas individuais, mas aos representantes dos grupos de interesses econômicos mais poderosos.)

Assim, "os interesses econômicos imediatos sempre predominam no capitalismo" (MÉSZÁROS, 2016, p. 278) e como Antunes (2012, p.79) sintetiza "sob a produção de mercadorias, o trabalho deve ser reproduzido, assim como educado, somente - e no máximo - até os estreitos limites do "tempo socialmente necessário" absolutamente imperante sob o capital".

Portanto, em resumo, embora a educação esteja presente em todas as relações sociais, é na escolarização, um meio institucionalizado, que se cumpre duas funções principais nas sociedades de classes: primeiro, cumpre seu papel de conservação do *status quo*, conformando e reproduzindo para os indivíduos as metas do capitalismo como se suas fossem - e aqui cabe destacar o papel da produção de conhecimentos orientados cientificamente, seja pela ideologia neopositivista com suas técnicas manipulatórias de engenharia social e/ou humana, seja pelo irracionalismo e suas produções de metáforas flexíveis. Segundo, condiciona o trabalhador para atuar no processo produtivo (PONCE, 1988; MÉSZÁROS, 2008; MÉSZÁROS, 2016).

Sendo que a educação formal tem se destinado à formação da força de trabalho como, simultaneamente, criar e difundir princípios que tão somente legitimam os interesses da classe capitalista, tornando natural as relações sociais em geral, como se não houvesse nada a ser feito para modificar a situação presente, Mészáros (2008, p. 45) assevera que "também no âmbito educacional, as soluções não podem ser formais; elas devem ser essenciais". O que o autor quer chamar a atenção é para os limites das propostas de reformas educacionais.

Inúmeras reformas foram ensaiadas durante esses dois últimos séculos (a última que se encontra em efetivação é conhecida como Processo de Bolonha), todas visando um homem abstrato, defendiam que a razão poderia emancipar os indivíduos, como se a reprodução da vida fosse obra das ideias, e não da objetividade-subjetividade constituída e transformada durante o ato do trabalho. Por isso, para Mészáros (2008, p.48-49, grifos do autor),

Essa espécie de abordagem [a de reparo institucionais formais, o "passo a passo" da sabedoria reformista] é incuravelmente *elitista* mesmo quando se pretende democrática. Pois define tanto a educação como a atividade intelectual, da maneira mais tacanha possível, como a única forma certa e adequada de preservar os "padrões civilizados" dos que são designados para "educar" e governar, contra a "anarquia e a subversão". Simultaneamente, ela exclui a esmagadora maioria da humanidade do âmbito da ação como *sujeitos*, e condena-os para sempre, a serem apenas considerados como objetos (e *manipulados* no mesmo sentido), em nome da suposta superioridade da elite: "meritocrática", "tecnocrática", "empresarial", ou o quer que seja.

Sobretudo porque esse modelo educacional burguês visa abrandar as contradições, adiar sua superação tanto quanto for possível. Mas há ainda aqueles que creem ser possível "salvar" alguma humanidade neste sistema de produção. Mézáros (2008, p.62) alerta que: "a estratégia reformista de defesa do capitalismo é de fato baseada na tentativa de postular uma mudança gradual na sociedade através da qual se removem defeitos específicos, de forma a minar a base sobre a qual as reivindicações de um sistema alternativo possam ser articuladas".

Portanto, não há reforma possível, pois enquanto o sistema educacional apontar para a formação de indivíduo racionalmente egoísta (FERRAZ, 2016), cujo trabalho social está inevitavelmente à serviço do capital, a humanidade estará caminhando para o próprio enterro. Porém, é necessário salientar que uma educação para além do capital é uma alternativa concreta e abrangente, cuja internalização deve ser confrontada na totalidade das práticas educacionais, isto é, a transformação deve se dar não nas formas, mas sim na sua essência (MÉSZÁROS, 2016), de modo que "mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social" (MÉSZÁROS, 2008, p.59). Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida (MÉSZÁROS, 2008).

Por isso Mézáros (2008) enfatiza que não obstante as boas intenções de alguns educadores e/ou gestores da educação, suas ações não ultrapassam as aparências dos fenômenos, apenas tentam "corrigir" as mazelas das relações capitalistas com medidas paliativas, mas, sendo o capital incorrigível, uma verdadeira reforma só é possível em sua radicalidade, isto é, rompendo com a lógica do capital.

Urge rompermos com a lógica do capital que submete mulheres e homens à relações sociais em que o processo de educação nega aos indivíduos as possibilidades de apropriarem-se da herança cultural necessárias ao livre desenvolvimento das capacidades humanas, curvados estão os últimos ao

imperativo do capital e as duas principais funções que a educação assume nesse modo particular de sociabilidade.

Educação e a singularidade brasileira

Como temos argumentado no sentido de uma herança humana e, igualmente, de uma educação como categoria ontológica de segunda ordem, iremos apresentar muito brevemente o excuro da educação formal no Brasil, para pontuar o seu problema e o seu devir.

Os três primeiros séculos de história do Brasil (enquanto colônia portuguesa), foram marcados por tentativas esparsas e débeis de educação e ensino. Somente no século XIX, com a chegada da família real portuguesa, se deram, de fato, as primeiras ações formais de educação, pois como Shigunov Neto (2015, p.68) explica, eram necessários "cursos e academias destinados a formar burocratas para o 'novo' Estado português", visando modificar o ensino deixado da colônia.

Somente na Constituição de 1824, o ensino básico passou a ser um objetivo do Estado "Inspirado pelos ideais iluministas e pela proposta educacional de Condorcet, os membros do Conselho do Estado, na tentativa de organizar a educação nacional, propuseram a centralização e a gratuidade da instrução primária." (SHIGUMOV NETO, 2015, p. 78). Mais a frente, em 1827, aprovou-se a lei que efetivamente instituiu a criação das escolas primárias. Vale ressaltar, que nas décadas que se seguiram, crescia, igualmente, o surgimento de instituições particulares de ensino, tanto no ensino primário quanto no secundário (SAVIANI, 2004). Vê-se, portanto, que a esfera da educação, no país, esteve pautada tanto pela compreensão da escolarização como um bem público quanto como uma mercadoria. Nesse sentido, dois elementos carecem serem observados, nesse primeiro momento, sobre a singularidade da esfera educacional brasileira: a exploração privada e o que comumente chamamos de qualidade do ensino. Jamais esgotar-se-ão esses dois aspectos neste texto, por isso, apenas deixaremos indicativos para reflexões futuras.

O Censo Escolar de 2016 (INEP, 2017) apresenta os seguintes resultados:

- No ensino fundamental, entre 2011 a 2016, registrou-se um aumento de 35% na oferta da rede privada, onde estudam 18% dos estudantes.
- No ensino médio, 12,5% dos alunos estudam na rede privada, que também registrou crescimento 4,5% em oito anos.

O Censo da Educação Superior de 2016 registrou uma queda no número de matrículas em relação ao ano anterior na ordem de 6,1%, quando a distribuição estava 6.075.152 na iniciativa privada e 1.952.145 na rede pública. Em suma, aproximadamente 76% das matrículas do ensino superior ocorrem no setor privado.

Em linhas gerais, os filhos dos capitalistas e franjas menos empobrecidas da classe trabalhadora, fazem o ensino básico e ensino médio em escolas particulares, cujos conteúdos são voltados para que possam assumir as vagas nos cursos mais disputados das Universidades Públicas e escolas superiores no estrangeiro, tendo, assim, acesso a uma parcela maior da herança social produzida. Enquanto à classe trabalhadora mais pauperizada, o acesso a uma educação, de fato, é materialmente negado. A parte maior desta última frequenta as escolas públicas de ensino fundamental e médio, e terá que pagar uma mensalidade se quiser acessar o ensino superior (tecnológico ou bacharelado).

Porque afirmamos que o acesso à herança cultural da humanidade é negado à classe trabalhadora em geral? Porque o outro aspecto a ser considerado nos revela que mais da metade dos estudantes matriculados nos ensinos fundamental e médio não possuem o aprendizado adequado conforme resultado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). O Inep avalia o aprendizado dos alunos da rede pública por níveis de proficiência (na Prova Brasil a escala de proficiência vai até 500 pontos e é dividida em intervalos de 25 pontos). Os valores apresentados na Tabela 01 representam o percentual de alunos da rede municipal que alcançaram menos de 125 pontos (>1), até 150 pontos (1) e até 175 pontos (2). Na coluna Total (T), congregamos os percentuais para termos ideia dos estudantes que se encontram no que consideramos como grau insuficiente de aprendizagem.

Tabela 1 - Níveis de proficiência de alunos da rede municipal

Série	5ºano Ensino fundamental				9ºano Ensino fundamental				3ºano Ensino médio			
	>1	1	2	T	>1	1	2	T	>1	1	2	T
Português	22,6	18,4	18,2	59,2	24,3	16,7	18,7	59,7	23,1	18,1	21,7	62,9
Matemática	4,94	8,43	14,9	28,3	20,8	16,9	19,4	57,1	19,4	15,6	22,5	57,5

Fonte: INEP (2013)

A esses números soma-se a concretude da reprovação/evasão no ensino fundamental e médio. Na iniciativa privada, no ano de 2016, 2,2% dos alunos foram reprovados ou abandonaram o curso, contra 11,9% dos estudantes da rede pública.

Quando analisamos o ensino superior, há uma inversão, as melhores instituições universitárias são públicas, porém elas não recebem a massa da classe trabalhadora, que ocupa os bancos escolares universitários privados. Além da baixa qualidade (avaliação menor do que três) da maioria das faculdades privadas, não podemos desconsiderar que para pagá-las os estudantes necessitam trabalhar, não tendo dedicação integral aos estudos, elevando o tempo médio de educação formal de 5,7 anos em 1992, para 8,8 anos em 2012 conforme apontam Martins e Oliveira (2017). De forma controversa, há um marcante desemprego juvenil que aos olhos dos capitalistas decorre da falta qualificação da força de trabalho. Não é inócuo, portanto, os programas de Governo na última década, por meio de ações executadas conjuntamente com a iniciativa privada (PROUNI, FIES), que promoveram a expansão do número de vagas nas faculdades e o surgimento de novos cursos com ênfase nos cursos chamados tecnológicos, que tem duração menor que uma graduação, geralmente dois anos. Tal ação modificou o panorama do ensino superior, que tornou-se um negócio lucrativo para os "empresários da educação" (como eles próprios se autoproclamam), já a mercadoria oferecida, os diplomas, aparentemente não tem sido muito atraentes para os alunos-clientes: as grades curriculares e a execução do curso na replicação de modelos ditos científicos que mais conformam que ensinam, os conteúdos e provas são comoditizados (não consideram os aspectos singulares de cada região) e o título de graduado não garante o emprego.

Tratando da questão do ensino profissionalizante, isto é, adequação do “ensino” para os trabalhadores, destaca-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que em 2017 completou 75 anos de atividade e conta com um rede nacional de 25 Institutos de Inovação e 57 Institutos de Tecnologia, eles se orgulham de ser o (CNI, 2017), o “maior complexo privado de educação profissional e serviços tecnológicos da América Latina, o SENAI apoia a competitividade da indústria brasileira por meio de um amplo portfólio de serviços voltados a atender demandas das empresas”. Não deixando qualquer dúvida sobre sua intencionalidade instrutiva. Seus números são expressivos: 580 unidades fixas, 449 unidades móveis, 71 milhões de trabalhadores formados em 28 diferentes áreas da indústria, 34.703 docentes e colaboradores, 389 cursos oferecidos, uma infraestrutura reconhecida pelos capitalistas, visto que, 93% das empresas dão preferência aos alunos formados pelo SENAI e a empregabilidade do ex-alunos é de 70% (o que fazem da vida os 3 dos 10 que lá estudaram e não conseguem vaga?).

Do mesmo conglomerado econômico, o Serviço Social da Indústria (SESI), fundado em 1946 atua em todos os estados brasileiros, “é uma instituição aliada das empresas no esforço para melhorar a qualidade da educação e elevar a escolaridade dos brasileiros. Também ajuda a criar ambientes de trabalho seguros e saudáveis e a aumentar a qualidade de vida do trabalhador” (CNI/SESI, s/d). O SESI oferece educação continuada (cursos, palestras voltadas para a formação profissional) e educação básica para quem tem 15 anos ou mais e não concluiu a educação formal. Nesta linha de formação técnica há ainda o Serviço Social do Comércio (SESC) que atua em todos os estados brasileiros em educação, cultura lazer e assistência e é mantido pelos empresários do comércio de bens, turismo e serviço (SESC, 2017).

Estamos buscando destacar que os grandes grupos econômicos atuam diretamente na formação da força de trabalho (porém, com apoio estatal, pois há remessa do fundo público para aquelas entidades desenvolverem seus cursos de formação e treinamento), isto é, na sua qualificação enquanto mercadoria capaz de valorizar o valor e, ao mesmo tempo, inculcando nestes indivíduos os ideais burgueses como sendo deles. Não é difícil encontrar entre esses trabalhadores quem concorde com a (contra)reforma trabalhista em curso (que reduz consideravelmente direitos trabalhistas) e que apoiaram a famigerada PEC 55/2016 que reduziu os gastos públicos em educação e saúde.

Nos extremos desse sistema de escolarização temos um grupo social analfabeto e um grupo social altamente qualificado (pós-graduandos). Se o primeiro censo no Brasil (1872), havia quase 10 milhões de habitantes e a taxa média de analfabetismo era de 82,3% para as pessoas com 5 anos ou mais, isto é, cerca de 8 milhões de habitantes (FERRARO; KREIDLOW, 2004), 190 anos adiante, agora em 2014, a população brasileira é de 204 milhões de habitantes, destes, 8,3% são analfabetos, ou seja, 13,2 milhões de pessoas. É preciso atentar que embora tenha havido redução significativa do número relativo (82,3% contra 8,3% de analfabetos entre 1872 e 2014) em números absolutos, saltou de 8 milhões para 13,2 milhões, não obstante a expansão das forças produtivas brasileiras, a multidão de analfabetos elevou-se em mais 6 milhões, enquanto, hipoteticamente, o “desenvolvimento” e a “civilidade democrática” deveriam erradicar o analfabetismo. Vale ressaltar que esse mesmo “desenvolvimento” explica a desigualdade no nível de escolaridade entre as regiões geográficas e entre as franjas da classe trabalhadora. Dados da UNESCO/EFA (2015) apontam que o Brasil é um dos 10 países que, juntos, representam 72% da população

analfabeta no mundo. Por outro lado, e na mesma rota de "expansão da educação", houve um aumento significativo no número de pós-graduados. A pesquisa do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) de 2016 apresentou um relatório que aponta que em 2009 haviam 277.351 mestres e 68.143 doutores no Brasil, saltando, em 2014, para 445.562 mestres e 98.655 doutores. Contudo, a taxa de emprego formal neste mesmo período regrediu suavemente no caso dos mestres e para os doutores teve um suave aumento, que se considerarmos a margem de erro, significa estagnação. Um cenário que tende a piorar frente às contrarreformas orquestradas a partir de 2015.

Sobre este ponto, Mészáros (2016, p. 279-280) aclara que:

No que se refere à superprodução estrutural de intelectuais, a verdade é que uma quantidade crescente do aparato econômico está vinculada ao campo educacional, produzindo não um número cada vez maior de graduados e pós-graduados etc., mas também toda uma rede de companhias diretamente interessadas na expansão da "cultura". Na produção de intelectuais - diferentemente da de automóveis -, o limite não é o céu, mas a disponibilidade de oportunidades significativas de emprego (o que depende, é claro, da estrutura da sociedade como um todo); esse fato não pode ser enquadrado no sistema de cálculos das mercadorias. A expansão econômica exige uma produção intelectual em expansão (qualquer que seja sua qualidade e seus efeitos globais), e isso é suficiente para manter a roda girando.

Não discutiremos sobre a qualidade do conhecimento científico no Brasil - o que seria necessário para discutir a pós-graduação -, porque assim como alerta Mészáros sobre a formação de intelectuais e a relação com o mercado de trabalho, entendemos que tanto a expansão da oferta da escolarização pelo setor privado como a qualidade do ensino no Brasil estão relacionados com a demanda da esfera econômica. Nos deteremos um pouco sobre o mercado de trabalho brasileiro para compreender porque a educação ofertada na forma de escolarização pode ter a qualidade que tem.

Visando agora o mercado de trabalho para que possamos confrontá-lo com a educação, trouxemos os dados do IBGE (2017) que apontam que a força de trabalho em 2016 era de 102.143 milhões de pessoas, destas, 11.760 milhões estavam desocupadas. Vejamos na Tabela 2 a distribuição dessas pessoas no que se refere à fonte do trabalho.

Tabela 2 - Distribuição das pessoas com 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana da coleta em 2016

População Ocupada	2016 (100%)
Empregado do setor privado com carteira assinada (exclusive trabalhadores domésticos)	37,9%
Empregado do setor privado sem carteira assinada	11,2%
Trabalhador doméstico	6,8%
Empregados no setor público (inclusive estatutário e militar)	12,4%
Empregador	4,3%
Conta própria	24,9%
Trabalhador familiar auxiliar	2,3%

Fonte: baseado em IBGE (2017)

É preciso que se diga que as empresas de médio grande e porte, representam apenas 1% dos CNPJs ativos no país, nelas os salários são superiores, mas existem menos vagas que são, portanto, muito mais concorridas, de maneira que essa maioria (37,9% e 11,2%) de pessoas do setor privado com carteira assinada ou não, atuam nas micro e pequenas empresas (MPE), o tão cultuado empreendedorismo. Nas MPE, o maior número de vagas está distribuído no chamado "setor de serviços", mais detidamente entre comércio, serviços, (pequena) indústria e (pequena) construção civil, e os salários geralmente não passam de dois salários mínimos. O índice de escolaridade dos empregados nas empresas desse porte, gravita entre ensino médio completo à cursando ensino superior, tal como a de seus empresários, 37,7% deles cursou até o ensino médio ou superior incompleto e apenas 29,4% terminaram a faculdade. O caso dos "empreendedores" informais é ainda mais crítico, 41,2% deles nem sequer concluíram o ensino médio, apenas 8,5% concluiu o ensino superior (SEBRAE, 2015).

No geral, a economia brasileira é composta pelo que se denomina setor de serviços, seguido pela indústria e pela agricultura, sendo que 84% dos postos de trabalho, vem das MPE, a maior parte vem do setor de serviços⁶, ademais, como demonstra a Comissão Econômica para América Latina e Caribe, os empregos no Brasil, em geral, são de baixa e média complexidade. Nesse cenário, a escolaridade exigida não ultrapassa ensino médio completo ou cursando ensino superior. Nas vagas mais disputadas (empresas de médio e grande porte, indústrias e multinacionais ligadas ao capital rentista) exige-se indivíduos com maior escolaridade e especialização, dado o exército de reserva crescente, que diante da "meritocracia" vinham/vem "investindo" em educação superior acreditando em melhores oportunidades para vender sua força de trabalho.

O sistema educacional brasileiro é arquitetado de modo a não ser um mecanismo de propagação da herança humana aos indivíduos em geral, ele opera tal como as necessidades do capital: suficiente para os trabalhadores mais empobrecidos, manterem-se onde estão (como trabalhadores não qualificados ou pouco qualificados), e opera, no mesmo movimento, por promover uma divisão social de níveis de escolaridades (fundamental menor e maior, médio, superior), como instrumento promotor de acesso privilegiado ao conhecimento para determinados estratos sociais. Quanto mais precário o trabalho, menor a exigência de conhecimentos - menor a escolaridade ou a qualidade da educação adquirida com o diploma - e maior a exploração, entretanto, paradoxalmente, a permanência alongada nos bancos escolares também não é garantia de trabalho. A educação formal - escolarização - cumpre seu papel de controlar os trabalhadores ao mesmo tempo em que os capitalistas privados encontraram uma forma de lucrar com ela. Nesse cenário, como pensar na educação como um agente de transformação?

Educação, necessária, mas não suficiente

A tarefa da superação do capitalismo vai muito além de negá-lo, por isso o "conceito para além do capital é inerentemente concreto. Ele tem em vista a realização de uma ordem social metabólica que sustente concretamente a si própria, sem nenhuma referência autojustificativa para os males do capitalismo" (MÉSZÁROS, 2008, p. 62). A reflexão acerca de uma educação transformadora - para

⁶ Considerando que o mais-valor se dá no processo de produção e se realiza na circulação, caberia uma análise da consequência da divisão do mais-valor nos ciclos que o capital percorre no Brasil, mas isso não poderá ser realizado neste trabalho.

além do capital - ombreada com a superação das relações capitalistas é de grande importância para a luta política e formativa da classe trabalhadora. Nosso autor engendra a defesa de uma ruptura na internalização, a despeito de qualquer etapismo ou transição gradual, proposições comuns dos social-democratas ou socialistas utópicos, e seus ideais de "educação para o futuro" voltados para "o esclarecimento das massas", essas ações tão bem-intencionadas quanto abstratas, terminam, inexoravelmente, por serem metabolizadas pelo capital.

A mudança, portanto, precisa ocorrer em sua totalidade, uma vez que a transformação deve estar comprometida, desde o seu surgimento, com o dever emancipatório e, neste caminho, a educação deve atuar numa contra-internalização das práticas políticas, educacionais e culturais. De maneira que "[...] dois conceitos principais devem ser postos em primeiro plano: universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana realizadora" (MÉSZÁROS, 2008, p.65). Pois diferentemente da pretensa "universalização do ensino" promovido pelos gestores da educação do Brasil de hoje, que como pudemos observar é um engodo a serviço do capital, a universalização da educação aqui exposta se relaciona com a profunda relação de reciprocidade entre educação e trabalho, a partir de um tratamento qualitativamente distinto visando a solução efetiva para a autoalienação do trabalho.

O pôr teleológico da educação é, sobretudo, uma decisão para a mudança, para que se possa conhecer meios de transformar a objetividade social também do sistema educacional capitalista, para que assim, possa se decidir por colocá-lo em ação, materializando, desta forma, uma nova realidade social, transformando-a. Uma intervenção política, a partir da análise da realidade, por isso,

A alternativa concreta a essa forma [alienada⁷] de controlar a reprodução metabólica social só pode ser a automeiação, na sua inseparabilidade do autocontrole e da autorrealização através da liberdade substantiva e da igualdade, numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados (MÉSZÁROS, 2008, p.72-73)

E neste caminho,

A autogestão – pelos produtores livremente associados – das funções vitais do processo metabólico social é um empreendimento progressivo – e inevitavelmente

⁷ A alienação de mediações de segunda ordem: Estado, a relação de troca orientada para o mercado e o trabalho, em sua subordinação estrutural do capital.

em mudança. [...] A educação, nesse sentido, é verdadeiramente uma educação continuada (MÉSZÁROS, 2008, p.74-75).

Noutras palavras, a “educação para além do capital” não é um conceito ou utopia de um fim a ser atingido no futuro pós-revolucionário, trata-se de uma profunda crítica ao processo educacional a partir da ontologia do ser social, em sua reprodução na sociedade capitalista, de modo que é indissociável pensar em uma formação humana humanizante, por mais redundante que pareça o termo, se não for por meio de uma prática igualmente humanizante. Queremos dizer com isto que a educação acompanha o movimento das relações produtivas, é um movimento simultâneo dos complexos do trabalho e da educação, uma vez que: a) a educação apartada do trabalho como ocorre na sociedade capitalista é uma abstração incapaz de transformações radicais, por isso afirmamos que é utópica; b) o trabalho (ainda que livre) sem uma profunda mudança na forma da internalização não se sustenta enquanto tal. É preciso mudar a relação de produção diante das condições materiais, mas é preciso transmutar igualmente, a partir de toda herança humana de hoje (sob o jugo do capital), a maneira como internalizamos. Por isso é uma relação "para além do capital", é gestada dentro dele e o supera.

Nesse sentido, não há como esperar que relações sociais alienadas possam produzir por meio de seus processos educativos, incluindo a escolarização, um ser social emancipado. Igualmente, a possibilidade de uma transformação social nas relações de produção e reprodução, devem ser acompanhadas por uma mudança essencial na internalização, isto é, na forma e conteúdo dos conhecimentos herdados entre as gerações. Ora, se a educação sozinha não tem o potencial de insurgir-se ao capital, tampouco é possível fazê-lo sem o seu suporte, assim, a luta pela educação além do capital deve começar no âmago desta sociedade, visando sua mudança.

Ao tomarmos por exemplo a singularidade do caso brasileiro (que não difere muito de outros países sob o jugo do capital, especialmente na América Latina), a materialidade nos conduz a lutar pelo fim da escolarização para dar lugar a uma educação para além do capital. Lembremos de José Martí (2003, p.8 *appud* Mézáros, 2008, p.58), “*educar es depositar en cada hombre toda la obra humana que le ha antecedido; es hacer a cada hombre resumen del mundo viviente hasta el día en que vive...*”⁸. Definitivamente, o sistema educacional brasileiro, dada sua gênese,

⁸ Educar é depositar em cada homem todo o trabalho humano que o precedeu; é tornar cada homem resumo do mundo vivo até o dia em que ele vive.

estrutura e finalidade é incapaz de oferecer a cada indivíduo a obra humana existente. Vivemos numa sociedade capitalista em que as relações sociais se encontram alienadas e reificadas, é necessário, pois, visando a sobrevivência da própria humanidade pensar em uma nova sociabilidade e, para isso, temos de partir do aqui e do agora. Segundo Mészáros (2008, p. 61),

a negação radical de toda a estrutura de comando político do sistema estabelecido deve afirmar-se na sua inevitável negatividade predominante, na *fase inicial* da transformação a que se vise. Mas, mesmo nessa fase, e na verdade antes da conquista do poder político, a negação necessária só é adequada para o papel assumido se for orientada efetivamente pelo *alvo global* da transformação social visada, como uma *bússola* para toda a caminhada. Portanto, desde o início o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à "legitimação constitucional democrática" do Estado capitalista que defende seus próprios interesses.

Eis o paradoxo da nossa afirmação: ao recusarmos a escolarização estamos defendendo a educação em sentido amplo e estrito. Estamos, pois, reafirmando que a formação humana, a internalização, é a própria vida do ser social, que deve, portanto, ser decidido e operado pelos indivíduos associados, em um processo ativo e contínuo na transformação da sociedade.

Referências

ANTUNES, C. S. **A educação em Mészáros**: trabalho, alienação e emancipação. Campinas: Autores associados, 2012.

_____. **A escola do trabalho: formação humana em Marx**. Campinas (SP): 2016, 184 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Mestres e doutores 2015**: estudos de demografia de base técnico-científica brasileira. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). SENAI faz 75 anos moderno e de olho no futuro. **CNI Agência de notícias**, 2017. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2017/01/senai-faz-75-anos-moderno-e-de-olho-no-futuro/>>. Acesso em: 07 Nov. 2017.

_____. Institucional. **Serviço Social da Indústria (SESI)**. <http://www.portaldaindustria.com.br/sesi/institucional/historia/>. Acesso em: 07 Nov. 2017.

FERRARO, A. R.; KREIDLLOW, D. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, 29(2), p. 179-200, jul.-dez./2004. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/25401/14733

FERRAZ, D. L. S. A administração de recursos humanos como conhecimento que constitui uma consciência de classe para o capital. **Revista Brasileira de Administração Política**, 9(2), p. 65-87, out./2016.

FERRAZ, J. M.; FERRAZ, D. L. S.; BIONDINI, B. K. F. A busca de um devir para a "educação além do capital": o problema ontológico da educação no Brasil. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, XXXI, de 03 A 08 de dezembro de 2017, Montevideo, Uruguai. **Anais...** Montevideo, Uruguai: Easyplanners, 2017. Disponível em http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/7982_janaynna_de_moura_ferraz.pdf, acesso em 02/08/2017.

FRIGOTTO, G. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMEZ, C. M.; FRIGOTTO, G.; ARRUDA, M.; ARROYO, M. NOSELLA, P. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GOMEZ, C. M. Processo de trabalho e processo de conhecimento. In: GOMEZ, C. M.; FRIGOTTO, G.; ARRUDA, M.; ARROYO, M. NOSELLA, P. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar 2016: Notas estatísticas**. Apresentação do PowerPoint. Portal do Mec. Brasília, 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2017-pdf/59931-app-censo-escolar-da-educacao-basica-2016-pdf-1/file>>. Acesso em 08 Nov. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (INEP). **Devolutivas Pedagógicas**, 2013. Disponível em <http://devolutivas.inep.gov.br/proficiencia#>>. Acesso em 08 Nov. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)**: séries históricas e estatísticas, 2017. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=7>.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. Campinas: Alínea, 2007.

MARTINS, B. V.; OLIVEIRA, S. R. D. Qualificação Profissional, Mercado de Trabalho e Mobilidade Social: Cursos Superiores de Tecnologia. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, n. 12, v. 2, 2017.

MARX, K. **Grundrisse**. Tradução de Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **O Capital** - Livro I, o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Carta de Marx AP. V. Annenkov. In: MARX, K. **A miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

_____. Marx a P. V. Annenkov. In: MARX, K. **Miseria de la filosofia**. Disponível em <<https://www.marxists.org/espanol/m-e/1847/miseria/006.htm>>. Acesso em 03 Nov. 2017.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **O poder da ideologia**. Tradução de Magda Lopes e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014. (Mundo do Trabalho)

NOSELLA, P. Trabalho e educação. In: GOMEZ, C. M.; FRIGOTTO, G.; ARRUDA, M.; ARROYO, M. NOSELLA, P. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PONCE, A. **Educação e Luta de Classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 8.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, D. Debate sobre educação, formação humana e ontologia a partir da questão do método dialético. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. (Org.) **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 15.ed. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea).

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESA (SEBRAE). **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2014**. São Paulo: DIEESE, 2015.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). Departamento Nacional do SESC. **Sobre o SESC**. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc>. Acesso em 08 nov. 2017.

SHIGUNOV NETO, A. **História da Educação Brasileira: do período colonial aos predomínio das políticas educacionais neoliberais**. São Paulo: Salta, 2015.

UNESCO. **EFA Global Monitoring Report 2015**. UNESCO: Paris, 2015.

Recebido em 15/11/2017

Aprovado em 24/07/2018

Resenhas

***Do Dossiê em Memória de István
Mészáros***





PARA ALÉM DO CAPITAL: rumo a uma teoria da transição¹

Por: Antonino Infranca²

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. 1.104 p.



Livro monumental de Mészáros – talvez o único discípulo de Lukács vivo e que ainda se identifica com as ideias do mestre – foi publicado em 1995, em inglês, mas não perdeu sua atualidade após duas décadas de sua primeira aparição, porque os problemas ali enfrentados ainda estão presentes.

Mészáros foi aluno de Lukács durante os poucos anos (1946-49) de ensino universitário do filósofo húngaro, antes de sua aposentadoria, em decorrência da polêmica violenta que contra ele desencadeou o regime stalinista húngaro. Mészáros continuou a declarar-se discípulo de Lukács, mesmo durante os anos mais difíceis da ditadura stalinista. Desta forma, tornou-se membro da primeira formação da “escola de Budapeste”, da qual outros membros foram Agnès Heller, István Hermann, Fehér Almasi, Ferenc e Denés Zoltai. Após a revolução de 1956, ele se refugiou na Itália, ensinando língua húngara e literatura na Universidade de Turim, em seguida mudando-se para a Inglaterra, onde lecionou na Universidade de Sussex. Faleceu em outubro passado, com 87 anos de idade. Mészáros é mundialmente conhecido por seu ensaio sobre alienação em Marx, por vários ensaios sobre Lukács e Sartre e por sua análise do fenômeno da globalização.

¹ Este artigo foi traduzido por Stefano Mota e revisado por Caio Antunes.

² Doutor em Filosofia pela Academia Hungara das Ciências, Mestre em Filosofia pela Università Degli Studi di Pavia, graduação em Filosofia pela Università Degli Studi di Palermo. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia. E-mail: toni.infranca@gmail.com

Para além do capital parte de uma primeira observação sobre o principal defeito do capitalismo atual: “a *produção* e seu *controle* estão separados e se encontram diametralmente opostos um ao outro. [...] A *produção* e o *consumo* adquirem uma independência extremamente problemática e uma existência separada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 105). O sistema capitalista deve controlar e dominar a circulação de capitais para superar as contradições entre produção e circulação, dominando e subordinando o complexo social, “transcendendo não somente todas as barreiras regionais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 105) e esmagando os direitos humanos dos trabalhadores e de seus familiares. A primeira conclusão negativa que Mészáros destaca é a seguinte: “em todas as três situações mencionadas acima, o defeito estrutural do controle profundamente enraizado está localizado na *ausência de unidade*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 49). O capital tem um princípio regulatório: “o objetivo e o princípio orientador da produção se tornam: como assegurar a *máxima* expansão possível (e a correspondente lucratividade) na base de uma taxa de utilização *mínima*, que mantenha a *continuidade* da reprodução ampliada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 684-5).

Para Mészáros deve-se falar em “capital”, uma vez que não é correto falar apenas em “capitalismo”, porque “o primeiro abarca bastante mais que isto: ocupa-se, além do modo de funcionamento da sociedade capitalista, das condições de origem e desenvolvimento da produção do capital, incluindo as fases em que a produção de mercadorias não é abrangente e dominante como no capitalismo (MÉSZÁROS, 2002, p. 1029), como é o caso do capital financeiro. Na verdade, nos países do socialismo real, que Mészáros chama de “sociedades pós-capitalistas”, houve uma produção de mercadorias, mesmo que em uma pequena escala em comparação com o capitalismo, e permaneceu intocada a exploração do trabalho vivo, isto é, nunca aconteceu a socialização dos meios de produção, como foi prometida no período da experiência socialista na Rússia. Em essência, os trabalhadores permaneceram subordinados ao controle estatal de produção, como é o caso em países capitalistas. O objetivo de Lenin era melhorar as condições materiais de vida dos trabalhadores, mas ele só pôde realizar a revolução política e morreu no início da verdadeira revolução social. De acordo com Mészáros, Stalin não entendia que o trabalho precisava ser continuado.

O maior erro dos “sistemas socialistas” foi substituir a política e seu instrumento de operação, o partido, pela economia e seu instrumento de operação, o capital. Ambos os sistemas não funcionaram devido ao “inevitável fracasso da extração política forçada do trabalho excedente que naufragou na relutância de uma força de trabalho desmotivada e até hostil em muitos aspectos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 162).

Tendo adotado um sistema de produção industrial moderno, os “países socialistas” não poderiam operar sem o capital, então começaram – Mézáros sustenta que Stálin começou, após a vitória na guerra – a introduzir um ‘socialismo de mercado’, que acabou por abalar completamente todo o sistema, demonstrando que o sistema soviético não tinha nada a ver com o socialismo. A divisão do trabalho e a hierarquia a ela associada nunca foram superadas (MÉSZÁROS, 2002, p. 470). As reformas prometidas nos anos de 1960, no curso da queda do stalinismo, ainda estavam presentes no programa de Gorbachev – uma demonstração de que não haviam sido realizadas.

Mézáros concentra todo o seu livro na possibilidade de superação da existência do domínio do capital e na necessidade desta superação. Mézáros aborda a crise em curso afirmando que, na realidade, a crise que estamos enfrentando hoje não começou em 2008, mas tem raízes mais antigas, pelo menos na década de 1970. Trata-se de uma crise de domínio e de insuficiência em seu desenvolvimento, porque os países de capitalismo avançado estão limitados a reproduzir, ano a ano, o produto interno bruto existente, com pequenos crescimentos e colapsos repentinos. A falta de crescimento provoca uma diminuição da riqueza, para a qual o número de pobres está em constante crescimento e a exploração ilimitada do meio ambiente está comprometendo o futuro da humanidade. Assim, “necessitamos urgentemente de uma teoria socialista da transição [...] para que se reexamine o quadro conceitual da teoria socialista, elaborada originalmente em relação ao ‘cantinho do mundo’ europeu” (MÉSZÁROS, 2002, p. 37). Assim, a superação socialista do capital deverá ser global e social.

Um sistema de tal modo estruturado não é mais controlável porque o metabolismo social do capital não é apenas desprovido de uma unidade central, mas também a divisão entre o econômico e o social é determinada pelas leis internas do desenvolvimento do capital, que já não levam em conta a dimensão humana. Tudo o que se relaciona ao homem como homem e que não é em si submetido em sua existência ou em seu desenvolvimento à categorias econômicas é necessariamente negado. Assim, os dois principais pontos de fragilidade do capital globalizado, o meio ambiente e o homem, este último capaz de trabalhar, mas constrangido a um contínuo intercâmbio orgânico com a natureza, não são integrados ao sistema capitalista. A consequência é que serão continuamente negados ou ocultados, com o resultado de tornar o planeta cada vez mais inabitável e cada vez mais explorado pelo ser humano.

Além desses problemas, no livro são analisadas outras tendências da crise atual do capitalismo. Primeiro, "1) seu *caráter* é *universal* [...]; 2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* [...]; 3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*; 4) seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*" (MÉSZÁROS, 2002, p. 795-6). Além disso, para Mézszáros "devido à sua *necessária negação do futuro*, o sistema do capital está encerrado no círculo vicioso do curto prazo" (MÉSZÁROS, 2002, p. 175-6). Na prática, o capital não consegue programar sua existência longamente, no máximo por curtos períodos. A contradição mais explosiva do capital é a sua necessidade de ampliar a massa de consumidores e de diminuir o trabalho vivo (MÉSZÁROS, 2002, p. 658). Entretanto, se não houver distribuição de trabalho/riqueza, o consumo também colapsa e o crescimento do capital é posto em risco.

De fato, uma das características da produção capitalista refere-se à função do Estado, que a de é coordenar todos os microcosmos que compõem o sistema do capital, garantindo-lhes a máxima liberdade de produção, comércio e acumulação (MÉSZÁROS, 2002, p. 108) – mas de garantir, na prática, a autorreprodução destrutiva do capital em inúmeros setores. Assim, grandes massas de trabalhadores são empurradas, cada vez mais, para o mundo do trabalho, em formas de trabalho cada vez mais alienantes. A emancipação das mulheres foi assim transformada em um instrumento suplementar de exploração da força de trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p. 266) e uma verdadeira emancipação feminina continua um objetivo a ser alcançado.

Todo controle desta liberdade deve ser garantido (*contrattato*) e é frequentemente considerado pelas personificações do capital como um limite incompatível com o funcionamento do sistema sociometabólico do capital. Por esta razão é necessário estabelecer órgãos não estatais que atuem no terreno do Estado, até a sua negação: "o fenecimento do Estado" – que "é inconcebível sem 'o fenecimento do capital' como regulador do processo sociometabólico" (MÉSZÁROS, 2002, p 594). Não é uma tarefa fácil, mas tem de começar a ser operada fora do âmbito do Estado. Atualmente o capital destrói o Estado de Bem-Estar social e age extraparlamentarmente contra o mundo do trabalho: as instituições políticas não conseguem fazer frente a ofensiva do capital. A complexidade do capital continuamente coloca em crise a possibilidade de um controle social concreto (MÉSZÁROS, 2002, p 974).

Para Mézszáros, portanto, a superação do capitalismo é uma necessidade urgente do presente, se a humanidade quer libertar-se da exploração e ter um projeto de vida

neste planeta, mas para atingir esse objetivo, a superação da divisão do trabalho é condição mínima.

O livro é, assim, dedicado, em parte, à análise do nascimento do socialismo moderno, à retomada marxista de alguns conceitos de Hegel, a posições críticas de Lukács e algumas outras figuras representativas da tradição socialista e marxista e, finalmente, na redefinição de alguns conceitos fundamentais do novo socialismo, com o objetivo de completar o trabalho crítico de Marx (MÉSZÁROS, 2002, p 45). Entre as muitas observações de Mézáros, trago à tona uma assertiva típica de Hegel, mas que é um slogan real para qualquer postura futura daqueles que querem superar, na raiz, os problemas da vida humana: “realização dos objetivos socialistas globalmente difundidos na devida escala é inconcebível sem a *dialética da quantidade e da qualidade* em todo o complexo das relações da reprodução social em que estão integradas a ciência e a tecnologia” (MÉSZÁROS, 2002, p 266). É assim legitimado um sistema real de controle da realização de qualquer objetivo que se pretende socialista. Eu diria que é mesmo claramente possível a essência de um futuro no socialismo.

Mészáros também define os objetivos do futuro socialismo:

1. a regulação da atividade reprodutora biológica, mais ou menos espontânea e imprescindível, e o tamanho da população sustentável, em conjunto com os recursos disponíveis;
2. a regulação do processo de trabalho, pelo qual o indispensável intercâmbio da comunidade com a natureza produz os bens necessários para gratificação do ser humano, além dos instrumentos de trabalho, empresas produtoras e conhecimentos pelos quais se pode manter e aperfeiçoar esse processo de reprodução;
3. estabelecimento de relações adequadas de troca, sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser associadas para otimizar os recursos naturais e produtivos (inclusive os culturalmente produtivos);
4. a organização, a coordenação e o controle das múltiplas atividades pelas quais se asseguram e se preservam os requisitos materiais e culturais para a realização de um processo bem-sucedido de reprodução sociometabólica das comunidades humanas cada vez mais complexas;

5. a alocação racional dos recursos humanos e materiais disponíveis, combatendo a tirania da escassez pela utilização econômica (no sentido de economizadora) dos meios e formas de reprodução da sociedade, tão viável quanto possível com base no nível de produtividade atingido e dentro dos limites das estruturas socioeconômicas estabelecidas; e
6. a promulgação e administração das normas e regulamentos do conjunto da sociedade, aliadas às outras funções e determinações da mediação primária (MÉSZÁROS, 2002, p 208).

Mészáros pretende a libertação de indivíduos como indivíduos, não como personificações do capital; indivíduos que possam dar vida a uma ação comum, a um movimento plural. A atividade dos indivíduos associados será “a riqueza da produção” contra a “produção de riqueza” alienada e reificada, ou seja, pelo trabalho os indivíduos irão garantir a sua reprodução, e não a do capital. Trata-se de propor, como Marx sinalizava, que a qualidade da produção (produtividade) subordine a quantidade de produção. Isto é possível a partir da instabilidade da relação capital/trabalho e do seu antagonismo mútuo.

A definição de tais objetivos universais, mas ao mesmo tempo tão precisos, implica a superação de certos esquemas, como por exemplo um socialismo nascido da luta e a hegemonia de uma única classe. Agora as vítimas do capitalismo globalizado devem voltar a refletir sobre os objetivos de um futuro socialismo; vítimas não só pelo pertencimento de classe, mas também pelas formas, mais sofisticadas, de exploração a que estão sujeitas. A revolução contra a exploração começa a partir de uma constatação: a exploração não é uma condição de existência universal, o planeta Terra não dispõe de recursos que a possibilitem, os seres humanos não têm de aceitá-la se almejam um futuro como humanidade. A resistência ao capital é uma luta pela vida. A extensão do fenômeno da globalização significou que o capitalismo reduz à condição de vítima do sistema mesmo aqueles que realizam funções ou tarefas distintas, mesmo opostas em si. O socialismo nasce, assim, da necessidade de preservar a esfera mais humana do ser humano, sem objetivos mais específicos ou particulares, porque a exploração do planeta e do ser humano chegaram a níveis que são agora intoleráveis. É fácil entender que o corpo do homem ou o meio ambiente em que ele vive é a esfera mais humana do ser humano. Mészáros conclui com uma observação, que é um convite: “o significado do pluralismo socialista [...] emerge precisamente da capacidade das forças participantes de *combinar*, num todo coerente com implicações socialistas *em última análise* inevitáveis, uma grande variedade de demandas e estratégias parciais que,

em si e por si, não precisam ter absolutamente nada de *especificamente socialista*" (MÉSZÁROS, 2002, p. 818). A revolução socialista "deve subordinar todos os elementos da sociedade", como Marx (2011, p. 217) recorda nos *Grundrisse*. A frente de luta é, portanto, tão ampla quanto numerosas são as vítimas do sistema, porque na realidade o capitalismo globalizado é a única "internacionalização" existente e efetivamente eficiente. A esta "internacionalização" do capital, as vítimas devem ser capazes de contrapor uma "internacionalização" sem barreiras de classe, ou de nação, ou de raça. Certamente não é uma tarefa fácil, mas é absolutamente necessária.

Referências

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

Recebido em 23/08/2018

Aprovado em 08/09/2018



PRODUÇÃO DESTRUTIVA E ESTADO CAPITALISTA

Por: Demetrio Cherobini

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. 105 p.



A teoria da crise estrutural do capital, de István Mészáros, despertou polêmica entre os estudiosos marxistas por se contrapor a algumas leituras consolidadas entre essa destacada tradição intelectual e política. Até aí, nenhum problema, visto que o confronto franco e aberto de ideias fecunda a discussão e estimula a produção do conhecimento, condição imprescindível para a efetivação plena e consequente daquilo que Marx chamou de *emancipação humana*. No entanto, observamos que algumas imprecisões em relação à avaliação da formulação mézárariana têm levado ao truncamento do debate, o que implica em barreiras consideráveis para que a polêmica se torne frutífera e concorra positivamente para o avanço dos esforços políticos daqueles que, na atualidade, se situam do lado proletário da luta de classes. Nesse sentido, acreditamos que uma leitura atenta do ensaio *Produção destrutiva e Estado capitalista* ajuda a dirimir boa parte dessas imprecisões.

O referido ensaio, aparecido no Brasil em 1989, analisa temas fundamentais, mais tarde amplamente desenvolvidos no principal livro de Mészáros, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, de 1995. Não por acaso, as reflexões contidas em *Produção destrutiva e Estado capitalista* foram inseridas no interior dessa obra maior e, por tal razão, revelam, sob a luz privilegiada do presente, elementos importantes do amadurecer da elaboração do filósofo a respeito do sistema do capital e sua crise estrutural.

Qual o x da questão? Em nossa opinião, há duas posições problemáticas. De um lado estão os leitores que acreditam que a teoria da crise estrutural designaria uma época histórica, iniciada em torno de 1970, a partir da qual o desenvolvimento das forças produtivas se mostraria difícil, ou até mesmo impossível¹. De outro lado aparecem os críticos segundo os quais a referida teoria seria incapaz de apreender a verdadeira dinâmica do capital, o que redundaria numa *negação* das célebres crises cíclicas², analisadas por Marx em sua obra de maturidade. Para nós, nenhuma dessas leituras se sustenta, como procuraremos demonstrar, sinteticamente, com base na argumentação apresentada em *Produção destrutiva e Estado capitalista*.

A premissa de que Mészáros aí parte é a da relação dialética existente entre produção e consumo no sistema do capital. Haveria, segundo o filósofo, uma *determinação recíproca*, envolvendo inúmeras mediações, atuando em ambos os polos dessa relação, sendo que o momento predominante caberia ao da produção (ou melhor, da *reprodução*) do capital.

Nesse contexto, é possível perceber que a assim chamada *crise estrutural* tem a ver com aquilo que Mészáros chama de *produção destrutiva* – ou como José Chasin (prefaciador do ensaio) diz: a *produção da destruição* -, que responde por uma conformação específica do movimento dialético que percorre produção e consumo. A produção destrutiva seria um meio desenvolvido pelo próprio capital para lidar com as contradições inerentes ao processo de superprodução (ou *superprodução crônica*, como o pensador húngaro a nomeia em algum ponto de seu texto).

Para delinear tais ideias, Mészáros lança mão de uma categoria que precisa ser entendida no contexto da sua argumentação, articulada com suas premissas e com as demais formulações aí desenvolvidos: a *taxa de uso decrescente*, que diz respeito, entre outras coisas, à quantidade proporcional de tempo alocado na produção de bens relativamente duráveis e de bens de consumo rápido. A taxa de uso decrescente, ou melhor, a forma como o capital manipula a taxa de uso decrescente – e ressaltemos que Mészáros compreende essa taxa como um fruto do próprio desenvolvimento da força produtiva do trabalho -, é fundamental para a definição do conceito de crise estrutural.

¹ Esta é a posição de Sérgio Lessa. Ver LESSA, Sérgio. *Alienação e estranhamento*. Apêndice a MARX, Karl. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

² Esta é a posição de José Martins. Ver MARTINS, José. *Império do terror: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

A taxa de uso decrescente, no interior da crise estrutural, não tem a ver exatamente com um "não uso" (embora isso possa ocorrer) da produção social, mas com algo mais específico: um *uso dissipador* (ou destrutivo) da mesma. Isso incide não só sobre os bens de consumo rápido ou os bens relativamente duráveis, mas em todas as relações sociais que formam o circuito incessante da autorreprodução do capital.

Mészáros explica que, para esse sistema, é indiferente se os sujeitos utilizam muito ou pouco, ou mesmo se utilizam, as mercadorias que são trazidas à luz no processo produtivo e vendidas na sequência. No entanto, a *linha de menor resistência* que o capital acabará adotando se definirá pela implementação do *uso dissipador*, visto que tal forma, nas condições atuais, é a que revela ser a mais adequada ao seu processo de reprodução sociometabólica. (Observamos, assim, que, de acordo com o filósofo húngaro, o processo de produção e reprodução do capital cria, em cada momento histórico, um tipo específico de uso, adaptado às suas necessidades).

Na atual época, tal processo se corporifica na *combinação* de *superprodução* e *subutilização* de capital, mas, sublinhamos, *superprodução* e *subutilização* no sentido *dissipador*, isto é, *destrutivo*, como mencionamos acima. Isso se verifica, articuladamente, nas mais variadas esferas do sistema, criando, entre outras coisas, força de trabalho supérflua, sucateamento de meios de produção, obsolescência planejada e o surgimento do *complexo militar-industrial*, o elemento mais importante para a apreensão da teoria da *crise estrutural*. De acordo com Mészáros, no contexto de tal crise, o complexo militar-industrial se estabelece como centro que organiza a dinâmica sociometabólica do capital.

O complexo militar-industrial, em forma institucionalizada, é eficaz em resolver o problema do imperativo radical de dissipação em larga escala de "bens perfeitamente usáveis", assim como do próprio capital. O sistema efetua, desse modo, uma "estratégia de realização" que não depende da demanda flutuante do mercado e não se atrela às limitações do valor de uso assentado sobre alguma necessidade que se possa considerar como verdadeiramente humana.

Daí Mészáros afirmar: "o objetivo e o princípio orientador da produção vem a ser: como assegurar a máxima expansão possível (e a correspondente lucratividade) na base de uma taxa de uso mínima, que mantenha a continuidade da reprodução ampliada?" – frisemos, aqui, os seguintes termos: *produção*, *expansão*, *lucratividade* e *reprodução ampliada*: em nossa opinião, é essa a passagem que melhor permite

descartar a interpretação de que a teoria da crise estrutural se definiria pela dificuldade ou ausência de desenvolvimento das forças produtivas.

Sob tais condições, diz o filósofo húngaro, verifica-se a "transformação radical da produção genuinamente orientada para o consumo em destruição". Realiza-se, conseqüentemente, de maneira generalizada, um "crescimento cancerígeno", uma "produção-dissipadora", que adota uma forma extremada de desperdício, "isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados como meio dominante de ordenação do capital superproduzido". Nesse contexto, *consumo* e *destruição* se tornam equivalentes funcionais. O capital se realiza, assim, na destruição.

Mészáros retoma, aqui, a reflexão estabelecida anteriormente por Rosa Luxemburgo sobre a produção-militarista, mas diz que o que se verifica hoje é algo mais ricamente determinado, justamente o *complexo militar-industrial*, cuja complexidade é dada pela relação íntima e visceral que tal sistema mantém com o *Estado capitalista*. Nesse sentido, o filósofo ressalta que, depois do segundo pós-guerra, as transformações das estruturas produtivas, realinhadas paralelamente com o Estado, fizeram com que "a própria Nação" corporificasse em si uma fusão de produtor/comprador/consumidor, política e ideologicamente legitimada, adequada às necessidades expansivas do sociometabolismo do capital.

Nesse contexto, a posição e as ações econômicas e políticas dos *EUA* desempenham um papel-chave para a definição da crise estrutural, na medida em que esse país se constituiu, em razão das circunstâncias históricas, como o centro do sistema mundial do capital. Assim, segundo Mészáros, apesar de o complexo militar-industrial já ser algo em progressão no início do século XX, a sua adoção geral só aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial, sendo os *EUA* o lócus onde esse sistema exerce, desde então, a posição dominante. É aí que se situa a etapa mais desenvolvida do fenômeno em questão, a materialização consumada da fusão entre a dinâmica produtivo-destrutiva do capital e a Nação produtora/compradora/consumidora do complexo militar-industrial, fato que, por certo, desencadeia conseqüências graves para todo o planeta.

Cabe, agora, a pergunta: esse quadro, de crise estrutural, elimina a teoria das *crises cíclicas*? De forma alguma, e aqui chegamos ao ponto, talvez, mais importante da reflexão de Mészáros: aquilo que o autor chama de *continuum depressivo*, que nada tem a ver com o estancamento ou a não retomada da superprodução de capital, nem com o não desenvolvimento das forças produtivas, e sim com a combinação de

administração das crises e autorreprodução destrutiva do capital, no sentido que acima expusemos.

Mészáros diz que, no contexto da autorreprodução destrutiva do capital, as crises não são eliminadas, mas “administradas” (isto é, produzidas e manipuladas intencionalmente) e “estendidas”, “tanto no sentido temporal, como no que diz respeito à sua localização estrutural no conjunto global”. E complementa afirmando que, enquanto o capital e seu Estado tiverem sucesso na imposição de seus interesses, a tendência é de que “não haverá grandes tempestades [isto é, como a crise de 1929] a intervalos razoavelmente distantes, mas precipitações [isto é, crises cíclicas e periódicas] de frequência e intensidade crescentes por todo lugar”.

Portanto, podemos verificar que o conceito de *crise estrutural* não só não elimina o conceito de crise cíclica, como o engloba. Com efeito, Mészáros afirmou, mais tarde, quando da ocasião da crise econômica de 2008, o seguinte:

Capitalismo e crise são sinônimos. Marx disse isso muitas vezes. Mas ele estava a falar acerca de crises cíclicas. O capitalismo tem crises regularmente. Marx utilizou mesmo a expressão: estas crises descarregam-se numa tempestade. Então estamos de volta ao normal, por assim dizer. Um bocado de capital excedente é destruído, e pode-se começar todo o jogo outra vez, até que se atinja um ponto de superacumulação, e então uma nova descarga torna-se necessária. É isto que temos estado a viver. Agora, o nosso grande privilégio, se se quiser, é que temos ambas. Temos tanto a crise cíclica, como esta profunda e sempre em aprofundamento crise estrutural de todo o sistema, o sistema total do capital (Cf. MÉSZÁROS, 2017).

Vemos, assim, de modo conclusivo, que Mészáros não está negando a teoria das crises cíclicas (com sua correspondente “destruição produtiva”), mas integrando-a dialeticamente à teoria da crise estrutural (e a sua conseqüente *produção destrutiva*).

Atentemos, apenas, para a grande novidade da coisa: enquanto que nas crises cíclicas, materializadas no ponto mais alto do ciclo da superprodução de capital, a destruição se manifestava como meio para a renovação e retomada de todo o processo, no contexto da crise estrutural (que não elimina, como mostramos, as crises cíclicas, mas que se serve delas), sob o domínio da produção destrutiva e a afirmação radical do complexo militar-industrial, a destruição não representa a saída da crise, mas a própria locomotiva devastadora e impiedosa da dinâmica de reprodução sociometabólica do capital.

Com tal formulação, Mészáros se inscreve na melhor tradição revolucionária marxista, aquela que se empenha em criar novos conceitos e categorias, com o objetivo de apreender a realidade concreta para enfrentá-la e superá-la. A criação de

novos conceitos e categorias (e não somente a repetição dos antigos), para fins práticos de transformação do mundo, foi algo primado por Marx, e não faria sentido imaginar que o filósofo de Trier pretendesse que não adotássemos a mesma postura intelectual e política para o enfrentamento da ordem do capital.

Referências

MÉSZÁROS, István. **Crise dual**. Londres: 2008. Disponível em <http://resistir.info/meszáros/dual_crisis.html>. Acesso em 09/11/2017.

_____. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. 105 p.

Recebido em 19/11/2017

Aprovado em 03/08/2018

Artigos





TRABALHO PRECÁRIO E FORMAÇÃO DO TRABALHADOR: a precariedade como modo de ser

Hugo Leonardo Fonseca da Silva¹

Resumo: neste ensaio teórico problematizo a questão da precarização do trabalho e do trabalho precário, indicando esta categorização como continuidade das críticas à capacidade heurística da teoria marxista. As formulações teóricas sobre o trabalho precário não conseguem determinar de modo concreto a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperativas do trabalho assalariado, da exploração, da extração de mais-valor e da alienação do trabalho, conforme as elaborações de Marx. Sob uma aparência crítica das atuais relações de trabalho e da organização da produção, a tese do trabalho precário sustenta a hipótese de construção de um novo contrato social que seja capaz de reatar os laços de solidariedade e coesão social nos marcos do capital, indicando traços de uma pedagogia da hegemonia sustentada pela crítica à precariedade tendo como horizonte a reforma do capital.

Palavras-chave: trabalho precário; teoria marxista; formação do trabalhador; hegemonia

PRECARIOUS WORK AND THE EDUCATION OF WORKERS: the precariousness as way of being

Abstract: in this theoretical essay we problematized the issue of work precarization and precarious work, indicating this concept as continuity of critical to the heuristic capacity of marxist theory. The theoretical formulations on precarious work can not to determine concretely the relationship between emerging expressions and the substantial forms of wage labor, exploitation, extraction of surplus value and the alienation of labor, as Marx did. According to a limited criticism of current moment labor relations and the organization of production, the theory of precarious work supports the hypothesis of building a new social contract that is able to renew solidarity relations and social cohesion within the capital system, pointing moments of a pedagogy of hegemony based on criticism of the precariousness recommending the reform of capital.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como Professor Adjunto da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás (UFG). É membro do quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação (FE) da UFG. É membro pesquisador do Práxis (FEFD/UFG); do Núcleo de Estudos Marxistas sobre Sociedade, Subjetividade e Educação (FE/UFG) e do Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade (IM/UFRRJ). E-mail: hgleofs@gmail.com



Keywords: precarious work; marxist's theory; education of workers; hegemony

TRABAJO PRECARIO Y LA FORMACION DE LOS TRABAJADORES: la precariedad como modo de ser

Resumen: en este ensayo teórico problematizamos el tema de la precarización laboral y el trabajo precario, indicando este concepto como una continuidad crítica de la capacidad heurística de la teoría marxista. Las formulaciones teóricas sobre el trabajo precario no pueden determinar concretamente la relación entre las expresiones emergentes y las formas sustanciales del trabajo asalariado, de la explotación, de la extracción de plusvalía y de la alienación del trabajo, como hizo Marx. Según una apariencia crítica de las actuales relaciones laborales y organización de la producción, la teoría del trabajo precario sustenta la hipótesis de construir un nuevo contrato social capaz de renovar las relaciones de solidaridad y la cohesión social en los marcos de la orden del capital, señalando elementos de una pedagogía de la hegemonía basada en la crítica de la precariedad que tiene como horizonte la reforma del capital.

Palabras clave: trabajo precario; teoría marxista; formación de los trabajadores; hegemonía

Introdução

No contexto histórico do capital sob o domínio de uma crise de caráter estrutural, os processos de reestruturação produtiva, de liberalização e financeirização do mercado mundial e de ajustes e reformas do funcionamento do Estado constituem-se como fundamentos para os preceitos de retomada da ampliação da acumulação de capital, bem como da recomposição da hegemonia do bloco histórico capitalista dirigido por uma burguesia de caráter cosmopolita. Nesse sentido, as transformações operadas no interior dos processos e relações de trabalho, da economia de mercado, do Estado e de sua institucionalidade, da organização da cultura e da própria sociabilidade expressam um conjunto complexo e multifacetado de ações e reações das forças do capital contra as formas organizadas (e não organizadas) do trabalho.

Portanto, observa-se, como exigência para a análise concreta do "novo" e precário mundo do trabalho (ALVES, 2000) e de seus desdobramentos sobre as demais dimensões da vida social, o recurso ao exame e a reflexão crítica da realidade social atual com base nos pressupostos da totalidade, historicidade e da contradição. Isso não significa propriamente uma questão gnosiológica ou epistemológica apenas, mas o desenvolvimento de um percurso analítico fundamentado na ontologia histórica do trabalho (LUKACS, 2013). Sendo assim, o complexo categorial expressa as formas

de ser e as determinações da existência dos modos históricos de produção e reprodução da realidade social (MARX, 2009).

Isto implica compreender o estágio atual das relações societárias do capitalismo não como o desenvolvimento imanente e necessário das forças produtivas, da técnica e das formas de organização da produção de forma a-histórica e naturalizada, mas como síntese convulsiva das contradições internas do modo de produção capitalista e de seu projeto civilizatório, com desdobramentos efetivos sobre as classes sociais em presença e seus conflitos. Portanto, mais do que o resultado do desenvolvimento inequívoco de um mercado sem fronteiras, hipercompetitivo e equilibrado, as mudanças no trabalho, no Estado e nas mais distintas esferas da vida social se constituem, na atualidade, como novas estratégias (e antigas estratégias renovadas) de dominação e hegemonia que dão o conteúdo da ofensiva das classes e frações de classe dirigentes do bloco histórico em composição no sentido de restaurar o capital (BRAGA, 1996).

Diante desse quadro, tanto no âmbito da teoria social quanto entre os formuladores de políticas sociais e econômicas, são elaboradas as noções ou os conceitos de precarização do trabalho e de trabalho precário com a finalidade de analisar e compreender os resultados das mudanças no mundo do trabalho e, portanto, na relação entre capital e trabalho. Tais teses expõem importantes expressões das atuais relações de produção e de reprodução do capital, dos processos de exploração do trabalho e do “novo tipo humano” que os recentes modelos de trabalho e de produção buscam formar/educar.

Entretanto, neste ensaio problematizo a questão da precarização do trabalho e do trabalho precário, indicando que esta conceituação está demarcada no âmbito da continuidade das críticas à capacidade heurística da teoria marxista e de suas categorias de análise para compreender a realidade social contemporânea inaugurada pelas teses sobre o fim da centralidade do trabalho. Baseadas numa análise de cariz eurocêntrica, as principais formulações teóricas sobre o trabalho precário não conseguem determinar de modo concreto a relação entre as expressões emergentes de degradação da atividade de trabalho e, sobretudo, dos trabalhadores e as modalidades imperativas do trabalho assalariado, do trabalho social total, da exploração, da extração de mais-valor e da alienação do trabalho, conforme as elaborações de Marx.

Sob uma aparência crítica das atuais relações de trabalho e da organização da produção, de maneira majoritária as teses do trabalho precário sustentam a hipótese

e o programa reformista de construção de um novo contrato social que seja capaz de reatar os laços de solidariedade e coesão social nos marcos do capital, indicando traços de uma pedagogia da hegemonia sustentada pela crítica à precariedade tendo como horizonte a reforma do capital.

A Morfologia da Precarização Social do Trabalho

O mundo do trabalho *aparece* hoje como um conjunto de relações e processos de precarização de dimensão ampliada, sendo as formas singulares de empregos precários o seu aspecto elementar. Por isso, a reflexão aqui proposta começa pela análise da precarização do trabalho.

Ao começar parafraseando o primeiro parágrafo do livro I de *O Capital*, de Marx (2013), busco enfeixar no debate a questão de que o que vem sendo reconhecido como um período sem precedentes de precarização do trabalho configura-se como o *momento aparente*² das relações e processos de trabalho no interior das relações societais capitalistas hoje.

Não proponho com isso a recusa dos diagnósticos e análises a respeito dos processos de precarização do trabalho em curso nos últimos “trinta anos perversos do capitalismo global”³, mas, sim, indagar se a compreensão estabelecida por parte das ciências sociais a respeito do movimento de degradação das relações e processos de trabalho em curso pela chave conceitual da precarização do trabalho tende a expor a morfologia dessa dinâmica sem adentrar nas determinações fundamentais que fazem avançar (e não recuar, como se pode observar em parte da literatura que aborda o tema) a contradição entre trabalho assalariado e capital e, portanto, as lutas de classes.

A atual conjuntura se caracteriza por uma crise de caráter estrutural e sistêmico da sociedade do capital, conforme aponta Mészáros (2002). Por ser estrutural e sistêmica, a crise em vigência afeta o núcleo central do modo de produção do capital

² Sublinho, não obstante, que a aparência se constitui como momento real e necessário da essência. A essência contém no seu interior a aparência como determinidade, como característica sensível e imediata, elevada ao nível da substância pelo processo de abstração (KOSIK, 2002).

³ Giovanni Alves (2013) cunha a expressão de “trinta anos perversos do capitalismo global” como manifestação histórica da ofensiva do sistema societário do capital sobre o mundo do trabalho, por meio das políticas neoliberais, da reestruturação produtiva e da recomposição da própria sociabilidade capitalista que vem ocorrendo desde os anos 1980. Ao estabelecer esta expressão, o faz em contraste com outra, os “trinta anos gloriosos” (1940-1970), que aparece na literatura como apogeu do capitalismo como sistema hegemônico.

ao atingir o funcionamento da sua dinâmica de acumulação e de valorização do valor. Embora seja factual que o sistema do capital se constitui por crises, o atual estágio das relações de produção e reprodução do capital não mais se caracterizam por ciclos de depressão, recuperação e expansão como foi possível notar ao longo dos séculos XIX e XX, mas por ciclos recessivos com desdobramentos planetários e, portanto, por uma *depressão contínua*. Crises cada vez mais recorrentes e em curtos períodos de tempo demonstram o seu caráter endêmico, cumulativo, crônico e permanente, além de tornar manifesto os limites dos mecanismos de administração política das crises de tipo neokeynesianos.

Como resposta à sua crise, o capital desencadeou, a partir de meados da década de 1970, um processo de reorganização de seus sistemas econômicos, políticos, ideológicos e culturais, cuja reestruturação produtiva, financeirização da economia e liberalização dos mercados, bem como os chamados ajustes neoliberais, se consolidou como suas estratégias mais evidentes. Esses mecanismos enfatizaram os processos de enxugamento do Estado no que tange às políticas sociais e seu crescimento no controle dos sindicatos e movimentos sociais e na abertura ao mercado, desmontaram o setor produtivo estatal, implementaram reformas legislativas buscando desregulamentar e flexibilizar as leis trabalhistas. Segue-se a isso uma intensa reestruturação da produção com o incremento de ciência e tecnologia e a adoção de novos modelos de gestão e organização da produção. Em larga medida, as respostas do capital à sua crise de valorização do valor têm significado uma ofensiva sobre os trabalhadores e as suas organizações políticas. Como afirma Alves (2014, p. 13):

A crise estrutural de valorização do valor colocou como movimento contratendencial principal, a necessidade irremediável de um novo patamar de desvalorização da força de trabalho como mercadoria. Por isso a precarização do trabalho afirmou-se no século XXI como *precarização estrutural do trabalho*.

Nesse sentido, a precarização do trabalho é o modo pelo qual o capital estabelece, para a classe trabalhadora, as condições para que se aceite trabalhar mais, em piores condições e recebendo menos por isso, conforme assinalam Antunes (2007), Bourdieu (1998), Druck e Thébaud-Mony (2007) e Vasapollo (2005). Presenciamos, por isso, um volume e velocidade enormes de mudanças nas formas da organização social do trabalho sem precedentes na história.

O mosaico dessas formas de trabalho que hoje constituem o mundo do trabalho é bastante amplo. Há uma generalização de modos de trabalho baseados em uma diversificada, complexa, fragmentada base de tempo, duração, intensidade,

contratos, formas de remuneração, setores interpenetrados (de que são exemplos, a indústria de serviços, a agroindústria, o agronegócio etc), redes e cadeias produtivas, novas mediações entre trabalhadores e mercado de trabalho por meio das empresas intermediárias, subcontratação e terceirização, etc. Ou seja, o trabalho assalariado parece ter se expandido e complexificado, e não contraído ou desaparecido, como preconizou Gorz (1982; 2004) em suas análises. Para Vasapollo (2005, p. 19), diferentemente do que afirma Gorz, “o trabalho não está desaparecendo, mas apenas foi modificado, dentro das novas regras da sociedade salarial do pós-fordismo”.

Análises que acentuam o caráter de novidade dessas formas de trabalho denominam-nas de trabalho precário ou precarização do trabalho⁴. As mudanças desencadeadas pela reestruturação produtiva, pela mundialização financeira do capital e pelas políticas neoliberais nos Estados nacionais flexibilizaram processos e relações de trabalho constituindo formas de emprego da força de trabalho de caráter inseguro, incerto, instável e arriscado, estabelecendo o que Demazière (2009, p. 114) analisa como um processo de “normatização do emprego instável”. Multiplicam-se os modelos de contratação, ou o trabalho hifenizado, conforme Beynon (2002), tais como: tempo parcial; contratos de duração determinada; empregos casuais ou intermitentes; empregos não assalariados informais; empregos clandestinos que envolvem, sobretudo, imigrantes; emprego assalariado não registrado; por conta própria; contratos de estágio e aprendizagem; trabalho voluntário; falsas cooperativas, entre outras.

Outro fator que caracteriza a precarização do trabalho é que ela atinge, de forma predominante e mais intensamente, a juventude trabalhadora (ALVES e ESTANQUE, 2012), a força de trabalho feminina (HIRATA, 2011) e as frações menos qualificadas da classe trabalhadora. No entanto, como se poderá perceber na continuidade do texto, a precarização do trabalho hoje é um fenômeno generalizado, incluindo um processo que Robert Castel (2008) vai conceituar de “desestabilização dos estáveis”.

⁴ Druck e Thebaud-Mony (2007) diferenciam a conceituação de trabalho precário/precariedade e de precarização do trabalho. Segundo as autoras, as análises que afirmam a existência do trabalho precário identificam a degradação das relações de trabalho (instabilidade, incerteza, imprevisibilidade, insegurança, adaptabilidade e riscos) como um estado inevitável diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, isto é, uma etapa ou situação já constituída e estabelecida, tanto no âmbito da organização social do trabalho quanto no quadro mais geral da economia e da sociedade capitalista. Já as análises que refletem sobre a precarização do trabalho identificam-no como um processo social em movimento, que suporta relações estruturais e conflitos políticos inerentes ao processo de exploração do trabalho no capitalismo atual, ou seja, uma nova configuração em transição.

Em síntese, a nova morfologia do mundo do trabalho está condicionada ao contexto de uma crise histórica do sistema do capital, que exigiu respostas deste para recompor seus mecanismos de acumulação e suas estratégias de hegemonia. Obviamente que há diferentes interpretações sobre o caráter dessa crise e mesmo das respostas. Porém, há tendências comuns nas diferentes abordagens do tema.

Dessas tendências, destaco duas. A primeira é de que a precarização do trabalho resulta do avanço do modelo de acumulação flexível (HARVEY, 1995) em substituição ao modelo rígido baseado no binômio fordismo/taylorismo. Nessa dinâmica, a flexibilização é

compreendida como processo que tem condicionantes macroeconômicos e sociais derivados de uma nova fase de mundialização do sistema capitalista, hegemônico pela esfera financeira, cuja fluidez e volatilidade típicas dos mercados financeiros contaminam não só a economia, mas a sociedade em seu conjunto, e, desta forma generaliza a flexibilização para todos os espaços, especialmente no campo de trabalho (DRUCK; THÉBAUD-MONY, 2007, p. 29).

Entendida como resultado das mudanças no modelo de regulação da economia e do Estado, a precarização do trabalho é identificada como um novo fenômeno de caráter mundial. O entendimento do que seja o trabalho precarizado, em larga medida, expressa os processos, relações e estruturas de *regressão* dos modelos de regulação das relações e condições do trabalho inerentes ao modelo de acumulação fordista-taylorista associado às políticas econômicas de recorte keynesianas do chamado Estado providência ou social (CASTEL, 2008; DEMAZIÈRE, 2009; PAUGAM, 2000; ESTANQUE 2012a; 2012b; BOURDIEU, 1998; STANDING, 2013).

O segundo aspecto que parece comum nas análises é que a precarização se estende da produção para as demais esferas da vida social, tomando uma forma de precarização social que tem como seu centro o trabalho. Não apenas as relações empregatícias são degradadas e os processos de trabalho intensificados, mas direitos sociais e trabalhistas são corroídos, expectativas e projetos de futuro dos indivíduos são frustrados, vidas são espoliadas pelo adoecimento laboral, enfim, um novo modo de vida precário parece emergir.

Daí ser possível hoje deduzir uma tipologia da precarização do trabalho (DRUCK, 2011) a partir dos seguintes elementos: vulnerabilidade das formas de inserção e aumento das desigualdades sociais; intensificação do trabalho e terceirização; precarização da saúde e segurança no trabalho; perda das identidades individuais e coletivas; fragilização das organizações dos trabalhadores; condenação e descarte do direito do trabalho.

No entanto, se há traços comuns as interpretações a respeito da precarização do trabalho não são consensuais e todas elas portam uma determinada concepção do mundo, para a qual o problema fundamental, nos termos de Gramsci (2001, p. 99), é o de “conservar a unidade ideológica em todo bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia”. A precarização do trabalho é um conceito em disputa na batalha das ideias e tal conflito expressa a luta por hegemonia política no âmbito da elaboração da concepção do real e, portanto, na questão da unidade entre as premissas teóricas e a vontade a ação políticas.

Exemplo disso é que, ao partir das mudanças constatadas nas formas de trabalho, autores têm indicado ou o fim da classe trabalhadora, apontando para a emergência de uma “‘não-classe’ de ‘não-trabalhadores’” (GORZ, 1982, p.16), ou para a emergência e processo de formação de uma nova (e perigosa) classe social nomeada de precariada (STANDING, 2013). Altera-se assim toda a estrutura de classes da sociedade capitalista e faz desaparecer a simplista e velha polarização entre operariado fabril e burguesia monopolista, formulações estas atribuídas supostamente a Marx⁵. Ao compreenderem assim a mudança na composição das classes sociais (ou o seu desaparecimento), eles deduzem também a crise dos movimentos sindicais, movimentos sociais e partidos das classes trabalhadoras ao acusarem, por meio de estatísticas, a redução das taxas de sindicalização no mundo todo ou a anexação dessas organizações às novas estratégias empresariais.

Portanto, se é certo que a problematização da precarização do trabalho em escala planetária traz novamente ao centro do debate das ciências sociais o trabalho como fundamento estruturante da vida social e individual, por um lado, parte dessas análises parece incorporar a polêmica sobre o fim da centralidade do trabalho a recusa do sentido ativo e transformador do trabalho e da classe trabalhadora de que fala Ricardo Antunes (2003), substituindo as lutas de classes pelo conflito entre Estado e mercado em suas diferentes modulações de regulação social.

Por outro lado, diferentes autores têm buscado demonstrar que as modificações que se acumulam no mundo do trabalho compreendem uma “nova ofensiva do capital na produção” (ALVES, 2000). Essa ofensiva de novo tipo se materializa: no

⁵ Antunes (2003) e Amorim (2006) estabelecem análises críticas sobre como as reflexões e elaborações teóricas de diversos autores como Gorz, Habermas, Offe, Kurz e Méda identificam e diagnosticam as transformações do mundo do trabalho como “sintoma” do esgotamento da sociedade do trabalho. As teses do fim da centralidade do trabalho criticadas por estes dois autores apresentam análises sociológicas para afirmar a hipótese política - com desdobramentos sobre as forças políticas e sociais do trabalho - de desaparecimento da classe trabalhadora e, portanto, de seu protagonismo nos processos de mudança social.

crescimento do desemprego estrutural e das “formas atípicas de trabalho”, isto é, o crescimento vertiginoso da precarização do trabalho (ANTUNES, 2007; VASAPOLLO, 2005); no novo modelo de acumulação centrada na flexibilidade da produção e do consumo (HARVEY, 1995); no emprego de uma base técnica assentada em novas tecnologias; na descentralização e dinâmica de desterritorialização/reterritorialização do capital produtivo e financeiro; nos novos modelos de organização e gestão do trabalho com base nos receituários do ideário japonês (*toyotismo*) e a propagação do *lean production*; na fragilização dos organismos políticos e sindicais da classe trabalhadora por meio da redução das taxas de sindicalização e da mudança de suas pautas para uma postura de negociação e envolvimento (ANTUNES, 1999; 2003; ALVES, 2000); e na permanente exigência de maior qualificação e escolarização baseadas nas lógicas da competência e da empregabilidade (FRIGOTTO, 1995; 1998; GENTILI, 1998). Nessa linha de raciocínio nem o trabalho perde sua centralidade, tampouco a classe trabalhadora deixa de ter um papel de protagonista nos processos de mudanças sociais, porém ambos passam por intensas transformações na sua forma de ser.

Pode-se perceber, portanto, que no embate teórico e político sobre os processos de precarização do trabalho há uma tendência de estudiosos⁶ em fetichizar o caráter de novidade no mundo do trabalho “a fim de caracterizar as rupturas que anunciam um novo tipo de sociedade – pós-capitalista, pós-moderna, pós-emprego, pós-fordista ou pós-neoliberal –, como se esse processo de mudanças tivesse uma evolução linear” (DRUCK, 2011, p. 55). É nesse sentido que, embora apanhem traços importantes das mudanças no mundo do trabalho, abordem aspectos característicos de um novo ordenamento produtivo, político e social decorrente da descaracterização dos modelos normatizados e típicos do trabalho no século XX, muitos estudiosos situam suas reflexões e análises no *momento aparente* dessa processualidade histórica.

⁶ A lista de autores é extensa e bastante plural. No entanto, três características são fundamentais em suas reflexões: 1) todos eles se baseiam em análises do cenário Europeu; 2) a origem do debate tem uma ascendência na sociologia francesa, conforme análise de Barbier (2005); 3) as abordagens estão assentadas numa economia política do reformismo. Entre esses autores, destaco neste trabalho: Robert Castel, Serge Paugam, Pierre Bourdieu e Elísio Estanque.

O Debate Sobre a Precarização: continuidade das teses sobre o fim da centralidade do trabalho

As profundas, extensas e intensas transformações pelas quais vem passando o mundo do trabalho nas últimas três décadas têm se constituído como objeto de inúmeras polêmicas, debates e análises teóricas e empíricas. Teses como “fim da centralidade do trabalho”, do advento de sociedades “pós-industriais”, “da informática” e “do conhecimento”, bem como aquelas do predomínio do assim chamado “trabalho imaterial” e da constituição de uma sociedade baseada numa economia de serviços em razão da ampliação do tempo livre das atividades de trabalho expressam o modo como parte da teoria social tem buscado analisar e explicar as formas concretas e históricas das recentes mudanças nas relações, processos e estruturas que envolvem a esfera social do trabalho. Mais do que isso, esse debate expõe o conteúdo e a forma pelas quais diferentes concepções têm apreendido as mudanças que estão sendo processadas.

Parte dessas concepções indica que o momento histórico representa uma mudança de caráter estrutural em seus aspectos fundacionais. Nesse sentido, estaríamos vivendo em uma época de transições na qual elementos centrais da chamada sociedade industrial estariam sendo superados. Essa análise está sustentada, sobretudo, na ideia de que há um deslocamento do processo industrial de mercadorias para o predomínio das atividades de serviço e financeiras mediadas pelas novas tecnologias da informática e das telecomunicações na esfera econômica, cujos resultados seriam a alteração substantiva nos modos de produção da riqueza, o que invalidaria suas teorias explicativas, sobretudo a teoria do valor-trabalho de Marx e, por consequência, a sua teoria das classes sociais (ANTUNES, 2003; AMORIM, 2006).

Claro está que o debate teórico está assentado na “batalha das ideias” que permeiam as distintas análises e explicações das metamorfoses objetivas que perpassam o mundo do trabalho em escala mundial. Essas interpretações estão presentes tanto na literatura, que faz a análise apologética de que tais mudanças se referem a um processo de “modernização” dos processos, organização e gestão do trabalho, quanto naquelas que tecem críticas à chamada reestruturação produtiva, devido ao seu caráter conservador e destrutivo em relação a direitos trabalhistas, condições de trabalho e vida da classe trabalhadora.

Na atualidade, um número significativo de estudiosos⁷ estabelece uma avaliação positiva dos processos de modificação introduzidos na esfera do trabalho, apontando para o esgotamento das atividades fragmentadas, parciais, repetitivas, hierárquicas compreendidas como próprias do industrialismo dos séculos XIX e XX e para o surgimento de atividades laborais mais complexas, que envolvem maiores níveis de qualificação e de escolarização, postos de trabalho enriquecidos e, portanto, trabalhadores polivalentes e participativos. Desse modo, a nova forma de ser dos “operadores” da produção, dos “colaboradores”, invalidaria as hipóteses e análises sobre o conflito de classes, pois se caracterizaria esse momento histórico como agentes de “colaboração” com o capital.

Uma das expressões teóricas das análises sobre as transformações do mundo do trabalho são as teses do trabalho imaterial. Tais teses sustentam uma polêmica de caráter teórico-metodológico, mas também concreta e objetiva, no que diz respeito à análise e explicação do atual estágio do modo de produção capitalista, das mudanças no mundo do trabalho e da estrutura das classes sociais (AMORIM, 2006; ANTUNES, 2003; 1999), implicando no questionamento das contribuições que o pensamento marxista teria para a compreensão da realidade contemporânea. A hipótese que apresento é a de que os conceitos de precarização do trabalho e de trabalho precário também possuem essa caracterização polêmica e problematizadora em relação ao pensamento marxista⁸.

A forma crítica pela qual vem sendo tratada a questão da precariedade do trabalho na literatura das ciências sociais está diretamente identificada com as chamadas formas atípicas do trabalho ou “formas particulares de emprego” (FREYSSINET, 2009).

O quadro de generalização de formas consideradas “atípicas” de emprego por todo o mundo desde finais da década de 1970 tem provocado o pensamento social e político, bem como analistas do Estado e de organismos internacionais a compreender e buscar alternativas ao crescimento da pobreza, exclusão e sofrimento que atinge amplas camadas de trabalhadores em razão das recentes

⁷ Neste texto, não pretendo desenvolver o diálogo crítico com os autores que tratam do processo de “modernização” como um novo estágio de sociabilidade e da transição para outra organização social, como é o caso de autores como Habermas, Gorz, Offe, Touraine, Tofler e Damásio. Para tanto, valho-me das considerações críticas estabelecidas a este respeito por Antunes (2003).

⁸ Ainda existem autores que, com base na teoria marxiana, buscam (re)construir o conceito de precarização do trabalho como categoria que expressa as determinações fundamentais do mundo do trabalho sob as condições da crise estrutural do capital (ANTUNES, 2007; 2002; ALVES, 2000; 2013; DRUCK, 2011).

transformações do mundo do trabalho e das dinâmicas da economia financeirizada que alteram o padrão de funcionamento do Estado. A superexploração do trabalho, a frágil malha de proteção do trabalho e social e a constituição de relações de trabalho marcadas por dinâmicas que articulam altos índices de informalidade associados a “ilhas” de produção modernizadas com seus empregos formalizados e protegidos são características comuns das nações configuradas por uma organização capitalista de caráter dependente⁹. O fato é que as nações centrais do capitalismo estão sendo afetadas por relações e processos semelhantes, provocando “espanto” e “admiração”¹⁰ nos setores intelectualizados, nos agentes do Estado e nos atores das instituições internacionais de concertação do capitalismo mundializado.

O caráter dessa expressão de assombro e surpresa face ao crescimento das chamadas “formas atípicas” de trabalho ou das “formas particulares de emprego” pode ser verificado na seguinte afirmação de Castel (2008, p. 21):

a situação atual é marcada por uma *comoção* que, recentemente, afetou a condição salarial: o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicidade de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, “inempregáveis”, empregados ou empregados de um modo precário, intermitente. De agora em diante, para muitos *o futuro é marcado pelo selo do aleatório*. (Grifos meus)

Em análises como as de Castel (2008), Paugam (2000) e Beck (2003), o modelo de controle político do capital desenvolvido durante parte do século XX, o chamado regime de acumulação fordista-taylorista, teria criado uma forma de empregos baseados em contratos de tempo indeterminado, vínculo empregatício com uma determinada organização privada ou estatal específica, carreira e salários indexados à negociação coletiva e produtividade; presença da organização sindical e direitos sociais e trabalhistas assegurados pela mediação pública do Estado e fundamentados

⁹ Florestan Fernandes (1975) observa que o capitalismo brasileiro (e latino-americano) é marcado por um caráter dependente como parte constitutiva da dominação externa de caráter imperialista. Os setores da burguesia nacional tiveram como estratégia central para o desenvolvimento das relações capitalistas no país a associação dependente ao capital externo, com desdobramentos vários sobre as relações econômicas, sociais, culturais e políticas no Brasil, dentre as quais se destacam: uma economia primarizada baseada na exportação de matérias-primas e de bens não manufaturados e na importação de bens de consumo, restrito a frações da burguesia e das classes médias; a concentração de renda, do prestígio social e do poder entre as frações de classe que têm papel estratégico no núcleo hegemônico de dominação externa; a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente; e o silenciamento das classes subalternas por meio da permanência e desenvolvimento de um ambiente político marcado pela autocracia do Estado.

¹⁰ Embora esteja tomando as expressões de “espanto” e “admiração” com ironia, considero também que elas conservam um núcleo racional, pois se trata de comportamentos que geram a *atitude crítica* da reflexão e do pensamento filosófico-científico, conforme Chauí (2003).

no estatuto do assalariado. Essas seriam características da sociedade salarial (CASTEL, 2008), que estaria em processo de decomposição em razão da crise do regime fordista-taylorista, abrindo uma era de precarização do trabalho e vida de amplos setores assalariados no mundo.

Não por acaso, tal “espanto” e “admiração” de intelectuais e agentes públicos¹¹ se expressam em análises críticas a respeito do novo padrão de organização e regulação das relações de trabalho baseado na sua precarização e dos desdobramentos que esta condição estabelece para o conjunto das relações sociais, notadamente a desconstrução dos modelos de regulação e proteção do trabalho e social, próprios ao Estado social do século XX que caracterizariam a chamada sociedade salarial.

Robert Castel (2010, p. 79), sobre a deterioração da sociedade salarial, assinala que:

Tratando-se de um processo, isto é, de uma dinâmica em curso de desenvolvimento, é difícil saber até onde pode chegar, e em que pode desembocar. No entanto, as comprovações mais recentes parecem inclinar-se por seu agravamento, dando credibilidade à hipótese mais pessimista, a de uma saída definitiva da sociedade salarial.

Porém, como sublinha o autor, é um erro apontar para o aniquilamento do regime do assalariado, assim como é um equívoco postular o fim da centralidade do trabalho. Para Castel (2010, p. 86), a grande transformação “que vem ocorrendo há vinte anos não é, como vimos, que existam menos assalariados, mas – e esta transformação é decisiva – que existam muito mais assalariados precários, ameaçados de desocupação, desestabilizados em sua relação com o trabalho”.

Robert Castel (2008) demonstra, em sua investigação, que o trabalho se constitui como fundamento da questão social. Nesse sentido, o processo histórico de metamorfose da questão social tem como seu corolário a mudança nos estatutos sociais do trabalho assalariado. Em sua crônica da sociedade salarial europeia, este

¹¹ No contexto atual, não há uma delimitação absoluta ente intelectuais e agentes públicos que atuam nas esferas do Estado ou dos organismos internacionais no sentido de reproduzir as condições de funcionamento da hegemonia do capital. Seria necessária toda uma investigação para identificar os trânsitos, as incorporações e os processos de transformismo de intelectuais (especialmente aqueles que se colocavam num espectro político de esquerda) que passam a exercer o papel de articulação entre estrutura e superestrutura no sentido de produzir um novo consenso. Por outro lado, é também necessário identificar e analisar os intelectuais que atuam no âmbito produção da contra-hegemonia, nas condições de um processo sócio-histórico contrarrevolucionário. Para uma análise do papel dos intelectuais na produção de um novo consenso, ver Neves (2010). Outra análise interessante é a que faz Braga (2003) sobre como intelectuais e acadêmicos que desenvolveram a chamada teoria da regulação se constituíram como agentes públicos com atuação direta no âmbito das reformas econômicas e trabalhistas na França.

autor expõe a longa *démarche* do trabalho assalariado na história, descrevendo os inúmeros conflitos, embates, processos de dominação e transições, que marcaram a passagem do trabalho de uma atividade marcada pela condição miserável e de marginalidade para a centralidade da vida social, capaz de garantir a própria coesão e solidariedade que sustentam os laços sociais. Porém, o cerne da reflexão de Castel é a deterioração da sociedade salarial, que se manifesta desde a década de 1970.

Castel (2008) não se propõe a analisar as causas da crise econômica, social e política que resultaram na precarização do trabalho como nova característica da condição salarial. Mas destaca que as altas taxas de desemprego associadas às chamadas “formas particulares” e “atípicas” de emprego têm se tornado um processo que se estende a toda a sociedade de maneira irreversível e que, por isso, não cabe mais caracterizá-las como algo que atinge apenas as franjas mais vulneráveis de trabalhadores. Para este autor, o desemprego e a precarização do emprego estão no centro das estratégias de modernização da economia e do Estado.

Portanto, o problema atual não é apenas o da constituição de uma “periferia precária”, mas também o da “desestabilização dos estáveis”. O processo de precarização percorre algumas das áreas de emprego estabilizadas há muito tempo. Novo crescimento dessa vulnerabilidade de massa que, como se viu, havia sido lentamente afastada. Não há nada de “marginal” nessa dinâmica. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno (CASTEL, 2008, p. 526).

Ao refletir esse processo como resultado das “novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno”, este autor compreende o progresso técnico como força motriz da história “deduzindo daí as mutações sócio-político-econômicas e suas consequências” (BRAGA, 1996, p. 59). Por isso, acaba desconsiderando o processo contraditório de reprodução das relações sociais de produção em seu conjunto e o papel das lutas de classes que condicionam essas relações.

Robert Castel (2008) observa ainda que a transição da sociedade salarial – e de seus mecanismos regulatórios de contenção da exploração selvagem do capitalismo concorrencial – para a sociedade do trabalho precário, dos supranumerários e dos desfiliaados, produz a degradação das relações de trabalho construídas durante o século XX, fazendo entrar em erosão a condição salarial, o estatuto de proteção social sustentado pelo chamado Estado social e os laços de solidariedade e coesão social que mantiveram o conflito entre capital e trabalho regulado sob normas tomadas pelo autor como civilizadas e progressistas.

Embora sejam tomadas como referência para análises críticas sobre o capitalismo contemporâneo, em particular naqueles estudos que buscam reafirmar a centralidade do trabalho no interior de uma nova fase do sistema do capital, as obras de Castel estão demarcadas por uma análise de recorte positivista. Castel (2008), assim como Paugam (2000), recupera como fundamento da análise da questão do trabalho noções e conceitos inerentes à sociologia positivista de Émile Durkheim, tais como solidariedade, anomia, divisão do trabalho social, integração profissional e coesão social. Suas análises e reflexões sobre a incerteza dos estatutos, a fragilidade do vínculo social e as noções de vulnerabilidade de massa, desfiliação e individualismo negativo “ganham sentido no quadro de uma problemática da integração social, ou da anomia (de fato, é uma reflexão sobre as condições de coesão social a partir da análise de situações de dissociação)” (CASTEL, 2008, p. 23). Nesse ponto, apresenta-se o principal problema para o autor: a coesão social no interior da institucionalidade democrática e a integração da classe trabalhadora.

Serge Paugam (2000), num registro analítico próximo ao de Castel, desenvolve estudo que dá prosseguimento às suas investigações sobre a “desqualificação social” no contexto francês, procurando analisar não mais as populações que estão à margem do mercado de trabalho ou aqueles que participam de programas de renda mínima de inserção, mas os assalariados que se caracterizam por alguma forma de integração profissional, sejam elas precárias ou não. Observou, em sua pesquisa, que o mundo do trabalho articula processos de precarização que afetam tanto as relações de emprego como as relações no trabalho constituindo o que ele denomina de “assalariados da precariedade”, caracterizados pela “crescente insegurança no emprego”, pela “interiorização de uma identidade negativa” e pela apatia política de um “radicalismo despolitizado”.

Para Paugam, os assalariados da precariedade expressam uma nova forma de integração profissional, que cruza instabilidade no emprego e insatisfação no trabalho, ampliando as experiências de sofrimento no trabalho, mas de maneira distinta daqueles processos de degradação ocorridos durante os “Trinta anos gloriosos”.

Ao diferenciar as relações e processos de trabalho na atualidade da lógica produtiva da sociedade industrial e da lógica de proteção do Estado providência, Paugam aponta o que ele considera como as duas dimensões fundamentais da precariedade do trabalho:

O assalariado é precário quando seu trabalho lhe parece sem interesse, mal retribuído e pouco reconhecido na empresa. A partir do momento que sua

contribuição à atividade produtiva não é valorizada ele experimenta o sentimento de ser mais ou menos inútil. Podemos falar então de uma *precariedade do trabalho*. Mas o assalariado é igualmente precário quando seu emprego é incerto e quando ele não pode prever seu futuro profissional. É o caso dos assalariados com contratos de curta duração, mas também daquele que possui o risco permanente de ser demitido. Essa situação se caracteriza ao mesmo tempo por uma forte vulnerabilidade econômica e por uma restrição, ao menos potencial, dos direitos sociais por que estes últimos são fundados, em grande parte, sobre a estabilidade do emprego. O assalariado ocupa, de fato, uma posição inferior na hierarquia do status social definido pelo Estado providência. Podemos falar, neste caso, de uma precariedade do emprego. Estas duas dimensões da precariedade devem ser estudadas simultaneamente. Elas remetem às evoluções estruturais da organização do trabalho, mas também às transformações importantes do mercado de emprego (PAUGAM, 2000, p. 356; tradução livre).

O processo de precarização do trabalho e do emprego que Paugam analisa coloca em questão o que ele denomina de democracia social, remetendo esta ideia aos pressupostos do Estado social europeu.

Já Ulrich Beck (2003) classificara ironicamente a precarização do trabalho no contexto por ele denominado de era da globalização como “um novo mundo feliz”. Para este autor, o declínio da sociedade do pleno emprego ocorre em concomitância com a expansão do trabalho por tempo determinado e inseguro e da informalidade nos países ocidentais que implantaram políticas de pleno emprego durante o século XX. Para Beck (2003, p. 9): “A consequência involuntária da utopia neoliberal do livre mercado é a *brasileirização do Ocidente*”¹². Em sua exposição, esse autor destaca a expansão da informalidade e dos estatutos precarizados de emprego, característicos da estrutura historicamente flexível e precária de mercado de trabalho no Brasil (KREIN, 2007), para as nações do centro do capitalismo que conseguiram estabelecer formas de regulação e proteção dos trabalhadores nas relações salariais.

Estamos assistindo a irrupção do precário, descontínuo, impreciso e informal nessa fortaleza que é a sociedade do pleno emprego no Ocidente. Em outras palavras: a multiplicidade, complexidade e insegurança no trabalho, assim como o modo de vida do sul em geral, estão se estendendo aos centros nevrálgicos do mundo ocidental (BECK, 2003, p. 9; tradução livre).

Ulrich Beck compreende que a emergência da precarização das relações de trabalho tem feito entrar em colapso o modelo de solidariedade social europeu, fazendo surgir a necessidade da constituição ou do fortalecimento de um novo tipo de trabalho que ele vai denominar de “trabalho cívico”. Algo semelhante ao que

¹² Além de um claro conteúdo eurocêntrico no termo utilizado pelo autor, o conceito ou a expressão “brasileirização do ocidente” carece de conteúdo na medida em que não apanha as determinações e particularidades do mercado de trabalho brasileiro ao mesmo tempo em que generaliza de maneira abstrata a condição do emprego protegido no contexto europeu.

Bourdieu (1998) chamou de braço esquerdo do Estado, isto é, setores de trabalhadores que atuam sobre a questão social – educadores, professores, assistentes sociais, profissionais da saúde – e que devem atuar no sentido de defesa e ampliação dos direitos sociais contra o processo generalizado de mercadorização das múltiplas esferas da vida social.

Refletindo sobre a precarização do trabalho como expressão das transformações das relações sociolaboriais, Estanque (2012) e Estanque e Costa (2012) analisam os reflexos desses processos sobre a estrutura de classes e sobre os movimentos sociais vinculados ao mundo do trabalho na Europa, sobretudo em Portugal. Para Elísio Estanque (2012, p. 3), “a precariedade não é senão a expressão mais direta de uma realidade concreta que retira segurança e direitos de proteção ao trabalhador assalariado”.

De modo semelhante à Castel, Paugam, Beck e Bourdieu, Estanque (2012, p. 2) analisam que a precarização generalizada do trabalho vem tornando o trabalho “atípico” em norma padrão do emprego no mundo. Destaca igualmente que “Estamos a assistir a uma corrosão, em larga escala, das instituições e a um preocupante recuo do Estado social sob o pretexto da sua urgente ‘reforma’”. Para este autor, o que está em questão com o advento da precarização do trabalho é o edifício social das democracias europeias e a coesão social que as sustentam.

Por outro lado, Pierre Bourdieu (1988), ao discutir a precariedade em termos da constituição de uma nova estratégia de dominação do capital no interior das relações sociais que ele classifica de “invasão neoliberal” ou do “reino absoluto da flexibilidade”, afirma que a “precariedade hoje está por todo lugar” e não apenas entre as frações da classe trabalhadora que se inserem à margem do mercado de trabalho formal. Esse autor recoloca a questão do conflito social presente no processo de precarização, observando que a precarização dos empregos e o desemprego caracterizam uma estratégia neoliberal de disciplinar os trabalhadores. Porém, indica, assim como os demais autores aqui analisados, que a orientação da resistência deve se efetivar no sentido de reconstruir o Estado social e a experiência de solidariedade europeia. Para Bourdieu, é necessário desenvolver o controle e a regulação do mercado pelo Estado (sociedade) e a instauração deste como espaço público do debate e das decisões coletivas racionais.

As reflexões elaboradas pelos autores supracitados face às metamorfoses do mundo do trabalho nas condições de crise do capitalismo¹³, cujo aspecto mais visível seria a precarização do trabalho, buscam pôr, na ordem do dia, a exigência de um esforço da sociedade e do Estado no sentido de restaurar as condições de funcionamento de um modelo social de regulação capaz de integrar economia de mercado livre e flexível e proteção social e do trabalho. Ou seja, seria preciso, para esses autores, renovar as condições do compromisso entre capital e trabalho, mediadas pelo Estado, no interior de uma nova temporalidade histórica baseada na acumulação flexível.

No que diz respeito ao papel institucional do Estado e das organizações da sociedade civil, há divergências entre os autores, porém não substanciais. Para Castel (2008), o principal agente de recomposição do compromisso entre capital e trabalho seria o Estado e sua institucionalidade jurídica e política. Em Beck (2003), há uma discussão em torno da sociedade civil e do espaço público, muito próxima das reflexões de Habermas sobre a esfera pública. Bourdieu (1998), Estanque (2012) e Paugam (2000) põem acento nos movimentos sociolaborais inerentes à nova condição do trabalho. Porém, em nenhuma dessas posições, aponta-se para uma alternativa para além do capital. O que estaria em conflito seria a alternativa do capitalismo europeu de caráter socioliberal contra o capitalismo neoliberal de recorte anglo-saxônico, ou seja, no limite haveria de se reorganizar as forças sociais em torno do conflito entre Estado social ou neoliberalismo.

Outra questão que merece atenção nessas abordagens a respeito do trabalho precarizado é a recusa das análises marxistas sobre as classes sociais e as lutas de classes. Para Castel (2008), a evolução da sociedade salarial desfez o conflito de classes em razão da integração dos trabalhadores e das perspectivas de mobilidade social que surgiram em virtude da promessa integradora baseada no trinômio: "(1) educação superior, (2) emprego/carreira profissional e, *last but, not the least*, (3) consumo como *ethos* consumista" (ALVES, 2013, p. 202). O conflito foi circunscrito pelas políticas do Estado e se tornou regulado. Para Castel, surgem, no lugar das classes sociais, blocos de interesses. A própria propriedade privada é posta em

¹³ É importante frisar que nem todos esses autores identificam que o capitalismo se encontra em crise. Em larga medida, Beck, Estanque, Castel e Bourdieu apontam para o fato de que o que se encontra em crise é o modelo de regulação produzido em meados do século XX, sobretudo: o modelo de produção baseado no binômio fordismo/taylorismo; o arranjo institucional que constituiu o Estado de Bem-Estar e o chamado compromisso fordista; o consumo de massa. Porém, para esses autores, o neoliberalismo (ou o modelo de regulação anglo-saxão) não se constituiria numa alternativa viável ao chamado modelo Europeu de regulação, que, embora em crise, deveria passar por um processo de reformulação. Sobre o sentido do caráter da crise contemporânea nas ciências sociais, ver Braga (1996).

questão em razão da propriedade coletiva garantida, na perspectiva de Castel, pela redistribuição do Estado. No lugar da propriedade, o autor indica o patrimônio como objeto de disputa pelos indivíduos e blocos, que pode ser mediado pela escola, pela cultura e pelas redes de sociabilidade como capital cultural e social.

Em outra interpretação sobre os desdobramentos da precarização do trabalho sobre a composição das classes sociais, Guy Standing (2013) chega a compreender que esse novo modo de ser da sociedade salarial estaria condicionando a formação de uma nova classe social: o precariado. Essa nova classe, considerada por esse autor como um perigo eminente para o modelo de sociedade democrática que foi consolidada no ocidente capitalista do século XX, deveria se constituir como o principal objeto de políticas sociais (“denominadas como política de paraíso”) para que um estado de barbarização social e o recrudescimento do autoritarismo – seja de feição de extrema direita ou esquerda – não se tornasse uma realidade.

Sob um registro diferente de Guy Standing, Estanque (2012) e Estanque e Costa (2012), ao contrário de considerarem os trabalhadores precários como uma nova classe perigosa, analisam que, a partir dessa nova condição de trabalho, há uma nova morfologia dos movimentos sociolaborais que revelam os limites do modelo sindical herdado do século XX para os novos desafios que afetam a classe trabalhadora. Exemplifica isso com os movimentos surgidos em Portugal (mas também em outros países da Europa), tais como: Precários Inflexíveis; Mayday; FERVE. Para esses autores, estariam surgindo novos movimentos sociais baseados nas relações sociolaborais precarizadas, com potencialidade de colaborar para a construção de um novo contrato social capaz de consolidar a democracia e recompor a cidadania salarial.

Não obstante as diferenças nas análises, é possível perceber uma unidade analítica nas considerações de Standing (2013), Estanque (2012) e Castel (2008). A condição de precariedade do trabalho exigiria uma renovação do compromisso entre capital e trabalho a partir de formas distintas de reinvenção do Estado providência e das políticas sociais que compensem o quadro de desestruturação do mercado de trabalho determinado pelos processos de reestruturação produtiva, pelas políticas neoliberais e pela financeirização mundializada da economia. Estaria em questão, para esses autores, o que Braga (2003) denominou de “nostalgia do fordismo”, ao estabelecer a análise crítica sobre as Teorias da Regulação, sobretudo a originária escola parisiense.

A crise do capital é apresentada como crise do regime de acumulação, do modo de regulação e do modelo de desenvolvimento de caráter fordista-taylorista. Essas análises acabam por suprimir "o momento da luta [e] o fordismo aparece não como parte e resultado da luta de classes no terreno da produção e sim como produto de uma institucionalização de relações econômicas capaz de impor 'coerções ao capital correlativamente à integração dos assalariados'" (BIANCHI, 2004, p. 181). Portanto, sob a aparente crítica do trabalho precarizado, sustenta-se uma ideologia da revolução passiva tal qual as teorias da regulação.

As expressões concretas dessa ideologia estão presentes nas políticas internacionais de concertação negociadas por organismos internacionais. Partindo de críticas sobre o processo de precarização do trabalho como as acima aludidas, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) estabeleceu, junto às nações signatárias, uma agenda de políticas de combate do trabalho precário e estabelecimento do Trabalho Decente, a partir de um amplo diálogo social entre trabalhadores, empresários e Estado.

Não menos importante são as medidas políticas de reajuste do mercado de trabalho e dos direitos trabalhistas denominadas de *flexiseguridade*, adotadas na Dinamarca, Espanha, Reino Unido e França e promovidas pela União Europeia. Essas medidas buscam conciliar flexibilização das organizações produtivas e mobilização de força de trabalho com a adoção de dispositivos que permitem aos trabalhadores garantias de segurança em suas trajetórias profissionais (FREYSSINET, 2009). Recentemente na América Latina, a flexiseguridade também passou a fazer parte das orientações da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) para a reestruturação dos mercados de trabalho e das políticas de Estado nesse continente, como forma de combater a precarização do trabalho.

Portanto, o conjunto de questões, tais como a recusa do sentido ativo e transformador do trabalho e da classe trabalhadora, a generalização da relação salarial como essência do trabalho e a compreensão do Estado como forma estrutural supraclassista são indícios de como as teorias sobre a precarização do trabalho dão continuidade ao conteúdo teórico e político-ideológico das teses sobre o fim da centralidade do trabalho.

Notas Sobre a Nova Pedagogia da Hegemonia e Revolução Passiva

A ampliação do desemprego e de formas precárias de trabalho na atualidade expõe as contradições internas do capital e os limites das alternativas por dentro da

ordem burguesa, especialmente aquelas de caráter desenvolvimentista e keynesiana que constituem o que Mészáros (2007, p. 125) chamou de “linha de menor resistência” do controle político da reprodução sociometabólica do capital.

No entanto, o embate teórico-metodológico e político-ideológico em torno da questão da precarização do trabalho torna visível que uma parte importante das análises que informam as reflexões teóricas e as ações políticas de combate a esse processo pressupõem a retomada de tal controle político e a colaboração das classes subalternas para a burguesia no sentido de restituir os ciclos de crescimento e produtividade e assegurar a coesão social.

Em larga medida, autores como Castel, Beck, Estanque e Paugam preconizam um processo de revolução passiva, ou seja, “a conservação dos fundamentos da velha ordem, [o que] implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo”, enfim, uma “complexa dialética de *restauração e revolução*, de *conservação e modernização*” (COUTINHO, 2008, p. 96).

Como busquei explicitar, os autores que se fundamentam nesses pressupostos para analisar a precarização do trabalho percebem esse fenômeno como uma novidade histórica, uma ruptura com a sociedade industrial e suas normas de regulação do trabalho. No entanto, se tomarmos as análises de Marx (2004; 2013) sobre as leis e tendências de gênese, desenvolvimento e crise do modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e circulação, poder-se-iam identificar todos os elementos que hoje vêm sendo considerados como “novidade” do mundo do trabalho, como parte orgânica e constitutiva do seu funcionamento. É o caso, por exemplo, das múltiplas formas de exploração da força de trabalho, das diversificadas jornadas e formas de pagamento de salários e do desemprego que produzem excedente de mão de obra como medida de contratendência em relação aos aumentos salariais.

É nesse sentido que análises distintas são feitas por Braga (2013) e Alves (2014) em relação aos processos de precarização. Para ambos os autores, a precariedade das relações salariais é apenas um aspecto da condição de precariedade que a própria relação salarial possui no modo de produção capitalista. Como afirma Alves (2014, p. 12), “a *precarização do trabalho* é um traço estrutural do modo de produção capitalista” e, por isso, “a força de trabalho como mercadoria está imersa numa precariedade salarial que pode assumir a forma histórica de *precariedade salarial extrema* ou a forma histórica de *precariedade salarial regulada*”. Portanto, compreender o movimento real desse processo passa pela apreensão da “correlação

de força e poder entre as classes sociais, isto é, a materialidade sócio-histórica da luta de classes”.

Ao analisar os limites presentes nas teses de Guy Standing e de Robert Castel, Ruy Braga (2013, p. 17) afirma que esses autores compreendem “a particularidade da cidadania fordista com a totalidade da relação salarial”. O autor afirma, pois, que “em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial”. Para ele, a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora protegida pelo compromisso fordista nos Estados Unidos e em parte da Europa ocidental existiu “às custas da reprodução da fração proletária não qualificada ou semiquificada, feminina, negra, jovem e migrante” nessas nações, mas, sobretudo, nos países dependentes na divisão internacional do trabalho.

Quando a questão política proposta pelas teses da precarização do trabalho é baseada numa nova regulação das relações salariais, os autores incorrem no equívoco de entender o trabalho apenas pela sua face abstrata, generalizando a relação salarial como essência do trabalho. Como afirma Marx (2010, p. 36): “A força de trabalho nem sempre foi uma *mercadoria*. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, *trabalho livre*”.

A questão é que o trabalho assalariado é o modo pelo qual a *atividade vital humana* (MARX, 2004) é controlada pelo capital. Não obstante, o trabalho permanece atividade vital humana, “condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana” (MARX, 2013, p. 261). Por isso, a precariedade do trabalho não corresponde apenas à relação salarial e aos seus modos de regulação.

Precarizar o trabalho é degradar o mundo dos homens, a vida social e individual. As mudanças se estendem do universo da produção (entendido em sentido lato) à vida social. Todo um modo de vida se constitui com base na precariedade. Alves (2014) chega a apresentar a hipótese de que se vive hoje um “modo de vida *just in time*”. A precarização social do trabalho consolida um estatuto histórico da chamada “condição operária” no período de crise estrutural do capital.

Dado esse quadro, a questão pela qual podemos nos questionar é: por que, apesar de tamanha precarização da sua atividade e de si mesmo, os trabalhadores continuam trabalhando, e cada vez mais produtivos? Esse questionamento põe em

evidência a problemática da educação como processo de reprodução das relações de produção, isto é, de que nas relações produtivas e sociais ocorrem práticas intencionais e sistematizadas de formação humana com a finalidade de desenvolver as subjetividades demandadas pelo projeto hegemônico de reprodução do capital sob as condições de sua crise estrutural, uma nova pedagogia da hegemonia, conforme Neves e Sant'Anna (2005). Portanto, a subjetividade do "novo tipo de trabalhador" tem a marca da precariedade como seu modo de ser, muito diferente da ideia bastante difundida na literatura de que no estágio atual trabalho e trabalhador estão mais qualificados.

A emergência das rebeliões da juventude escolarizada tem visto o logro da promessa integradora ser frustrada no capitalismo atual, as ondas de crescimento de greves entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, os movimentos sociais de resistência às medidas de austeridade dos organismos internacionais e os lampejos de solidariedade de classe que nascem entre trabalhadores estáveis, precários e desempregados acendendo o sinal de emergência para a burguesia internacional e sua *intelligentsia*. A dominação de classe que escorchou os trabalhadores a partir da década de 1970 precisa agora ser remediada com a produção do consenso ativo. É nesse sentido que a crítica ao trabalho precário tem se associado à economia política do reformismo, imbricando uma nova estratégia de revolução passiva, ou seja, uma recomposição da hegemonia do bloco histórico do capital, que exige a educação para "conformar técnica e eticamente as massas populares à sociabilidade burguesa" (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 26).

Entendo que a compreensão do que seja trabalho precário incide sobre elementos clássicos da teoria social, sobretudo da teoria marxiana, tais como: trabalho assalariado; classes e luta de classes; produção e reprodução; exploração do trabalho; processo de trabalho e processo de valorização e alienação do trabalho. A abordagem da teoria marxista e o retorno ao próprio Marx se fazem necessários para compreender as condições de permanência nas mudanças no mundo do trabalho e nas condições de trabalho e vida da classe trabalhadora ainda hoje.

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimento**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

_____. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, G.; ESTANQUE, E. (Orgs.). **Trabalho, juventude e precariedade:** Brasil e Portugal. Bauru: Canal 6, 2012.

AMORIM, Henrique José Domiciano. **Valorização do capital e o desenvolvimento das forças produtivas: uma discussão crítica sobre o trabalho imaterial.** Campinas (SP): 2006. 210 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho:** terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Edunicamp: Campinas, 2003.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARBIER, Jean-Claude. La précarité, une catégorie française à l'épreuve de la comparaison internationale. **Revue française de sociologie** 2/ 2005 (Vol. 46), Disponível em: <www.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-2005-2-page-351.htm>.

DOI : 10.3917/rfs.462.0351>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos:** reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BIANCHI, Álvaro. Uma crítica à economia política da terceira via. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 23, nov. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A nostalgia do fordismo:** modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **A restauração do capital:** um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

CASTEL, Robert. **El ascenso de las incertidumbres:** trabajo, protecciones, estatuto Del individuo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2010.

_____. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente:** ensaios sobre democracia e socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DEMAZIÈRE, Didier. Diversificação das formas de emprego e fragmentação das normas de emprego: o caso francês. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. (Orgs). **Trabalho flexível, empregos precários?** uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: EDUSP, 2009.

DRUCK, Graça; THÉBAUD-MONY, Annie. Terceirização: erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.) **A perda da razão social do trabalho:** terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESTANQUE, Elísio. Precariedade, sindicalismo e ação coletiva. **Configurações**, 9, 2012. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/1133>> Acesso em: 10 ago. 2014

ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes Augusto. Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais: In: CASACA, Sara Falcão. (Org.). **Mudanças Laborais e Relações de Gênero:** novos vetores de (des)igualdade. Lisboa/Coimbra: Almedina, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

FREYSSINET, Jacques. As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial: a experiência europeia. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. (Orgs). **Trabalho flexível, empregos precários?** uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: EDUSP, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 25-54.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

HIRATA, Helena. **Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão**. Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. spe1, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 fev. 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUKÁCS, Gyorgy. O trabalho. In: _____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, Istvan. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

PAUGAM, Serge. **Le salaríé de la précarité: les nouvelles formes de l'intégration professionnelle**. Paris: PUF, 2000.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Recebido em 29/08/2018

Aprovado em 08/09/2018



A EXPERIÊNCIA DO PRIMEIRO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM DANÇA NO BRASIL

Amanda Santos de Lima¹
Celia Regina Otranto²

Resumo: o artigo analisa o panorama da profissionalização da dança no Brasil, tomando como referência empírica o processo de implantação e desenvolvimento do Curso Técnico Integrado em Dança da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch (ETEAB). O foco da análise são as especificidades de um curso técnico de dança integrado ao Ensino Médio da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro. A partir de depoimentos de professores e fontes primárias, a análise aponta que o Curso Técnico em Dança da ETEAB incorpora a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, pois, além do técnico em dança, busca formar trabalhadores cidadãos, concebidos como sujeitos históricos capazes de transformar sua realidade social, tomando o trabalho como princípio educativo. Apesar de algumas dificuldades percebidas no desenvolvimento do Curso, a análise conclui que a formação oferecida é diferenciada devido aos avanços na integração entre formação profissional e formação geral básica.

Palavras-Chave: Profissionalização em Dança – Ensino Técnico – Ensino Médio – Ensino Integrado – Formação Profissional.

THE EXPERIENCE OF THE FIRST TECHNICAL COURSE INTEGRATED IN DANCE IN BRAZIL

Abstract: the article analyzes the professional training setup in Dance in dance in Brazil, taking as empirical reference the process of implementation and development of the Integrated Technical Course in Dance of the Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua como professora de Educação Infantil no Colégio Pedro II, Unidade de Educação Infantil Realengo. É pedagoga, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com experiência nas áreas de Dança, Coordenação Pedagógica, Educação Profissional e Educação Infantil. E-mail: amandasantos@hotmail.com

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com estágio pós-doutoral em educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como professora titular da UFRRJ, onde integra o quadro docente do Programa de Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) e lidera o Grupo de Estudos e Pesquisas da História da Universidade Rural (GEPHUR). É membro da Rede UNIVERSITAS, vinculada ao GT-11 “Política da Educação Superior” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), do qual é coordenadora. E-mail: celiaotranto@terra.com.br



(ETEAB). The focus of the analysis is the specificities of a technical course on dance integrated into the High School of public net teaching of Rio de Janeiro State. From the teachers' testimonials and primary sources, the analysis points that the Technical Course in Dance of ETEAB incorporates the intellectual dimension to productive work, because, in addition to the dance technician, it seeks to form citizen workers, conceived as historical subjects capable of transforming your social reality, taking work as a pedagogic principle. Despite some difficulties perceived in the development of the Course, the analysis concludes that the training offered is differentiated due to the advances in the integration between professional training and basic general forming.

Keywords: Professionalising in Dance – Technical Education – High School – Integrated Education – Professional Training.

LA EXPERIENCIA DEL PRIMER CURSO TÉCNICO INTEGRADO EN DANZA EN BRASIL

Resumen: el artículo analiza el panorama de la profesionalización en la danza en Brasil, tomando como referencia empírica el proceso de implementación y desarrollo del Curso Técnico Integrado de Danza de la Escuela Técnica Estadual Adolpho Bloch (ETEAB). El enfoque del análisis son las especificidades de un curso técnico de danza integrado a la formación secundaria en red pública de enseñanza del estado de Río de Janeiro. A partir de depoimentos de docentes y de fuentes primarias, el análisis señala que el Curso Técnico de Danza de ETEAB incorpora la dimensión intelectual al trabajo productivo, ya que, además del técnico de danza, busca formar trabajadores ciudadanos, concebidos como sujetos históricos capaces de transformar su realidad social, tomando el trabajo como principio pedagógico. A pesar de algunas dificultades percibidas en el desarrollo del Curso, el análisis concluye que la formación ofrecida se diferencia por los avances en la integración entre la formación profesional y la formación general básica.

Palabras clave: Profesionalización en danza – Educación Técnica – Escuela Secundaria – Educación Integrada – Capacitación Profesional.

Introdução

A luta por um espaço digno para a dança na educação não é tão recente, seja dentro ou fora do espaço escolar. Desde as primeiras escolas de dança e corpos de baile, criados para a disseminação do ensino de dança em ambientes diversos que acabaram se constituindo nos primeiros cursos profissionalizantes, até o surgimento dos cursos superiores de bacharelado e licenciatura, e, agora, com a chegada do primeiro curso técnico em dança integrado ao Ensino Médio no país (FAETEC, 2011), tal linguagem artística vem conquistando seu lugar e construindo um histórico, no mínimo, interessante.

A dança não é apenas atividade das classes nobres da burguesia, mas das mais variadas classes socioeconômicas. Porém, a exemplo dos cursos técnicos de dança

oferecidos no Rio de Janeiro, foi possível perceber que a classe que mais tem acesso ao estudo profissionalizante desta linguagem artística, tanto no passado quanto no presente, não está entre as menos favorecidas economicamente, a não ser por meio da oferta de bolsas de estudo, o que não compreende a maior parcela do público. O ensino de dança hoje é contemplado na área educacional de diversas formas e em ambientes distintos – escolas regulares, projetos sociais, academias, escolas de dança, são exemplos de instituições que trabalham com o ensino de dança de diferentes maneiras e com deversificadas finalidades educacionais, culturais e artísticas.

O terceiro setor vem se destacando na abertura de espaços para o ensino e apreciação da dança, se constituindo, na atualidade, como um dos mais promissores mercados de trabalho para os profissionais da dança. Strazzacappa (2009) ressalta que ainda são escassos os concursos nas redes públicas e as contratações na rede privada para professores de dança, destacando então a importância das escolas de dança para os profissionais da área, como também para os que querem estudar e/ou praticar dança. É muito comum que alunos recém-formados em cursos profissionalizantes ou não de escolas de dança se tornem professores na própria escola ou de outras. Vale destacar que, apesar de muitas escolas de dança empregarem bailarinos para dar aulas de dança sem que estes tenham a habilitação adequada, somente a licenciatura em dança forma professores de dança.

Nas escolas de dança, em geral, predomina o ensino do balé clássico, frequentemente acompanhado por outros estilos como *jazz*, *sapateado*, dança espanhola, dança afro-brasileira, dança contemporânea, entre outros. O ensino ofertado por estas instituições também é algo que merece ser problematizado, pois, conforme salienta Marques (2010, p. 28), “o modo com que a dança é ensinada – ou seja, as metodologias adequadas – podem fazer com que esse potencial da arte da dança seja ou não transformador”. Segundo a mesma pesquisadora, é preciso mais do que *contatos*. O encontro entre a dança e a educação deve ser dialógico, e para tanto, estabelecer *relações*, onde “a virtuosidade, o controle corporal individual, a exigência da perfeição na execução de passos” (MARQUES, 2010, p. 33) não sejam os principais produtos almejados.

Navas (2010) considera um passo fundamental o investimento em escolas públicas de Ensino Médio em arte/dança. Concordando com esta afirmativa e tendo como propósito aprofundar a compreensão e as análises do processo de formação do técnico de nível médio em dança, desenvolvemos a pesquisa ao longo do Curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos

e Demandas Populares – PPGEduc – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O estudo teve por objetivo identificar como a integração entre os ensinos médio e técnico, proposta pelo Curso Técnico em Dança da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch, estava acontecendo na prática e até que ponto se aproximava da proposta de superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual e entre educação profissional e formação geral. A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: observações participantes, entrevistas, aplicações de questionários e análise de documentos. As observações participantes se deram no decorrer das aulas de disciplinas de diversas áreas abordadas no currículo do curso em questão, como também nas reuniões pedagógicas. As entrevistas foram feitas com os seguintes profissionais da Escola: coordenadora do Curso Técnico em Dança, diretor da Escola Técnica Estadual (ETE) Adolpho Bloch e supervisora pedagógica do Departamento de Desenvolvimento da Educação Básica e Técnica (DDE) da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Os questionários foram aplicados ao corpo docente e discente. A análise de documentos foi direcionada, principalmente, para os seguintes documentos: plano de curso, grade curricular, ementas das disciplinas oferecidas, textos e materiais pedagógicos utilizados pelos professores.

Neste artigo buscamos trazer informações e provocar reflexões sobre como está se desenvolvendo o ensino de dança em diferentes instituições educacionais e, mais especificamente na educação profissional; apresentar um panorama da profissionalização em dança no Rio de Janeiro; e caracterizar a formação encontrada no curso técnico em dança integrado ao Ensino Médio da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch destacando seus diferenciais.

A Profissionalização em Dança

Das profissões reconhecidas pela sociedade contemporânea, as que são ligadas às artes são as menos estudadas (COLI, 2006). Há uma visão idealizada de “vocação” do artista, que colabora para a ocultação dos aspectos reais da carreira que “exige um árduo processo de disciplina [...], além do conhecimento de cultura geral” (COLI, 2006, p. 168). A formação do bailarino demanda tempo, dedicação, restrições, e requer um grande investimento inicial que deve acompanhá-lo em toda a sua formação.

A formação técnica de nível médio é um dos caminhos para a formação do artista da dança, mas não o único. Portanto, para além das escolas regulares e das escolas

de dança, que dispõem de determinados tipos de formação, os artistas se formam profissionalmente de outras maneiras:

As escolas, estúdios, academias têm como papel principal iniciar e propiciar a formação técnica e artística do futuro profissional da dança. Em geral, os estudantes de dança perfazem um percurso de estudos não sistematizados (pensemos numa estrutura curricular), ou sistematizados em métodos de formação específica relativos a uma determinada técnica, desenhados por graus de crescente complexidade. Aqui, como diria Strazzacappa (2003), as relações mestre-discípulo, artista-aprendiz caracterizam o aprendizado e são marcantes no memorial de cada um dos artistas. Seguramente, podemos afirmar que a maioria dos artistas da dança ainda desenvolve seus estudos e chega à profissionalização por essa via (TERRA, 2010, p. 73).

Em decorrência desta escassez de cursos técnicos de nível médio na área de dança, a profissionalização, neste nível, encontra outros caminhos para se efetivar, ocorrendo a validação desse processo por meio de sindicatos, que, segundo a avaliação de Terra (2010, p. 73), “sem diretrizes ou parâmetros norteadores não se encontram preparados para avaliar habilidades, atitudes e competências requeridas aos diferentes artistas da dança”. Para obtenção de um registro na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) como artista, há três formas:

Segundo a Lei nº 6.533/78, consideram-se três possíveis percursos de profissionalização:

- Após anos de estudos realizados no ensino não formal, nos chamados cursos livres e/ou de formação não reconhecidos pelo MEC (estúdios, academias, escolas, projetos, centros de formação), articulando-os as experiências de participação em apresentações e produções artísticas, o aspirante à artista da dança poderá obter seu registro profissional – o DRT – junto aos SATEDs (Sindicatos dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões) e SINDIDANÇAs (Sindicatos de Dança, casos de São Paulo e Rio de Janeiro);

- Um outro percurso é realizar a formação num Curso Técnico (2º grau) reconhecido pelo MEC e/ou pelas Secretarias Estaduais de Educação, os quais fornecem um diploma que levará o aluno a obter o DRT;

- Por último, tal percurso pode ser realizado num Curso de Graduação em Dança (3º grau); considerado também como ensino formal por ser totalmente fiscalizado pelo MEC; mediante o diploma de Bacharel em Dança o aluno realiza também seu registro profissional como dançarino na Delegacia Regional do Trabalho (TERRA, 2010, p. 72).

Como podemos verificar, os cursos superiores em dança são relativamente recentes. Por este motivo, e pela formação em dança acontecer muito comumente por outras vias que antecedem a formação universitária, diferente do que ocorre em outras profissões, “muitos dos alunos já chegam formados aos cursos, constituindo-

se em profissionais-alunos" (NAVAS, 2010, p. 59). No entanto, a dupla jornada de trabalho, tão comum no meio artístico, acaba influenciando na desistência de muitos jovens pela profissão/carreira. O fato, de acordo com Coli (2006, p. 37),

denota a situação instável e flexível das profissões ligadas às artes [...] Isto seria aprofundado em nossos dias, com as mudanças no mundo do trabalho em geral resultantes do processo de acumulação flexível do capital, especialmente depois de 1990.

É fundamental a compreensão de que o exercício da profissão de bailarino apresenta a particularidade, assim como no caso de muitos atletas, de ser uma carreira voltada para o jovem, pois começa a se constituir, muitas das vezes, quando os estudantes ainda são crianças e adolescentes. As oportunidades como bolsas de estudo no exterior e ingressos em companhias profissionais brasileiras e estrangeiras, se dão desde muito cedo.

Entendendo a necessidade desta formação "precoce", temos de pensar na qualidade de seu oferecimento. Conforme apontado por Navas (2005, p. 36 apud TERRA, 2010), faz-se cada vez mais necessária a regulamentação do ensino da dança, através da formulação de leis, que articulem "fiscalização, validação, reciclagem e manutenção de formações de qualidade". Pensemos, portanto, na formação profissional que pode ser oferecida a estes jovens: a formação profissional de nível médio através de cursos técnicos em dança.

A Formação Técnica de Nível Médio em Dança no Rio de Janeiro

Compartilhamos da mesma curiosidade que Ferreira (2010, p. 79), que traz a seguinte reflexão:

É extremamente curioso porque em nosso país, onde povo tem a dança como um componente forte da sua cultura, e de onde, o mundo profissional da dança internacional reconhece, saem tantos e tão bons bailarinos, há tão poucos Cursos Profissionais de Nível Técnico em Dança, cerca de dezoito inscritos no Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (CNCT).

Foi, exatamente, esta curiosidade que nos impeliu a pesquisar o assunto, buscando saber o número de escolas no local que elegemos para a pesquisa. Segundo o Sindicato dos Profissionais da Dança do Rio de Janeiro, até 2010, existiam em todo o estado do Rio de Janeiro, somente cinco escolas de dança com oferta de cursos de formação profissional. São elas: Escola Estadual de Dança Maria Olenewa, Escola de Dança Petite Danse, Ballet Dalal Achcar, Escola Angel Vianna e Centro de Dança Rio.

Dentre as citadas, somente a Escola Estadual de Dança Maria Olenewa é uma instituição pública, e nenhuma delas é uma escola regular, de educação básica.

No ano de 2011, finalmente foi implantado o primeiro curso técnico em dança integrado ao Ensino Médio, oferecido pela Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch (ETEAB). Diante da implantação deste curso e do crescimento dos cursos superiores (graduação e pós-graduação) na área, fomos levadas a acreditar que tal formação já não está mais sendo mantida na informalidade e vem avançando significativamente tanto quantitativa quanto qualitativamente. No entanto, isso não significa que não permanecem questões a serem discutidas, pois, se levarmos em consideração somente a formação técnica de nível médio, há muito a ser debatido, conforme apontado abaixo, por Ferreira (2010, p. 81):

Voltemos à questão da formação do bailarino através desses cursos. Será que, se forem formados apenas de um elenco de conteúdos de técnica de dança, mais algumas outras de caráter complementar, mais um corpo docente experiente (formado principalmente por ex-bailarinos), mais uma seleção rigorosa com base na técnica de dança proposta, estarão preparados para as novas propostas da educação? Será que assim não estarão visando só o mercado de trabalho? Será que estarão preparando os bailarinos para assumir seus novos papéis no mundo da dança?

Com o propósito de definir o Técnico de Dança, consultamos o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). De acordo com este documento, o Técnico em Dança é aquele que:

Desenvolve atividades ligadas à criação e execução de dança, atuando como bailarino, dançarino, diretor ou assistente de palco e contrarregista. Domina os diferentes gêneros e estilos de dança. Emprega técnicas de dança e recursos de improvisação, em espaços cênicos, como formas de expressão corporal (BRASIL, 2012a).

Conforme assinalado anteriormente, existem somente cinco escolas de dança que oferecem cursos técnicos na área de dança no estado, além da primeira escola de educação básica a oferecer tal formação de maneira integrada – todas localizadas no município do Rio de Janeiro, não havendo oferta de educação profissional em dança fora da capital do estado. Neste momento, nos detendo nas cinco primeiras, a questão que se coloca é: a formação que está presente nas escolas de dança que oferecem formação profissional na área seria voltada para a autonomia ou para a adaptação? Ou seja: Os alunos teriam uma verdadeira formação cultural ou uma semi-formação? De acordo com os dados que puderam ser levantados, apresentamos algumas considerações.

Conceito central na obra de Theodor Adorno, teórico da Teoria Crítica, a cultura ou a formação cultural (*Bildung*) apresenta um duplo caráter, podendo apontar para a autonomia ou para a adaptação (NOGUEIRA, 2006). O problema, conforme aponta Nogueira (2006, p. 93), é que "por vezes, esse duplo caráter é negado e a faceta da adaptação passa a ser hegemônica, trazendo com isso nefastas consequências para o homem". Ocorre assim, "uma interferência na apreensão da sociedade pelos seus 'sujeitos' pelo mecanismo da 'semiformação': seja com conteúdos irracionais, seja com conteúdos conformistas" (ADORNO, 1995, p. 21).

Esta diferenciação é colocada de forma semelhante também por Paulo Freire, que "tampouco tem a arte/dança como foco de discussão, mas não prescinde em suas reflexões e propostas da educação estética, da 'belezura', diz, necessária à educação crítica e transformadora" (MARQUES, 2010, p. 27). Marques (2010, p. 30), sustentando suas reflexões em Freire, procura apontar a diferença entre *contatos* e *relações*. Para a autora, muitas instituições professores "tem trabalhado mais em prol da manutenção do mundo (social, político e cultural/artístico) como ele está do que na tentativa de mudar, alterar, remexer, chacoalhar os cotidianos em que vivemos". Isto seria estabelecer somente um mero *contato* com a dança e a cultura, contato este que, provavelmente, irá resultar no que Adorno chama de *semiformação*.

Esta "semiformação" é chamada também de "semicultura" (*Halbbildung*), se constituindo não como uma etapa que antecede a cultura, mas como um empecilho a esta, pois não passa de uma estratégia burguesa de exercer o domínio através de um consumo não crítico, superficial e, portanto, conformador, não apontando para um processo de crescimento, mas sim reforçando o sentido de alienação (NOGUEIRA, 2006). Segundo Reis (2004, p. 231), para Marx, "o esteticismo exagerado da classe burguesa e o brutal ascetismo da sociedade capitalista compõem as duas faces de uma mesma moeda. Na concepção marxiana, a realidade capitalista é hostil à plenitude do desenvolvimento da capacidade humana de criar".

Assim, torna-se imprescindível o compromisso com uma verdadeira formação cultural, que "precisa levar em conta as condições a que se encontram subordinadas a produção e a reprodução da vida humana em sociedade e na relação com a natureza" (ADORNO, 1995, p. 19). A formação da subjetividade autônoma pela via da educação e da cultura nos parâmetros da sociedade burguesa necessita do apoio de uma crítica objetiva da própria formação social (ADORNO, 1995).

Seguindo a reflexão de Ferreira (2010, p. 83), endosso as perguntas feitas pela autora, se estariam estes cursos:

preparando alunos capazes de usar suas experiências cognitivas, não apenas na aquisição de destreza e de habilidades técnicas e de repertório de dança, mas também em uma maior compreensão da realidade? Estariam eles prontos não só para reproduzi-la pura e simplesmente, mas para ser capaz de compreendê-la, recriá-la e apropriar-se dela na construção de um novo conhecimento e de um novo ser?

Com exceção da Escola e Faculdade Angel Vianna, que oferece os cursos técnicos de “Bailarino Contemporâneo” e de “Reeducação motora e terapia através do movimento”, que têm a finalidade de formar profissionais preparados para o exercício da dança ou para o exercício da terapia através da dança, proporcionando uma visão global do ser humano, com disciplinas como história da dança, técnica teatral, improvisação e prática de montagem (ESCOLA E FACULDADE DE DANÇA ANGEL VIANNA, 2013 – *texto em html*), os demais cursos, das outras quatro escolas de dança, são centrados em uma formação clássica.

A Escola de Dança Petite Danse, por exemplo, oferece o “Curso Técnico de Bailarino para Corpo de Baile”, que apresenta certa diversidade de disciplinas teóricas e práticas (ainda que menor do que a dos cursos da Escola e Faculdade Angel Vianna), porém com predominância do *ballet* clássico, constituindo um total mínimo de 1.260 horas, incluindo estágio profissional supervisionado, sendo cursado em três anos. Pela avaliação descrita pela escola, podemos pensar sobre os objetivos desta formação:

O aluno deverá ser submetido a um exame de caráter clínico estetoanatômico, e a um exame de seleção físico no qual o candidato deverá demonstrar as suas qualidades inatas e coordenação motora, flexibilidade e musicalidade, sob a responsabilidade e orientação de um professor.

Prova de capacidade técnica relacionada à prática do Ballet Clássico.

O candidato que vier por transferência será submetido também, a uma prova de capacidade técnica para a série que irá cursar. O curso técnico será dado nos níveis 1º, 2º e 3º técnico clássico. (ESCOLA DE DANÇA PETITE DANSE, 2013, – *texto em html*).

Podemos perceber que a avaliação prioriza elementos relacionados à execução da técnica clássica e ao corpo do bailarino, não contemplando fatores como habilidades e conhecimentos relacionados à criação ou à reflexão crítica.

Tal como a Escola de Dança Petite Danse, o Ballet Dalal Achcar também pretende oferecer uma base clássica sólida, conhecimento diversificado da dança moderna, dança folclórica e outras expressões, assim como conhecimentos musicais, escrita da dança, história da dança, artes plásticas, artes cênicas (cenografia, maquiagem,

costumes, iluminação) e outros assuntos que o aluno irá acrescentando ao currículo na medida em que for definindo suas tendências, visando diplomar seus alunos como bailarinos profissionais. Nota-se novamente, portanto, a ênfase no ballet clássico e a ausência de conteúdos ligados a uma perspectiva que aponte para a criação, para a autonomia, ao invés da reprodução (BALLET DALAL ACHCAR, 2013 – *texto extraído da internet*).

Não poderíamos deixar de lado nesta discussão, a primeira escola de dança clássica fundada no Brasil, a Escola Estadual de Dança Maria Olenewa. “As escolas de bailado ou dança, de âmbito público, são espaços institucionais sobre os quais pesa a responsabilidade de uma complexa gama de aspectos sobre o ensino do balé” (MARINHO, 2010, p. 91). Tal escola foi fundada em 1927 e é a única escola de dança pública até hoje que oferece curso profissionalizante, merecendo sua história especial atenção. Vale destacar que a Escola Adolpho Bloch, foco desta pesquisa, não é uma escola de dança, e sim uma escola técnica que oferece o curso profissionalizante de dança.

Em 1975, a então diretora da Escola Estadual de Dança Maria Olenewa, Lydia Costallat, submeteu ao Conselho Estadual de Cultura um Currículo Básico e um Regimento, permitindo ser finalmente a Escola oficializada como Escola Profissionalizante de 2º Grau pelo Parecer 1937, de 10 de março de 1975, dando a possibilidade de oferecer aos seus alunos um Certificado reconhecido, sem deixar de oferecer cursos não profissionalizantes para diversas faixas etárias. Voltando a pertencer ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 1995 e após 36 anos funcionando na Lapa, retornou ao Prédio Anexo do referido Teatro em 2013, sendo este fato muito comemorado por toda comunidade docente e discente. Atualmente não se restringindo apenas ao ballet clássico, mas constando do seu currículo várias formas de dança, a escola continua até hoje no seu objetivo principal: o de formar profissionais da dança, através de um curso rigorosamente técnico (EEDMO, 2013 – *texto extraído da internet*).

Segundo reportagem da Revista Veja, centenas de meninas (e alguns meninos) se inscrevem todo ano para ingressar na escola, porém há somente cinquenta vagas para o curso preliminar. Esses candidatos têm de passar por um processo seletivo que avalia características como: flexibilidade, ponta do pé, musicalidade e criatividade. A própria diretora da instituição, Maria Luisa Noronha, destaca que são raros os alunos que chegam a se tornar bailarinos profissionais. (VEJA RIO, 16 de outubro de 2013). “Em 2013, apenas sete jovens receberão o diploma, dos 88 admitidos em fevereiro em diferentes turmas” (VEJA RIO, 16 de outubro de 2013, p.

36). Tal informação provoca uma reflexão sobre o processo pelo qual esses alunos passam no interior da instituição. É uma rotina rígida, que exige tempo, dedicação, restrições, mas será somente isso? "Na grande sala com pé direito alto, a única voz que seu ouve é a da professora [...] comandando as posições em francês. Focados em cada comando e com semblante sério, os alunos mantêm o silêncio e executam com afinco as determinações" (VEJA RIO, 16 de outubro de 2013, p. 36). Diante dessas informações, cabe questionar: Qual seria o perfil do aluno/bailarino que um curso como este busca? Que profissional quer formar?

É importante ressaltar que não pretendo afirmar aqui que tais cursos não oferecem uma educação de qualidade. Reconhecidos por sua tradição no ballet clássico, em sua maioria, oferecem uma excelente formação técnica para o bailarino. Não se trata de desvalorizar o ballet clássico, até porque "atacar a cultura erudita em nome de uma pretensa defesa da cultura popular é negar às camadas populares o acesso a um patrimônio do qual as elites vêm usufruindo há séculos" (NOGUEIRA, 2006, p. 95). O que se problematiza aqui é a falta de uma base crítica objetiva da própria formação social, entendendo que "é preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferenciado" (ADORNO, 1995, p. 27).

Ferreira (2010, p. 81), através de uma pesquisa entre os quatro primeiros cursos técnicos de formação de bailarinos da cidade do Rio de Janeiro, constatou que:

ao todo, do total de formandos nos últimos vinte anos, 3% trabalha ou trabalhou por um período como bailarino, 35% dedica-se ao ensino da dança, e 1% trabalham em áreas ligadas à dança (produção, figurinos, coreografia, etc.), concluindo assim que 61% dos alunos egressos não trabalham com a dança.

Tal constatação instiga ainda mais a reflexão sobre qual o papel da dança na formação deste grande número de jovens que a buscam (FERREIRA, 2010). Até mesmo sobre a formação em nível superior, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (1994) informam que "72% dos formados em curso superior em artes não trabalham neste campo" (VILELA, 2010, p. 118). Cursos de educação profissional em dança deveriam se repensar para que o aluno seja capaz de compreender que "o ensinar e aprender daquele momento não são um processo acabado, mas sim um caminho para que outros conhecimentos sejam produzidos, outras conexões sejam estabelecidas e outras ações desencadeadas" (FERREIRA, 2010, p. 81).

O campo das artes é visto como um campo incerto. "Os artistas sempre viveram na instabilidade, com trabalhos informais e precários" (VILELA, 2010, p. 112). A baixa valorização que se dá à profissão artística, sem dúvida alguma, pesa na escolha do jovem por uma profissão. Assim, muitos bailarinos que vivem a dança desde muito cedo, acabam tomando um rumo profissional que não a contempla. Pode-se perceber então, o "quão difícil é para o artista da dança se inserir como trabalhador em um contexto social mais amplo" (VILELA, 2010, p. 107). Daí o desafio que se coloca para as instituições que formam tais profissionais, dos quais será exigido "o domínio de certas especialidades (técnicas, por exemplo) e, ao mesmo tempo, a multiplicidade; a capacidade de trânsito e articulação entre saberes técnico-criativos, sensíveis e inteligíveis" (TERRA, 2010, p. 74).

Estariam os cursos técnicos das escolas de dança abordados aqui, tal como questiona Marques (2010, p. 30),

satisfeitos com a fome, com as epidemias, com o aquecimento global, com os conflitos religiosos, com a corrupção, com o racismo, com o assédio sexual, com a generalização da violência, com a precariedade dos serviços públicos educacionais, com a insipiência das políticas públicas culturais...? Ou simplesmente nunca pensaram sequer na hipótese de que suas aulas de dança estão – quer queiram ou não – relacionadas às grandes questões e desafios da contemporaneidade?

É preciso, segundo a autora, o compromisso dos professores e instituições de educar intérpretes (alunos) criadores, conhecedores de seus corpos, autores de suas danças, singulares em suas atuações – consequentes e posicionados em suas histórias corporais pessoais e coletivas.

A dança enquanto linguagem artística tem o potencial de fornecer lentes diferentes e diferenciadas para conhecermos, desconstruirmos, refletirmos e agirmos sobre os cotidianos multifacetados do mundo em que vivemos. A dança enquanto arte do/com/pelo corpo, quer seja em situação educacional, educativa ou pedagógica carrega *em si mesma* o potencial de transformação dos cenários cotidianos sociais (MARQUES, 2010, p. 28).

Diante de tais reflexões e constatações, cabe questionar: será que um curso técnico em dança oferecido de forma integrada ao Ensino Médio em uma escola pública de educação básica proporcionaria outro tipo de formação? Esta é uma das perguntas que pretendemos responder com a presente pesquisa.

O Curso Técnico em Dança da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch

Um novo curso oferecido pela Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch (ETEAB), localizada no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, constitui-se como o primeiro curso técnico em dança integrado ao Ensino Médio no Rio de Janeiro e o primeiro, entre todos os cursos das mais diversas áreas oferecidos pela FAETEC, com currículo integrado ao Ensino Médio, tendo aberto sua primeira turma em fevereiro de 2011, com 22 alunos.

A escola se constitui como uma unidade privilegiada com cursos ligados à comunicação, possuindo, até o final do ano de 2012, um total de quase 1000 alunos matriculados. Em 2013 todos os cursos iniciaram o ano com currículos integrados, sendo que o curso de dança abriu sua primeira turma em 2011 já de forma integrada, antes de todo esse movimento na rede. Apesar da implantação de currículos integrados se tratar de um movimento atual, verifica-se no Projeto Político Pedagógico da escola de 2004, que dentre os objetivos específicos está o de “valorizar o currículo integrado, trabalhando com conceitos de interdisciplinaridade e contextualização” (ETEAB, 2004, p. 6).

Segundo relato de Rosane Campello, coordenadora do curso, em entrevista realizada em 24 de outubro de 2013, quando a proposta do curso foi apresentada à FAETEC, Márcia Farinazo do Departamento de Educação, lhe contou que haveria a mudança na rede para o ensino integrado e sugeriu que o curso já fosse proposto neste formato. Assim, a proposta inicial, que já apresentava características integradoras, necessitou de alterações e, depois destas, foi aceita.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 44):

O Ensino Médio integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino – mas que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa.

Porém, em muitos outros, o que acontece não é a integração e sim uma justaposição de disciplinas, ou seja, “com aulas isoladas e conteúdos sem diálogo entre si, e principalmente com lugar estabelecido para as disciplinas de formação geral e de formação técnica [...], conservando a dualidade entre o pensar e o fazer” (FEITOSA, 2010, p. 64). Assim, somos levados a perceber que muitos cursos que se

dizem integrados, na prática funcionam como concomitantes, não havendo, portanto, integração, somente simultaneidade.

Em contrapartida, existem redes e escolas que estão engajadas na construção de cursos que proporcionem uma verdadeira integração entre a formação geral e a formação específica, que na compreensão de Ciavatta (2011, p.6) são aqueles que buscam: “enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”.

Consideramos que o Curso Técnico em Dança da ETEAB, mesmo com os limites que ainda iremos expôr, caminha neste sentido. O curso foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro e publicado no Diário Oficial de 28 de outubro de 2010, se constituindo como o primeiro curso técnico integrado ao Ensino Médio na rede.

O primeiro concurso para o novo curso foi aberto no processo seletivo de 2010, para ingresso em 2011, oferecendo inicialmente vinte vagas. Para o ingresso no curso, não há teste de habilidade específica, pois, segundo a coordenadora Rosane todos podem dançar. Desta primeira turma, com 20 alunos, 18 permaneceram ao longo do ano de 2012 – ano em que foi aberta a segunda turma do curso, com 22 alunos matriculados. Ao iniciar o ano de 2013, 25 novos alunos ingressaram para cursar o 1º ano, tendo o 2º ano 16 alunos e o 3º ano 20 alunos (2 alunos foram reprovados, mas continuam no curso), compondo um total de 61 alunos no ano de 2013.

Buscando, principalmente, conhecer o perfil dos alunos do curso, foi aplicado, no mês de maio de 2013, um questionário semiestruturado para 70% destes (porcentagem correspondente à quantidade de alunos que estavam presentes). Tal instrumento de pesquisa foi validado anteriormente, com participação de três alunos de cada ano de escolaridade. Constatou-se, desta forma, que o curso apresenta alunos de 14 a 20 anos, com um público majoritariamente feminino (86%). A maior parte do público atendido é oriunda da zona norte do município do Rio de Janeiro e tem como escola anterior uma escola particular. Estes alunos se deslocam se suas moradias até a escola, em São Cristóvão, para estudar de 7h até às 15h, inclusive aos sábados.

A primeira matriz curricular, aprovada no plano de curso que teve vigência até 2012, tinha a carga horária total de 4.320 horas, na qual a maioria das disciplinas dispunha de 80 horas anuais, podendo ser oferecida em um, dois ou nos três anos, com cada ano totalizando exatamente 1.440 horas. Esta organização inicial sofreu alterações com a diminuição da carga horária total em 38 horas, apresentando atualmente, portanto, 4.282 horas, com cargas horárias diferentes a cada ano. A maior parte das disciplinas que era oferecida com 80 horas anuais, passou a ter 67 horas anuais. A carga horária de Matemática foi aumentada e a carga horária de Língua Portuguesa reduzida. As disciplinas de Informática e Francês não constam mais na matriz atual (embora as aulas de Francês continuem de uma forma alternativa). Sobre a questão da Língua Estrangeira, eram oferecidas aulas de um idioma diferente a cada ano, com a Língua Francesa no primeiro ano, mas segundo exigências da FAETEC, deve haver a oferta de aulas de duas línguas estrangeiras em todos os anos.

O currículo do curso contempla, além das disciplinas da formação geral, aulas de: Técnica de Dança (I, II e III), Consciência Corporal, Fundamentos do Teatro, Fundamentos da Música, Introdução à Dança Contemporânea, História da Dança, Psicologia das Relações Humanas, Dança Contemporânea, Vídeo Dança, Produção Coreográfica, Prática de Montagem, dentre outras. Segundo a coordenadora, as disciplinas oferecidas na organização proposta possibilitam a formação integral do bailarino, que será formado de forma teórico-prática não só para dançar, como também para pensar criticamente o mundo em que vive e desenvolver sua vida profissional com autonomia.

O objetivo geral do curso é desenvolver a formação profissional em Dança de forma integrada e significativa, capacitando para imediata inserção no mercado de trabalho. A expectativa é que, ao término do curso, o aluno esteja capacitado para criar propostas de entretenimento em clubes, associações diversas e espaços culturais, contribuindo para a formação de plateia e aumento da oferta cultural. Existe, ainda, a opção de trabalhar com projetos interdisciplinares e propostas de temas geradores que relacionem a dança com o trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Para tanto, a organização do processo de aprendizagem privilegia a definição de projetos, problemas e/ou questões geradoras que orientam e estimulam a investigação, o pensamento e as ações, assim como a solução de problemas. Dessa forma, “a problematização, a interdisciplinaridade, a contextualização e os ambientes de formação se constituem em ferramentas básicas” (ETEAB, 2013, p.8)

para a formação pretendida. Com o objetivo de alcançar esta formação integral, caminhos vêm sendo traçados e ações vêm sendo realizadas no âmbito do ensino integrado, que apresenta características interessantes que favorecem uma educação que busca a qualidade, contudo repleta de desafios para a coordenação, corpo docente do curso e direção da unidade, que estão engajadas nessa mudança.

O primeiro ponto é a organização dos componentes curriculares. Os alunos do curso de dança frequentam aulas de disciplina gerais e específicas sem separação por turno ou dia da semana, em horário integral. Mas a simples justaposição de disciplinas gerais e específicas não garante a integração, pois elas podem ocorrer no mesmo turno ou dia, serem ministradas pelo mesmo professor, e ainda assim não dialogarem entre si. Na busca de algo que auxiliasse essa integração entre diferentes áreas do saber, a coordenação do curso organizou cada ano letivo com “temas geradores” ou “binômios”, como são chamados pela equipe do curso, de acordo com a coordenadora, ancorados em Edgar Morin e David Ausubel. O primeiro ano trabalha com base nos temas “Corpo” e “Mundo”, tendo componentes curriculares como Técnica de dança I (Balé clássico), Língua estrangeira (Francês) e História da dança, que trabalham com conteúdos que possuem um alto potencial de articulação. Já no segundo ano os temas são “Brasil” e “Movimento”, enfatizando História do Brasil, danças folclóricas brasileiras, entre outros. E no terceiro ano “Rio de Janeiro” e “Cena” são abordados, contando com disciplinas como “Prática de Montagem”, que trabalha com temas ligados à produção cultural e à montagem de um espetáculo, abrangendo assuntos que vão muito além da criação de uma coreografia.

Além desta organização curricular, percebemos a integração entre conhecimentos de diversas áreas nos espetáculos realizados, e também em “no mínimo, duas avaliações, sendo uma por componente curricular e a outra, preferencialmente, interdisciplinar” (ETEAB, 2013, p. 19) por trimestre, buscando que o aluno articule conhecimentos de diferentes áreas para responder as questões. Os alunos também assistem a espetáculos, visitam centros culturais e outros espaços artísticos, também participando de momentos com algum cunho político, como a ocupação do Teatro Cacilda Becker, que é destinado a eventos de dança.

Reuniões quinzenais ou semanais são realizadas para favorecer o trabalho integrado entre professores de disciplinas diversas. Porém, isto é afetado por haver professores se dedicando a até quatro cursos diferentes, em diferentes anos de escolaridade (isto sem considerar a atuação dos professores em outras instituições). O professor que ingressa na rede FAETEC por meio de concurso não se candidata para uma vaga em um determinado curso, mas sim para a unidade. É necessário,

neste momento, o entendimento da necessidade de uma reorganização voltada para a integração.

Vale ressaltar também que, com salários e plano de carreira melhores do que outras redes e escolas no Rio de Janeiro, a Fundação conta com um corpo docente altamente qualificado, mas que, ainda assim, não tiveram uma formação inicial visando um trabalho docente integrado. Deve-se investir, portanto, em formação tanto inicial quanto continuada, tendo a FAETEC já iniciado um movimento de oferta de seminários e eventos com este propósito.

A partir dos aspectos apresentados, podemos perceber que o Curso Técnico em Dança da ETE Adolpho Bloch apresenta currículo, organização, rotina e objetivos que diferem de outros cursos técnicos em dança, trazendo para o cenário da dança carioca uma nova realidade na formação profissional deste artista. Ao oferecer um curso técnico em dança no mesmo espaço do Ensino Médio, propondo uma formação integrada, a ETEAB passa a abrigar em sua unidade, um curso único, que busca uma formação além da técnica, com disciplinas, atividades e discussões que buscam possibilitar aos alunos uma postura crítica e reflexiva do mundo e da sociedade que irá se refletir em suas produções artísticas, o que sugere a compreensão de um trabalhador integral, entendendo que "não existe trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro" (SAVIANI, 2003, p. 138).

Nosso estudo comprovou que o curso de dança da ETE Adolpho Bloch, proporciona uma formação ampla e diversificada, contemplando em suas atividades disciplinas das mais variadas técnicas de dança, outras que possibilitam o desenvolvimento do potencial criador exigindo improvisações e elaboração de coreografias e cenas, eventos que buscam sensibilizar e envolver a escola como um todo, entre tantas outras ações que fazem deste um curso único.

Algumas Conclusões

Uma das questões deste estudo foi: "A formação possibilitada por este novo curso, quer em seu formato ou conteúdo, pode ser considerada mais ampla do que a oferecida pelos cursos já existentes nas escolas de dança do Rio de Janeiro?". Pudemos verificar que, em sua maioria, os cursos de tais instituições são centrados no preparo técnico do bailarino e privilegiam a dança clássica (*ballet*). Já na ETEAB, escola foco desta pesquisa, a formação vai um pouco mais além do preparo meramente técnico. Mesmo havendo justificativas vinculadas ao campo técnico, trata-se de um mecanismo de seleção excludente que valoriza aspectos físicos,

deixando de lado outros como a capacidade de criação, reflexão e outras características ligadas à expressão corporal, o que indicaria a possibilidade de estarem estes cursos possibilitando somente uma semiformação. Porém, para verificar a fundo tais aspectos seria necessária uma pesquisa mais detalhada, que se dedicasse a estudar mais profundamente o currículo dos cursos destas instituições, adentrando as salas de aula das escolas de dança para uma observação constante de suas práticas, assim como foi feito nesta pesquisa com a ETE Adolpho Bloch.

Além disto, para o ingresso no curso técnico em dança da ETEAB, não é necessária uma seleção específica, somente a prova realizada pelos novos alunos para o ingresso na rede FAETEC, prova esta comum a todos os cursos e baseada em conhecimentos gerais do Ensino Fundamental. O curso de dança da ETEAB optou por não selecionar alunos com critérios relacionados a habilidades corporais, inclusive assegurando a matrícula de alunos com necessidades especiais, tendo a justificativa da coordenadora de que a técnica tem que estar à disposição da dança de cada um, e não o contrário. Assim, no curso técnico em dança da ETEAB/FAETEC, são estudados e vivenciados diferentes estilos de dança, buscando fornecer ao aluno o preparo básico em várias linguagens. Desta forma, ele poderá se especializar no estilo que desejar.

Ademais, o curso oferecido pela ETEAB busca formar um profissional que possa atuar como intérprete, criador de danças e gestor de atividades profissionais ligadas à área. Para citar um exemplo, o curso conta com atividades e eventos ao longo do ano oferecendo várias opções que permitem ao aluno aprofundar seus conhecimentos de acordo com seus interesses, através de oficinas de teatro e estilos de dança, que não são contemplados em disciplinas do curso, palestras sobre diversos temas ligados à carreira artística, etc. Além disto, disciplina “Prática de Montagem”, cursada pelos alunos do 3º ano, merece destaque por contemplar diversos conhecimentos sobre a montagem de um espetáculo, não restringindo ao aluno à função de aprender a dançar e coreografar. Ou seja, através deste curso, o aluno adquire conhecimentos que lhe permite uma atuação que vai além da execução e criação de danças. Além de bailarino e coreógrafo, estará preparado para lidar com aspectos ligados a produção cultural como um todo, inclusive com questões burocráticas.

Refletindo sobre as questões abordadas nos parágrafos anteriores, já podemos encontrar diferenciais significativos no curso técnico em dança da ETEAB, tais como: a) Não há seleção baseada em aspectos corporais e habilidades específicas para o ingresso no curso; b) O curso contempla diversos estilos de dança, não se

restringindo a uma técnica específica; c) O curso busca alcançar um perfil profissional de intérprete, criador e gestor de atividades ligadas a área de dança, valorizando conhecimentos ligados à produção cultural e à criatividade, transcendendo, portanto, a compreensão do bailarino como executor de danças; d) Não exige alto investimento financeiro como em algumas outras escolas, abrindo, assim, espaço para as classes populares; e) É o único curso técnico em dança existente dentro da rede estadual de educação do Rio de Janeiro e o primeiro da área a adotar o formato integrado ao Ensino Médio na América Latina.

Permanecem dificuldades ligadas à formação inicial e continuada dos professores, e à necessidade de mudanças nas condições de trabalho destes docentes, que vai além da vontade dos professores e da equipe gestora de cada unidade. Acreditamos que para tentar resolvê-lo, primeiramente, seria necessário que, em uma rede onde há cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em horário integral, haja também professores em horário integral para viabilizar o trabalho, ou seja, professores com dedicação exclusiva àquela escola, o que não ocorre atualmente. Além disto, mesmo garantindo a dedicação exclusiva à escola, deve-se atentar para a dedicação ao curso, pois o professor não conseguirá atender vários cursos integrados de forma satisfatória, participando de reuniões, realizando planejamentos e atividades em conjunto, etc. A recomendação de que o professor se dedique a um mesmo curso ou eixo já foi feita pela FAETEC através do Departamento de Desenvolvimento da Educação Básica e Técnica (DDE), porém não obteve a adesão esperada nos cursos da rede, até mesmo porque necessita uma compreensão desta necessidade por parte dos professores, que talvez tenha se iniciado com a vivência desta mudança ao longo do ano de 2013. Há também previsão de reformulações na carga horária explicitada no plano de carreiras dos profissionais da rede. Mas, para acompanhar uma possível evolução, seria necessário dar continuidade a este estudo, expandindo a pesquisa a toda a rede FAETEC.

Uma preocupação que surgiu junto com o curso e que se reforça agora em outros cursos da FAETEC, devido à implantação do currículo integrado em toda a rede, foi a de, na tentativa de integração, acabar priorizando a formação profissional em detrimento de conteúdos da formação geral em suas diferentes disciplinas. Essa preocupação é expressa, principalmente pelos professores do chamado “núcleo comum” (Ensino Médio). No caso do curso de dança, algumas disciplinas dispõem de uma carga horária menor que em outras escolas (privadas) que não possuem a articulação com a educação profissional, como é o caso da disciplina de Química, conforme relato da professora em uma das reuniões observada. Porém, ainda assim, mesmo no formato integrado (que traz tais preocupações), muitos professores

entendem que os alunos da ETEAB/ FAETEC e, mais especificamente, os do curso de dança estão tendo uma formação geral mais ampla do que em outras escolas da rede estadual que não pertencem a FAETEC. Constatamos, portanto, que a adoção do currículo integrado não prejudica a formação geral, somente a articula com a formação profissional. Desta forma, o aluno se profissionaliza e, ao mesmo tempo, tem os conhecimentos básicos necessários para o prosseguimento dos estudos no nível superior.

A articulação das diferentes áreas do conhecimento é buscada através dos temas geradores/ binômios conceituais adotados pelo curso em cada ano. Sem dúvida, tal organização faz sentido e colabora para a integração dos conhecimentos. Porém, é importante refletir atentamente sobre o assunto, de forma a evitar simplismos. Somente a articulação do conteúdo de determinada disciplina com um tema geral que norteia o curso, não garante a integração entre a formação geral e a formação profissional e, entre trabalho manual e trabalho intelectual. Para haver um ensino realmente integrado, ele tem que abranger três dimensões, conforme aponta Ramos (2007, p. 3-9):

(I) a formação omnilateral que é "a integração de todas as dimensões da vida no processo formativo"; (II) a indissociabilidade entre a educação básica e a educação profissional como possibilidade para a juventude de inserção social e de sobrevivência econômica; (III) e a integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade e forma de superar o positivismo e o mecanicismo das ciências.

Por outro lado, temos que admitir que o curso busca ainda contemplar um aspecto importante do ensino integrado, que é a formação humana. Constatamos com a nossa pesquisa que o curso técnico em dança da ETEAB deixa de lado uma formação instrumental, puramente técnica, comumente encontrada das escolas de dança para dar lugar a esta formação humana, que busca uma educação política, comprometida em formar jovens que transcendam a visão do senso comum e passem a ter uma visão articulada, crítica, e que saibam transmitir isso através da arte.

A "formação humana exige da escola profundas reformulações para abrigar e potencializar a riqueza e a diversidade que para ela convergem quando recebe os alunos da classe trabalhadora" (CIAVATTA; RUMMERT, 2010, p. 466). E, assim, mesmo percebendo a integração em diversos aspectos: nos temas geradores, nas reuniões de planejamento conjunto, nas coreografias apresentadas, em trabalhos interdisciplinares, nas provas integradas, há muito ainda a avançar para alcançar o objetivo da integração plena, um desafio que não é só da equipe do curso, mas da rede FAETEC como um todo.

Assim, com base nas reflexões possibilitadas por esta pesquisa, entendemos que o curso técnico em dança da ETEAB está no caminho certo, ao incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, buscando formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos, entendidos como seres histórico-sociais concretos, capazes de transformar a realidade em que vivem, tendo o trabalho como princípio educativo. Consideramos, portanto, que o curso se volta para a questão das humanidades, para a cultura, a arte, o pensamento crítico e a implantação do ser no mundo, ao invés de buscar a adequação e conformação desse ser no mundo como ele é, conforme a perspectiva de Ensino Integrado defendida por Leal (2011). A pesquisa nos permitiu concluir que é inegável a constatação do caminho diferenciado que o curso de dança da ETEAB está tentando construir, já tendo galgado alguns degraus importantes na escada que serve de base para alcançar a real integração. Ainda há muito a ser feito, mas esperamos que a experiência de tal curso possa servir de inspiração a outros que também perseguem o mesmo objetivo.

Referências

ADORNO, Theodor Walter. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995. 190 p.

BALLET DALAL ACHCAR. **Centro de Arte e Cultura - Ballet Dalal Achcar**. Disponível em: <<http://www.dalalachcar.com.br/oficio/academia>>. Acesso em: 13 de maio de 2013.

CIAVATTA, Maria. **Formação integrada caminhos para a construção de uma escola para os que vivem do trabalho**. [S.l]. [2011?]. Disponível em: <www.do.ufgd.edu.br/paulolima/arquivo/ept/texto%2011.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sonia. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr.-jun. 2010. Disponível em <www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a09.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

COLI, Juliana Marília. **Vissi d'arte por amor a uma profissão: um estudo sobre a profissão do cantor no teatro lírico**. São Paulo: Annablume, 2006. 300 p.

ESCOLA E FACULDADE DE DANÇA ANGEL VIANNA. **Escola Técnica**. [Rio de Janeiro]. Disponível em: <<http://www.escolaangelvianna.com.br/blog/?cat=5>>. Acesso em: 13 de maio de 2013.

ESCOLA ESTADUAL DE DANÇA MARIA OLENEWA (EEDMO). **História**. [Rio de Janeiro]. Disponível em: <<http://www.eedmo.com.br/historia01.htm>>. Acesso em: 13 de maio de 2013.

ESCOLA DE DANÇA PETITE DANSE. **Curso de Formação Profissional**. [Rio de Janeiro]. Disponível em: <<http://www.petitedanse.com.br/ensino/profissional>>. - Acesso em: 13 de maio de 2013.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ADOLPHO BLOCH (ETEAB). **Plano de Curso – Técnico em Dança**. [Rio de Janeiro]. [Mimeo]. 2013.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ADOLPHO BLOCH (ETEAB). **Projeto Político Pedagógico**. [Rio de Janeiro]. [Mimeo]. 2004.

FAETEC. **Novo curso técnico de dança com matriz curricular integrada na ETE Adolpho Bloch**. [Rio de Janeiro]. Disponível em: <http://www.faetec.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1759:novo-curso-tecnico-de-danca-com-matriz-curricular-integrada-na-ete-adolpho-bloch&catid=12:noticias&Itemid=20>. Acesso em: 20 de maio de 2011.

FEITOSA, Teresinha de Sousa. **As “reformas” do ensino profissionalizante de 1996 a 2006 na Escola Agrotécnica Federal de Crato Ceará: acomodação à legislação ou consciência da prática?** (Dissertação) Mestrado em Educação Agrícola – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2010. 89 f.

FERREIRA, Ângela. Curso Profissional de Nível Técnico em Dança – o que eles formam? In: TOMAZZONI, Airton; WOSNIAK, Cristiane; MARINHO, Nirvana (Org.). **Algumas perguntas sobre dança e educação**. Joinville: Nova Letra, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n, 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). São Paulo: Cortez, 2005. P. 21-56.

LEAL, Leila. Educação Profissional e Ensino Médio Integrado no Brasil: um balanço das conquistas e reivindicações. **Poli: Saúde, Educação e Trabalho**, Ano III – nº 15, Rio de Janeiro, p. 4-11, 2011.

MARINHO, Nirvana. Mestres de balé, escolas de bailado: uma realidade política. In: TOMAZZONI, Airton; WOSNIAK, Cristiane; MARINHO, Nirvana (Org.). **Algumas perguntas sobre dança e educação**. Joinville: Nova Letra, 2010.

MARQUES, Isabel. Dança-educação ou dança e educação? Dos contatos às relações. In: TOMAZZONI, Airton; WOSNIAK, Cristiane; MARINHO, Nirvana (Org.). **Algumas perguntas sobre dança e educação**. Joinville: Nova Letra, 2010.

NAVAS, Cássia. Centros de formação: o que há para além das academias? In: TOMAZZONI, Airton; WOSNIAK, Cristiane; MARINHO, Nirvana (Org.). **Algumas perguntas sobre dança e educação**. Joinville: Nova Letra, 2010.

NOGUEIRA, Monique Andries. Universidade e formação cultural dos alunos. In: GUIMARÃES, Valter Soares. (org). **Formar para o mercado ou para a autonomia?** Campinas: Papirus, p. 89-107, 2006.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado à formação profissional**. Seminário sobre Ensino Médio. Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, agosto de 2007, [mimeo].

REIS, Ronaldo Rosas. Trabalho e conhecimento estético. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 2 n. 2, p. 227-250. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tes/v2n2/02.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

SAVIANI, Demerval. O Choque Teórico da Politecnicidade. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v.1 (1), p. 131-152, 2003.

STRAZZACAPPA, Márcia. Políticas públicas para a Dança: um olhar sobre o ensino de Dança. In: Conhecendo e Reconhecendo a Dança na UFRJ – **Anais do Seminário Interno do Departamento de Arte Corporal da Escola de Educação Física e Desportos**, 5. Rio de Janeiro, 2 a 11 de dezembro de 2008. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

TERRA, Ana. Onde se produz o artista da dança? In: TOMAZZONI, Airton; WOSNIAK, Cristiane; MARINHO, Nirvana (Org.). **Algumas perguntas sobre dança e educação**. Joinville: Nova Letra, 2010.

VEJA RIO. **O ninho dos cisnes**. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2013. Cotidiano. Disponível em: <<http://vejario.abril.com.br/edicao-da-semana/rotina-aulas-bale-escola-de-danca-maria-olenewa-756742.shtml>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

VILELA, Lilian Feitas. Alunos egressos dos cursos de graduação em dança: onde eles estão agora? In: TOMAZZONI, Airton; WOSNIAK, Cristiane; MARINHO, Nirvana (Org.). **Algumas perguntas sobre dança e educação**. Joinville: Nova Letra, 2010.

Recebido em 31/08/2018

Aprovado em 28/09/2018

O PRINCÍPIO DE BREVIDADE E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE AO TEMPO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

*Cristiano Rodineli de Almeida¹
Sidelmar Alves da Silva Kunz²*

Resumo: este artigo é resultado de pesquisa desenvolvida com socioeducadores de um Centro de execução de Medida de Internação localizado na cidade de São Paulo. Investigou-se a compreensão desses profissionais acerca da efetividade do Princípio de brevidade na condução dos casos dos adolescentes internados na instituição. Utilizou-se como método a pesquisa qualitativa, fazendo uso de questionário semi-estruturado e de diálogos estabelecidos com os socioeducadores. Como parte dos resultados, constatou-se que o tempo da Medida Socioeducativa de Internação é considerado uma importante variável e utilizada como método de intervenção por supostamente provocar mudanças no adolescente a despeito das demais intervenções técnicas e pedagógicas.

Palavras-chave: Socioeducação – Princípio de brevidade – Adolescente.

THE BREVITY PRINCIPLE AND PROFESSIONAL ACTING FRONT THE TIME OF DEPRIVATION OF LIBERTY

Abstract: this article is a result of research developed with socioeducators of a Center for the Execution of Internment Measure located in the city of São Paulo. It was

¹ Mestrado em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP) e em Políticas Públicas e Socioeducação pela Escola Nacional de Socioeducação da Universidade de Brasília (ENS/UnB). Atua como psicólogo na Fundação CASA, atendendo adolescentes privados de liberdade, além de atuar também como psicólogo clínico de orientação psicanalítica. É membro do corpo editorial da Revista Pathos – Rev. Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia. E-mail: cris.rondinelli@gmail.com

² Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Atua como Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e integra o quadro docente do Curso de Especialização em Ensino Interdisciplinar em Infância e Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (UFG) e orienta monografias no Curso de Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação da Escola Nacional de Socioeducação (ENS/UnB). E-mail: ens.sidel@gmail.com



investigated the understanding of these professionals about the effectiveness of the Principle of brevity in the conduct of the cases of adolescents deprived of liberty in the institution. Qualitative research was used as a method, using a semi-structured questionnaire and dialogues established with the socioeducators. As part of the results, it was verified that the time of the Socio-educational Measure of Internment is considered an important variable and used as intervention method for supposedly provoking changes in the adolescent despite other technical and pedagogical interventions.

Keywords: Socioeducation – Principle of brevity – Adolescent.

EL PRINCIPIO DE BREVEDAD Y LA ACTUACIÓN PROFESIONAL FRENTE EL TIEMPO DE PRIVACIÓN DE LIBERTAD

Resumen: este artículo es el resultado de una investigación desarrollada con socioeducadores de un Centro de ejecución de Medida de Internamiento ubicado en la ciudad de São Paulo. Se investigó la comprensión de estos profesionales acerca de la efectividad del Principio de brevedad en la conducción de los casos de los adolescentes internados en la institución. Se utilizó como método la investigación cualitativa, haciendo uso de cuestionario semiestructurado y de diálogos establecidos con los socioeducadores. Como parte de los resultados, se constató que el tiempo de la Medida Socioeducativa de Internación es considerado una importante variable y utilizada como método de intervención por supuestamente provocar cambios en el adolescente a despecho de las demás intervenciones técnicas y enseñanza.

Palabras clave: Socioeducación – Principio de brevedad – Adolescente.

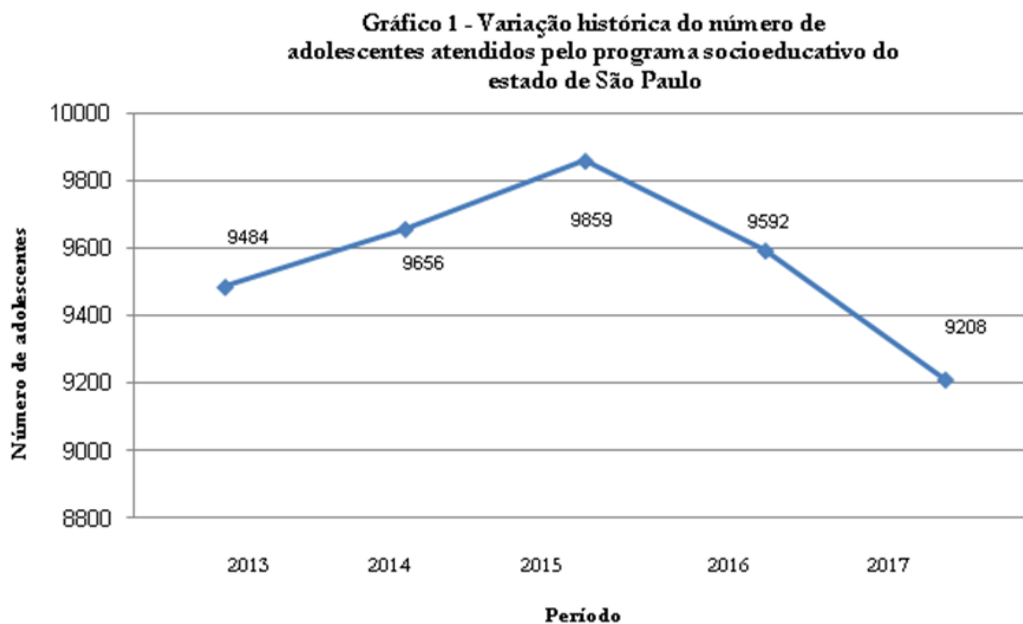
Introdução

No Brasil, o número de Medidas Socioeducativas de Internação determinadas aos adolescentes em conflito com lei tem registrado algumas alterações na última década. Houve aumento de cerca de 20% das internações entre os anos de 2009 e 2012, “[...] configurando uma taxa de internação de 100 adolescentes por 100 mil habitantes” (ONU, 2015, p.08).

Entre 2011 e 2016 passou de 13.362 para 18.567, aumento de 38%. No estado de São Paulo, aponta-se diminuição de 3,5% no número de adolescentes atendidos em seus programas socioeducativos³, de 2015 a 2016 (BRASIL, 2018). Esse declínio a

³ Conjunto das Medidas de Internação, Internação Provisória, Internação Sanção, Atendimento Inicial e Semiliberdade.

partir do ano de 2015 também é registrado na variação histórica do *Boletim Estatístico* da Fundação CASA, demonstrada no Gráfico 1:



Fonte: SÃO PAULO, 2018^a

Nota-se que São Paulo tem registrado diminuição no número de internações, mas ainda desponta como a unidade federativa com maior número de adolescentes encarcerados, apresentando em 2016 um total de 9572 adolescentes em seus programas, seguido por Rio de Janeiro (2293) e Minas Gerais (1964) (BRASIL, 2018). Conforme dados atuais⁴, a Fundação CASA atende 8689 adolescentes, demonstrando uma queda 9,2% em relação aos números de 2016 (SÃO PAULO, 2018a).

A privação de liberdade é a Medida mais severa de todas conforme preconizado na legislação brasileira e tem sido utilizada como referência no combate ao fenômeno da violência urbana, atribuindo ao adolescente em conflito com a lei à responsabilidade dessa questão pungente em nossa sociedade e considerando seu encarceramento como a solução mais adequada (BRASIL, 2012b).

A execução da Medida Socioeducativa de Internação ocorre por tempo indeterminado, não havendo fixação de um prazo específico para que o adolescente

⁴ Junho/2018.

fique recluso, com exceção de dois limitadores: duração de no máximo três anos ou até que o adolescente complete 21 anos de idade (BRASIL, 2012a). Salvo essas duas situações, são os socioeducadores que percebem o momento que a Medida findou, sugerindo possíveis alterações da Medida de internação ao judiciário.

Conforme a Lei do SINASE, as Medidas Socioeducativas têm por objetivo a desaprovação da conduta ilícita, a responsabilização do ato infracional, a integração social do adolescente e seu acesso aos direitos individuais. Portanto, o Plano Individual de Atendimento (PIA)⁵, ao passo que contemple esses pontos, apresenta-se como elemento norteador para o tempo da Medida: a evolução e conclusão de suas metas podem sinalizar que a Medida atingiu seus objetivos.

Dado o caráter punitivo da Medida de internação, o aspecto cronológico deve ser considerado. Nesse sentido, o Princípio de brevidade se apresenta de extrema relevância, pois compreende o adolescente como sujeito em condição peculiar do desenvolvimento e percebe a privação de liberdade como *locus* de possível sofrimento. Assim, as intervenções devem ser ministradas no menor tempo possível sob risco de perderem o caráter socioeducativo.

Compreender a utilização do Princípio de brevidade na condução dos trabalhos voltados ao adolescente privado de liberdade é de extrema importância, pois evidencia a necessidade dos aspectos socioeducativos definidos na legislação em detrimento a vieses punitivos que uma Medida demasiadamente longa possa causar ao adolescente. Em tempos de endurecimento das Medidas, corre-se o risco de manter o adolescente privado de liberdade para além do necessário, o que se apresenta como uma violação de direitos a esse público e coloca a Medida de internação em posição análoga ao modelo carcerário (BRASIL, 2012b).

Desse modo, esta pesquisa buscou investigar se as práticas profissionais dos socioeducadores encontram-se tangenciadas pelo Princípio de brevidade. Para isso, aplicamos questionário e estabelecemos diálogos com 20 socioeducadores de um Centro de Internação da cidade de São Paulo. Os resultados foram analisados sob a luz de norteadores jurídicos e de referenciais teóricos, de modo a discutir, para além

⁵ Documento elaborado pela Equipe de Referência do Centro de Internação em conjunto com o adolescente e sua família. Nele são definidas metas a serem alcançadas pelo adolescente e sua família, conforme artigo 53 da Lei do SINASE. Essa elaboração conjunta possibilita, para além da participação do adolescente e de sua família na condução da Medida, a oportunidade da subjetividade do adolescente ser privilegiada nesse contexto (MELGAÇO & ALMEIDA, 2016).

do campo conceitual, a aplicabilidade desse Princípio nas práticas desses profissionais.

1. Perspectiva Metodológica da Pesquisa

O desenvolvimento desta pesquisa tem como método a abordagem qualitativa, bem como a quantificação de alguns dados, realizados a partir da aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas aos socioeducadores acerca de suas percepções sobre o Princípio de brevidade.

Com o repertório metodológico construído, partimos para a etapa da pré-testagem. Tratou-se de um momento em que o questionário foi colocado a apreciação de especialistas da área da socioeducação para validação e pertinência das questões abordadas na ferramenta. Esse momento contribuiu para o aprimoramento e organização do questionário.

Em paralelo com esse procedimento, solicitamos autorização para a pesquisa junto à Escola de Formação e Capacitação Profissional da Fundação CASA. Após essa aprovação, realizamos reunião com o Diretor e Encarregado técnico do Centro de internação pretendido, ocasião que apresentamos a pesquisa e a metodologia a ser utilizada. Foi-nos oferecido a possibilidade de acessar diretamente os profissionais e realizar os convites. Essa liberdade permitiu que, para além da apresentação da pesquisa e realização dos convites, estabelecesse diálogos com esses sujeitos.

O diálogo estendeu-se para além desse momento inicial, na ocasião de devolução dos questionários. Embora o questionário apresente em sua maioria questões fechadas, abrimos a possibilidade para que cada profissional entrevistado falasse sobre os conteúdos mobilizados a partir de cada pergunta, de modo a oferecer escuta às demandas que emergiam nesse diálogo e estavam relacionadas, invariavelmente, a impasses vividos em suas práticas de trabalho. Consideramos o diálogo estabelecido com os socioeducadores como também uma ferramenta metodológica de coleta de dados.

1.1. Caracterizações do campo e dos sujeitos de pesquisa

Os sujeitos participantes desta pesquisa compõem o quadro profissional de um Centro de Internação localizado na cidade de São Paulo. Por questões éticas firmadas com os sujeitos de pesquisa, além do sigilo de suas identidades, foram preservados também o nome do Centro de Internação pesquisado. É possível revelar que se trata

de um Centro com cerca de 50 adolescentes custodiados com base no Artigo 122 do ECA.

Nossa investigação contemplou profissionais que participassem diretamente das discussões de caso e da elaboração do Plano Individual de Atendimento dos adolescentes, como os socioeducadores das áreas de segurança, psicossocial, saúde e pedagógica. Esses diversos profissionais se organizam em equipes multidisciplinares, chamadas de *Equipes de Referência*, as quais se apresentam como referência na condução dos trabalhos voltados a determinados grupos de adolescentes.

As Equipes de Referência têm basicamente a função de discutir elementos de cada caso, auxiliando os adolescentes na elaboração e monitoramento das metas do PIA, cabendo à equipe a aplicação do Princípio de brevidade em suas práticas de trabalho. As reuniões ocorrem com periodicidade semanal ou em frequência modulada por outras exigências, como ocorrências entre adolescentes, a necessidade de encaminhamentos ou de respostas demandadas pelo judiciário.

Na próxima subseção discutiremos conceitos entendidos como centrais para esta pesquisa, tal como privação de liberdade, Princípio de brevidade, sofrimento psíquico e relações trabalho, momento que trataremos mais distintamente a atuação dos profissionais no Centro de atendimento. Discutiremos os referenciais teóricos à luz dos documentos legislativos nacionais e internacionais, de modo subsidiar as discussões no capítulo da análise dos dados.

1.2. Princípio de brevidade e a ideia de saturação da medida

(...) a Medida tornou-se uma escada rolante, onde o adolescente tem momentos altos e baixos. Deixa de se pensar na evolução do adolescente e passou-se a mirar no castigo da internação. (ENTREVISTADO Z.)

O Princípio de brevidade preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo SINASE é considerado o “princípio cronológico” da Medida Socioeducativa, pois defende a ideia de que as intervenções socioeducativas devem ser aplicadas no menor tempo possível, levando em consideração as intensas e rápidas mudanças ocorridas na fase da adolescência.

Esse princípio compreende que o adolescente se encontra em fase peculiar de constantes mudanças em seu corpo, intelecto e psiquismo, e que elas podem ser

impactadas em razão do viés punitivo de um ambiente tão insalubre como a privação de liberdade, por produzir “mínimos efeitos positivos”, pois o objetivo primordial da socioeducação é a ressocialização e não o encarceramento (SARAIVA, 2014.p. 47).

Espera-se que o adolescente internado conquiste as metas estipuladas em seu PIA, no entanto, o tempo de internação pode se apresentar como uma variável que em certo momento impactará nos avanços ou na manutenção dessas conquistas, resultando, inclusive, em retrocessos. O alongamento da Medida pode se apresentar, no campo legal, como uma violação de direitos e, no campo psíquico, como uma violência.

Oliveira (2014) aponta que o adolescente privado de liberdade pode ser avaliado de maneira cindida da realidade que habita. O encarceramento é desconsiderado como uma variável que pode impactar negativamente na evolução da Medida, havendo em prol do “processo ressocializador” uma insistência em manter o adolescente privado independente de sua relação com a Medida, dando-nos a impressão que os fins justificam os meios (OLIVEIRA, 2014).

O alongamento da privação de liberdade evidencia como o viés punitivo tangencia a todo o momento a Medida. Essa reflexão nos remete ao conceito de *mortificação do eu*, definido por Goffman (1974) como um movimento institucional que busca condicionar a subjetividade do sujeito em prol de um suposto controle, como é o caso da obrigação de executar rotina diária alheia a ele ou que não se identifica com ela.

Além disso, há outros indícios do processo de mortificação do eu, como a “violação da reserva de informação do eu” (GOFFMAN, 1974, p.31), que diz respeito à perda da confidencialidade das informações sobre a história de vida do sujeito, agora compartilhadas entre diversas pessoas (judiciário, equipes técnicas e de referência); submissão à “autoridade difusa”(GOFFMAN, 1974, p.126), que no caso dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de internação estão submetidos à autoridade judiciária e a todos que a exercem no Centro de atendimento; e a posição humilhante do corpo e da palavra, facilmente identificado em alguns Centros de Internação pelas cabeças baixas, mãos para trás ou pelos “sim senhor, sim senhora” ditos pelos adolescentes ao se referir a qualquer socioeducador.

Yokomisso (2007) contribui com essa discussão ao apresentar a ideia de “represamento pulsional”:

A renúncia pulsional – embora garanta o advento do grupo – sufoca seus membros e encaminha-os a experiência intolerável. A Fundação, assim, passa a ser o alvo de ataques a fim de que se preserve a ilusão do grupo e seus excessos na função instituinte (YOKOMISO, 2007, p.127)

Desse modo, é possível que a violência praticada por adolescentes dentro do contexto privativo de liberdade também possa ser considerada parte sintomática advinda do encarceramento desses sujeitos. Vicentin (2016) aponta outros possíveis sintomas da privação de liberdade, vividos pelos adolescentes como sofrimentos demonstrados, entre outras formas, por “sinais de depressão ou ideação suicida, [ou] na demanda dos adolescentes por medicação para dormir ou para se acalmar” (VICENTIN, 2016, p. 25, *grifo nosso*).

Trata-se, portanto, de um movimento de fuga do contexto aversivo da internação e que coloca as metas do PIA em segundo plano. Zapata (2010) questiona a possibilidade de sustentação pedagógica de Medidas que têm seus prazos estendidos, justamente pelo caráter coercitivo com que elas são percebidas pelos adolescentes:

[...] acompanhando a execução das medidas socioeducativas, trouxe-lhe a percepção de que, o que se observa constantemente nas unidades de internação da Capital, não parece ser um trabalho voltado de forma predominante à socioeducação, mas à contenção pela contenção (ZAPATA, 2010, p.14)

Desse modo, ressaltamos a importância de se observar a brevidade para não se correr o risco de se reproduzir elementos do sistema carcerário dispensados aos adultos, o qual não se configura como modelo de processo ressocializador.

Ao pensarmos na observância do Princípio de brevidade na execução da Medida, remetemo-nos a “[...] eficiência das equipes técnicas dos programas de atendimento, quando da elaboração dos Planos Individuais de Atendimento e dos relatórios de reavaliação periódica e do cumprimento das metas”. (MINAS GERAIS, 2014, p.56).

Falamos aqui das possibilidades de encontros significativos entre socioeducadores e adolescentes que proporcionem a construção de projetos de trabalho voltados às demandas dos jovens e que possam ser executadas dentro do menor tempo possível, no que concerne ao contexto restritivo de liberdade. Os projetos estipulados no Plano Individual de Atendimento não se esgotam na Medida de Internação, são metas que extrapolam os muros, grades e portas cerradas. São metas para a vida.

1.3. Socioeducador e sua relação com a medida de internação

Socioeducador é identificado como o profissional responsável pelo desenvolvimento de ações relacionadas à educação social, voltadas a sujeitos atingidos pelas mazelas oriundas das desigualdades sociais. No caso dos adolescentes e jovens privados de liberdade, o socioeducador se debruça na elaboração de estratégias que possibilitem o resgate da cidadania e sua emancipação como sujeito de direitos, ações que possam se mostrar significativas na mudança da trajetória ilícita e situações de riscos vivenciadas até então (LIMA, et al. 2018).

O papel do socioeducador nos Centros de Internação, o que *a priori* nos remete a um lugar de potência, é tangenciado por diversos conflitos que dizem respeito não somente as tensões vividas com os adolescentes e a instituição, mas também com sua própria identificação enquanto profissional implicado no desenvolvimento humano e na garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes (HERCULANO; GONÇALVES, 2011).

Para além desses conflitos, a articulação entre os profissionais e como se estabelecem em suas funções podem cindir o desenvolvimento de um trabalho integrado e conciso entre a equipe. No Centro de internação pesquisado duas posições de trabalho se destacam: de um lado, aqueles que lidam diretamente com os adolescentes, passando até 12 horas nessa relação, e por isso nutrindo um ponto de vista mais pragmático acerca desses sujeitos, e, do outro lado, profissionais que ocupam o lugar de um suposto saber ao deterem informações privilegiadas e confidenciais sobre o processo e a vida do adolescente.

Essas duas posições podem assumir lugares de complementação dos trabalhos ou favorecer um enrijecimento das práticas, isolando-as em espécies de *guetos profissionais* e dificultando a possibilidade de diálogos que possam contribuir no desenvolvimento dos casos. Não somente as divisões de tarefas na socioeducação podem cindir os grupos. No interior desses próprios guetos é possível que haja discordâncias em relação aos métodos de trabalho adotados por cada socioeducador:

Embora sejam desconsideradas, muitas vezes, em nome da harmonia e do profissionalismo, o grupo que acredita na socioeducação, critica o preconceito demonstrado pelo grupo que vê mais eficiência nas medidas repressivas do que na socioeducação (...) (HERCULANO; GONÇALVES, 2011. p. 96).

Entre os profissionais que passam maior tempo em atividades com os adolescentes destacam-se os agentes de apoio socioeducativo. Ocupam lugares

estratégicos para o andamento das atividades e a manutenção da organização do Centro, com vistas a: "Garantir as condições ideais de segurança e proteção dos profissionais e adolescentes de forma ininterrupta (SÃO PAULO, 2013, p. 27). Participam diretamente da rotina diária dos adolescentes, acompanhando a higienização, alimentação, estudos, atividades de lazer e saídas do Centro para atendimentos externos e audiências judiciais.

Como requisitos para a ocupação desse cargo exigem-se ensino médio completo, altura mínima de 1,65m (homens) e 1,60m (mulheres), idade mínima de 25 anos, além da aprovação em concurso público. No rol dos conhecimentos específicos dessa avaliação, estão conhecimentos básicos acerca do ECA e do SINASE, além de documentos internos da instituição como os "CONCEITOS, DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS" da Superintendência de Segurança e Disciplina da Fundação CASA-SP" (p.37, *grifo do autor*).

Com base nesses requisitos, depreende-se que se trata de uma função que tem como prioridade garantir a segurança e disciplina. Colocar-se nesse lugar pode se apresentar no campo prático como um desafio, haja vista as demandas suscitadas pelo espaço socioeducativo. Sofrimentos e adoecimentos engendrados a essa população se apresenta como possibilidades.

Em pesquisa realizada por enfermeiros com agentes socioeducativos de unidades de internação do Rio Grande do Sul, foi apontado a prevalência de distúrbios psíquicos nessa população resultante do estresse vivido no ambiente de trabalho (GRECO et al., 2015).

A depender das situações vividas no Centro de Atendimento, o sofrimento pode assumir o lugar de tensão e angústia, pela manutenção de um suposto controle em detrimento ao dos adolescentes, ou assumir o contorno da violência direta em razão das possíveis ameaças e embates vividos em confrontos ou situações de contenção (YOKOMISO, 2007).

Nesse sentido, os profissionais da pedagogia estão expostos a esse adoecimento, pois também estabelecem um contato direto e contínuo com os adolescentes, frequentemente vivenciando conflitos produzidos pelo espaço da privação de liberdade. Além disso, enquanto socioeducadores implicados em oportunizar os avanços pedagógicos dos adolescentes, deparam-se com sujeitos que frequentemente estavam fora do *metiê* escolar. São demandas que antecedem a

privação de liberdade, mas que encontram nela palco para se manifestarem, seja pelo encontro ou desencontro.

A evasão escolar por vezes percebida na trajetória de vida dos adolescentes privados de liberdade nos remete ao fracasso das políticas públicas anteriores à socioeducação que pudessem garantir a proteção e o acesso à vida escolar dos adolescentes (BORBA et al., 2015).

A equipe da área de saúde, composta por técnicos de enfermagem e enfermeiros, também estão imersos nesses conflitos com o trabalho. São profissionais que constantemente são acessados pelos adolescentes que os buscam para sanar os diversos tipos de adoecimentos. As chamadas *queixas*, possibilitam ao adolescente a analgesia de suas dores e a oportunidade de uma escuta que possa significar sintomas físicos, conferindo um tom de singularidade diante de um processo institucional que tende a generalização. Sustentar esse lugar constantemente assediado pelos adolescentes pode se apresentar como um desafio ao profissional de saúde.

Na outra ponta, há a equipe compreendida como psicossocial formada por assistentes sociais e psicólogos. São responsáveis por acompanhar mais diretamente o adolescente e sua família. O contato com o adolescente ocorre, normalmente, por atendimentos individuais e em grupo, e com a família as abordagens são individuais, grupais, via telefone ou por meio de visitas domiciliares.

Apresentam conhecimento maior sobre a história de vida e do processo judicial do adolescente, por vezes, informações confidenciais e restritas ao restante da equipe. Prestam atendimentos individuais aos adolescentes de modo a compreender os significados do envolvimento infracional, servindo-se de ponte aos demais integrantes da equipe, rede e judiciário para que o adolescente possa ser compreendido para além do ato ilícito cometido e de seu comportamento no Centro. Articulam um trabalho com a rede de serviços da região de moradia do adolescente, sendo responsáveis pelo encaminhamento e acompanhamento durante a internação.

Frequentemente são acionados pelo judiciário a participarem de audiências e na produção de documentos, convocando-os a darem respostas sobre o andamento da Medida, bem como possíveis demandas psicopatológicas ou sobre prognósticos delitivos a que os adolescentes estariam impelidos a executar no futuro (YOKOMISO, 2018).

As exigências de trabalho voltadas ao socioeducador, não somente aquelas oriundas da relação com os adolescentes, mas também as pertencentes a uma violência de ordem institucional, impregnada em suas estruturas e diretrizes, atravessam o socioeducador e abre precedentes para que alguns de seus profissionais façam uso das diversas expressões da violência e do exercício do poder como marco regulatório da disciplina e controle dos adolescentes e do próprio trabalho.

A seguir, aprofundaremos nas análises dos dados coletados no campo de pesquisa, ocasião que as relações de trabalho no contexto privativo de liberdade poderão ser discutidas à luz da prática desses profissionais.

2. Análise dos Dados

O questionário foi dividido em quatro blocos, construído a partir de temas mais gerais para os mais específicos conforme os objetivos desta pesquisa. Dentre os temas gerais, consideramos a contextualização do perfil do profissional e sua prática de trabalho como questões iniciais que serviram não apenas como aquecimento as demais perguntas, mas também para conhecermos o perfil dos socioeducadores.

Nessa mesma perspectiva, o segundo bloco de perguntas tratou dos conhecimentos que os profissionais têm em relação à política socioeducativa. Os demais blocos apontaram diretamente para o Princípio de brevidade e sua relação com a práxis exercida por esses profissionais. As questões dividiram-se entre dissertativas, alternativas e de relevância. Traremos maiores detalhes sobre o preenchimento dessas questões ao longo do texto.

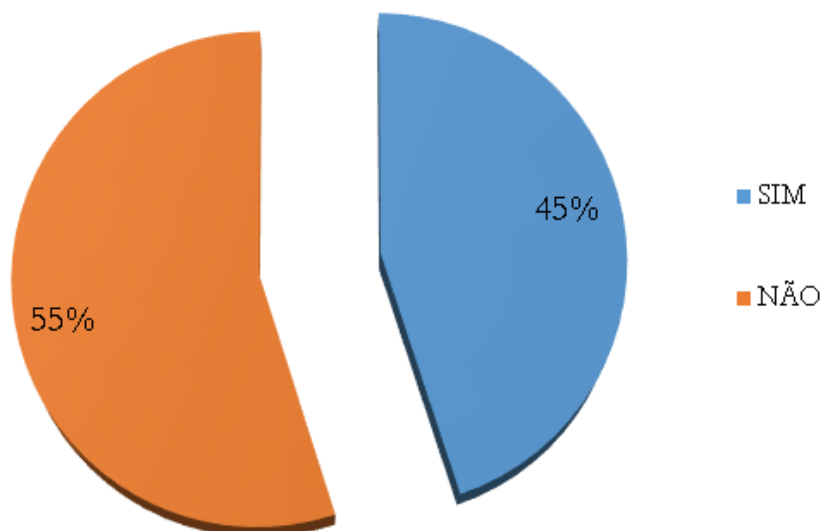
2.1. Contextualização do perfil profissional e a prática de trabalho

Conforme trazido anteriormente, 20 participantes compuseram esta pesquisa. Apresentavam uma média de 15 anos de experiência de trabalho com a socioeducação, sendo a menor experiência de quatro e a maior de 30 anos. No que compete à questão de gênero destacamos que, do grupo pesquisado, cerca de 60% eram mulheres e 40% homens (autodeclarados). Quanto à formação escolar/acadêmica dos socioeducadores pesquisados, nove apresentam Ensino Superior, cinco Pós-graduação, dois com formação técnica e quatro com o Ensino Médio Completo.

Dentre as maiores dificuldades percebidas no trabalho, 55% apontaram questões relacionadas à instituição, 25% ligadas a dificuldades no trabalho em equipe, 15% a impasses com a política socioeducativa e 5% mencionaram problemas relacionados ao trabalho com os adolescentes.

Dos profissionais pesquisados, nove socioeducadores disseram ter formação ou orientação específica para o trabalho. Já os que relataram não ter formação específica somam 11 sujeitos, conforme Gráfico 2:

GRÁFICO 2: FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA O TRABALHO



Fonte: DADOS DA PESQUISA, 2018.

Os profissionais que possuem formação específica para o trabalho afirmaram que se tratou de uma busca pessoal em espaços alheios à instituição. Indicaram a ausência de orientação e formação dispensadas pela instituição que façam sentido com as demandas da prática, conforme podemos depreender no relato de W.J.: *Nesses anos nunca vi de fato algum tipo de preparação adequada para tal trabalho.* Aqueles que disseram ter recebido orientação da instituição vincularam esse conhecimento à cultura da transmissão oral ofertada por profissionais mais

experientes em complemento as demais orientações recebidas, tal como dito por H.F.: *Todas as informações que obtive vieram da Fundação e dos AAS⁶ mais velhos.*

Os sujeitos que assinalaram a ausência de formação específica para o trabalho socioeducativo relataram uma orientação inicial ao entrarem na instituição, mas que se mostrou incipiente diante das demandas do trabalho. Esses dados combinados com o item "formação" podem indicar a possibilidade de um distanciamento da instituição em relação a práxis desses trabalhadores. Em seus relatos trazem conteúdos que nos remetem a um desamparo institucional. Para esses profissionais, a presença da instituição na execução de seus trabalhos ocorre quase que exclusivamente como um agente fiscalizador, punitivo e ameaçador.

Quando perguntado como se sentiam em relação ao trabalho com adolescentes infratores, há um misto de respostas representadas por palavras como satisfação, utilidade, orgulho, vida, realização, produtividade, aprendizagem e missão, o que nos faz pensar que há a intenção e esperança de um trabalho diferenciado. Por outro lado, outras palavras surgiram como morte, fragilidade, desmotivação, impotência e vulnerabilidade, indicando a possibilidade de sofrimento advindo da prática profissional. Esse trecho nos remete a análise de Yokomiso (2007): "O trabalho se torna apenas uma obrigação e instala-se o sentimento pela descrença em seu próprio ofício" (p.102).

Esse ponto também nos leva a pensar em um possível desgaste da identidade do socioeducador enquanto profissional implicado na garantia dos direitos humanos e na própria saúde desses profissionais: "A insatisfação no trabalho pode levar a consequências como absenteísmo, diminuição do rendimento, reclamações, tendo um efeito negativo sobre a saúde mental e física dos trabalhadores" (GRECO et al., 2015. p.99). Os reflexos negativos dessas consequências podem ser sentidos por toda cadeia socioeducativa do Centro: demais profissionais, as equipes de modo geral e os adolescentes. Nesses casos, a efetividade dos trabalhos pode ficar aquém de seus propósitos.

2.2. Conhecimentos sobre a socioeducação.

Esse bloco de perguntas buscou compreender o grau de conhecimento que os profissionais acreditam ter das leis que regem a política socioeducativa, bem como a conhecimento dos profissionais acerca do Princípio de brevidade. Essa questão está

⁶ Agente de Apoio Socioeducativo.

ligada a uma autoavaliação dos socioeducadores em relação a seus conhecimentos sobre a temática.

Essa parte do questionário foi composta por perguntas fechadas, com cinco alternativas em que o número 1 poderia expressar o total desconhecimento e o 5 pleno conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre a Lei do SINASE e sobre o Princípio de brevidade. As respostas que ficaram entre esses números foram consideradas como medianas. Os resultados foram complementados com os relatos colhidos em nossos diálogos possibilitando, assim, o acesso ao aspecto qualitativo de suas opiniões.

No que se refere ao ECA, os dados mostram que os socioeducadores apresentaram um conhecimento que oscila entre o mediano e avançado. Já no item SINASE, os profissionais se dividiram em suas avaliações, quando 45% dos entrevistados disseram ter um conhecimento abaixo da média e 55% acima dela. No que compete o conhecimento sobre o Princípio de brevidade, os mesmos dados se repetiram.

Nos últimos dois quesitos – SINASE e Princípio de brevidade –, chamou-nos a atenção que a área da saúde e segurança relataram ter menor conhecimento. Esse ponto nos remete a maneira com que se organiza o trabalho dentro do Centro de internação: enquanto que a área psicossocial detém maiores informações sobre o processo do adolescente, mantém contato frequente com o judiciário e com a rede de serviços, além de uma produção constante de documentos, cabe as demais áreas, especialmente a de segurança, o trabalho mais "braçal". Os agentes de apoio socioeducativo são convocados a ocupar posições estratégicas para a garantia e manutenção da ordem e disciplina do Centro, apresentando-se como desafio marcar presença assídua nos espaços de discussão de caso.

2.3. O Princípio de brevidade e a prática profissional

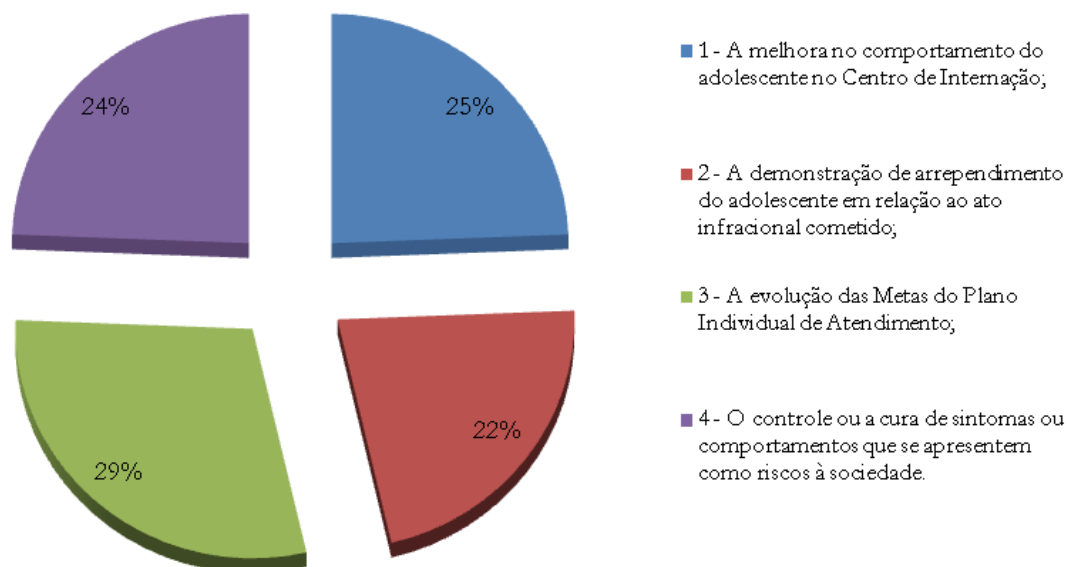
Esse bloco de perguntas buscou compreender a relação do Princípio de brevidade nas práticas profissionais dos socioeducadores. Abarcou perguntas de alternativas e de relevância. Nas de alternativas o socioeducador pôde mensurar sua percepção em relação ao que foi inquirido, numa escala de 1 a 5, em que a nota menor poderia expressar uma ocorrência menos frequente e a maior uma ocorrência muito frequente. As notas 2 e 3 foram consideradas medianas, ou seja, de frequência intermediária. Nas questões de relevância, foram considerados o grau de relevância em cada opção perguntada, numa escala de 1 a 5, em que 1 foi considerado pouco relevante e 5 muito relevante. Esses resultados foram complementados com os

relatos colhidos em nossos diálogos que exalaram a perspectiva qualitativa de suas opiniões.

A primeira referiu-se ao grau de importância dos fatores para a conclusão de uma Medida de Internação. Essa questão foi formulada pensando na relevância das metas estipuladas no PIA para a possibilidade de elaboração de um relatório conclusivo e os demais fatores que concorrem com esse quesito.

Quatro possíveis fatores de importância para a conclusão da Medida de internação foram apresentados. A elaboração desses fatores se baseou na literatura e na vivência empírica do pesquisador enquanto socioeducador ao perceber como alguns profissionais e o senso comum compreendiam a Medida Socioeducativa de Internação. Vejamos o Gráfico 3:

GRÁFICO 3: FATORES DE IMPORTÂNCIA PARA A CONCLUSÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO



Fonte: DADOS DA PESQUISA, 2018.

Podemos depreender que os quatro itens apontados no Gráfico 3 concorrem com certa equivalência de importância. Chamou-nos a atenção a evolução das metas do

PIA não ter ocupado lugar predominante, ao passo que sua observância pode reger a Medida Socioeducativa.

A demonstração de arrependimento pode estar imbuída nas metas do PIA e sua evolução pode ser considerada, por si só, possibilidade de retratação. No caso desta questão não há elementos suficientes para compreender ao que se referem os socioeducadores, mas há aqui um indício de que a demonstração de arrependimento é algo importante em suas avaliações. Resta-nos saber como essa demonstração deve ser feita e/ou validada pela equipe.

No que tange ao item 4, decidimos por incluí-lo em razão de uma lógica manicomial instalada em alguns procedimentos socioeducativos. Há adolescentes com demandas de saúde mental sendo encaminhados para a privação de liberdade sob a égide da proteção integral, ou mantidos na privação de liberdade claramente por essas demandas, quando na verdade esses sujeitos precisariam de acompanhamentos na rede de saúde extramuros.

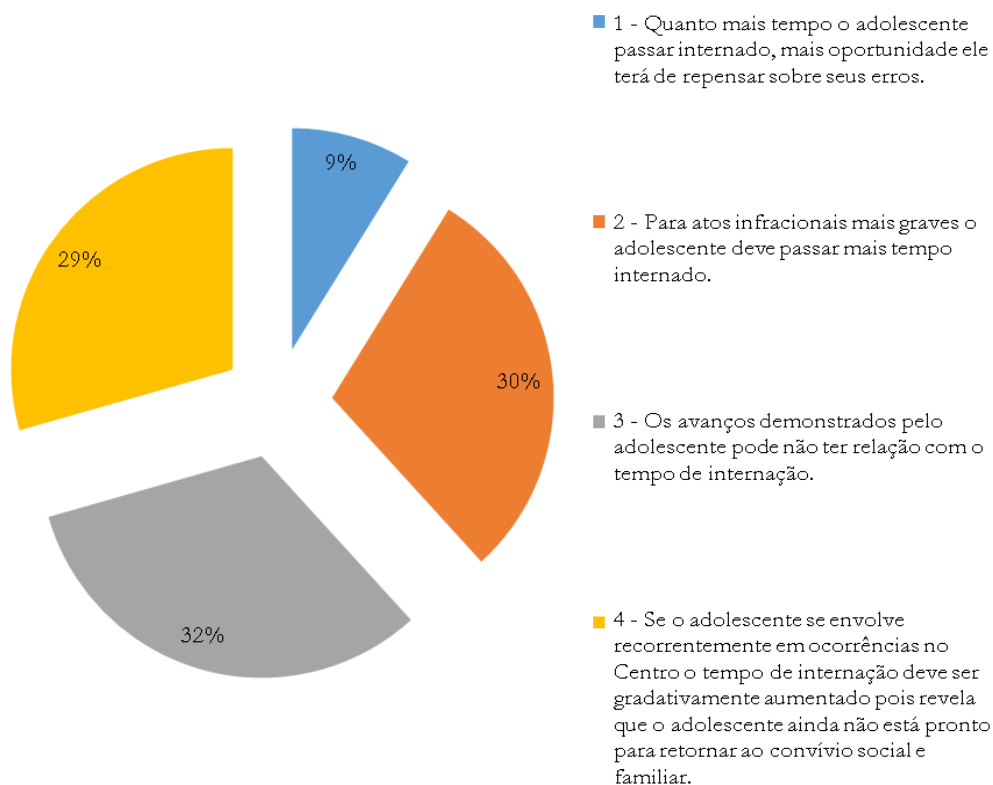
O dado observado nesse quesito nos aponta como a ideia da cura ou controle de sintomas, tal como um manicômio, apresenta-se ainda com vigor na percepção dos socioeducadores a despeito das conquistas oriundas da luta antimanicomial, a qual buscou garantir direitos às pessoas com sofrimento mental usuárias de serviços de saúde. Anteriormente a esse movimento, o tratamento a essas pessoas baseava-se na lógica asilar em ambientes de superlotação e insalubres, permeados pela *hipermedicalização* e por violências físicas e psicológicas (VILLAS-BÔAS, 2015).

A melhora do comportamento do adolescente no Centro apresentou-se também como importante termômetro na avaliação dos socioeducadores para a conclusão dos casos. Esse item não aprofundou a complexidade desse tema, mas podemos depreender em nossa análise que a avaliação comportamental do adolescente privado de liberdade é um importante indicativo de sua evolução. Contudo, ao se conduzir por esse mérito corre-se o risco de desconsiderar a relação do viés punitivo, inerente a privação de liberdade, com o aspecto subjetivo do adolescente como possibilidades de engendramento de conflitos.

Esse quesito dialoga com a pergunta seguinte do questionário *Qual influência das ocorrências no Centro para o prolongamento da Medida de Internação?* Os resultados reafirmam a análise acima. Dos sujeitos pesquisados, 55% consideraram muito relevante a influência das ocorrências para o prolongamento da Medida de internação contra 40% que avaliaram essa influência como mediana.

Sobre a compreensão dos socioeducadores quanto ao tempo de Medida, tratou-se de uma questão de relevância. Os dados apontam para a prevalência de opiniões que acreditaram que o tempo de internação é um importante agente para a promoção de mudanças. Vejamos no Gráfico 4:

GRÁFICO 4: COMPREENSÃO DOS SOCIOEDUCADORES QUANTO AO TEMPO DE INTERNAÇÃO



Fonte: DADOS DA PESQUISA, 2018.

Os dados apresentados no Gráfico 4 são respostas genéricas que não apontam para a especificidade de cada adolescente. No entanto, percebe-se nessa questão que o tempo de Medida desponta como importante elemento na condução dos trabalhos voltados aos adolescentes ao considerar a somatória das respostas dos itens 1, 2 e 4.

Retomamos as indagações de Zapata (2010) quanto à eficiência das propostas pedagógicas em Medidas demasiadamente longas. Para a autora, Medidas extensas ou aplicadas a adolescentes reincidentes tendem a perder sua capacidade

pedagógica por oferecer *mais do mesmo*. Vemos isso ocorrendo na prática quando adolescentes mais velhos de internação, na ocasião de escolha de cursos e oficinas, acabam tendo poucas opções que variem daquelas já cursadas anteriormente. No caso de reincidentes, há grandes possibilidades de voltarem a cursos já realizados em outra Medida. Nessas situações, para além da baixa variabilidade de aprendizado, o interesse dos adolescentes pelo estudo pode ficar comprometido.

É possível que se apresente como desafio à instituição sustentar uma variabilidade maior de cursos e oficinas aos adolescentes privados de liberdade por longa data ou reincidentes, no entanto, a ausência de alternativas que contemplem essas possibilidades empobrece o caráter socioeducativo colocando, inclusive, em xeque a eficiência do programa socioeducativo.

No que se referem às discussões da equipe sobre a brevidade da Medida, perguntamos se na elaboração do PIA é pensado um projeto de internação que busque sua execução no menor tempo possível. 25% dos entrevistados disseram que não e 35% afirmaram sua existência. Os demais 40% relataram respostas que ficaram na zona mediana, apontamentos que indicam uma não ocorrência sistemática desses projetos nas elaborações dos PIA. Embora o número daqueles que apontem para a ausência desse projeto seja menor em relação os que indicam o contrário, sua soma com aqueles da zona mediana aponta para uma significativa parcela (65%) de profissionais que consideraram que as discussões pouco privilegiam o tema da brevidade.

Esses dados apresentam relação com a pergunta seguinte do questionário: *Com que frequência existe divergências de opiniões entre os profissionais da equipe quanto a conclusão de algum caso?* Referimo-nos aqui as discussões de caso realizadas pelos socioeducadores que contemplam as Equipes de Referência, representada por profissionais da área da segurança, psicossocial, pedagogia e saúde.

Dos sujeitos entrevistados, cerca de 70% consideraram a prevalência de divergências de opiniões ao se discutir a conclusão de caso, dados que indicam para uma significativa incidência de discordância entre os integrantes da Equipe de Referência. Havendo a necessidade de investigar suas razões, foram apontados aos socioeducadores cinco possíveis pontos de divergências, conforme descrito no Quadro 1:

QUADRO 1: POSSÍVEIS PONTOS DE DIVERGÊNCIAS ENTRE AS EQUIPES

1º	Indisciplina do adolescente no Centro.
2º	Questões de ordem familiar.
3º	A necessidade de encaminhamentos técnicos que ainda não foram realizados
4º	Avanços insuficientes na área pedagógica.
5º	Insegurança de concluir o caso diante de uma futura avaliação do judiciário quanto ao trabalho realizado.

Fonte: DADOS DA PESQUISA, 2018.

No que se refere ao primeiro ponto, 68% dos entrevistados apontaram que temas relacionados a indisciplina causada por adolescentes no Centro de Internação geram divergências na ocasião da reavaliação de Medida. Essa questão nos remete a uma possível "crise" existente entre os socioeducadores. Essa crise ocorre não somente em função dos distintos lugares ocupados pelos profissionais, mas também pelos diferentes pontos de vista acerca do adolescente (HERCULANO & GONÇALVES, 2011). Assim, dependendo do adolescente, principalmente aqueles ditos como mais "difíceis"⁷, as discussões para a reavaliação da Medida podem ter embates de opiniões, entre os que apóiam as prerrogativas da socioeducação e outros que fazem uso de métodos repressivos. Para o primeiro grupo, o envolvimento do adolescente em ocorrência ou situações de indisciplina pode ser fruto das adversidades da privação de liberdade, já para o outro, a ocorrência precisa ser punida com a permanência do adolescente na Medida de Internação. São perspectivas antagônicas que versam sobre o mesmo sujeito. Quem poderia apaziguar essa crise? Os autores indicam que a gestão tem papel fundamental nessa mediação, não no sentido de tendenciar para um lado ou para o outro, mas com o objetivo de promover diálogos e encontros.

No que diz respeito às questões de ordem familiar e demais encaminhamentos técnicos dispensados aos adolescentes, 62% apontaram que são pontos que causam divergências entre as equipes. Dois aspectos nos chamam a atenção nesse resultado. O possível prolongamento do tempo de internação motivado por encaminhamentos que ainda não foram realizados exprime a possibilidade das equipes não estarem se debruçando com celeridade sobre os casos. No que competem as questões de ordem familiar, a maioria das demandas extrapolam a Medida e precisam da rede para

⁷ Expressão comumente utilizada ao se referir a adolescentes que se envolvem recorrentemente em ocorrência no Centro de Internação.

atendimento. Mais do que a intervenção circunstancial da Medida, parte significativa das famílias precisa de acompanhamento desde antes e necessitam de suporte depois que a Medida findar. No entanto, por vezes a rede não se mostra eficiente nessa jornada, ou a família não se apresenta disponível as intervenções pensadas. Nesses casos caberá ao adolescente arcar com essa responsabilidade ficando mais tempo internado? Obviamente existem casos e casos, alguns inclusive com sérias violações de direitos que inviabilizam o retorno do adolescente para a família. Nossa preocupação é para as insistências demasiadamente longas em intervenções que se apresentam como pontuais.

Quanto aos avanços insuficientes na área da pedagogia, 26% dos entrevistados apontaram que esse motivo gera divergências de opiniões da equipe. Que resultados esperamos de adolescentes que, em sua maioria, estavam fora do ambiente escolar em suas vidas pregressas à Medida de Internação? Que estratégias criativas e inovadoras foram pensadas ao longo da Medida para resgatar esses sujeitos e despertar neles o interesse pela vida escolar? Além da possibilidade de ser percebida com desinteresse, a escola dentro da privação de liberdade é oferecida de maneira compulsória aos adolescentes. Aqueles que não aderem a essa *escolarização obrigatória e coercitiva*, correm o risco de serem prejudicados nas reavaliações da Medida feitas pelos profissionais da Equipe e pelo judiciário (FRASSETO, 2016).

Por fim, 42% consideram a insegurança de concluir o caso em razão das possíveis avaliações do judiciário quanto ao trabalho realizado pelos socioeducadores. Parece-nos que há certo melindre dos socioeducadores em manter sua posição diante dos questionamentos do judiciário, principalmente quando eles divergem da normativa do encarceramento:

Se uma/um psicóloga/o entregar um relatório atribuindo o "hediondo" ato infracional de tráfico de drogas à escassez de oportunidades lícitas de geração de renda e ao cinismo da política proibicionista, o laudo tende a ser rejeitado ou devolvido, até que se reconheça tratar-se, na verdade, de uma insubmissão contumaz à autoridade dos pais, da lei e a uma indiferença ao danos sociais derivados do consumo de drogas. (FRASSETO, 2016, p.41)

O exemplo trazido pelo autor dialoga, inclusive, com as discussões sobre a supervalorização das ocorrências e situações de indisciplinas nas quais os adolescentes se envolvem no Centro. Essas manifestações, quando desprovidas de crítica e utilizadas de maneira superficial, reforçam a ideia do adolescente infrator e, portanto, trazem maus prognósticos para sua reinserção social. Nesses casos, nada como o "tempo" para resolver esses problemas.

A relação dos socioeducadores com o judiciário parece-nos um tema pungente entre os socioeducadores entrevistados. Em nossos diálogos com os profissionais entrevistados inúmeras queixas surgiram quanto a um possível olhar de descrédito de seus trabalhos. Essa impressão é sintetizada no discurso de O.P.: *hoje o Juiz pede ETJ até de jovens primários, sem grandes problemas de indisciplina por descrédito no trabalho realizado nos Centros*. Essa relação será abordada com maior profundidade na análise a seguir.

2.4. A brevidade da Medida e a relação com o judiciário

Esse bloco de perguntas buscou contemplar a relação das equipes de referência na ocasião de envio de relatórios conclusivos ao judiciário. Essas questões, de maneira geral, foram avaliadas numa escala de 1 a 5, em que a nota menor poderia expressar uma ocorrência pouco frequente e a maior uma ocorrência muito frequente. As notas 2 e 3 foram consideradas medianas, ou seja, de frequência intermediária. Esses resultados foram complementados com os relatos colhidos em nossos diálogos que exprimiram a perspectiva qualitativa de suas opiniões.

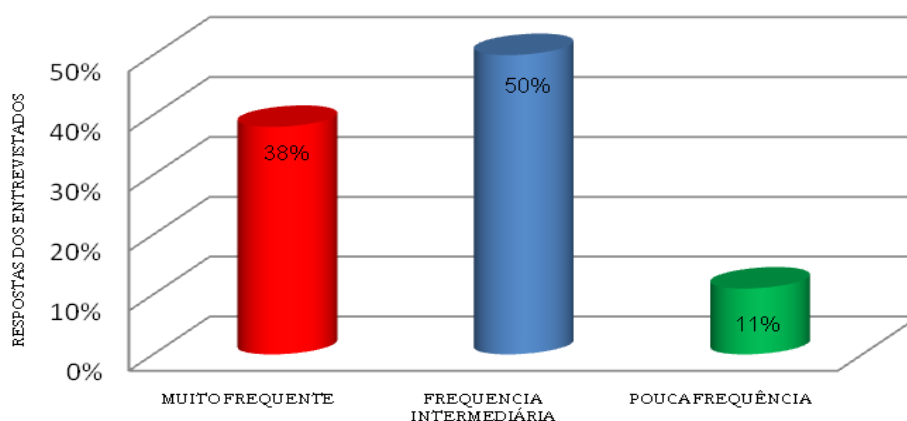
A primeira pergunta desse bloco foi a ocorrência de divergência entre a sugestão das equipes de referência com a decisão do judiciário acerca desse posicionamento. Dos profissionais pesquisados, 50% emitiram respostas na frequência intermediária, quando que as respostas que apontaram frequência maior foram de 38% e relacionadas a uma frequência de divergência menor 11%, conforme Gráfico 5.

Pensamos que o maior índice permaneceu na zona intermediária por nem todos os socioeducadores terem o conhecimento mais aprofundado dos processos. Os integrantes da equipe de segurança, por exemplo, não conseguem manter frequência assídua nas discussões justamente pelas demandas que lhe são atribuídas, as quais se apresentam como prioridades em relação às demais atividades. Dentre essas funções que convocam o socioeducador, citamos o absentéismo, circunstância que exige dos demais integrantes da equipe desdobramentos para ocupar as lacunas deixadas pelo profissional faltante.

A questão seguinte se referiu à divergência ocorrida entre a sugestão das Equipes de Referência com o posicionamento dos técnicos do judiciário. Há uma prevalência de respostas nas escalas "muito frequente" e de frequência intermediária, somando 44% em cada escala. Em alguns casos, o juiz encaminha o adolescente para avaliação com sua equipe técnica do Fórum, composta por assistentes sociais e psicólogos. Na

perspectiva dos socioeducadores, essa nova avaliação revela uma insegurança do judiciário diante das conclusões apontadas pelas equipes do Centro.

GRÁFICO 5: DIVERGÊNCIAS ENTRE A SUGESTÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA E A DECISÃO DO JUDICIÁRIO



Fonte: DADOS DA PESQUISA, 2018.

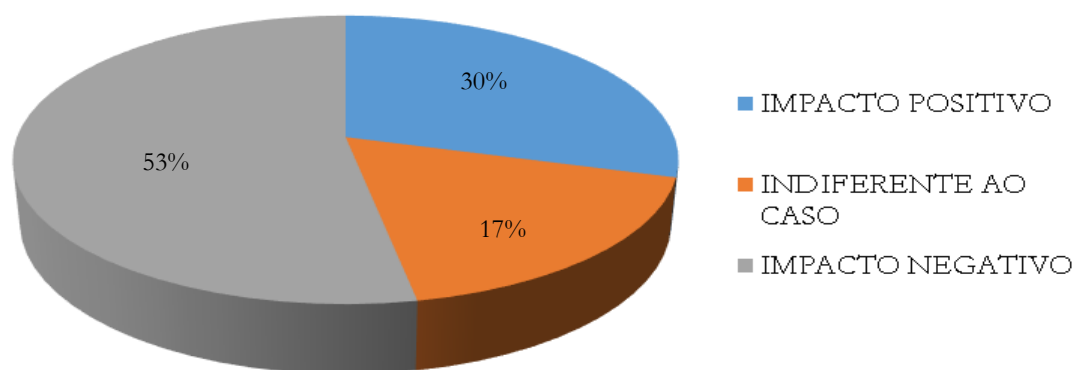
Percebemos, nesse ponto, sentimentos de aviltamento do lugar ocupado pelo socioeducador, o qual pode ser visto com desconfiança pelos demais atores da rede. A despeito dos avanços percebidos na legislação e nas práticas de trabalho, o socioeducador carrega estigma de uma possível atuação marcada pelo modelo carcerário. Essa percepção é também alimentada por denúncias e notícias sobre violações de direitos ocorridas no âmago dos Centros de internação. Assim, os socioeducadores das Medidas de privação de liberdade, de maneira geral, podem ser vistos como potenciais violadores de direito. Recorre-se, então, a avaliações que transcendem o adolescente e que buscam aferir os socioeducadores.

A pergunta seguinte Em sua experiência você conhece casos de adolescentes que mesmo com a sugestão da Equipe de Referência para conclusão permaneceu internado por mais tempo mediante decisão judicial?. Dos entrevistados, 95% afirmam a ocorrência de casos em que a Medida de internação é prolongada por decisão judicial mesmo com a sugestão da Equipe de Referência para a conclusão. Apesar das diversas argumentações técnicas apresentadas em relatório conclusivo, o judiciário tem mantido as internações. Essa questão buscou evidenciar a percepção dos socioeducadores quanto a essa problemática, no entanto, não se realizou

pesquisa documental que pudesse confirmar os números exatos de manutenções realizadas.

Por fim, concluímos o questionário com uma pergunta que buscou compreender como os socioeducadores perceberam as manutenções de Medida na evolução dos casos dos adolescentes. Os resultados são apresentados no Gráfico 6:

GRÁFICO 6: OPINIÃO DOS SOCIOEDUCADORES SOBRE A REPERCUSSÃO DA MANUTENÇÃO DA MEDIDA NA EVOLUÇÃO DOS CASOS DOS ADOLESCENTES



Fonte: DADOS DA PESQUISA, 2018.

Mais da metade dos profissionais pesquisados acreditam que a manutenção se apresentou de maneira negativa no desenvolvimento dos casos. Esses dados estão em consonância com o referencial teórico desta pesquisa, no qual o Princípio de brevidade é visto como elemento protetivo e seu avesso – prolongamento demasiado da Medida – se mostra como uma violação de direitos. É o que podemos compreender no relato de C.J.: *As vezes, todas as possibilidades de crescimento na Medida já aconteceram e à partir daí pode correr um retrocesso nos avanços já alcançados.*

Não obstante, há ainda aqueles que acreditam que a manutenção de Medida produza efeitos positivos, uma vez que se apresenta como uma resposta mais severa àqueles adolescentes considerados difíceis, os quais as Equipes não conseguem

alcançar se não por meios coercitivos, é o que menciona O.P.P.: *O adolescente fica assustado com a manutenção da Medida, portanto, em geral se prontifica a atender as orientações da equipe de referência para ser liberado.*

Chama-nos a atenção o percentual que considerou a manutenção da Medida como evento que repercutiu de maneira indiferente na evolução dos casos. Os estudos trazidos no referencial teórico desta pesquisa apontam para impactos negativos decorrentes da privação de liberdade em razão de seu viés punitivo. Por vezes, em um Centro de internação o termômetro com que se percebe o adolescente é quase que exclusivamente comportamental assim, qualquer outra manifestação que não ocorra por essa via pode ser despercebida. A compreensão de um relato de dor pode exigir confiança, vínculo, sensibilidade e empatia, acessos que somente canais significativos podem oportunizar.

3. Considerações Finais

Nossa compreensão com os resultados da pesquisa faz parte de um pequeno recorte dentro da socioeducação, por isso devem ser usados com parcimônia. Consideramos como necessário a investigação mais ampliada sobre o fenômeno do tempo da privação de liberdade, envolvendo socioeducadores de outros Centros. Para além desses sujeitos, pensamos na importância de compreender como o judiciário e os próprios adolescentes percebem a relação do tempo dispensada à Medida, envolvendo-os, também, como sujeitos de pesquisa.

Acerca de nossas percepções sobre a pesquisa atual, no que tange o tempo cronológico da Medida, depreende-se que ele é uma variável considerada importante para os socioeducadores e utilizada como método de intervenção. Embora não haja fixação a priori desse tempo, ou de seu prolongamento, ele é compreendido como agente que pode provocar mudanças no adolescente a despeito das demais intervenções. No fracasso das ações técnicas, pedagógicas e disciplinares, o tempo surge como uma espécie de salvaguarda para os profissionais.

Na avaliação dos socioeducadores, o prolongamento da Medida também é uma variável considerada pelo judiciário apesar da evolução das metas do PIA, das intervenções socioeducativas realizadas, os limites do sujeito e da Medida apontados pelos profissionais. Embora a maioria dos socioeducadores considere o prolongamento do tempo de internação em suas próprias avaliações, quando essa manutenção é fruto de decisão judicial, parte considerável dos socioeducadores pesquisados a percebem como danosa na evolução dos casos. Além disso, as

manutenções de Medida promovidas pelo judiciário em casos que as equipes do Centro sugerem o retorno ao convívio social são percebidas como ações de aviltamento do lugar do socioeducador.

No que se refere às queixas dos socioeducadores manifestas ao longo da pesquisa, suas maiores dificuldades são com a instituição, seguida de problemas com a própria equipe. A formação continuada também se mostrou como uma importante queixa. Parte significativa dos profissionais considerou ter poucos conhecimentos sobre o ECA e SINASE. Trata-se de conhecimentos específicos que a graduação pode não abarcar, por isso mostra-se necessário a organização de cursos que façam a ponte entre a legislação, teoria e a prática.

Relatam tentativas da instituição em oferecer formação continuada na modalidade on-line, mas ela é considerada distante das demandas dos socioeducadores e, principalmente, não contemplam os encontros presenciais tão caros que os profissionais necessitam. Para sujeitos que se sentem desamparados pela instituição, formações a distância somente reforçam a ideia de isolamento profissional. A ausência da instituição nesse campo possibilita que outras maneiras de trabalho vingam no contexto socioeducativo, algumas marcadas por métodos criativos de acesso e cuidado dos adolescentes, já outras amparadas em métodos punitivos de controle dos adolescentes. É imprescindível que a instituição regule esses saberes, não para restringir a espontaneidade dos profissionais que se dedicam a construir encontros significativos com os adolescentes, mas para coibir a multiplicação de práticas violadoras de direitos, orientando esses profissionais a adotarem outras posturas.

Consideramos importante a elaboração de ações que possam resgatar a autoestima do socioeducador, desconstruindo os possíveis estigmas que circulam no imaginário social. A ideia de que os socioeducadores são violadores de direitos em potencial é herança de uma tradição carcerária e fruto também de recorrentes situações de violência perpetradas contra os adolescentes. A observância das leis deve ser seguida, mas a instituição não pode se mover somente por essa esteira, fazendo uso de métodos de ameaça e punição como controle da violência. Esse movimento cria cenários de desamparo, nos quais o uso da violência pode se apresentar como possibilidade de sobrevivência. Violência pode gerar violência. Ameaça pode gerar ameaça. É imprescindível a promoção de encontros significativos e de cuidado. Somente eles podem provocar mudanças significativas.

Referências

BRASIL. **Levantamento anual SINASE 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: http://www.sejudh.mt.gov.br/documents/412021/9910142/Levantamento+SINASE+_2016Final.pdf/4fd4bcd0-7966-063b-05f5-38e14cf39a41. Acesso em: 03 de Mar. 2018.

BRASIL. **Lei 12.594** - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), de 18 de Janeiro de 2012^a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 03 de Jun. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição n. 33**, de 03 de Julho de 2012^b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106330>. Acesso em 03 de Jun. 2018.

BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; LOPES, Roseli Esquerdo.; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei: subsídios para repensar políticas educacionais **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, 23 (89), 937-963, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n89/1809-4465-ensaio-23-89-0937.pdf>. Acesso em: 03 de Jul. 2018.

FRASSETO, Flávio Américo. Processo de avaliação psicológica e a produção de laudos. In.: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Caderno de Debates: Visitas institucionais à Fundação Casa São Paulo**. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. São Paulo: CRP SP, 2016. p.40-45.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GRECO, Patricia Bitencourt Toscani; MAGNAGO, Tânia Solange Bosi de Souza; LUZ, Emanuelli Mancio Ferreira; URBANETTO, Janete de Souza, PROCHNOW, Andrea. Prevalência de distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Enfermagem**: Brasília, 68 (1), 93-101, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v68n1/0034-7167-reben-68-01-0093.pdf>. Acesso em: 03 de Jun. 2018.

HERCULANO, José Antônio Haas; GONÇALVES, Marcelo Gomazzi. Educador social: segurança e socioeducador, a conciliação. **Serviço Social em Revista**. Londrina, 14 (1), 74-101, 2011. Disponível em:

www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/10674/10889. Acesso em: 08 de Jul. 2018.

LIMA, Janice Raquel; PEREIRA, Jussivania Carvalho Vieira Batista; BARROS, Solange Maria. Práticas discursivas de Agentes socioeducadores: Uma análise crítica do discurso. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas, 5 (1), 175-185, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/574>. Acesso em: 25 de Mai. 2018.

MELGAÇO, Paulo; ALMEIDA, Bruna R. O Plano Individual de Atendimento (PIA) nas Medidas Socioeducativas: para o adolescente, com o adolescente ou sobre o adolescente? IN: **O Estatuto da Criança e do Adolescente**: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p.198-207.

MINAS GERAIS. Comentários à nº Lei 12.594/2012. **Jurídico**: Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Edição SINASE. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sinase/comentarios_sinase_mp_mg_2014.pdf. Acesso em: 03 de Jul. 2018.

OLIVEIRA, Magda Martins. Processo socioeducativo. In.: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini [et al.]. **Medida Socioeducativa**: entre A & Z. Porto Alegre: UFRGS/ Evangraf, 2014. p.199-200.

SÃO PAULO. **Boletim Estatístico Semanal 18.05.2018**. Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA. 2018^a. Disponível em: http://fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/046.%20Boletim%20Presid%C3%Aancia%2018.05.2018_v1.xlsx&t=file. Acesso em: 19 de Mai. 2018.

SÃO PAULO. **Edital 001/2013 de abertura de inscrições**. Fundação CASA-SP Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Concurso Público Nº 001/2013. São Paulo: Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2013. Disponível em: http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=concu_rso-2013&d=2093. Acesso em 23 de Abr. 2018.

SARAIVA, João Batista Costa. Brevidade In.: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini [et al.]. **Medida Socioeducativa**: entre A & Z. Porto Alegre: UFRGS/ Evangraf, 2014. p.47-49.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Saúde mental no contexto de privação da liberdade. In.: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Caderno de Debates: Visitas institucionais à Fundação Casa São Paulo.** Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. São Paulo: CRP SP, 2016.p.24-29.

VILLAS-BÔAS, Patrícia. A luta antimanicomial e a política pública em saúde mental. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia.** São Paulo, 1 (2), 03-08, 2015. Disponível em: <http://joom.ag/hmSp/p4>. Acesso em 24 de Abril de 2018.

YOKOMISO, Celso Takashi. **Violência e descontinuidade psíquica: um estudo sobre a Fundação CASA** . Dissertação de Mestrado. Programa de Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 266p. Disponível em:<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-15012008-155933/pt-br.php>. Acesso em 13 de Fev. 2018.

YOKOMISO, Celso Takashi. Psicoterapia e medidas socioeducativas de internação: armadilhas e desafios. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia.** São Paulo, 7 (4), 07-14, 2018. Disponível em: <http://joom.ag/zwjY/p8>. Acesso em 06 de Julho de 2018.

ZAPATA, Fabiana Botelho. **Medida socioeducativa de internação: um estudo a respeito do tempo de privação de liberdade associado à repetição do ato infracional.** Dissertação de Mestrado. Programa Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, UNIBAN, São Paulo, 2010.110p. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/pgsskroton-dissertacoes/d88819aebafc0306ad30b6985b92_c435.pdf. Acesso em: 12 de Mar. 2018.

Recebido em 07/08/2018

Aprovado em 08/09/2018